UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS

VANIA INÁCIO COSTA GOMES

NARRAR-SE A SI E FAZER-SE HISTÓRIA – A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA REGIÃO DE IVAIPORÃ - PR (1950-2020)

TESE DE DOUTORADO

MARINGÁ
2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO – HISTÓRIA: CULTURA E POLÍTICA
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, CULTURA E NARRATIVAS

VANIA INÁCIO COSTA GOMES

NARRAR-SE A SI E FAZER-SE HISTÓRIA – A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA REGIÃO DE IVAIPORÃ - PR (1950-2020)

TESE DE DOUTORADO

MARINGÁ
2025

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

VANIA INÁCIO COSTA GOMES

NARRAR-SE A SI E FAZER-SE HISTÓRIA – A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA REGIÃO DE IVAIPORÃ -PR (1950-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito obrigatório para a conclusão do curso de Doutorado em História.
Área de concentração: História, cultura e política.
Linha de Pesquisa: História, cultura e narrativas.
Orientador: Dr. Gilmar Arruda.

MARINGÁ
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

G633n

Gomes, Vânia Inácio Costa Gomes
Narrar-se a si e fazer-se história : a trajetória das mulheres na região de Ivaiporã - PR (1950-2020) / Vânia Inácio Costa Gomes Gomes. -- Maringá, PR, 2025.
218 f. : il. color., figs., tabs., mapas

Orientador: Prof. Dr. Gilmar Arruda.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História, 2025.

1. Mulheres - Mercado de trabalho - Ivaiporã - PR. 2. História cultural - Ivaiporã 1950-2020. 3. Mulheres - Cidadania - História cultural. I. Arruda, Gilmar, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDD 23.ed. 305.42

Rosana de Souza Costa de Oliveira - 9/1366

VANIA INÁCIO COSTA GOMES

NARRAR-SE A SI E FAZER-SE HISTÓRIA – A TRAJETÓRIA DAS MULHERES NA REGIÃO DO VALE DO IVAÍ (1950-2020)

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para a obtenção do título de Doutora em História, aprovada pela banca examinadora no dia 10/09/2025.

BANCA EXAMINADORA:

Documento assinado digitalmente
gov.br
GILMAR ARRUDA
Data: 09/10/2025 11:37:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Gilmar Arruda
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br
JULIA GLACIELA DA SILVA OLIVEIRA
Data: 10/10/2025 11:10:04-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Júlia Glaciela da Silva Oliveira
Membra Convidada (UFABC-São Bernardo do Campo)

Documento assinado digitalmente
gov.br
CLAUDIA PRIORI
Data: 11/10/2025 12:12:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Claudia Priori
Membra Convidada (UNESPAR/Campo Mourão)

Prof.ª Dr.ª Ivana Guilherme Simili
Membra do Corpo Docente (UEM/PPH)

Documento assinado digitalmente
gov.br
VANDA FORTUNA SERAFIM
Data: 13/10/2025 14:10:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof.ª Dr.ª Vanda Fortuna Serafim
Membra do Corpo Docente (UEM/PPH)

Maringá
2025

A todas as mulheres da região de Ivaiporã, que foram importantes fontes orais para o desenvolvimento desta pesquisa e base para compreensão da construção da visibilidade feminina na região estudada, por meio da inserção no mercado de trabalho e conquista da cidadania. À minha avó, matriarca da família que nos ensinou a força de ser mulher. À minha mãe, que me construiu para ser livre. Às minhas irmãs, que proporcionaram meu acesso à educação formal. E à minha filha, razão maior de todas as minhas lutas, a quem estou ajudando a se construir como mulher.

DEDICATÓRIA ESPECIAL (*IN MEMORIAN*)

Roseli Eurico da Silva
30/01/1971-28/07/2025

Minha homenagem especial a essa mulher forte, batalhadora e de sorriso aberto, que partiu tão inesperadamente. Roseli, conhecida em sua cidade por "Neguinha", foi uma das mulheres que prontamente aceitou participar desta pesquisa e oferecer sua história de vida para que esta autora pudesse entender a dinâmica das mulheres na região estudada. Aceitou, ficou muito feliz em participar, mas perguntou: "Por que eu? Quem vai se interessar pela minha vida, menina?" E isso mexeu muito com meus sentimentos. Mulher, negra, trabalhadora diarista, já foi boia-fria, mãe solo... enfim, uma mulher com uma história de vida forte, mas que achava que isso não importava a ninguém. Penso que só isso já seria tema para uma pesquisa. Em retribuição, só pediu uma coisa: receber uma cópia impressa desta tese para que ela pudesse guardar. Não deu tempo, partiu antes! Mas suas memórias ficarão registradas, e ao menos um pouquinho de sua história, reconhecida. Vá em paz! E obrigada pela parceria.

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é exercício de gestação. Escrever uma tese é gerar um filho. Há um longo tempo de preparo e de adaptação do corpo e da alma, que sentem todas as dores possíveis e impossíveis até o parto. E, assim como em uma gestação, a pesquisa também conta com uma rede de apoio que é fundamental para seu desenvolvimento e conclusão.

Nesse caso, quero agradecer à minha rede de amparo, que foi crucial para que eu conseguisse concluir esta tese. Pessoas que estiveram presentes nos momentos mais difíceis, que foram parcerias importantes, tanto no sentido de contribuir para a pesquisa como para servir de apoio moral e psicológico, nos momentos de angústia.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, por conduzir meus caminhos, amparar-me em minhas fraquezas e me dar força e resistência para não desistir de meus sonhos e objetivos. Agradeço aos meus pais (*in memoriam*) por terem me educado, ensinado as noções de ética, de cidadania e por terem me ensinado que desistir não é uma opção para quem sabe onde quer chegar. De forma muito especial, à minha mãe, que foi a base de tudo que sou hoje e que, apesar da ausência física, é presença viva em todas as atitudes que tomo no meu dia a dia.

Agradeço a todas as mulheres que contribuíram com minha formação moral: avó, tias, irmãs, professoras, amigas, enfim, aquelas que, de alguma forma, me ajudaram a me construir como mulher. Suas trajetórias e seus exemplos estarão sempre presentes em minhas práticas diárias.

Agradeço ao meu esposo, Joaquim Correa Gomes, pela parceria incondicional. Sua presença no meu dia a dia torna minhas lutas menos dolorosas. Sua parceria na correção dos meus textos, nos diálogos sobre os dados da pesquisa e nas discussões sobre minhas leituras foi fundamental para que o trabalho fosse concluído. Sem ele, tudo teria sido mais difícil.

Agradeço à minha filha, Maria Clara Costa Gomes, minha menina-mulher. Seu apoio tanto nas atividades domésticas quanto no incentivo para que eu permanecesse na pesquisa foi a força motriz para que eu não desistisse quando tudo parecia impossível. Você é a luz mais brilhante de minha vida e a razão de todas as minhas batalhas.

Agradeço de forma especial à minha jovem aluna Ericka Bianca Gonçalves Roque, que concedeu suas habilidades artísticas e sensibilidade para apresentar as diferentes gerações de mulheres na capa desta tese. Sua arte demonstra toda a sua sensibilidade para captar traços e sentimentos nas pessoas, certamente tem um grande talento para as Artes. Agradeço ainda aos profissionais Dhiego Rohling Torres e Rosana Colucci, pelo trabalho gráfico que completou a

arte de capa deste trabalho. Minha gratidão e minha admiração pela dedicação e habilidade de vocês.

Agradeço especialmente ao meu orientador Gilmar Arruda, por toda a paciência em orientar uma trabalhadora que precisou dividir seu tempo de pesquisadora com tantas outras atividades. Sua orientação para o desenvolvimento deste trabalho foi crucial, com sua sensibilidade em apontar falhas, corrigir erros e cobrar resultados, que me deram razões e força para continuar. Muito obrigada! E, tenha certeza, será sempre uma referência em minha vida.

Agradeço à Banca de Qualificação pelos apontamentos que deram rumo à minha pesquisa. Professora Zélia Lopes da Silva e professora Ivana Guilherme Simili, muito obrigada!

Agradeço também à Banca Examinadora de Aprovação Final pela contribuição e aprovação da pesquisa, constituída pelas Professoras Doutoras Julia Glaciela da Silva Oliveira, Claudia Priori, Vanda Fortuna Serafim e Ivana Guilherme Simili, muito obrigada!

À Professora Ivana, estendo aqui um especial agradecimento pela caminhada, contribuindo desde o mestrado com a orientação e com todo o carinho e a amizade. Você é inesquecível em minha vida. Agradeço aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPH), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), pelos ensinamentos no decorrer do curso.

Aos meus amigos, que souberam respeitar minhas ausências em momentos especiais, por terem sido presentes não somente nestes quatro anos, mas na minha vida. A amizade de vocês é um grande presente em minha existência.

Agradeço à minha amiga e companheira de pesquisa, Simone Aparecida Quiezi, mulher que caminha comigo na pesquisa, divide angústias, comemora conquistas, estende a mão sem medir consequência. Que sai correndo do trabalho para me acompanhar ao médico (nunca me esquecerei disso). Você é uma companheira insubstituível e uma amiga que quero perto todos os meus dias. Suas ideias me colocaram nesta louca aventura da pesquisa e sou grata por esse louco convite.

Por fim, agradeço às mulheres da pesquisa, minhas fontes orais, peças-chaves deste trabalho. A vocês toda a minha gratidão pela contribuição para o desenvolvimento desta pesquisa e todo o meu respeito por todas as suas trajetórias de vida.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Censo populacional de 1970 – população urbana e rural. 26
Tabela 2 – Identificação das mulheres que contribuíram com a pesquisa.....38
Tabela 3 – Produção agrícola da região de Ivaiporã (anos 1960, 1970 e 1980).....58
Tabela 4 – Censo populacional – comparação entre as décadas de 1960 e 1970.....61
Tabela 5 – Censo populacional de 1970 – população de Ivaiporã e Jardim Alegre por sexo. 61
Tabela 6 – Censo de 1970 – Migrantes por sexo e naturalidade. 91
Tabela 7 – Número de estrangeiros conforme naturalidade. 91
Tabela 8 – Censo de 1970 – Escolaridade das pessoas acima de 10 anos.....101
Tabela 9 – Indicadores de violência contra a mulher na região de Ivaiporã (PR).....161
Tabela 10 – Indicadores de violência doméstica contra mulher na região de Ivaiporã (PR).165

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comprovante de matrícula escolar de Maria Aparecida da Silva, em 28/02/1994. 86
Figura 2 – Molde de camisa, obtido por meio de uma bolsa de corte e costura chamada Simplex. 126
Figura 3 – Bolos e doces fabricados pela confeiteira Jacira. 130
Figura 4 – Bolos-fantasia fabricados pela confeiteira Jacira. 130
Figura 5 – Vestido de noiva confeccionado por Rosalina na década de 1970. 135
Figura 6 – Molde para confecção de peças de roupas e régua de cava de madeira. 136
Figura 7 – Vestido de noiva e vestido de daminha da noiva confeccionados por Silvana M. da S. Pracidelli para o casamento da filha. 137
Figura 8 – Parte do vestido de noiva e porta-alianças confeccionados por Silvana Maria da Silva Pracidelli para o casamento da filha. 137
Figura 9 – Maquiagem e penteado feitos por Eveline Angélica B. Ferreti. 185
Figura 10 – Produtos fabricados e comercializados por Laís Prins. 188
Figura 11 – Peças de crochê confeccionadas por Maria Cardoso. 191
Figura 12 – Peças de crochê e bordado confeccionadas por Maria Cardoso. 191

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FAFIJAN	Faculdade de Ciências e Letras de Jandaia do Sul
FAFIMAN	Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
GEAMPE	Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa
HTRI	Hospital do Trabalhador Rural de Ivaiporã
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPR	Instituto Federal do Paraná
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MEI	Microempreendedor Individual
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEIM	Procedimento estético injetável em microvasos
PNPM	Plano Nacional de Políticas para Mulheres
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa

GOMES, Vânia Inácio Costa. Narrar-se a si e fazer-se história – a trajetória das mulheres na região de Ivaiporã - PR (1950-2020). Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2025.

RESUMO

Mulheres, mães, donas de casa, profissionais liberais, algumas donas do próprio negócio; mulheres que se fazem presentes nos espaços públicos e privados, intervindo, contribuindo, transformando e ocupando lugares que há poucas décadas eram praticamente exclusivos dos homens; mulheres com funções ligadas ao atendimento público ou com alguma visibilidade social, profissionais de carreira ou simplesmente mulheres. Dentre tantos, estes são adjetivos atribuídos a muitas mulheres que compõem o cenário social, político e geográfico da região de Ivaiporã – PR. A temporalidade analisada cobre o período de 1950 a 2020, e a principal fonte documental são os relatos orais de 25 mulheres de diferentes cenários políticos, sociais e econômicos. A análise está centrada em três pequenos municípios com baixos índices populacionais da região norte do Paraná: Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis, com predominância da economia agrícola atualmente voltada para o agronegócio. Com base no conceito de geração, foram estabelecidos três momentos geracionais decorrente das práticas, saberes e lugares em relação às atividades por elas praticadas, suas trajetórias sociais e familiares, a relação com o casamento, com a família, com escolarização, o mercado de trabalho e a cidadania, a saber: a primeira geração compõe o grupo de mulheres que estavam nessa região nos anos entre 1950 e meados da década de 1970; a segunda geração é composta por mulheres que nasceram, viveram ou atuaram no espaço entre os anos de 1970 até 1980; e a terceira e última geração abarcando meados dos anos de 1980 até os anos de 2020. A pesquisa acompanhou as transformações ocorridas no espaço escolhido no período analisando como a mudança no modelo agrícola da cafeicultura para o agronegócio, as novas infraestruturas de transporte, o acesso a novas tecnologias de comunicação, o acesso e a ampliação da escolarização (inclusive a universitária), as mudanças no mercado de trabalho (com a introjeção da ideia de empreendedorismo impulsionada por organismos como o Sebrae) afetaram e impactaram as práticas e estratégias das mulheres na busca de autonomia e cidadania no espaço e tempo da pesquisa. O conceito de tática e estratégia foi fundamental para a conclusão, a qual indica que, nos diversos contextos temporais e sociais das mulheres, elas buscaram encontrar brechas no mundo do patriarcado. A pesquisa constatou muitas transformações no mundo e nas práticas femininas, mas também verificou a permanência do patriarcado na forma de assédios, racismo, violências simbólicas, físicas e religiosas. Como resultado da pesquisa, é possível perceber que as mulheres da região de Ivaiporã estão conquistando a independência financeira e construindo sua cidadania e autonomia política por meio do seu trabalho e de suas práticas diárias. Entretanto, ainda não se encontra ampla e consolidada consciência coletiva de seus problemas e estatuto social enquanto mulheres, permanecendo suas lutas e conquistas ainda sendo percebidas como individuais e por meio do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Cidadania. Visibilidade feminina.

GOMES, Vânia Inácio Costa. Narrating oneself and making history – the trajectory of women in the region of Ivaiporã - PR (1950-2020). Thesis (Doctorate in History) – State University of Maringá (UEM), Maringá, 2025.

ABSTRACT

Women, mothers, housewives, professionals, some business owners; women who are present in public and private spaces, intervening, contributing, transforming, and occupying roles that just a few decades ago were practically exclusive to men; women with roles related to public service or with some social visibility, career professionals, or simply women. Among many others, these are adjectives attributed to many women who make up the social, political, and geographic landscape of the Ivaiporã region, Paraná. The timeframe analyzed covers the period from 1950 to 2020, and the main documentary source is the oral accounts of 25 women from different political, social, and economic backgrounds. The analysis focuses on three small, sparsely populated municipalities in northern Paraná: Ivaiporã, Jardim Alegre, and Lidianópolis, with a predominantly agricultural economy currently focused on agribusiness. Based on the concept of generation, three generational periods were established based on practices, knowledge, and locations in relation to the activities they practice, their social and family trajectories, and their relationship with marriage, family, schooling, the labor market, and citizenship. These periods are as follows: the first generation comprises the group of women who lived in this region between 1950 and the mid-1970s; the second generation comprises women who were born, lived, or worked in the region between 1970 and 1980; and the third and final generation spans the mid-1980s to 2020. The research followed the transformations that occurred in the chosen space during the period, analyzing how the change in the agricultural model from coffee growing to agribusiness, the new transportation infrastructures, the access to new communication technologies, the access to and expansion of schooling (including university education), the changes in the labor market (with the internalization of the idea of entrepreneurship driven by organizations such as Sebrae) affected and impacted the practices and strategies of women in the search for autonomy and citizenship in the space and time of the research. The concept of tactics and strategy was fundamental to the conclusion, which indicates that, in the diverse temporal and social contexts of women, they sought to find loopholes in the world of patriarchy. The research found many transformations in the world and in women's practices but also verified the persistence of patriarchy in the form of harassment, racism, symbolic, physical, and religious violence. The research reveals that women in the Ivaiporã region have achieved financial independence and are building their citizenship and political autonomy through their work and daily practices. However, there is still no widespread and consolidated collective awareness of their problems and social status as women, and their struggles and achievements continue to be perceived as individual and through the labor market.

Keywords: Labor market. Citizenship. Female visibility.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1 HISTÓRIA E FONTES ORAIS: MULHERES NARRAM SUAS VIDAS VIVIDAS NA REGIÃO DE IVAIPORÃ 38

1.1 As fontes orais utilizadas na pesquisa: quem são essas mulheres? 38

1.2 A configuração social e econômica da região da pesquisa nos períodos de 1950 a 2020 56

1.3 A História Oral e a visibilidade feminina 63

1.4 Os fluxos migratórios e a urbanização da região de Ivaiporã 69

1.5 A cafeicultura, formação e transformações na economia da região 72

2 O UNIVERSO FEMININO NAS CIDADES DE IVAIPORÃ, JARDIM ALEGRE E LIDIANÓPOLIS NAS DÉCADAS DE 1950-1970: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E CONQUISTAS 79

2.1 Trabalho, emprego ou ocupação? 81

2.2 A cultura doméstica, a educação e o mercado de trabalho feminino na região de Ivaiporã 91

2.3 Práticas, táticas e estratégias das mulheres nas cidades de Ivaiporã – a conquista da cidadania e do espaço público por meio do trabalho 112

2.4 Mas se as flores acariciaram, os espinhos machucaram 145

3 MULHERES NO SÉCULO XXI: EMPODERAMENTO, EMPREENDEDORISMO E NOVOS DESAFIOS 167

3.1 Os múltiplos papéis da mulher entre a vida pública e privada 168

3.2 Novas possibilidades do mercado de trabalho no século XXI - o empreendedorismo, o artesanato, a beleza e a culinária como profissão feminina na região de Ivaiporã 179

3.3 Os desafios do século XXI: a ocupação do espaço público 192

CONSIDERAÇÕES FINAIS 196

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 203

FONTES ORAIS 211

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP (UEM) 214

INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres no cenário político e econômico dos municípios de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis, localizados na região de Ivaiporã, norte do Paraná, faz parte de uma realidade histórica que envolve mulheres de outros espaços do estado e até mesmo do país. Após os anos de 1940, a região, ao ser ocupada por povos não originários por meio de companhias colonizadoras e com a presença de migrantes de diversas regiões do país, sofreu o impacto da hegemonia de grupos econômicos ligados ao capitalismo agrícola e, posteriormente, voltou-se para a modernização industrial, semelhantemente ao que ocorreu em outras partes do estado. Como aponta Fernandes (2016, p. 180), "atraídos pelas possibilidades de compras de terras e de frentes de trabalho, migrantes de diferentes regiões do país e também estrangeiros, recriaram [*sic*] nesse espaço, suas experiências de vida e estabeleceram novas redes de sociabilidade". A autora complementa que o espaço foi ocupado sobretudo por migrantes oriundos de estados do Norte e do Nordeste, bem como estados da região Sul do país.

Essa realidade se comprova com a população atual do território, pois muitos são descendentes de famílias que vieram de diferentes lugares do país, o que resultou na construção de uma cultura pautada nos fundamentos cristãos e na mão de obra agrícola voltada aos interesses do capitalismo, que firmaram as bases ideológica e econômica das famílias que se estabeleceram nas cidades da região. Segundo Chies e Yokoo (2012), a presença dos posseiros data desde 1930, com a chegada das companhias colonizadoras. Porém, como afirmam Lúcio Tadeu Mota e Éder da Silva Novak (1994), na obra *Os Kaingang do Vale do Ivaí: histórias e relações interculturais*, milhares de anos antes disso, a região já contava com a presença de grupos humanos, como ceramistas, caçadores, coletores e indígenas.

Embora haja comprovação da presença de posseiros nesse espaço desde a década de 1930, Chies e Yokoo (2012) e Priori *et al.* (2012) afirmam ter sido na década de 1940 que houve um aumento populacional e, por muito tempo, a localidade viveu do colonato e da agricultura, em pequenas e médias propriedades adquiridas pelos posseiros que se deslocaram de outras regiões do país em busca de terras baratas e férteis para o cultivo agrícola. Com a cultura do café, o espaço foi amplamente ocupado, uma vez que a produção cafeeira atendia a um mercado nacional e internacional capitalista, tendo São Paulo como centro da organização e do comércio dessa produção.

Desde muito antes da chegada dos posseiros, as mulheres sempre estiveram presentes na região de Ivaiporã, integrando as populações originárias, que, segundo Mota e Novak (2008), fazem-se presentes nesse contexto geográfico há milhares de anos. No entanto, a atuação

feminina só começou a ganhar visibilidade por volta de 1970, com a aparição de algumas figuras públicas que ocupavam funções fora do âmbito domiciliar, com ou sem a presença masculina. Nesse cenário, havia também mulheres que ocupavam o espaço público junto aos homens, mas o reconhecimento só aconteceu muitos anos depois.

Por visibilidade entende-se o processo no qual as mulheres começaram a adquirir notoriedade fora do espaço doméstico, local em que eram consideradas responsáveis por toda a organização familiar. As mulheres sempre estiveram presentes e desenvolveram atividades de suma importância para o desenvolvimento da humanidade. De acordo com Lerner (2019, p. 28), "assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história. Uma vez que as mulheres são metade e as vezes mais da metade da humanidade, elas sempre compartilharam o mundo do trabalho, tal qual os homens". A afirmação da autora demonstra que a presença feminina em todo o processo de organização da humanidade é histórica, mas a própria autora afirma que nem sempre foi reconhecida.

> Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que os homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos (Lerner, 2019, p.28).

No entanto, a partir da década de 1970, em particular no espaço de pesquisa desta tese, o trabalho realizado por mãos femininas passou a ser reconhecido e visualizado, uma vez que as mulheres começaram a utilizar suas habilidades diárias em busca de remuneração. Além disso, boa parte delas passou a exercer atividades remuneradas fora e seus lares.

Nesse sentido, aumenta a visibilidade dessas mulheres porque elas começam a impor suas presenças nos espaços públicos, fazendo-se presentes e exigindo serem ouvidas.

De acordo com Bezerra (2006), a imposição feminina nos espaços públicos por meio do trabalho, aconteceu de forma concomitante com a adesão aos movimentos sociais e feministas. A autora afirma que esses movimentos permitiram às mulheres maior acesso às informações sobre seus direitos enquanto cidadãs e contribuíram para a ampliação do mundo do trabalho feminino. Há que se registrar, porém, que as mulheres da região da pesquisa, não mantiveram contato direto com esses movimentos, apesar de serem por eles influenciadas, uma vez que as informações chegavam por meio do rádio, das revistas ou dos programas de televisão.

Para compreender melhor as reflexões trazidas no interior dessa tese, é preciso considerar o conceito de trabalho utilizado na tese. Segundo Federici (2021), trabalho é toda

atividade produtiva do ser humano onde há uso de suas habilidades físicas e mentais. Porém, a autora reflete a mudança do conceito a partir da visão marxista, na qual o trabalho passa a ser concebido como "instrumento de construção capitalista e terreno de confronto entre a classe trabalhadora e o capital" (Federici, 2021, p. 16). A autora pondera que, nesse sentido, todo o trabalho realizado antes do estruturado pelo capitalismo passa a ser desconsiderado, mesmo sendo tão importante à vida.

A análise da autora ajuda a compreender a forma como as mulheres da região pesquisada concebem o trabalho uma vez que, para a maioria delas, essa é uma prática remunerada, tornando todas as outras como meras atividades diárias. Isso demonstra, a presença da construção de um pensamento capitalista estruturado na cultura local, não apenas no que se refere às mulheres, mas a toda a sociedade.

Para melhor compreensão dos conceitos utilizados no decorrer da pesquisa é preciso, também, ressaltar a diferença entre a concepção de trabalho formal e trabalho informal. O primeiro está relacionado à legislação, em que o trabalhador apresenta um vínculo empregatício com seu espaço de trabalho, seja por carteira assinada ou por meio de concurso público, garantindo uma segurança legal para o trabalhador. O segundo, por sua vez, é o trabalho realizado sem a formalização legal, sem carteira assinada, sem vínculo empregatício de nenhuma forma, sem garantias de segurança trabalhista para o trabalhador. É nesse segundo modelo que a maioria das mulheres que habitaram as cidades da pesquisa nas décadas de 1950 a 1980, localizava-se em suas atividades de trabalho. A maioria delas, realizava suas atividades de forma não remunerada ou então tinha remuneração, porém no seu ambiente doméstico, sem vínculos formais trabalhistas.

É preciso registrar que a participação feminina fora do espaço doméstico ainda é um desafio para as mulheres em todo o contexto social e econômico do país. Na região estudada nesta pesquisa, essa realidade é vivenciada por mim, que assumi o desafio de tornar-me pesquisadora e, ao mesmo tempo, ser mãe, esposa e trabalhadora, com uma carga horária de trabalho exaustiva, como professora da Educação Básica do estado do Paraná.

Viver a sociabilidade em uma cidade pequena, em que as relações de convivência são muito próximas e as pessoas cobram constantemente a presença nos encontros de final de tarde para um café e uma boa prosa, passa a ser um problema quando se é mulher e tem outras expectativas que não aquelas culturalmente impostas e diretamente ligadas à reclusão no espaço privado.

Ser pesquisadora nesse cenário é desafiador, pois a maioria das pessoas, incluindo as outras mulheres do círculo de convivência, não conseguem compreender que, para a dedicação

à ciência e à pesquisa, é preciso deixar de lado costumes culturais como receber familiares todos os finais de semana, cozinhar para amigos e atender a chamados frequentes para o engajamento em questões sociais e políticas que envolvem a cidade. Lavar, limpar, cozinhar, lecionar, ouvir os problemas dos familiares e assisti-los, discutir as adversidades sociais da cidade, ser presente nas demandas sindicais e ainda fazer pesquisa é um desafio que, como mulher, tenho enfrentado diariamente. Não é fácil.

Como autora desta pesquisa, sou prova de que o século XXI ainda impõe às mulheres responsabilidades desgastantes e desiguais se comparadas àquelas atribuídas aos homens, já que, para termos o direito de fazer parte das atividades atinentes ao mundo público, é exigido que as façamos em conciliação com as obrigações da vida privada, o que também é uma forma de violência empregada contra as mulheres.

Quando os homens trabalham fora e estudam, eles se desligam, salvo exceções, da vida privada: não se preocupam com a educação dos filhos, que acabam deixando por conta das mães; não se desdobram para dar conta dos afazeres domésticos (não lavam, não cozinham, não limpam, não organizam o espaço e não são cobrados por isso). Com as mulheres, não é assim que acontece. Não importa o quanto elas estejam atarefadas e o quanto precisem de concentração e tempo para investir em suas tarefas fora do âmbito doméstico: delas serão sempre cobrados a presença e o compromisso com a família.

Essas questões são fundamentais para a compreensão que, os diversos papeis que as mulheres assumiram e continuam assumindo na sociedade, perpassam por discussões mais profundas sobre gênero e patriarcado, as quais não serão aprofundadas nessa pesquisa por ter optado seguir uma abordagem a partir do campo da história das mulheres e não diretamente com a história de gênero e patriarcado. Porém, são conceitos considerados e presentes no desenvolvimento da tese, necessários para a compreensão das questões políticas, sociais e de estrutura histórica que influenciaram a história das mulheres e das transformações ocorridas pelas lutas femininas ao longo da história.

Nos desafios enfrentados pelas mulheres para conquistar o mundo do trabalho, na inserção feminina nos espaços públicos e no reconhecimento de sua importância dentro dos ambientes reconhecidos como domésticos, questões foram sendo levantadas sobre direitos iguais e o conceito de gênero. De acordo com Lerner (2019), esse é um conceito construído historicamente para determinar um lugar para as mulheres ocuparem na sociedade. Para tanto, a autora afirma, que essa diferenciação tem sido reafirmada no campo biológico, numa tentativa de reduzir a mulher a um ser frágil e inferior ao homem, sendo assim, incapaz de assumir funções de controle, seja na família ou no mundo público, em que ocorrem as relações de

trabalho remunerado, de visibilidade, das ações de cidadania e de valorização dos direitos.

> Atributos sexuais são fatores biológicos, mas gênero é produto de um processo histórico. O fato de mulheres terem filhos ocorre em razão do sexo, o fato de mulheres cuidarem dos filhos ocorre em razão do gênero, uma construção social. É o gênero que vem sendo o principal responsável por determinar o lugar das mulheres na sociedade (Lerner, 2021, p. 47 e 48).

Essas diferenças de gênero construídas historicamente são frutos de uma construção patriarcal de poder, que colocou o homem no centro das decisões e o responsável por prover o controle sobre a família, a propriedade e de todos que fizessem parte, incluindo as mulheres, que segundo Lerner, eram parte das posses garantidas aos homens. A autora apresenta o patriarcado como um sistema histórico, construído pelos homens e para o benefício deles próprios. Esse processo histórico, é por sua vez a raiz da submissão feminina e o ponto central de toda a disputa de gênero travada ao longo dos séculos.

O patriarcado é uma construção histórica, portanto, passível de ser destruído e essa tem sido a luta dos movimentos feministas: romper com as barreiras impostas historicamente e socialmente e garantir a existência de uma sociedade que reconhece as diferenças biológicas, mas que garantam a igualdade social, humana e política dos seres humanos.

> Comecei com a convicção, compartilhada pela maioria das pensadoras feministas, de que o patriarcado como sistema é histórico: tem início na história. Sendo assim, pode ser extinto pelo processo histórico. Se o patriarcado fosse "natural", ou seja, com base em determinismo biológico, então mudá-lo seria mudar a natureza. Pode-se argumentar que mudar a natureza é exatamente o que a civilização fez, mas que, até agora, a maioria dos benefícios advindos do domínio sobre ela, que os homens chamam de "progresso", favoreceu o grupo masculino da espécie. Por que e como isso aconteceu são perguntas históricas, não importando como são explicadas as causas da subordinação feminina (Lerner, 2021, p.31).

Essas discussões, de forma politicamente estruturadas, não fazem parte do cotidiano das mulheres que participaram da pesquisa e que representam as práticas de grande parte das mulheres que coabitam o mesmo espaço. Não há sinais entre elas de consciência de classe, ou da construção de um coletivo feminino preocupado em discutir questões de gênero e patriarcado. Ainda assim, é perceptível que essas teorias e as lutas feministas afetaram e influenciaram as práticas femininas na região, uma vez que as mulheres passaram a desafiar os costumes e tradições impostas, subverteram regras e modificaram a realidade local.

Embora, como já dito, essa pesquisa não direcionou seus estudos para as questões de gênero e patriarcado e mantendo o foco no campo da história das mulheres, essas angústias precisam ser pontuadas, porque esta pesquisa faz justamente uma análise de como as mulheres atuam no mercado de trabalho atualmente na região de Ivaiporã e como usufruem de sua cidadania e de sua autonomia. É preciso dizer que não é nada justo o modo como as mulheres

têm se desdobrado para cumprir as atividades domésticas e ocupar os espaços públicos aos quais têm direito na região pesquisada por esta autora.

O conceito de cidadania empregado nesta tese está ligado ao campo político, pautado em Aristóteles (2006) e que reflete o poder do indivíduo em participar das decisões políticas e sociais de sua cidade, no exercício de seus direitos e deveres. Nesse sentido, cidadania é o espaço de conquista do direito e da autonomia do indivíduo.

A autonomia, por sua vez, é o exercício de tomar decisões e assumir suas próprias ações. De acordo com Sardenberg (2009), a autonomia é a capacidade de tomar decisões de peso em relação às nossas vidas e assumir o controle sobre elas. A concepção de autonomia presente nas temáticas dessa pesquisa é a da condição assumida pelas mulheres em um determinado momento de suas trajetórias de serem protagonistas de suas histórias, seja pelo trabalho remunerado, que abriu as portas para a libertação do controle masculino, seja pela consciência política ou pelo acesso à educação formal e informação sobre as conquistas femininas por meio das ações do movimento feminista nos grandes centros urbanos.

Ao longo desses quatro anos, no contato com as 25 mulheres que fizeram parte desta pesquisa, outras centenas delas foram indiretamente estudadas. Neste estudo, causa angústia perceber o quanto algumas amarras culturais, religiosas e educacionais ainda dificultam a conquista da cidadania feminina nas cidades pesquisadas. Durante a pesquisa, esbarrei-me em muitos desses obstáculos: mulheres que se negaram a contribuir porque ficaram com medo de ter suas ideias expostas, uma vez que ainda não conquistaram o poder de fala e de decisão perante os homens com quem convivem; além de mulheres que, por questões religiosas, se distanciaram da participação deste estudo.

É importante considerar que esta pesquisa encontrou entraves por conta da perseguição indireta que o padre da cidade pratica contra mim. Muitas mulheres se esquivaram da pesquisa porque são orientadas por ele a não manter relação de convivência com esta pesquisadora, a quem, segundo elas, ele chama de “comunista, abortista e defensora da ideologia de gênero”. Esses relatos – que chegam a esta autora como forma de desabafo ou por terceiros, uma vez que muitas mulheres realmente se afastaram – demonstram o quanto a religião ainda é forte e tem controle sobre as mulheres da região; revelam que a obediência é fruto da influência da Igreja sobre a educação e a cultura de muitas delas. Obviamente é preciso compreender que a ação do referido pároco não representa a posição da Igreja no espaço, pois ela não apresenta em sua generalidade essa postura de perseguição às mulheres que são independentes e que não se

submetem aos conceitos doutrinários propostos por alguns religiosos. Mas demonstram, pela obediência dessas mulheres, o poder que a Igreja ainda exerce sobre a educação e a cultura de muitas delas.

Os relatos apresentados por mulheres idosas e jovens sobre assédio moral, psicológico, sexual e doméstico demonstram que a sociedade local ainda tem muito por mudar nesse sentido. Essas são questões que há muito vêm sendo debatidas por mulheres de todo o mundo. Segundo Bezerra (2006), desde a década de 1960, movimentos feministas dos Estados Unidos e da Europa, dão maior valor às temáticas que envolvem a violência contra a mulher. Essas ações se tornam presentes nas mobilizações feministas do Brasil da década de 1970, quando assuntos como violência doméstica e sexual passaram a ser pauta de debates do movimento feminista. "Essas entidades trouxeram à tona as problemáticas da violência doméstica e sexual, da discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho, da dupla jornada de trabalho, do controle sobre o corpo e a sexualidade feminina pela cultura machista" (Bezerra, 2006, p. 151). Ainda assim, esse é um problema latente no Brasil dos dias atuais e não é diferente na região onde a pesquisa foi realizada.

Muitas questões levantadas demonstram uma situação de desigualdade e abuso contra as mulheres da região. Quando o assunto é violência contra a mulher, por exemplo, os índices ainda são assustadores, e os relatos orais também explicitam uma realidade negativa, uma vez que, seja no mercado de trabalho, seja no espaço doméstico ou nos outros espaços frequentados pelas mulheres, os assédios e o uso da violência ainda se fazem muito presentes. Ainda são fatores de inibição feminina nas cidades em que vivem.

Esses desafios, no entanto, são vencidos cotidianamente pelas mulheres que fazem parte das cidades de Jardim Alegre, Ivaiporã e Lidianópolis, ainda que nem sempre esses enfrentamentos sejam visíveis. Essas mulheres, que, por muito tempo, viveram na invisibilidade, aprenderam a utilizar subterfúgios para camuflar suas resistências e, de modo velado, contornar situações, superar barreiras e ocupar seus lugares de fala e atuação.

Para compreender essa prática utilizada pelas mulheres, principalmente da primeira geração, a pesquisa tomou como base o conceito de tática e estratégia apresentado por Michel de Certeau (2014). Este autor apresenta as táticas como formas utilizadas pelos grupos dominados para contornar as estratégias da classe dominante, sem a necessidade de enfrentamentos que causariam desgaste e destruição. A análise de Certeau (2014) serviu como uma base teórico-metodológica para analisar as ações praticadas pelas mulheres da região como meio de subverter a ordem imposta pelo patriarcado e a cultura machista do lugar, sem precisar utilizar de força. O uso dos silêncios e trazer para o âmbito privado as atividades do espaço

público para então poder ser inserida nele e conquistar sua cidadania são exemplos das táticas propostas pelo autor.

Coloca-se como problemática da pesquisa o difícil acesso a fontes e informação na região. Um exemplo dessa dificuldade é o fato de que Ivaiporã, centro comercial da região, não conta com uma sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) capacitada para o acesso a arquivos das informações sobre a região, o que demanda deslocamento para Curitiba, a fim de efetuar uma pesquisa mais aprofundada. A ausência de bibliotecas públicas com acervos da historiografia da região constitui outro entrave para a pesquisa.

Ademais, trabalhar com essas mulheres foi um desafio imenso. A pesquisa toda foi um desafio à realidade. Isso porque escolher a temática e fazer o recorte temporal e espacial exigiu uma pesquisa antecipada, para avaliar as possibilidades de fontes. Não foi possível retroceder para a primeira metade do século XX, justamente por não encontrar fontes orais vivas que estivessem disponíveis para contribuir narrando suas trajetórias de vida. Definir o tema foi outro desafio, pois, para entender a abertura do mercado de trabalho feminino na região, foi preciso considerar fatores que envolviam a educação e a cultura da mulher à época. Para tanto, foi preciso buscar informações sobre a religião, a economia e a organização social do espaço nos diferentes períodos abrangidos por esta pesquisa.

As informações não estavam disponíveis, foi preciso "garimpá-las". Não foi possível encontrar muitos registros escritos. Muitos dos dados estatísticos das décadas de 1960 e 1970, por exemplo, não foram registrados e, quando foram, as informações não eram claras, o que exigiu muita análise para evitar interpretações equivocadas dos acontecimentos. As pistas apresentadas por meio de algumas informações verbais de pessoas que viveram na comunidade ou que vivem até os dias atuais nem sempre foram esclarecidas ou comprovadas. Muita coisa foi deixada de lado pelo fato de não haver comprovação por meio de dados, de registros escritos ou pelas fontes orais.

Essas barreiras começam a ser transponíveis a partir da exploração dos acervos familiares, que, em sua maioria, são organizados e preservados por mulheres, facilitando de certa forma o acesso a informações do universo feminino. Ainda assim, quando se trata de mulheres idosas, muitas já não contam mais com esses arquivos de família devido ao fato de não terem realizado os registros no passado ou simplesmente por já tê-los perdido com o passar dos anos. No entanto, os registros de família preservados são uma das bases de informação desta pesquisa.

Aos poucos, os desafios foram sendo superados. Ao coletar os depoimentos de diversas mulheres idosas que viveram as décadas de 1950, 1960 e 1970, ou mais jovens, contemporâneas

das últimas décadas, percebe-se a luta feminina diária para sobreviver; a grande carga de obrigações que lhes é atribuída; e o quanto são fortes ao executar as atribuições cotidianas e ainda se impor como cidadãs capazes de fazer suas próprias escolhas. Assim, a História Oral tem feito um papel para além da pesquisa, ou seja, construir laços afetivos e de reconhecimento identitários entre a entrevistadora e as entrevistadas.

As informações orais sobre o cotidiano das mulheres que habitam a região na atualidade e os registros escritos serviram de base para a realização deste estudo. Por meio dessas fontes orais, percebe-se a participação das mulheres nesse cenário geográfico, engajadas em diversos setores do trabalho e da prática de cidadania. Elas ajudaram na construção das cidades, no desenvolvimento da agricultura e participaram de uma economia pautada no comércio e na produção agrícola, hoje, basicamente para exportação. A ausência de trabalhos historiográficos sobre as mulheres no espaço, que possam demonstrar sua participação efetiva em todos os momentos da ocupação do território por diferentes grupos, fez surgir a necessidade da pesquisa.

Para compreender o movimento das mulheres na região de Ivaiporã no período de 1950 a 2020, suas atividades domésticas e a atuação no âmbito público por meio do trabalho e do exercício da cidadania, esta pesquisa procurou dividir o estudo das mulheres em três gerações ainda existentes na região. Sendo assim, a primeira geração compreende o grupo de mulheres que estavam nessa região entre os anos de 1950 e meados da década de 1970; a segunda geração é composta por mulheres que nasceram, viveram ou atuaram nessa região entre os anos de 1970 até 1980; e a terceira e última geração abarca meados dos anos de 1980 até 2020. Importante pontuar que a divisão em gerações é apenas para facilitar a organização do estudo sobre essas mulheres, porém não é estanque, uma vez que algumas mulheres transitam entre uma geração e outra devido ao seu tempo de atuação no meio.

Analisar a atuação de mulheres de diferentes gerações é uma escolha pautada na necessidade de compreender as permanências e mudanças ocorridas nesses 70 anos pesquisados. O olhar analítico para as três gerações possibilita a compreensão dos impactos que a religião, a educação e a falta de recursos causaram nas mulheres que viveram no espaço nas décadas de 1950 a 1970. Ao seguir o percurso dessas mulheres, é possível perceber como o acesso à educação formal e o domínio do espaço público transformaram o universo feminino. Essa é uma análise, portanto, que será mais explorada nas páginas seguintes desta tese.

Segundo Lerner (2021, p.29), “as mulheres foram excluídas da iniciativa de criar sistemas de símbolos, filosofias, ciências e leis”. Isso demonstra que a educação das mulheres sempre foi controlada por imposições, sejam elas culturais, patriarcais, religiosas ou familiares.

Nessa tese utilizamos a educação no conceito de formação e apropriação de conhecimentos. Para tanto, consideramos uma divisão entre educação informal, aquela recebida pelas tradições familiares, pelos costumes e cultura, pela religião imposta ou por saberes repassados entre pessoas do mesmo grupo de convivência cotidiana; e esta, a educação formal, adquirida por meio da escolarização e posteriormente formação técnica e acadêmica, representada por um ensino institucionalizado, seguindo a lógica da periodização para analisar cada uma delas em diferentes momentos da vida dessas mulheres.

O uso do conceito de ‘geração, para o processo de periodização da análise, não estabeleceu marcos temporais rígidos e lineares, como se a atuação de um grupo tivesse que ser interrompida para o início de outro grupo geracional, pelo contrário, o trabalho dessas mulheres se complementa, uma vez que são avós, mães, tias, irmãs, filhas e netas que têm suas histórias de vida entrelaçadas umas às outras, dando significado às ações e conquistas das jovens mulheres que atuam no presente.

Segundo Sirinelli (1998), o uso do conceito de “geração” foi debatido pela historiografia por muito tempo. Isso porque havia e, de certa forma, ainda há uma preocupação em cair na linearidade, na generalidade e na banalidade quando se utiliza tal termo, promovendo um estudo raso de descrição de tempo e não de fator de análise nesse tempo. Para evitar tais riscos, o autor ressalta que é preciso considerar que a geração, apesar de ser um importante instrumento de estudo do tempo, não é estática e que o estudo precisa ser feito de forma a considerar todas as nuances: identidade, cultura, periodização e reconhecimento de grupo.

Não se pode pensar que este estudo é linear em nenhum dos pontos a serem considerados, inclusive no tempo, as variáveis estão presentes em todos os sentidos. “Assim como o econômico, o social, o político e o cultural não avançam no mesmo passo, e as gerações, em relação a esses diferentes registros, são de geometria variável, tal plasticidade também existe verticalmente em relação ao tempo” (Sirinelli, 1998, p. 133).

Essa análise realizada pelo autor se encaixa no conceito de geração adotado na pesquisa, que, apesar de ter a finalidade de fazer uma divisão periodizada das mulheres em três grupos diferentes, entre 1950 e 2020, não representa uma fragmentação, mas um “fator de análise”, como afirma o autor, da atuação das mulheres nesse espaço durante o referido período. No entanto, não é uma análise de continuidade de um grupo para o outro; trata-se de compreender a conexão que essas mulheres de diferentes idades apresentam em suas práticas, inclusive quando o assunto é cultura.

É possível perceber a presença das mulheres atuantes já nessa época (1950-1960) pelos relatos orais, ou pelas informações verbalizadas pelos filhos e netos dessas senhoras que ainda

compõem o espaço e trazem vestígios de ações cotidianas não apenas como mães, esposas ou donas de casa, mas trabalhadoras, que atuaram fora do âmbito doméstico. Reconhecer essas práticas e dar visibilidade ao trabalho dessas mulheres é um dos objetivos deste trabalho.

A invisibilidade feminina estaria motivada, como hipótese principal, por uma série de fatores, como o religioso e o cultural, que prioritariamente colocavam o homem no controle da prole, dos negócios e da vida política, ele como figura pública; ela, personagem doméstica. Esse modelo de família patriarcal europeia, que se espalhou pelo país desde o Período Colonial, já em meados do século XX encaminhava-se para a superação nos grandes centros urbanos do país. É pertinente questionar, portanto, como esse processo de superação ocorreu no espaço escolhido para a pesquisa: uma região interior, com recente passado de incorporação à "nação moderna", como a define Mello e Novais (1998, p. 560).

Segundo esses autores, essa ideia de modernidade foi construída no Brasil na década de 1950 e se estendeu até a década de 1970, período em que a instalação de indústrias de base, como a do aço, do petróleo, da petroquímica, e tantas outras, serviram de alicerce para o surgimento de uma indústria nacional crescente, com uma visão de desenvolvimento pujante no país. A propaganda, que após a década de 1970 se intensificou com a popularização da televisão, dava para a população, sobretudo para a urbana, a percepção de um país moderno. Outros atributos são acrescentados pelos autores a essa visão de modernidade, como o acesso ao gás de cozinha, substituindo o fogão a lenha, os eletrodomésticos – como liquidificador, chuveiro elétrico –, as linhas telefônicas e tantas outras opções de conforto que atingiram as diferentes classes sociais, sobretudo a classe média e urbana.

> Dispúnhamos também, de todas as maravilhas eletrodomésticas: o ferro elétrico, que substituiu o ferro a carvão; o fogão a gás de botijão, que veio tomar o lugar do fogão elétrico, na casa dos ricos, ou do fogão a carvão, do fogão a lenha, do fogareiro e da espiriteira, na dos remediados ou pobres: em cima dos fogões, estavam, agora, panelas – inclusive a de ferro; o chuveiro elétrico; o liquidificador e a batedeira de bolo; a geladeira; o secador de cabelos; a máquina de barbear, concorrendo com a gilete; o aspirador de pó substituindo as vassouras e o espanador; a enceradeira no lugar do escovão; depois veio a moda do carpete e do sintético; a torradeira de pão; a máquina de lavar roupa; o rádio a válvula deu lugar ao rádio transistorizado, AM e FM, ao rádio de pilha, que andava de um lado para o outro, junto ao ouvinte (Mello; Novais, 1998, p. 564).

Mesmo que as transformações não tenham sido sentidas uniformemente por toda a sociedade, elas impactaram a vida das pessoas. A disseminação de informações e o acesso a novos produtos se tornaram uma realidade, fazendo a diferença para alguns grupos. A região em pesquisa não teve acesso a todas essas inovações já na década de 1950. Os relatos das mulheres que contribuem para a pesquisa demonstram que até aquelas que faziam parte de uma classe social mais abastada, instaladas em Ivaiporã, cidade mais estruturada que as demais na

época, viviam com muito pouco conforto. Ainda assim, as cidades cresciam, a energia elétrica tornou-se realidade para boa parte das famílias e a tal modernidade também passou a compor o cenário das cidades da região.

No tocante às mulheres, ainda em Mello e Novais (1998), é possível encontrar fundamentação para compreender que a vida moderna demorou um pouco mais para se tornar realidade, pois, embora o casamento já não fosse mais visto como uma escolha imperativa da família, a submissão feminina era ainda uma constante, sobretudo nas regiões campesinas. Era o caso de boa parte das mulheres que participam da pesquisa, já que viviam em propriedades rurais ou em pequenas cidades, cujos afazeres domésticos, por muito tempo, estiveram ligados aos costumes do meio agrícola.

> O amor romântico, como critério da escolha do cônjuge, ia substituindo a determinação imperativa da família. E a sujeição da mulher ao marido não era mais absoluta. Mas seu dia a dia era muito mais sacrificado que o do homem, 'pois não apenas lhe compete todo o trabalho da casa – que na roça compreende fazer roupas, pilar cereais, fazer farinha, além das atribuições culinárias e dos arranjos domésticos – mas ainda labutar ao seu lado'. A mulher continuava, antes de tudo, ventre gerador de uma penca de filhos: alguns morriam, mas muitos que 'vingavam' ajudariam na lavoura (Mello; Novais, 1998, p. 576).

Outra hipótese a ser considerada como componente da hegemonia masculina no mundo público era a dificuldade de acesso aos centros urbanos e até mesmo às pequenas cidades que existiam na região, uma vez que a maioria da população, de acordo com o Censo do IBGE dos anos de 1970, vivia no meio rural (Tabela 1).

Tabela 1 – Censo populacional de 1970 – população urbana e rural.

POPULAÇÃO URBANA E RURAL SEGUNDO O CENSO DE 1970		
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
IVAIPORÃ	12.168	55.430
JARDIM ALEGRE	3.836	31.034

Fonte: organizada pela autora a partir de dados do IBGE (1970).

De acordo com a Tabela 1, é possível constatar que as cidades que existiam na região estavam em desenvolvimento. Ivaiporã era, naquele ano, a de maior índice populacional e ainda assim a sua população urbana somava menos de 20% da população total do município. É preciso entender que, àquela época, ainda não existiam os municípios que rodeiam Ivaiporã. Arapuã e Ariranha do Ivaí eram distritos administrativos, e sua população compunha o cenário rural, havendo núcleos mais adensados de populações em alguns pontos, com a existência de um armazém, casas e uma igreja. Porém, esses aglomerados não eram considerados núcleos urbanos, eram tidos como povoados rurais. Isso também pode ser uma forma de explicar o alto

índice populacional do campo. A mesma realidade é observada em Jardim Alegre, que apresenta um índice populacional rural de quase 90% em relação à totalidade de pessoas que faziam parte do município, incluindo o atual município de Lidianópolis, que na época era distrito do município de Jardim Alegre e não apresentava núcleo urbano.

Constatamos, com as informações coletadas de forma oral para esta tese, que as poucas informações recebidas pela população chegavam pelo rádio, alguns jornais e revistas que circulavam nas cidades entre as famílias de classe social mais abastada. É necessário considerar a expansão da televisão no final dos anos de 1970 e década de 1980, o que também estaria relacionado às transformações e mudanças campo-cidade no período. Essa é uma questão debatida por Mello e Novais (1998) ao discutir o modelo capitalista desenvolvido entre as décadas de 1950 até meados dos anos de 1980. Eles demonstram que a chegada da televisão mudou as formas de relação entre o campo e a cidade. Pela televisão, o agricultor passou a ver o mundo da cidade da forma como a propaganda, a novela e os informativos traziam. Isso, na maioria das vezes, era apresentado de maneira cativante e atraía a atenção dos camponeses.

> Já nos anos 60 e 70, a televisão toma, no bar, muitas vezes o lugar do rádio. Até nas pequenas cidades e vilarejos lá está ela, no alto, colocada no ponto de encontro ou na praça: todos estão vendo a novela das oito. Como dizia na música do notável Chico Buarque, veem o Brasil na tv (Mello; Novais, 1998, p. 580).

Entre as hipóteses que são consideradas neste trabalho, duas delas podem ser destacadas para a compreensão da invisibilidade feminina no espaço, no período entre os anos finais de 1950 e a década de 1960: a primeira é a falta de acesso à educação escolar em razão da ausência de escolas na zona rural. Isso além de contribuir para a pouca instrução das pessoas em geral, mantinha a mulher reclusa ao espaço privado, já que os poucos espaços públicos a que tinham acesso eram as igrejas e as escolas, frequentadas quando ainda eram crianças em processo de alfabetização ou na condição de professoras. Logo, se não havia escolas, as possibilidades de vivência pública eram ainda menores. A segunda hipótese é a questão legal, pois, segundo algumas fontes orais, a adesão da mulher ao espaço público dependia da autorização do pai ou do marido. Isso demonstra que além de estarem pouco presentes, as mulheres ainda viviam em uma situação de dependência da figura masculina para atuarem no espaço público.

Dessa forma, a pesquisa não teve como finalidade apenas fazer um levantamento de profissões exercidas por mulheres na região de Ivaiporã, mas compreender a trajetória de lutas e conquistas das mulheres no decorrer dos anos; a dinâmica do movimento das mulheres ao longo da história do Brasil por igualdade de gênero; e a participação consciente ou não das mulheres da região de Ivaiporã nas conquistas dos direitos femininos no estado do Paraná e

quiçá no Brasil. Este estudo dedicou-se a compreender as dificuldades e os desafios que essas mulheres sofreram e sofrem para firmarem carreira na região mesmo após adquirirem formação profissional, considerando o machismo e o preconceito que se fazem presentes ainda nos dias de hoje.

É objetivo desta pesquisa fazer uma apresentação da presença feminina em cidades da região de Ivaiporã, como forma de entender a dinâmica das mulheres nesse espaço e sua participação direta ou indireta na construção social e cidadã dos indivíduos por meio de seu trabalho, de sua atuação como mães e esposas e, por fim, como força de produção, seja na agricultura, seja no comércio ou no âmbito doméstico.

Para atender às demandas propostas e o contexto apresentado, a pesquisa contou com importantes referenciais bibliográficos que foram suporte para a compreensão de fatos apresentados na região e que não estão isolados do contexto nacional e global. No tocante ao contexto nacional, foram utilizadas produções historiográficas que demonstram a ligação entre o movimento realizado pelos imigrantes em outras regiões do país e as transformações que promoveram na região de pesquisa, bem como a influência de grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro nas mudanças culturais vivenciadas pelos pequenos espaços urbanos em diferentes regiões do Brasil. Nesse sentido, a base historiográfica foi Mello e Novais (1998), em uma análise sobre a importância das transformações ocorridas em São Paulo, por meio da urbanização e incorporação de hábitos e costumes trazidos por diferentes grupos de imigrantes para a cidade, o que proporcionou a construção de uma cultura moderna que, por sua vez, influenciou o desenvolvimento urbano nas demais regiões do Brasil.

Para analisar a urbanização e as transformações sociais decorrentes do pensamento moderno, a pesquisa se pautou em Pesavento (1995), com o conceito de cidade e todo o ideário construído em torno dela, além de realizar uma busca pela historiografia que valoriza a história dos excluídos. O conhecimento do passado recente da região em termos historiográficos ampliou-se nos últimos anos. Autores como Mota (1994), Mota e Novak (2008) e Quiezi (2020) permitem-nos compreender a formação do espaço, para reconhecimento do território e seu povoamento por povos originários e por colonizadores oriundos de outros espaços. Para a compreensão histórica da formação da região, bem como o seu desenvolvimento político e econômico, foram utilizados os autores Dias e Gonçalves (2001) e Priori *et al.* (2012), bem como outros autores que se dedicaram a pesquisar sobre a região e auxiliam na compreensão da formação do espaço.

Como a fonte documental principal da pesquisa é a História Oral, foram utilizados autores que apresentam caminhos para o uso das informações orais como fonte e metodologia

de pesquisa, bem como a importância de tratar essa fonte metodológica com o rigor de pesquisa historiográfica. Para tanto, autores como Thompson (2002) serão utilizados como base para entender a sociedade e seus movimentos por meio das experiências do passado, com a intenção de compreender o depoimento das mulheres e suas memórias como algo que faz parte de uma temporalidade especial – uma vez que envolve não apenas o indivíduo entrevistado, mas todos os demais que por elas foram cuidados – e para reconhecer a importância da memória coletiva.

Com o objetivo de utilizar a História Oral como fonte e metodologia de pesquisa, Alberti (2018) foi utilizado como referência para a estruturação do trabalho com História Oral com todos os seus rigores metodológicos e responsabilidade com as memórias envolvidas. Os relatos foram coletados por meio de entrevistas[1], previamente agendadas com as participantes, com o esclarecimento dos objetivos e a importância da participação de cada uma delas com seus relatos para o entendimento dos fatos ocorridos em consonância com as informações documentais obtidas por meio dos dados do IBGE.

A entrevista pautou-se pelos seguintes questionamentos: Qual seu nome completo? Qual sua idade e grau de escolaridade? Há quantos anos vive na região de Ivaiporã? Qual a sua profissão? Há quanto tempo exerce essa profissão? Quais foram as razões que motivaram a escolher/exercer essa profissão? Quais desafios levaram a essa prática? Quais foram os caminhos ou desafios que enfrentou/enfrenta para exercer essa profissão na cidade/região em que vive? Sua profissão é considerada como uma profissão exercida por homens e mulheres ou é reconhecida como uma profissão exclusivamente feminina? Por quê? Como você se reconhece no mercado de trabalho? Há aceitação e respeito ou você precisa lidar com questões ligadas ao racismo, machismo e rejeição à presença feminina no seu espaço de atuação? Você considera que tem uma profissão, um trabalho ou um emprego? Por que concebe dessa forma? Como você lida com as questões ligadas ao racismo e à inferiorização da mulher no mercado de trabalho? Já viveu alguma situação de discriminação por ser mulher? Se sim, como enfrentou isso? Você é casada? Como foi/é sua relação com o casamento e o mercado de trabalho? Você percebe dificuldade das mulheres de se infiltrarem em algumas profissões por serem consideradas restritamente masculinas na região? Como isso ocorre? Você já viveu ou vivenciou algum tipo de assédio no trabalho pelo fato de ser mulher? Você acredita que houve avanços na firmação das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas na região? Como isso pode ser explicado? Na sua concepção, quais são os maiores desafios que as mulheres ainda precisam superar para serem de fato respeitadas e reconhecidas nas diversas profissões que

[1] Comitê de Ética: submissão de pesquisa com humanos; parecer consubstanciado do CEP – Parecer nº 5.460.453, de 10 de junho de 2022. O referido documento encontra-se em Anexo.

exercem na região?

Vale ressaltar que essas questões foram adaptadas de acordo com as circunstâncias particulares das entrevistadas, considerando suas profissões, classe social ou escolarização, para a obtenção de resultados mais adequados na coleta dos dados. É importante compreender que, ao realizar a entrevista com o questionário previamente preparado, há um direcionamento sobre o que se pretende conseguir com os relatos coletados, no entanto, novos questionamentos surgiram durante o trabalho para a melhor compreensão do entrevistador.

O desenvolvimento da pesquisa contou com a participação de 25 mulheres de diferentes funções, idades e graus de escolaridade, distribuídas entre as cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis. Essas mulheres foram entrevistadas após uma abordagem prévia sobre a pesquisa, seus objetivos e a importância de sua contribuição. Após aceitarem o convite para participar, iniciou-se a fase das entrevistas em si.

Essas 25 mulheres foram escolhidas a partir de alguns critérios: fazerem parte da população que habitava a região após a década de 1950; terem exercido atividades profissionais; realizarem algum tipo de trabalho remunerado na época; apresentarem alguma ocupação que possa demonstrar a condição da mulher no espaço público e privado na região naquele determinado momento; terem praticado ou praticarem atividades de costura, artesanato ou beleza (salões de cabeleireiros, manicure e estética); fazerem parte da agricultura ou da pesca na região, serem ou terem sido membros da agricultura familiar ou de exportação; e, por fim, mulheres do século XXI, jovens profissionais com carreira e formação acadêmica, atuantes nos diferentes espaços sociais e na demanda de outros que ainda se fecham para a presença feminina. Vale destacar que algumas entrevistadas eram muito jovens e outras já idosas que nem exercem mais a profissão; no entanto, as informações fornecidas contribuem para acompanhar a trajetória das mulheres nessas profissões na região.

Além das entrevistas e das informações orais, como metodologia de trabalho, foi feita uma busca documental para coletar informações capazes de explicar a presença de atividades remuneradas ou não, que fizeram e fazem parte do cenário profissional feminino. Além desses documentos, a pesquisa contou com os dados estatísticos do IBGE para compreender a dinâmica populacional e sua estrutura ao longo dos anos em estudo. Nessa busca por fontes documentais, é preciso registrar a dificuldade de acesso a tais documentações. A busca por informações a partir do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), por exemplo, foi extremamente comprometida, uma vez que não se encontram registros de cursos ofertados, nem por meio de programas de extensão em parceria com outras unidades. Realizamos visitas às unidades do Senac de Ivaiporã, Apucarana, Curitiba e Pinhais. Segundo informações obtidas

na unidade de Curitiba, Pinhais é a sede de todas as unidades e lá deveria haver informações das demais unidades do estado. No entanto, em nenhuma delas foram encontrados documentos que pudessem contribuir para esta pesquisa. A justificativa apresentada pelo responsável da unidade central é que a maioria desses dados não foram armazenados e muitos se perderam no processo de digitalização.

É importante deixar registrado que foram realizadas três visitas na unidade de Ivaiporã, onde funcionários demonstraram interesse em contribuir para o levantamento dessas informações. Foram realizadas uma visita em Curitiba, uma em Pinhais e uma em Apucarana, além de muitas buscas *on-line*. No entanto, as mulheres que contribuíram para a pesquisa citam o Senac em suas falas, mas a maioria buscou esses cursos profissionalizantes fora da região. Atualmente, com a unidade física em Ivaiporã, o acesso é maior, no entanto, as jovens entrevistadas contam com outras opções, uma vez que a oferta de cursos profissionalizantes se ampliou, e as instituições são muitas, tanto presenciais como na modalidade a distância.

Para a historiografia das mulheres, a pesquisa tomou como base autoras como Michelle Perrot (2005), Joana Pedro (2018), Carla Bassanezi Pinsky (2018) e Mary Del Priore (2018), bem como outras autoras e autores que ajudam a compreender o papel da mulher na sociedade brasileira, suas lutas, suas conquistas e as influências que o Movimento Feminista brasileiro recebeu de outros países.

Em Michelle Perrot (2005), busca-se a fundamentação da História das Mulheres na historiografia francesa, os debates que envolvem a construção do feminino e a história de exclusão e luta das mulheres europeias para conquistar direitos de cidadania, que fundamentaram e fundamentam os embates sobre o feminismo no Brasil. É importante compreender que a autora faz uma discussão sobre a mulher não apenas em seus contextos de luta, mas também voltada à compreensão da construção cultural e política do conceito de mulher e a criação da imagem idealizada para o modelo feminino por meio de uma moral religiosa. Para isso, apresenta a trajetória das mulheres na busca por ocupar espaços públicos e atingir a autonomia tão negada a elas nas sociedades patriarcais.

Em Joana Pedro (2018) e Mary Del Priore (2018), encontra-se embasamento para compreender a condição da mulher do campo e da cidade e seu papel perante a família, o mercado de trabalho e as esferas públicas no Brasil. Tal embasamento possibilita discutir a atuação das mulheres em diferentes contextos da sociedade brasileira e a imputação de valores forçados por uma moral religiosa pautada no cristianismo e pela firmação do modelo patriarcal desenvolvido na Europa e reproduzido no país.

Com Joana Pedro (2018), é possível pensar as transformações ocorridas no papel da

mulher a partir da década de 1960, após as mudanças ocorridas no movimento feminista, que passa a atrair a atenção de mulheres de diferentes setores da sociedade. A autora examina questões morais que levam à submissão feminina, bem como questões políticas relacionadas aos direitos civis e sociais das mulheres. Além disso, ela aborda as questões culturais que surgiram com a modernização industrial, as quais se manifestaram primeiro no Rio de Janeiro e em São Paulo, e depois se espalharam pelo país. Isso faz com que novos olhares sobre as necessidades femininas e a importância dessas práticas comecem a ser valorizados no cotidiano das pessoas. A autora contribui com o esclarecimento do movimento feminista e suas transformações para a autonomia feminina, que mais precisamente se estabelece a partir da década de 1980, com a redemocratização, adesão a universidades e conquista de igualdade de direitos.

Mary Del Priore (2018) contribui com as discussões acerca das imposições do patriarcado sobre a mulher, pautadas em uma moral religiosa que determinou por muito tempo a situação de inferioridade da mulher no Brasil. Isso demonstra o momento em que esses conceitos começam a ser contestados e que a mulher deixa de ser espectadora de sua história e passa a construir uma nova realidade exercendo domínio sobre suas próprias escolhas e ocupando novos espaços sociais públicos e privados.

Já em Carla Bassanezi Pinsky (2018), encontra-se uma discussão sobre a história das mulheres no Brasil pautada em modelos rígidos e modelos flexíveis imputados sobre a educação e a conduta das mulheres no Brasil do século XX. Segundo a autora, esses modelos foram base para a participação da mulher na vida pública e privada, pois, ao sofrerem alterações na segunda metade do século XX, tornaram-se cada vez mais flexíveis e deram abertura para a autonomia feminina. No conceito de rigidez como modelo de educação da mulher, a autora demonstra que, até a década de 1960, havia um cenário de formação para o casamento e para a submissão – mutáveis de acordo com as classes sociais analisadas, uma vez que a obrigatoriedade de entrar para o mercado de trabalho faz com que a mulher de classe de baixa renda fique mais sujeita à exploração, porém, supere mais rápido os modelos rígidos de educação (Pinsky, 2018, p. 469-508).

Com os modelos flexíveis, Pinsky (2018, p. 513-541) demonstra a transição de uma educação pautada na submissão para uma vida mais livre, com acesso à formação educacional, domínio sobre o próprio corpo e decisões. A autora apresenta uma flexibilização que se pauta na cultura, na educação e que é influenciada pelas mudanças ocorridas a partir da década de 1960, com a modernização industrial e a urbanização. Essas inovações trouxeram consigo uma série de informações, produtos, bens e serviços que transformaram o modo de pensar da

sociedade e alteraram as necessidades dos seres humanos (homens ou mulheres).

Esse embasamento historiográfico é importante para demonstrar a presença desses modelos no Vale do Ivaí, não de forma linear tampouco de transição direta de um para outro, mas coabitando por muito tempo na região, uma vez que é possível perceber, pelas fontes orais, exemplos de modelos rígidos de educação da mulher e cobrança de sua conduta no cotidiano até a década de 1980. Nesse mesmo período, já se encontram exemplos de modelos flexíveis, pois algumas fontes demonstram ter vivenciado uma educação mais libertária e menos pautada nos princípios morais impostos às mulheres da região, fundamentados por uma moral religiosa muito conservadora até o final da década de 1970.

Essas informações contribuem para a compreensão da importância da periodização proposta na pesquisa, como forma de entender os diferentes momentos da história dessas mulheres, bem como a relação entre um período e outro por meio de suas memórias e vivências que ora se separam, ora se desdobram em ações e costumes, ora se entrelaçam por meio de culturas e práticas que se repetem em décadas diferentes.

Diante disso, foi feita uma análise dos anos de 1950 até o final da década de 1980, com a finalidade de compreender as hipóteses de que nesse período houve mudanças significativas a partir da chegada de alguns recursos que possivelmente não existiam em períodos anteriores. Um exemplo disso é o acesso à universidade, realidade desafiadora para os habitantes da região, uma vez que eles não contavam com muitas opções de instituições superiores localizadas próximo às cidades da pesquisa e que, após a década de 1980, tornaram-se mais presentes e acessíveis, com mais opções de cursos superiores.

Ao pensar esse período e todas as possibilidades de bens e serviços ofertados, surgiu a necessidade de entender como isso poderia ser um desafio ainda maior para a mulher, já que, por uma questão da formação educacional e religiosa, até o final da década de 1970, a maioria das meninas era mantida sob os cuidados dos pais. Era mais difícil para as moças saírem da casa paterna e morar em outras cidades para estudar, embora seja possível encontrar relatos de mulheres que vivenciaram essa experiência nesse período, porém esses exemplos, em sua ampla maioria, são de mulheres de classe média ou alta. Essa realidade para as classes sociais com mais recursos financeiros pode ser analisada sob duas hipóteses. A primeira é o alto custo para a manutenção dos estudos, e a segunda é o fato de que essas famílias já tinham maior contato com os grandes centros, onde o estudo já era considerado algo tão importante tanto para os homens quanto para as mulheres.

Outro fator para análise do período entre os anos de 1950 e 1980 é a ausência de unidades de capacitação profissional presencial na região, o que dificultava o acesso das

mulheres aos cursos de profissionalização, uma vez que elas tinham que se deslocar para Apucarana ou Londrina para estudar, ou então fazê-lo pelo método de correspondência. Isso fez com que muitas aprendessem profissões como cabeleireiras, costureiras, artesãs e cozinheiras com outras profissionais que se dispuseram a formar as mulheres que desejavam exercer essas atividades como trabalho remunerado.

Esse aprendizado fora das escolas, em que um profissional vai repassando para outras pessoas o seu conhecimento e formando novos colegas de profissão, foi uma característica presente na região nos anos de 1960 e 1970, pois não existiam os institutos de formação e capacitação profissional que se apresentavam em centros urbanos com maiores índices populacionais. Apenas uma das mulheres que participaram da pesquisa afirmou ter feito curso pelo Senac nesse período, mas ainda assim frequentou o curso em Londrina, porque não existia uma unidade da instituição na região à época.

A segunda parte do trabalho abrange a década de 1990 até meados da segunda década do século XXI, uma vez que, após os anos 90 do século XX, a região passou a contar com a presença do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que, assim como em todo o Paraná, desenvolveu um programa de profissionalização por meio de pequenos empreendimentos, dando oportunidade a muitas pessoas. Segundo Monteiro (2019), o Sebrae foi muito utilizado pelo sistema capitalista neoliberal da década em questão como forma de impulsionar a produção econômica por meio de ações individuais ou coletivas, funcionando como estímulo e dedicação ao trabalho e ao desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, o termo empreendedorismo foi utilizado no contexto do Sebrae na década de 1990 como uma prática neoliberal, que "relaciona essa atividade à identificação de problemas, oportunidades e soluções inovadoras, atrelando a isso ideias de um perfil de empreendedor a ser seguido, traçando características como otimismo, autoconfiança, coragem, persistência e resiliência" (Monteiro, 2019, p. 30).

De acordo com Figueiredo et al (2015), a lógica de empreendedorismo imposta nos moldes do sistema capitalista, apesar de promover a independência financeira feminina, ignora as desigualdades de gênero presentes nas sociedades e sequer considera a trajetória das mulheres em busca de cidadania, que vão além da capacidade de prover seu próprio sustento. Além disso, é comum apresentar o trabalho feminino como um complemento na renda familiar. É comum nos projetos de empreendedorismo que envolvem a participação efetiva das mulheres, a existência de um discurso de condicionamento feminino à prática de cuidar, pautado em valores aprendidos na infância e que fariam parte do comportamento das mulheres.

Estes autores fazem uma crítica à forma como a concepção de empreendedorismo tem

sido colocada nos cursos e treinamentos destinados às mulheres, pois ao estudarem diferentes pesquisas sobre a temática, perceberam que o empreendedorismo vem reforçando as concepções impostas pela cultura patriarcal, na qual o trabalho da mulher ainda está condicionado ao complemento de orçamento familiar. Além disso, destacam que nessas pesquisas, a importância do trabalho da mulher é restrita à disposição natural de cuidar do outro e dessa forma, incentivando a prática de empreendimentos voltada para a culinária, o artesanato, atividades de estéticas e outras mais, que tradicionalmente estão ligadas ao mundo feminino.

> Apesar de avançarem no entendimento do trabalho feminino e de adotarem uma perspectiva claramente incentivadora à atividade empreendedora feminina, é possível notar que a maior parte dos estudos sobre empreendedorismo feminino não problematiza – e até mesmo naturaliza – a desigual distribuição de poder entre homens e mulheres. É forte a tendência a tratar os rendimentos da atividade empreendedora feminina como complementar à renda familiar (Machado, 2009; Menezes & Bertucci, 2009), assumindo-se que cabe ao homem o papel de provedor do lar e/ou que o trabalho feminino deve necessariamente ser devotado à família. No mesmo sentido, alguns analistas do empreendedorismo feminino também creditam às mulheres um estilo singular de administrar, fruto de um aprendizado originado na infância sobre valores, comportamentos e interesses tipicamente femininos (Figueiredo, et al, 2015, pag. 112).

Essa ideia da mulher como mantenedora de uma cultura familiar, na qual o homem assume papeis de maior relevância no setor produtivo ainda é muito presente nos discursos de empreendedorismo. Enquanto isso, a mulher assume o papel secundário de quem se insere em um mercado de trabalho para complementar o trabalho e a produção masculina. Para Figueiredo (2015), poucos estudos que envolvem empreendedorismo, fogem dessa lógica e aborda uma discussão pautada em questões que envolvem desigualdades e a luta pela autonomia para além do trabalho. Essa realidade não é exclusivamente feminina, estende-se aos homens, porém, para as mulheres, ela acaba por naturalizar as desigualdades.

> Percebe-se, portanto, reduzido potencial crítico de estudos que reproduzem irrefletidamente preconceitos de gênero e, dessa forma, contribuem para que a atividade empreendedora feminina não seja emancipadora. Também é digno de nota o fato de que, no campo dos estudos sobre empreendedorismo, a emancipação – tanto para homens quanto para mulheres – seja resultado imediato do impacto econômico da atividade empreendedora, o que exclui do escopo da reflexão as outras tantas formas de submissão que persistem apesar da geração de renda e da melhoria do padrão de vida econômico (Figueiredo, et al, 2015, pag. 112).

Como base nas análises sobre empreendedorismo a partir de Monteiro (2019) e, a partir das reflexões apresentadas por Figueiredo (2015) sobre a restrição do empreendedorismo apenas ao campo econômico, a análise realizada buscou compreender como muitas mulheres se apoderaram dos cursos oferecidos pelo Sebrae, bem como a assistência por ele oferecida para transformar suas práticas cotidianas de trabalho em profissão. Já no início do século XXI, a região contou com a chegada do Senac, com cursos profissionalizantes em diversas áreas,

ampliando o cenário de possibilidades para as pessoas que gostariam de obter formação profissional sem cursar uma faculdade. Na atualidade, existe a possibilidade de buscar formação técnica em áreas como moda, beleza, estética, culinária, artesanato, funções administrativas, eletricista, informática e tantos outros cursos profissionalizantes que se abriram para a região.

A tese está dividida em três capítulos. O primeiro com o título *História e fontes orais: mulheres narram suas vidas vividas na região de Ivaiporã*. Nesse capítulo, serão analisados: o lugar onde acontece a pesquisa, com sua formação; populações que habitavam e habitam o espaço; a relação de sua cultura com a doutrina cristã desenvolvida na região e enraizada nas práticas cotidianas das pessoas; e a economia agrícola. Dessa forma, pretende-se perceber a dinâmica do movimento entre as pessoas por meio de suas conexões, sejam elas midiáticas, profissionais ou por enlaces políticos e econômicos. Todos coabitam e se influenciam, partindo do local para o regional e, consequentemente, alcançando um contexto global, no qual homens e mulheres participam de uma mesma história.

Nessa análise, é possível fazer um reconhecimento da trajetória das mulheres no Brasil e sua atuação no mercado de trabalho, com suas conquistas e lutas, que partem de contextos locais, mas influenciados por questões globais. Essas mulheres, em momentos diferentes e com intenções específicas, fazem parte da mesma história. Para conhecimento das fontes orais utilizadas na tese, o capítulo traz uma apresentação das mulheres que compuseram o grupo de entrevistadas, com suas profissões, idade, formação, estado civil e classe social em que estão inseridas para possibilitar a análise das informações por elas oferecidas. O capítulo apresenta uma análise sobre o uso da História Oral e da memória e a sua importância para o reconhecimento da história dos silenciados, ou daqueles que, por alguma razão, sejam elas políticas, sejam elas sociais, culturais ou econômicas, não foram ouvidos e registrados pela historiografia.

O segundo capítulo traz como título *O universo feminino nas cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis nas décadas de 1950-1970: possibilidades, desafios e conquistas*. Nele, é abordada a trajetória das mulheres na região de Ivaiporã nas décadas de 1950 a 1980, inseridas no mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação e aprimoramento oferecidos por mulheres da própria região, pela profissionalização de cursos do Senac oferecidos em Londrina, por meio de formação acadêmica ou pelas possibilidades de trabalho oferecidas dentro do espaço doméstico. Esse capítulo trata ainda dos conceitos de ocupações, trabalhos ou profissões desenvolvidos pelas mulheres no espaço pesquisado, dentre elas, costureiras, artesãs, cabeleireiras e cozinheiras. Essas atividades por muito tempo não eram consideradas profissão, mas como um trabalho ou uma ocupação, uma vez que, durante as

décadas de 1950 a 1980, poucas tinham registro profissional e trabalhavam muitas vezes em suas próprias casas.

Em seguida, ainda no segundo capítulo, será feita uma reflexão acerca da trajetória das mulheres no mercado voltado para os cuidados com a beleza, com a vestimenta e com as indumentárias. É realizada uma exploração da construção do mercado da costura na região e dos métodos utilizados para aprender o corte e costura nas décadas de 1950 a 1980. O capítulo versa sobre: o surgimento dos salões de beleza para corte de cabelo; os métodos utilizados para aprender a cortar cabelos; e os modelos de cortes utilizados. Aborda ainda o trabalho das artesãs e das cozinheiras como forma de obter renda para o sustento familiar, durante as décadas de 1950 até meados de 1980. Para finalizar, é analisada a presença de profissionais com formação acadêmica em funções que lhes garantiam *status* de profissão, devido ao grau de escolaridade e da ocupação de espaços geralmente conduzidos por homens. Essas mulheres, de alguma forma, representam a inserção feminina no âmbito público, possibilitando uma análise da saída da mulher do espaço doméstico para a conquista de novos espaços sociais.

O título do terceiro capítulo é: *Mulheres no século XXI: empoderamento, empreendedorismo e novos desafios*. Nele, a pesquisa foca atenção na presença das mulheres no final do século XX e início do século XXI: jovens, adultas, com formação acadêmica, pequenas empresárias, profissionais da saúde, da educação, da beleza e da moda, representantes políticas, entre tantas outras que coexistem no meio público, de forma harmônica ou em conflito com outras, presentes no mesmo espaço. O capítulo apresenta uma reflexão sobre a importância das práticas de empreendimentos para a autonomia feminina nas cidades em questão, por meio do comércio de vestuários, alimentos, estética, artesanatos e organização de festas como atividade profissional.

O terceiro capítulo também destaca a presença do Sebrae nos anos de 1990 na construção dessas profissões e o mercado de trabalho em que elas atuam. Além disso, procura-se entender o trabalho das profissionais da saúde e da educação nesse contexto, tanto na esfera pública como privada, com a construção de carreira profissional, chefes de famílias e muitas delas como autoridades locais pelos trabalhos que desenvolvem. O capítulo analisa ainda a presença das agricultoras, pescadoras e empregadas domésticas que atuaram e atuam na região em pesquisa, para compreender as diferenças existentes entre essas práticas exercidas no passado, pelas mulheres das décadas de 1950-1970 e a forma como são praticadas na atualidade. Por fim, busca-se analisar a atuação da mulher nas questões sociais locais e suas lutas diárias para se manter nesse meio que ainda é de maioria masculina e os desafios que enfrentam na construção da cidadania feminina.

1 HISTÓRIA E FONTES ORAIS: MULHERES NARRAM SUAS VIDAS VIVIDAS NA REGIÃO DE IVAIPORÃ

O objetivo deste capítulo é fazer uma apresentação das mulheres que participaram da pesquisa, de modo que o leitor possa compreender a importância de seus depoimentos para o reconhecimento da atuação feminina na região estudada, considerando a classe social em que essas mulheres estão inseridas, o período de atuação, o nível de escolarização e a relação entre campo e cidade que se estabeleceu ou se estabelece no local.

Essas considerações são importantes para compreender que nem todas apresentam experiências idênticas, pois são componentes do mesmo espaço, mas estão inseridas em grupos diferentes ou épocas distintas. Na sequência, será feita uma abordagem sobre o uso da História Oral como fonte e metodologia de pesquisa, pautando as entrevistas realizadas com as mulheres ao longo dos capítulos da tese, para compreensão da importância de seus relatos ao longo não apenas deste capítulo, mas de toda a pesquisa.

Este primeiro capítulo faz uma breve análise da formação histórica da região de Ivaiporã desde suas primeiras ocupações humanas há milhares de anos até o presente momento, demonstrando a influência das frentes de colonização e dos imigrantes na formação da sociedade local, como forma de situar o espaço em que a pesquisa foi concentrada.

1.1 As fontes orais utilizadas na pesquisa: quem são essas mulheres?

É preciso, inicialmente, compreender quem são essas mulheres, quais atividades desempenham e a que grupo social pertencem, a fim de estabelecer parâmetros que possam levar ao entendimento das diversas formas de atuação da população feminina no espaço delimitado como norte novo paranaense, na região de Ivaiporã. Para tanto, serão apresentadas em uma tabela, com informações básicas sobre local e data de nascimento, ano ou década em que vieram morar na região de Ivaiporã e profissão que exerceram ou ainda exercem no espaço em que vivem. A tabela é uma apresentação breve, apenas para facilitar o reconhecimento delas.

Em seguida, em ordem alfabética, serão apresentadas as mulheres que compõem as fontes desta pesquisa, com informações mais detalhadas para que se possa conhecer melhor suas trajetórias e a participação de cada uma na construção da história do lugar e a influência por elas exercidas na transformação social e política do espaço por meio de seus trabalhos, sejam eles remunerados ou não e suas atividades diárias, como cidadãs e sujeitos da história.

Tabela 2 – Identificação das mulheres que contribuíram com a pesquisa

Nome	Naturalidade	Data de nascimento	Ano que chegou na região de Ivaiporã	Profissão
Adilis B. Costa	Erechim - RS	14/08/1941	1967-Jardim Alegre	Cartorária
Andrea Apª Coelho Vieira Torres	Lidianópolis - PR	21/04/1979	Sempre morou na região - vive entre Ivaiporã e Jaguariaíva	Advogada
Andressa Rafaela da Silva Bruni	Lidianópolis - PR	14/11/1995	Sempre residiu em Lidianópolis	Eng. de alimentos - Profª universitária
Creicyellen da Silva Alves (Lely)	Jardim Alegre - PR	30/06/1994	Sempre residiu em Jardim Alegre	Psicóloga
Elza Carvalho Silvério	Assis - SP	01/06/1968	1973 - Jardim Alegre	Pescadora
Eveline Angélica Baraldi Ferreti	Lidianópolis - PR	19/02/1988	Sempre residiu em Lidianópolis	Cabeleireira e maquiadora
Idalina Aparecida Coutinho Francisco	Lidianópolis - PR	17/01/1958	Sempre residiu em Lidianópolis	Professora aposentada
Iracilda Bernardelli Maia	Mandaguaçu - PR	12/10/1960	1967 - Lidianópolis	Bancária aposentada
Jacira Matos de Oliveira	Itamaraju - BA	02/11/1966	1967 Ivaiporã – 1976 volta à Bahia - 1984 - Jardim Alegre.	Confeiteira
Laís Regina Prins de Toledo Hay	Campina da Lagoa - PR	08/04/1990	2016 - Lidianópolis	Empreendedora Eng. Agrônoma
Leny de Campos Ronchi Salviano	Ladário - MS	Ano 1945	1974/1975 – Passou a residir em Ivaiporã	Ginecologista e obstetra
Louines R. Fiorati Batistão	Ivaiporã - PR	17/06/1991	Sempre residiu em Jardim Alegre	Professora
Ludimila Aparecida Martins Bueno	Jardim Alegre - PR	19/08/1984	Sempre residiu em Jardim Alegre	Assistente Social
Maria Apª Bertoldo (Maria do Posto)	Nova Tebas - PR	08/11/1956	1970 – Lidianópolis	Aux. Enfermagem aposentada
Maria Aparecida Coutinho Cardoso	Lidianópolis - PR	25/10/1960	Sempre residiu em Lidianópolis	Artesã
Maria Apª da Silva	Califórnia - PR	27/10/1958	1959 - Lidianópolis	Costureira aposentada
Marlene de Gaspare	Nova América da Colina - PR	17/03/1963	1963 – Arapuã - distrito de Ivaiporã – 1983 - Ivaiporã	Cabeleireira
Natersa de Souza Neves	Cambará - PR	03/02/1935	1950 – Lidianópolis – atualmente: Curitiba	Professora aposentada
Rosalina Pope Bernardelli	Regente Feijó - SP	02/09/1942	1974 – Passou a residir em Lidianópolis	Costureira aposentada
Roseli E. da Silva	Lidianópolis - PR	30/01/1971	Sempre residiu em Lidianópolis	Boia-fria/Diarista
Sandra Abreu dos Santos	Ivaiporã - PR	02/02/1971	De Ivaiporã - 1990 passou a residir em Lidianópolis	Dentista
Silvana Maria da Silva Pracidelli	Lidianópolis - PR	28/02/1966	Sempre residiu em Lidianópolis	Costureira
Simone Apª Quiezi	Ivaiporã - PR	02/09/1975	De Ivaiporã - 1984 - Lidianópolis	Professora
Thaís E. Leal Sobreira Fortunato	Ivaiporã - PR	03/05/1993	Reside em Jardim Alegre	Farmacêutica esteticista
Umbelina Joana Dias	Brusque - SC	21/04/1949	1964 - Lidianópolis – atualmente: Brusque	Cabeleireira Costureira confeiteira aposentada

Adilis Bortolon da Costa, nascida em Erechim, município de Rio Grande do Sul, no dia 14 de agosto de 1941, residiu na cidade de Caçador, Santa Catarina, até 1967, quando veio com o esposo para a cidade de Jardim Alegre, com o intuito de buscar trabalho, uma vez que o esposo tinha contato com pessoas da região e recebeu a oferta de trabalho no cartório de Jardim

Alegre. A entrevistada relata que, quando chegou à cidade em 1967, não havia casas para alugar e ela precisou ficar hospedada no único hotel da cidade com a família. No dia 5 de outubro de 1967, foi contratada para trabalhar no Cartório de Registro Civil e Tabelionato da cidade de Jardim Alegre, como funcionária. Em 1985, foi transferida para o município de Ivaiporã, para o cartório da comunidade de Jacutinga, a fim de exercer a função de tabeliã de registro civil. Nessa localidade, foi responsável pelo cartório até 1992, quando foi transferida para o cartório de Romeópolis, distrito do município de Arapuã, onde se aposentou por volta de 1993/1994. Aposentada, Adilis[2] foi convidada para trabalhar no Primeiro Tabelionato de Notas de Ivaiporã, porém, nesse período, houve concurso para os cartórios e uma outra senhora assumiu a função como concursada. Na sequência, de acordo com Adilis, o rapaz que assumiu o Segundo Tabelionato de Notas a convidou para trabalhar nesse Cartório, onde até hoje é a tabeliã responsável. Adilis é uma senhora muito dinâmica, cuida do Cartório, é responsável pela família e ainda faz produtos de limpeza que comercializa com os supermercados da região. Aos 81 anos de idade, é motorista e totalmente responsável por si, circula entre os municípios da região, dirige sozinha e está sempre com um sorriso no rosto. É muito acolhedora e passa sempre uma energia de vitalidade e independência.

A segunda entrevistada é a advogada Andrea Aparecida Coelho Vieira Torres, nascida no dia 21 de abril de 1979, no distrito de Porto Ubá, município de Lidianópolis. Hoje casada, mãe de dois filhos, exerce a carreira de advogada e divide seu tempo entre dois escritórios: um na cidade de Jaguariaíva, e outro, recentemente aberto, na cidade de Ivaiporã, onde atualmente reside. Andrea morou no distrito de Porto Ubá até seus sete anos de idade. Ela afirma ter uma memória afetiva muito especial com a comunidade e com o distrito, pois foi onde viveu momentos importantes de sua infância. Aos sete anos, mudou-se com seus pais para a cidade de Lidianópolis, local em que estudou o Ensino Fundamental e parte do Ensino Médio. Ela relata que, como sempre quis estudar Direito, mas as faculdades da região – no caso, Ivaiporã – não tinham o curso desejado, foi para Apucarana, em 1997, estudar o último ano do Ensino Médio. Morou na casa de tios e, após concluir o curso, voltou para Lidianópolis, para a casa da mãe. Em seguida, ingressou na faculdade de Direito, na cidade de Arapongas. Oriunda de família de classe social baixa, não tinha condições de manter-se na faculdade que era particular, então contou com o apoio dos tios, que ajudaram sua mãe a pagar a faculdade até o momento em que conseguiu fazer o financiamento pelo Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o que, segundo ela, facilitou a manutenção no curso. Após o primeiro ano de

[2] Sempre que nos referirmos às entrevistadas, utilizaremos apenas seu primeiro nome ou sua profissão seguida do nome, como forma de identificação, para facilitar a compreensão do leitor.

faculdade, em que se locomovia por mais de 100 km diariamente, mudou-se para a cidade em que estudava e lá morou em república, trabalhava durante o dia e estudava à noite. Foram anos difíceis, pela adaptação, manutenção fora de casa e conciliação entre trabalho e faculdade. Em 2006, concluiu o curso e voltou para Lidianópolis, e, em seguida, mudou-se para Ivaiporã, onde trabalhou como estagiária em um escritório de advocacia. Anos depois, mudou-se para a cidade de Jaguariaíva, trabalhou em um escritório de advocacia de outro advogado por um tempo e, posteriormente, abriu o seu próprio. Nessa cidade, conheceu seu esposo, casou-se, teve dois filhos e, no início do ano de 2023, retornou a Ivaiporã e abriu um escritório de advocacia na cidade. Especializada na área de Direito Previdenciário, campo do Direito que diz amar por ser muito humano e dar a oportunidade para promover o bem na vida das pessoas, mostra-se uma apaixonada pela profissão e pela região, uma vez que, retornar para Ivaiporã, ficar próximo de Lidianópolis, perto da mãe e dos amigos é a renovação de sua vida. Sempre pronta a atender as pessoas e com um senso de justiça admirável, Andrea se emociona ao relatar ser a primeira mulher a se tornar advogada na cidade de Lidianópolis.

Para entender o movimento das mulheres do século XXI na região, a pesquisa conta com a contribuição da professora Andressa Rafaela da Silva Bruni, nascida no dia 14 de novembro de 1995. É formada em Engenharia de Alimentos pela Unicentro de Guarapuava, é mestre em Tecnologia de Alimentos e Doutora em Ciência de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Rafaela, como é conhecida por familiares e amigos e como gosta de ser chamada pelas pessoas, é a primeira mulher, nascida e moradora de Lidianópolis a se tornar doutora. Hoje, professora concursada pelo Instituto Federal do Paraná, atuante no município de Pitanga, tem sua vida dividida entre a cidade de Lidianópolis, onde passa parte de sua semana com a mãe, e Pitanga, onde fica alguns dias para dar aulas. A jovem professora, está em início de sua carreira profissional e nos ajuda a compreender os desafios de ser mulher nesse espaço da pesquisa. Ela afirmou que, apesar de não ter vivido muitas dificuldades financeiras nem os desafios das mulheres que a antecederam, as barreiras ainda são muitas e as portas do mercado de trabalho ainda são de difícil acesso para as mulheres, principalmente na área da engenharia, espaço onde atua e onde já enfrentou grandes problemas.

A pesquisa conta com a participação da psicóloga Creicyellen da Silva Alves. Creicyellen, ou Lely, como é carinhosamente tratada pelas pessoas, nasceu em Jardim Alegre, no dia 30 de junho de 1994. É moradora da cidade de Jardim Alegre, porém exerce a profissão de psicóloga no município de Lidianópolis, onde atende na área de saúde. Jovem, faz questão de ser reconhecida como mulher negra e oriunda de uma família muito pobre, Lely afirma er sofrido muitos desafios para chegar a ser a profissional que sonhou ser. Segundo a entrevistada,

sua história é permeada de racismo e preconceitos, uma vez que é negra, pobre e filha de pai homossexual, situação que ela afirma ser atualmente bem-resolvida para ela e para a mãe, porém que já lhe rendeu muito sofrimento, quando tinha seus quatro ou cinco anos de idade, quando o pai se assumiu e se separou da mãe. Lely aponta que esse fato mudou sua vida, uma vez que, com medo de o irmão tornar-se gay – já que acreditavam que essa era uma condição que podia ser influenciada e modificada –, sua mãe e sua avó materna criaram seu irmão mais velho "para ser macho". O irmão não fazia serviços domésticos, não brincava de brincadeiras de menina, na adolescência podia sair e fazer o que quisesse, enquanto ela ficava com todos os trabalhos domésticos e era completamente vigiada na adolescência, não podendo sair nem fazer as coisas que o irmão fazia. A entrevistada relatou que sua vida foi sempre um desafio, teve de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, fazia um trajeto diário de praticamente 100 km de Jardim Alegre a Jandaia do Sul para estudar, o que, aliado ao fato de ter de trabalhar durante o dia todo, causava exaustão. Hoje, psicóloga concursada pela Prefeitura Municipal de Lidianópolis, Lely afirma que sofreu e sofre muito racismo, devido à cor de sua pele e seu cabelo, mas que enfrenta essas situações, já que, por quase toda a sua vida, não conseguiu reagir a esse tipo de discriminação. Tem a mãe como um espelho de vida, defende a justiça social e faz enfrentamentos quando sente que há situações de injustiça no seu meio. Tem na religião um paradoxo, entende que essa pode ser muito importante na vida das pessoas, proporcionando a paz de espírito, mas também pode ser destrutiva quando apresentada de forma fundamentalista e conservadora.

A entrevistada Elza Carvalho Silvério, nasceu no dia 1º de junho de 1968, na cidade de Assis – SP. Elza afirma que veio para o Paraná, aos cinco anos de idade, para o município de Jardim Alegre, comunidade do Brasinha, onde viveu com a família por mais ou menos dois anos, depois mudaram-se para uma comunidade rural de Cruzmaltina, chamada Olho D'água e, em seguida, para a comunidade Rio Azul, também do município de Cruzmaltina. Por volta de quatro anos mais tarde, mudaram-se para uma fazenda chamada Santa Rosa, próximo ao distrito de Porto Ubá. Durante todo esse tempo, trabalhou na agricultura com seus pais e irmãos. Trabalhava na roça, forma como ela se refere ao trabalho realizado na agricultura. Quando jovem, teve uma filha ainda em Porto Ubá, logo em seguida, casou-se e foi morar em Hortolândia, município de São Paulo, onde viveu por 14 anos e teve suas duas filhas mais novas. Em 2010, Elza retornou para Porto Ubá, município de Lidianópolis, onde ingressou na atividade de pesca. Por intermédio da Colônia de Pescadores Z-17 e auxiliada por seu irmão, que já era pescador profissional na localidade, buscou junto ao Estado a permissão para praticar a pesca profissional. Em 2010, fez toda a documentação necessária, porém não conseguiu a liberação e

precisou praticar a pesca junto ao irmão, que já tinha a Carteira Profissional de Pesca. Apenas em 2017 Elza conseguiu o protocolo de autorização para a pesca, mas a Carteira Profissional só veio em 2020. Mulher de hábitos simples, gosta de praticar atividades agrícolas, cuida do neto, da casa, das filhas e dos animais que cria em sua pequena propriedade, faz doce para comercializar e tem a pesca como profissão, passando parte de seu dia no rio Ivaí em busca de seu sustento. Está sempre pronta para receber as pessoas em sua casa. Tem em sua percepção que as mulheres pescadoras não são muito valorizadas pela Colônia de Pescadores, que é controlada e organizada pelos homens, mas sente a necessidade de dar visibilidade à presença feminina nessa profissão.

A entrevistada Eveline Angélica Baraldi Ferreti é uma jovem cabeleireira e maquiadora, nascida em Lidianópolis no dia 19 de fevereiro de 1988, onde reside até os dias de hoje. É formada em Pedagogia, Filosofia e Sociologia, já exerceu a profissão de professora, porém não se identificou. Desde muito jovem, percebeu que seu mundo era o da beleza, sempre gostou de fazer maquiagens e penteados, porém seu pai, professor, não aceitou que ela ingressasse nessa carreira e ela acabou por fazer faculdade na área do magistério e tornou-se professora. Paralelamente à profissão que exercia, começou a fazer atendimento em casa para penteados e maquiagens. Aos 21 anos de idade, começou a se desligar do magistério e investir na profissão dos sonhos, fez cursos de corte de cabelo e depilação pelo Senac, durante dois anos e meio. Já com os certificados em mãos, conseguiu abrir seu próprio salão de cabeleireira, deixando de lado a carreira de professora, para, segundo ela, desgosto do pai. Posteriormente, fez curso de maquiadora, de penteados, de sobrancelhas e novos cursos de aperfeiçoamento, mas esses já foram feitos por meio de empresas de cosméticos: a FACIBELA, de Londrina, a TOQUE de Apucarana e a LEO COSMÉTICOS, que repassou o curso em Ivaiporã. Casada e mãe de dois filhos, alega que sua vida não tem rotina, uma vez que seu filho primogênito tem autismo e depende muito dela para praticamente tudo. Conta que, se tivesse permanecido na educação e tivesse que cumprir horários no trabalho, não daria conta. O salão permite que ela controle seus horários e consiga trabalhar, cuidar dos filhos, atender o filho com necessidades especiais, gerenciar a casa e buscar aperfeiçoamento profissional. Eveline tem uma carga horária exaustiva, mas que atende a necessidade da autonomia feminina por meio do gerenciamento de sua própria renda.

Também faz parte do núcleo de mulheres que compõem as fontes orais desta tese a professora Idalina Aparecida Coutinho Francisco, nascida no dia 17 de janeiro de 1958, na fazenda Santa Ana, município de Lidianópolis. É casada, mãe de três filhos e hoje aposentada como professora da Educação Básica. Teve mais 11 irmãos: seis mulheres e cinco homens e

viveu sua infância toda na zona rural. Aos 17 anos, tornou-se professora do Ensino Primário, como professora leiga. Por falta de acesso ao ensino, parou de estudar ao terminar a 4ª série primária e retornou aos estudos após os 15 anos, para terminar o ginásio. Aos 20 anos, casou-se e, após viver por um tempo no sítio dos pais do esposo, mudou-se para a cidade e voltou a estudar, dessa vez para fazer o magistério na cidade de Jardim Alegre. Mais tarde, foi cursar Letras na Faculdade de Ciências e Letras de Jandaia do Sul (FAFIJAN), conseguindo, assim, graduação para atuar como professora. Nesse período, foi aprovada em um concurso estadual para professora de 1ª a 4ª série. Um tempo depois, o estado transferiu os professores aprovados naquele concurso, que já tinham curso superior, para o ensino de Ginásio e Segundo Grau. Apesar de ter se tornado uma mulher independente e construído uma carreira que deu a ela condições de educar os filhos, Idalina afirmou que, ao longo de sua trajetória, a vida não foi fácil, os desafios foram grandes e as conquistas, apesar de valiosas, aconteceram por meio de muito sofrimento. Idalina é ligada à Comunidade Espírita e se reconhece como espiritualista.

Dentre as colaboradoras com a pesquisa, encontra-se Iracilda Bernardelli Maia. Casada, mãe de dois filhos, nascida no dia 12 de outubro de 1960, na cidade de Mandaguaçu – PR, onde morava com seus pais na zona rural e onde estudou os primeiros anos de sua vida. Aos sete anos de idade, seus pais vieram para Lidianópolis, ela, porém, ficou na cidade de Mandaguaçu com sua avó materna para continuar seus estudos. Estudou no colégio de freiras e desde os oito anos de idade. Quando ia ao banco para fazer depósitos para sua avó, ficava impressionada com aquele ambiente e sonhava em ser bancária. Aos 18 anos, veio para Lidianópolis morar com os pais e teve a oportunidade de trabalhar no banco Bradesco, seu primeiro emprego, no qual trabalhou por sete anos. Formada em Matemática, também viveu a experiência de ser professora, afirmou que gostava de dar aula, mas não teve muita habilidade para lidar com a indisciplina dos jovens e acabou seguindo a carreira de bancária. Um ano depois de sair do banco Bradesco, já na década de 1980, passou no concurso do Banestado e assumiu vaga na agência de Jardim Alegre, mas no entreposto de Lidianópolis, onde trabalhou até 1999, quando o banco foi privatizado e vendido para o Itaú e ela passou a trabalhar para essa nova empresa bancária. Ela relata que foi um período muito difícil, sair de uma estatal e ir para um banco privado com todas as mudanças e avanços tecnológicos, mas permaneceu por 12 anos até sua aposentadoria, após 32 anos de carreira bancária e um ano como professora. Iracilda gosta de participar das atividades da igreja Católica e sempre fez parte da equipe de cântico, antes em Lidianópolis, e atualmente em Ivaiporã, cidade onde reside.

Jacira Matos de Oliveira, nascida em Itamaraju – BA, no dia 2 de novembro de 1966, veio com um ano e meio de vida para o Paraná com os pais. Eles haviam sido expulsos das

terras em que viviam por jagunços de fazendeiros que invadiram o local e mataram muita gente. Para não morrer, eles fugiram e acabaram vindo para o Paraná. Vieram para o norte paranaense e se estabeleceram em Arapuã, no distrito de Santa Bárbara. Quando Jacira tinha sete anos de idade, seus pais se separaram, e, por conta da violência doméstica, ela e a irmã mais nova foram retiradas do convívio familiar e passaram a morar em um Colégio Interno em Ivaiporã por nove meses. Após esse período, quando Jacira já tinha oito anos de idade, seu pai conseguiu reaver a guarda das filhas e as levou de volta para a Bahia. Ela morou com o pai até os 11 anos, porém, por conta dos maus-tratos da madrasta para com a irmã, saiu de casa levando a irmã consigo e foram morar sozinhas. Com a ajuda de vizinhos, arrumaram uma casa para se instalar e, trabalhando como diarista, Jacira conheceu um homem bem mais velho que ela, que a acolheu e, com o tempo, ela passou a relacionar-se afetivamente com ele. Viveram juntos por algum tempo, mas não chegaram a se casar, uma vez que ela se negou a aceitar o casamento. Com esse homem, ela teve um filho, porém aos 18 anos, por conta do ciúme violento que ele tinha dela, resolveu abandoná-lo e fugiu para o Paraná, vindo para a cidade de Jardim Alegre, onde o irmão vivia e trabalhava em uma panificadora. Foi assim que Jacira começou sua trajetória como confeiteira, pois trabalhava na panificadora com o irmão e aprendeu a fazer bolos para festas. Ela trabalhou nessa panificadora por alguns anos, teve a oportunidade de aprender a fazer bolos de aniversário, casamento e outras festividades, aprendeu também a fazer salgados e docinhos para festas. Teve mais dois filhos, sendo um de coração – já que não era seu filho biológico, era filho do marido, com quem nunca chegou a casar-se oficialmente, pois afirmou que essa questão do registro no papel sempre a incomodou, significando prisão. Como o marido era caminhoneiro, Jacira acabou criando os filhos praticamente sozinha, e, quando a panificadora que trabalhava foi vendida, resolveu abrir seu próprio negócio e passou a fazer bolos e doces em sua casa. Já era bastante conhecida por conta da confeitaria, o que facilitou muito a formação de uma clientela, o que ajudou a firmar seu trabalho remunerado, transformando-o em uma profissão. Jacira formou os dois filhos, um em Psicologia e o outro na área de Informática. Não formou a filha porque ela não quis concluir o curso de História, que havia começado. Tudo isso com sua renda de confeiteira. Nos últimos anos, especializou-se na confecção de bolo-fantasia, que consiste em um bolo feito de isopor e colocado nas festas apenas para enfeite, pois o bolo comestível é guardado fatiado e servido para os convidados nas mesas. Essa é uma inovação que causa orgulho em Jacira. Depois que os filhos já haviam saído de casa, Jacira separou-se do marido e começou a dedicar-se mais à sua própria felicidade, viajando, cuidando do neto, saindo com as amigas ou simplesmente descansando em sua casa, uma vez que pôde diminuir o ritmo de produção de seus bolos. Com a pandemia de covid-19, sua vida se transformou, pois

não podia mais atender às festas que foram suspensas e, além das dificuldades financeiras, teve de enfrentar a solidão e a depressão. No processo de cura da depressão, conheceu um novo companheiro, com quem vive atualmente, porém sem oficialização, uma vez que não concebe a ideia de casamento. Ele acabou por convencê-la a se mudar para a zona rural, onde vive atualmente, trabalhando na agricultura e na criação de gado. Ainda exerce a prática de confeccionar seus bolos-fantasias, mas agora o faz apenas como uma ocupação, quando é requisitada por alguma cliente especial.

A entrevistada Laís Regina Prins de Toledo Hay, nasceu em 8 de abril de 1990. Formada em agronomia em 2013, exerceu a profissão por três anos em uma empresa que comercializava insumos e prestava assistência aos proprietários de terra, que produziam grãos. Chegou a Lidianópolis em meados de 2016, quando recebeu de herança o sítio do irmão, que faleceu sem deixar herdeiros. Como eram irmãos apenas por parte de pai, acabou recebendo a propriedade que foi passada pelo pai como forma de herança. Não tinha experiência em fruticultura, o que dificultou bastante, uma vez que a propriedade herdada produzia goiaba e pêssego. Casada, veio com o marido para Lidianópolis com o desafio de produzir frutas para comercialização. Dois anos depois, engravidou e teve sua filha, época em que o filho do esposo, que até então vivia com a mãe em outra cidade, veio morar com eles, passando a ser responsabilidade do pai. Laís afirmou que não exerce a função de agrônoma, alegando que esse é um campo de atuação ainda muito masculino e que há preconceito em relação a mulheres profissionais da agronomia. Com ideias sempre muito inovadoras, Laís passou a dar assistência ao marido na fruticultura e investir na produção de doces e geleias caseiras, criando uma marca e abrindo uma pequena empresa nesse setor. Utilizando as redes sociais, passou a fazer do Instagram sua fonte de divulgação da marca "Vovó Irma", nome dado aos doces que fabrica em homenagem à avó, por quem foi educada. Hoje, faz parte da associação de produtores de frutas do município; dá palestras em escolas sobre empreendedorismo e agroindústria; faz lives divulgando sua propriedade, suas frutas e seus produtos; comercializa artesanato por meio de uma outra firma criada com outra mulher da comunidade; e tem como projeto fazer de sua propriedade um espaço de visitação turística. Laís hoje é referência entre as mulheres da cidade por conta de sua habilidade em empreender e transformar as redes sociais em espaço de propaganda e comercialização de seus produtos.

Leny[3] de Campos Ronchi Salviano, nascida em Ladário – MS, em 1945, Dr.ª Leny,

[3] Ao referir-se a essa entrevistada, a autora sempre utilizará o termo doutora devido à profissão que exerce na área da medicina, pois todos a tratam dessa forma, exclusivamente pelo fato de ser médica e haver a cultura das pessoas da região de tratar os médicos por doutores.

relata que veio, aos 15 anos de idade, com os pais, para Curitiba, no Paraná, onde residiu até seus 19 anos de idade. Sonhava em estudar na Universidade Federal do Paraná, porém acabou indo estudar medicina no Rio de Janeiro, na Universidade de Guanabara – hoje Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), uma vez que seus pais se mudaram para lá. Formou-se no Rio de Janeiro, fez residência, especializou-se em ginecologia e obstetrícia e foi trabalhar no Hospital da Marinha. Tinha uma previsão de crescimento profissional no hospital, porém alega que ganhava muito pouco. Em 1974, foi convidada por um amigo para vir para o Paraná, para a cidade de Cianorte, trabalhar no Hospital São Benedito, que, segundo ela, pagava bem mais que o Hospital da Marinha e que os demais hospitais do Rio de Janeiro. Diante disso, ela deixou tudo para trás e veio para o Paraná. Dr.ª Leny admite ter ficado surpresa, pois a visão que o carioca tinha do Paraná era de um espaço que só tinha mato e nenhum desenvolvimento, porém Cianorte era uma cidade desenvolvida e bem-organizada, e o hospital dispunha de uma boa estrutura. No entanto, ela não ficou muito tempo ali, uma vez que os médicos que faziam parte do grupo de amizade acabaram se desentendendo com o dono do hospital e vieram para Ivaiporã. Nesse processo, Dr.ª Leny já havia conhecido o médico Pedro Salviano, com quem se casou anos depois e com ele teve seus filhos. Quando chegou a Ivaiporã, ainda na década de 1970, a cidade era pouco desenvolvida no sentido de oferecer bens e serviços. Ela se refere à cidade como sendo "muito ingênua", mas também muito acolhedora. Começou a trabalhar com seus amigos no Hospital do Trabalhador Rural de Ivaiporã (HTRI) e, nesse espaço, firmou sua carreira profissional como médica obstetra. Exerce a profissão até os dias atuais, porém faz apenas o acompanhamento de pré-natal, não exerce mais a função cirúrgica de realizar partos por conta da idade já avançada e dos problemas de saúde que desenvolveu nos últimos anos. Viúva e mãe de três filhos, sendo duas médicas, Leny é uma senhora boa de prosa. A conversa com ela flui e se torna muito prazerosa por trazer muitas memórias do lugar e das pessoas que viviam em Ivaiporã e região nas décadas de 1970 e 1980. Como trabalhou com a saúde popular e fazia parte de um grupo de médicos que compunham a classe média alta da região, Dr.ª Leny transitou por todas as classes sociais da região na época e apresenta informações sobre diversos grupos que viviam no espaço.

Louínes Roxelle Fiorati Batistão, nasceu em 17 de junho de 1991, na cidade de Ivaiporã – PR, porém sempre morou em Jardim Alegre. Filha de professora, com uma mãe que sempre foi o alicerce financeiro da família, Louínes sentiu a necessidade de estudar e ter uma profissão. Aos 16 anos, após terminar o Ensino Médio, foi para Maringá, cursar Física pela UEM, morou lá por quase três anos, conciliando trabalho e estudo. Durante o terceiro ano, desistiu do curso de Física e foi fazer Geografia na Faculdade de Jandaia do Sul. Segundo ela,

essa decisão foi influenciada pela possibilidade de voltar a Jardim Alegre e morar com os pais, uma vez que havia ônibus de Jardim Alegre para a faculdade de Jandaia do Sul todos os dias. Morando em Jardim Alegre e estudando Geografia, já no segundo ano de curso, teve a oportunidade de lecionar em uma escola de Jardim Alegre, uma em Lunardelli e em um colégio particular em Ivaiporã. Terminou a faculdade e, em 2015, casou-se e foi morar com o marido em um Acampamento de Sem-terra em Faxinal. O acampamento pertencia a Ortigueira, porém, devido ao tamanho da fazenda, que segundo ela passava de 1. 000 alqueires, as famílias foram distribuídas – ela e o marido, além de mais 12 famílias, ficaram em uma região chamada "Bufadeira do Areião", em Faxinal. Nesse período, ela não trabalhou devido às dificuldades de acesso às escolas. Em 2016, seu filho nasceu e ela dedicou-se às atividades do lar, cuidar do marido e do filho, dar o trato para os animais e cuidar da horta. Para não depender exclusivamente do dinheiro do marido, fazia bolo, torta e artesanato para vender nas cidades vizinhas e para as pessoas que conhecia. Em 2018, após o pai de seu marido falecer, retornou a Jardim Alegre, com o intuito de cuidar da família. Nesse período, voltou a estudar e a trabalhar, fez Agroecologia no Instituto Federal do Paraná (IFPR), em Ivaiporã e trabalhou nessa área por um tempo até conseguir voltar a dar aulas. Durante a pandemia, como estava sem trabalho, começou a vender artesanatos e bolos de pote, o que rendeu a ela um prêmio pela Secretaria de Cultura de Jardim Alegre de "Mulher, Jovem Empreendedora". Hoje, é professora em Lidianópolis e Arapuã e se diz muito realizada com sua atuação como mãe, esposa, dona de casa e professora.

Nascida no dia 19 de agosto de 1984, em Jardim Alegre – PR, onde reside, Ludimila Aparecida Martins Bueno exerce a função de assistente social em Lidianópolis. Ludimila se reconhece e se identifica como mulher negra, de família pobre e sua mãe trabalhou parte da vida como agricultora e depois como diarista. Ludimila é, dentre três irmãos, a única filha que cursou uma faculdade e fez mestrado; ela garante que isso só foi possível por conta do programa de cotas raciais, pois foi por intermédio dele que entrou para a faculdade e conseguiu a vaga do mestrado. Quando estava terminando o Ensino Médio, ganhou a isenção do vestibular na UEM por conta de boas notas e pôde fazer o vestibular, pois não tinha dinheiro na época para poder pagar a taxa. Concorreu pelo sistema de cotas no curso de Serviço Social, para o *campus* de Ivaiporã. Esse não era o seu curso de escolha, mas era o possível de fazer naquele momento. Ela afirmou que hoje percebe que tudo foi encaminhado como tinha de ser, pois gosta muito da profissão que exerce. Em 2013, começou a cursar Serviço Social e concluiu no início de 2017. No final de 2016, fez o concurso para a Prefeitura Municipal de Lidianópolis, cuja inscrição conseguiu isenção por ser de baixa renda, porque, embora trabalhasse na Associação Comercial

de Jardim Alegre e não pagasse a mensalidade da faculdade, precisava do seu dinheiro para custear transporte, alimentação, material e contribuir com a renda familiar. Passou no concurso e, em 2017, assumiu a vaga de assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Lidianópolis, em que atua até a atualidade. Em 2021, participou do processo de seleção para o mestrado da UEM em Ciências Sociais e, mais uma vez pelo sistema de cotas, teve sua vaga garantida. Defendeu sua dissertação em maio do corrente ano e fala dessa conquista com muita emoção, pois "a trajetória não foi nada fácil", afirmou. Ludimila é uma defensora de políticas públicas que atendam às populações de baixa renda e de programas que integrem jovens de classe social baixa, sobretudo negros e negras, dando-lhes oportunidade de estudar e exercer uma profissão, pois afirma que isso é fundamental para uma sociedade justa e menos violenta.

Maria Aparecida Betoldo, popularmente conhecida como Maria do Posto, nascida no dia 8 de novembro de 1956, na cidade de Novas Tebas – PR, é auxiliar de enfermagem. Chegou ao Vale do Ivaí na década de 1970 para trabalhar na agricultura como arrendatária de terra. Veio, juntamente com a família e em busca de sobrevivência, morar em Lidianópolis, cidade em que reside até os dias atuais. Quando chegou à cidade, logo ficou viúva e com uma filha muito pequena; embora tenha vindo com os pais e com o irmão, era a única responsável pelo sustento da filha. Assim, trabalhou por um tempo de boia-fria e, posteriormente, como empregada doméstica. No final de 1979, passou a trabalhar no Postinho de Saúde de Lidianópolis, onde aprendeu o ofício de parteira, em um processo de transição entre o parto em domicílio e o parto hospitalar. Em seu relato, afirmou que iniciou o ofício como ajudante do médico que atendia o Posto de Saúde da cidade, porém sentiu que tinha uma certa vocação para essa atividade, pois apesar de tê-la iniciado por necessidade, sempre teve muito respeito das mulheres que buscavam o acompanhamento na gravidez, pois as tratava com carinho e dedicação. Frisa que gosta de trabalhar com gente, fato que até os dias atuais ainda faz com que exerça atividades de ajuda às pessoas necessitadas por meio da Promoção Humana da Igreja Católica local, da qual é responsável. Teve acesso à educação escolar quando criança, cursando as primeiras séries da Educação Básica. Depois de adulta voltou a estudar e, por exigência do trabalho, concluiu o Ensino Médio e o curso de Auxiliar de Enfermagem, ofício que lhe conferiu profissão e aposentadoria.

Maria Aparecida Coutinho Cardoso, nascida no dia 25 de outubro de 1970, na comunidade rural de Nossa Senhora de Fátima, na Água do Caboclo, município de Lidianópolis, é divorciada e mãe de duas filhas. Filha de agricultores, trabalhou como agricultora no sítio dos avós. Na zona rural, estudou até a 4ª série primária e teve que deixar a

escola. De uma família que educava as filhas para o casamento, Maria aprendeu a bordar, fazer crochê, tricô e costurar, atividades cujo aprendizado era uma obrigação das meninas. Já na adolescência, mudou-se para a cidade de Lidianópolis, quando começou a trabalhar de boia-fria, com os pais e as irmãs. Nesse período, teve a oportunidade de voltar a estudar, assim, trabalhava durante o dia e à noite estudava, até concluir a Educação Básica. Paralelamente ao trabalho na roça, fazia peças de bordado e crochê para vender e começou a desenvolver o artesanato como profissão. Cursou o magistério e formou-se professora, mas nunca exerceu a profissão. Após se casar, assumiu o sustento da casa e, a partir daí, firmou-se como artesã, profissão que exerce até os dias atuais, paralelamente à prática da costura.

Maria Aparecida da Silva[4] nasceu em Califórnia – PR, no dia 27 de outubro de 1958 e com um ano de idade veio morar no município de Lidianópolis com sua família. Seus pais compraram um sítio em uma comunidade rural chamada Água da Barra Preta e lá viveram até a década de 1990, quando se mudaram para a cidade de Lidianópolis. Maria Aparecida relatou que sempre trabalhou na roça e, quando criança, estudou até a 4ª série do primário, uma vez que o acesso à escola era muito difícil por ser longe e não ter meio de transporte. Concluiu o Ensino Médio depois de adulta, cursando a segunda fase do Ensino Fundamental no ensino supletivo e o Ensino Médio no regular. Maria Aparecida relata que sempre gostou da costura, pois via sua mãe costurando para a família e ficava com muita vontade de aprender. Quando tinha uns 18 anos, conseguiu fazer o seu primeiro curso de corte e costura, oferecido por uma costureira da comunidade, porém o curso era na cidade de Lidianópolis, já que as demais alunas eram da cidade. Ela relata que a partir desse curso começou a costurar para atender às necessidades da família, mas a costura era apenas uma ocupação, pois não utilizava como um trabalho para obter renda, isso ela fazia na agricultura, junto aos pais. Depois desse primeiro curso, afirma que fez outros com várias costureiras e foi praticando. Mais tarde passou a fazer roupas para pessoas fora da família e recebia por isso, mas não era muito frequente. Por volta de 1988, ganhou sua primeira máquina de costura, uma máquina simples, mas que a deixou muito emocionada. Em 1989, fez um curso com uma professora que veio de fora, trazendo como método o uso do molde em uma bolsa de costura; relata que ficou feliz porque seu pai pagou o curso e comprou a bolsa. A partir de então, começou a fazer da costura uma fonte de renda, pois costurava sob encomenda e tinha bastantes clientes, conseguia ganhar um bom dinheiro, mas, paralelamente a isso, ainda trabalhava na roça. Ela relatou que apenas depois de 1991 deixou de trabalhar na roça e foi trabalhar com a costura para uma fábrica de costura de Jardim Alegre. As peças eram

[4] Ao referir-se a essa entrevistada, a autora sempre a tratará por Maria Aparecida, por haver outras mulheres com nome de Maria na pesquisa.

levadas para casa para serem costuradas, então ela comprou sua máquina de costura zigue-zague[5] para poder costurar melhor. Maria Aparecida afirmou que apenas no ano de 2000 conseguiu um emprego com registro em carteira como costureira, mas alega que, desde os seus 18 anos de idade, nunca deixou de costurar. Hoje não costura mais profissionalmente, mas ainda gosta de fazer algumas peças de vez em quando.

Marlene de Gaspare, nascida no dia 17 de março de 1963, na cidade de Nova América da Colina – PR, veio para o município de Arapuã com 20 dias de vida, quando seu pai comprou um sítio no distrito de Alto Lajeado para cultivar a agricultura. Com 20 anos vieram para Ivaiporã, e foi nesse momento que Marlene decidiu ser cabeleireira, pois não teve a oportunidade de estudar, precisava de um trabalho remunerado e levava jeito para cortar cabelo, porém em Ivaiporã não havia Senac, e ela precisava ir para Londrina fazer o curso, o que aconteceu aos 21 anos, quando foi morar com uma tia. Relatou que fez 600 horas de curso na época, porque ela era muito dedicada e estudava à tarde e à noite todos os dias. Afirmou que levava pão com banana para o curso para poder comer e não precisar voltar para casa no período entre tarde e noite. Por volta de 1984, Marlene concluiu o curso e voltou para Ivaiporã. Começou cortando cabelo no salão de uma senhora chamada Maria, onde viveu sua primeira experiência como cabeleireira, depois foi trabalhar no Salão Cosmos, um salão bem famoso que tinha em Ivaiporã. Marlene relata que ela tinha muitos clientes, que vinha gente da região toda cortar o cabelo e, aos sábados, precisava distribuir senhas para quem quisesse ser atendido. Nesse período, ela se casou e teve dois filhos, ficou casada por 15 anos. Faz 23 anos que é divorciada. Nove anos após começar a trabalhar profissionalmente como cabeleireira, Marlene abriu seu próprio salão e passou toda a sua vida trabalhando nesse ramo. Fechou seu salão durante a pandemia de covid-19, pois contraiu o vírus e ficou muito debilitada. Afirma que quase morreu e que, no processo de recuperação, não tinha quem cuidasse do salão para ela, então precisou fechar. Recuperada, voltou a trabalhar em sua própria casa e hoje atende em casa e no salão de uma outra cabeleireira no centro de Ivaiporã. Além de cabeleireira, ela é artesã, faz peças de crochê e tricô sob encomenda e comercializa entre suas clientes. Hoje, percebe que foi uma escolha certa optar pela profissão de cabeleireira, porém ressalta que foi muito difícil se estabelecer nesse ramo.

Natersa de Souza Neves, nasceu em Cambará – PR, no dia 3 de fevereiro de 1935,

[5] Máquina de costura que cria costuras em zigue-zague, ou seja, com uma linha que se move para a direita e para a esquerda em vez de uma linha reta. Essa característica a torna ideal para costurar tecidos elásticos, como malhas, e para fazer acabamentos em bordas de tecidos que não desfiam.

porém foi registrada no dia 15 de fevereiro do mesmo ano, na cidade de Apucarana – PR. Veio para Lidianópolis em 1950. Em 1951, começou a lecionar como professora da rede municipal e, em 1953, foi nomeada como professora estadual, tendo apenas a 5ª série como formação escolar. Após a nomeação, Natersa estudou o ginasial em Ivaiporã, que na época era chamado de Sapecado. Após concluir o ginásio, nome dado à formação básica, ela fez o curso Normal Secundário, em Apucarana, quando conseguiu o diploma de professora. Natersa relatou que, no período de estudo do curso Normal, foi morar em Apucarana, depois voltou para Lidianópolis. Contou que, em 1953, quando foi convidada para ser professora estadual, o pai não permitiu e, para poder assumir, ela se casou e deixou de estar sob a responsabilidade do pai, podendo assim dar aulas como professora estadual, uma vez que não foi necessário receber a autorização do marido para poder trabalhar. Natersa é formada em Estudos Sociais pela Faculdade de Passo Fundo – RS, curso que realizou durante as férias. Ela afirmou que trabalhava durante o ano letivo e, durante as férias, viajava para Passo Fundo para fazer o curso. Comentou que foi um desafio, pois tinha 9 filhos, que ficavam em Lidianópolis com o pai para ela estudar, e quem cuidava das crianças era o filho mais velho. Filha de um dos administradores da Companhia Territorial Ubá, responsável pela demarcação e pela venda das terras da região, Natersa afirma que foi muito difícil conseguir a autonomia, pois o pai interferia muito e ela precisou aprender a lidar com isso para conquistar seu próprio espaço. A professora afirmou que não se deixava abater com as barreiras impostas pelo pai, pelas dificuldades por conta da falta de infraestrutura e pela cultura da época, que, segundo ela, era muito conservadora e colocava a mulher em uma condição de muita submissão. Foi a primeira mulher da cidade a se tornar motorista e ter carro, e isso facilitava sua vida, pois não dependia de ninguém para fazer locomoção. Ela apresentou a educação da época como um desafio, pois não tinha estrutura, não tinha suporte e ela precisava fazer tudo: dar aulas, cuidar da documentação, fazer a alimentação das crianças e cuidar da escola. Foi para Curitiba muitas vezes em busca de autorização para funcionamento de turmas e de materiais para manter as escolas rurais da cidade. Natersa, aposentou-se aos 70 anos de idade, com aposentadoria compulsória, devido à idade. Afirmou que parou porque foi obrigada por conta da lei, que não permitia mais que lecionasse por conta da idade; não fosse isso, estaria atuando até a atualidade. Hoje com 88 anos de idade, recorda-se com muito carinho dos anos em que foi professora e se dispõe a oferecer suas memórias para refletir não apenas sobre a profissão de professora como a organização do lugar nas décadas de 1960 a 1990, período de atuação da professora na região.

Rosalina Pope Bernardelli, nascida em Regente Feijó – SP, no dia 2 de setembro de 1942, veio para o Paraná com cinco anos de idade, para a região de Maringá. Seu pai comprou

um sítio em Mandaguaçu, onde viveram até Rosalina atingir sua fase adulta. Com 16 anos de idade, casou-se e teve quatro filhos. Em 1974, veio com a família para Lidianópolis, pois o marido era agricultor e havia comprado um sítio na localidade. Rosalina morou nesse sítio por seis anos, depois mudou-se para a cidade de Lidianópolis onde reside até os dias atuais. Afirmou que aprendeu a costurar sozinha, costurando roupas para suas bonecas e vendo sua mãe costurar. Sua mãe era uma excelente costureira e, embora não ensinasse o ofício às filhas, deixava a máquina à disposição para quem quisesse costurar; assim, Rosalina foi aprendendo. Observava a mãe fazer, desmanchava peças de roupas para ver como eram cortadas e costuradas e, com o tempo e a prática, tornou-se costureira. Praticava desde os 10 anos de idade, mas como fonte de renda apenas após ir morar em Lidianópolis. Nesse momento, já na década de 1980, conheceu a costureira Leone, moradora vizinha que não dava conta de atender todas as clientes que a procuravam e começou a indicar Rosalina, o que fez com que ela começasse a construir sua própria clientela, tornando-se costureira profissional por muitos anos. Ela afirma que a costura a ajudou a criar os filhos e a pagar os estudos da filha Iracilda, única que teve interesse de estudar. Falou com certa tristeza que não conseguiu despertar o interesse pelos estudos nos outros filhos, mas ela queria muito que tivessem estudado. Ela falou com orgulho que foi uma grande costureira, que costurava muito bem e amava o que fazia, só parou de exercer o ofício porque, com a idade, não enxergava mais para colocar linha na agulha e fazer as costuras retas.

Roseli Eurico da Silva nasceu em Lidianópolis – PR, no dia 30 de janeiro de 1971, em uma comunidade chamada Água da Luziana. Solteira, mãe solo, é conhecida na cidade por "Neguinha", apelido que trouxe da infância. Era chamada assim por sua mãe e irmãos e acabou se estendendo para além do espaço privado. Roseli sempre viveu da agricultura. Quando nasceu, morava no sítio dos avós e os pais tinham um pedaço de terra em que plantavam café e feijão. Por volta de seus cinco anos de idade, seus pais se separaram, o pai abandonou a mãe e foi para Londrina. Os avós, então, venderam o sítio e, com o dinheiro que coube à mãe de Roseli, compraram uma casa em Lidianópolis e passaram a morar na cidade. Roseli tem uma irmã e dois irmãos, eram todos muito novos e foram trabalhar na agricultura como boias-frias. Roseli viveu nesse regime de trabalho a maior parte de sua vida. Há pouco mais de 10 anos, deixou de ser boia-fria e passou a trabalhar como diarista em Lidianópolis. Hoje, com 51 anos, um filho adolescente e uma saúde comprometida devido aos anos de trabalho braçal, Roseli disse levar uma vida um pouco mais tranquila, mas ainda trabalha muito para sobreviver.

Sandra Abreu Santos, nascida no dia 2 de fevereiro de 1971, no município de Ivaiporã, é filha de agricultores. Ela conta que nasceu na Água Berro da Onça, denominação utilizada para identificar a comunidade rural onde a família morava. Formada em Odontologia pela

UEM, exerce, há 25 anos, a função de dentista no Serviço Público Municipal de Lidianópolis, como funcionária pública do setor da saúde. Casada, mãe de duas filhas, Sandra relata os desafios de estudar em uma Universidade Pública, morar com outras estudantes, a maioria desconhecidas, e enfrentar o mercado de trabalho, que, apesar de apresentar uma boa aceitação da presença de mulheres, por ser da área da saúde, não oferecia muitas possibilidades de emprego no período em que se formou. Sandra trouxe em seus relatos algumas percepções diferentes da maioria das demais entrevistadas, uma vez que não teve muitos problemas para conciliar profissão com mercado de trabalho, devido à rede de apoio construída em seu entorno. Como mãe de filha mulher, Sandra salientou sobre sua visão de como é educar as filhas para serem donas de si e estarem prontas para os desafios da vida fora do espaço privado.

Silvana Maria Silva Pracidelli, nascida em Lidianópolis – PR, no dia 28 de fevereiro de 1966, casada, mãe de uma filha, relata que costura desde menina, uma vez que sua mãe era costureira e ela foi aprendendo as primeiras noções de corte e costura com a mãe, porém antes de se casar, trabalhava na creche da cidade. Após o casamento, deixou o emprego e começou a investir na costura. Fez um curso de um mês com a costureira Umbelina, com quem aprendeu a costurar de fato. A partir daí, começou a fazer as primeiras peças sob encomenda, mas foi a partir de 1986 que passou a fazer da costura a sua fonte de renda. Nesses anos todos, Silvana afirma que já costurou todos os tipos de roupas, até vestido de noiva, e que gosta muito de fazer vestidos de festa junina. Costurou muito sob encomenda e fez uma grande clientela, porém hoje prefere trabalhar como prestadora de serviço para empresas. Trabalhou durante 10 anos para uma mulher de Ivaiporã, que comercializava uniformes e hoje trabalha para uma outra empresa de uniformes também de Ivaiporã. Ela recebe por peça fabricada e, na maioria das vezes, a peça já vem cortada, só precisa costurar. Silvana refletiu sobre a importância da costura em sua vida e concluiu que tudo que tem é devido ao fato de ser costureira, pois, com esse trabalho, conseguiu comprar uma casa, pagar os estudos da filha e ter uma vida tranquila; afirma, porém, que não se aposentará como costureira, uma vez que recolhe para a previdência como empregada doméstica, já que o valor da aposentadoria será o mesmo e não tem tanta burocracia para pagar.

Simone Aparecida Quiezi, nasceu no dia 2 de setembro de 1975, na comunidade de Santa Bárbara, município de Ivaiporã. Tem três irmãos, sendo ela a única filha mulher. Aos nove anos de idade, mudou-se para Lidianópolis, na zona rural onde residiu até os 15 anos de idade. Mãe solo de dois filhos. Professora efetiva na Educação Básica do Paraná, tem uma trajetória de vida totalmente ligada à educação, que reconhece como a salvação de sua vida. Formada em História pela Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari

(FAFIMAN); Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); Pedagogia pela UEM; e Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É Mestre em História pela UEM, onde, atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-graduação. Simone já foi trabalhadora rural como boia-fria, empregada doméstica, funcionária pública municipal como assistente administrativo da Câmara Municipal de Lidianópolis e possui uma trajetória de luta e engajamento em causas sociais e políticas, que, segundo ela, definiu e define a mulher que ela é hoje.

Thaís Emanuelli Leal Sobreira Fortunato, nasceu no dia 3 de maio de 1993, na cidade de Ivaiporã – PR. Durante a infância e adolescência, morou em Lidianópolis, mas hoje reside em Jardim Alegre e trabalha com mulheres da região em pesquisa. Thaís é formada em Farmácia e Química pela Unicentro de Guarapuava e é especializada em Saúde Estética, área em que atua. Thaís é casada, tem uma filha e hoje é dona da própria clínica de estética, onde trabalha com procedimentos estéticos ligados à limpeza de pele, harmonização e procedimento estético injetável em microvasos (PEIM). Atende mulheres de Lidianópolis, Jardim Alegre, Ivaiporã, Lunardelli e demais municípios vizinhos. Apesar de ter feito faculdade de Farmácia, Thaís afirmou que nunca se reconheceu trabalhando nessa área; ao ter contato com a estética, encontrou sua profissão. Afirmou também que abrir a própria clínica foi uma opção para gerenciar seu próprio trabalho e sua vida. Ela diz que não nasceu para ser mandada por outras pessoas e que gosta muito de administrar a própria empresa. Com uma vida estabilizada familiar e profissionalmente, Thaís demonstrou uma liberdade muito grande para trabalhar, sem estar amarrada às obrigações domésticas, que afirmou não ser sua prioridade no dia a dia nem sua preocupação, mas foi contundente na defesa de que é ela quem cuida da filha; conta com uma rede de apoio, tendo ajuda dos pais quando precisa e o marido que divide os cuidados na educação da criança, porém não aceita terceirizar os cuidados para outras pessoas (como babá, por exemplo). Por ser jovem e atuar no mercado de trabalho do século XXI, Thaís compõe o grupo de mulheres que nos traz uma visão da construção da profissão feminina na atualidade nos espaços de Jardim Alegre, Lidianópolis e Ivaiporã, sobretudo porque trabalha com mulheres.

Umbelina Joana Dias, nascida no dia 21 de agosto de 1949, na cidade de Brusque, estado de Santa Catarina, é viúva e mãe de quatro filhos. Por volta de 1955, mudou-se com seus pais para Lidianópolis – Paraná, porém logo retornou para Santa Catarina, onde viveu até os 15 anos. Com seus pais, voltou para Lidianópolis no ano de 1964. Nesse retorno, Umbelina conseguiu um trabalho como professora leiga, porém, paralelamente às aulas, cortava cabelos e costurava, ofício que aprendeu em casa com suas avós e foi aperfeiçoando por meio de cursos

que fez ainda em Santa Catarina. Além da costura e do corte de cabelo, Umbelina fazia bolos de aniversário e casamento; fazia também salgados para festas de aniversário. Aos 17 anos, casou-se com Nelson Dias, com quem compartilhou sua vida. Após o casamento, deixou de dar aulas e passou a viver da costura, do corte de cabelo e da culinária, ofício que, segundo ela, ajudou no sustento da casa e dos filhos. Umbelina afirmou que por muito tempo sustentou a casa com o dinheiro obtido nessas atividades, enquanto o marido trabalhava para comprar um terreno e construir a casa própria, que era um sonho dela. Por volta de 1988, Umbelina retornou com seu marido e com os filhos para Santa Catarina, onde vive até os dias atuais.

Após fazer as devidas apresentações das fontes orais, o trabalho segue com a região em que essas mulheres vivem e desenvolvem suas atividades, conduzindo suas vidas e as de suas famílias.

1.2 A configuração social e econômica da região da pesquisa nos períodos de 1950 a 2020

A década de 1960 marca o momento em que as cidades da região de Ivaiporã, escolhidas para a pesquisa, já apresentavam um índice populacional consideravelmente maior em comparação ao da década de 1950. Foi nessa época que os grupos migratórios começaram a se estabelecer na região, por meio de compra de terras, de contratos de colonato, ou como habitantes das pequenas cidades, com o objetivo de desenvolver atividades relacionadas ao comércio local.

A autora Letícia Fernandes, em sua obra intitulada *Novos olhares sobre a presença nordestina no município de Maringá e norte do Paraná*, publicada em 2016, faz uma análise dos fluxos migratórios para a região norte do Paraná, em meados do século XX, com o advento da cultura do café, destacando a presença dos nordestinos na cidade de Maringá. Na obra, a autora destaca a importância do café, consorciado com outras culturas agrícolas, para o abastecimento da região, bem como o crescimento do comércio, impulsionado por esses grupos de migrantes. "[...] Concomitante à produção cafeeira, destaca-se a produção de cereais para o consumo interno e uma crescente demanda por produtos e serviços, decorrente do intenso fluxo migratório para a região" (Fernandes, 2016, p. 180).

Embora o espaço local abordado pela autora não coincida com o desta pesquisa – que trata dos municípios da região de Ivaiporã, enquanto a autora se concentra na região de Maringá –, o exemplo contribui para a reflexão, pois versa sobre a distribuição dos migrantes por toda a região norte do Paraná, em conformidade com a expansão cafeeira e com as demandas agrícolas voltadas ao sustento da população local. Maringá e Ivaiporã estão no norte do estado, o que

viabiliza a compreensão de que o fluxo migratório seguiu padrões semelhantes em ambos os espaços.

Vale considerar que nem todos aqueles que vieram para o norte novo[6] do Paraná obtiveram a posse da terra, pois muitos se instalaram nas propriedades para trabalhar como arrendatários ou colonos, uma vez que a demanda de trabalho nas propriedades era elevada, em decorrência do cultivo do café. Simone Aparecida Quiezi, em sua pesquisa intitulada *Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no Médio Rio Ivaí: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960),* publicada em 2020, faz uma reflexão sobre a ocupação do território (estudado nesta pesquisa) por diferentes grupos e etnias. Em sua análise, evidencia-se que, nas décadas de 1940 e seguintes, começaram a surgir na região diferentes práticas econômicas, a maioria delas ligadas à agricultura, mas nem todas relacionadas ao café, muitas com a produção de outros cultivos agrícolas.

De acordo com a autora, esse território, no início da década de 1960, já contava com uma paisagem totalmente modificada, uma vez que as matas foram derrubadas e a vegetação natural foi substituída pela produção agrícola, notadamente cafeeira, dando uma nova configuração para a região.

> O percurso das décadas de 1930 a 1960 marcou a concretização da ocupação pautada na propriedade privada da terra. Nesse curto espaço de tempo, o território do médio curso do Ivaí foi totalmente reconfigurado. Numa velocidade assustadora, sua cobertura florestal foi devastada (Quiezi, 2020, p. 122).

As informações apresentadas pela autora demonstram que a transformação da região ocorreu de duas formas: primeiro, com a mudança da paisagem; e, segundo, com o aumento populacional, impulsionado pela busca por trabalho na agricultura, que seguia em transformação entre as décadas de 1950 e 1970. Essas transformações na agricultura decorrem, segundo Stolcke (1986), do fato de que, a partir de 1950, o Brasil passou a adotar uma política de desenvolvimento agrícola como fomento para o desenvolvimento industrial. Era preciso acelerar a industrialização para substituir a necessidade de importação de produtos manufaturados pelo Brasil e investir na capacidade produtiva do país. Nesse sentido, a agricultura passa a ser pensada como fornecedora de valores cambiais para a industrialização, por meio do café e do abastecimento do mercado interno para atender às demandas de matéria-prima e alimentos.

> Nos anos 50, o planejamento se inspirou num modelo de desenvolvimento a longo prazo. Seu principal propósito era, através de uma acelerada industrialização por

[6] A definição de norte do Paraná foi traduzida por Dias e Gonçalves (1999) *apud* Chies e Yokoo (2012) como o complexo territorial que abrange os rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquiri, dividido em três áreas: norte velho, norte novo e norte novíssimo. Essas derivações não são muito mais culturais do que geográficas, em razão da atuação das companhias colonizadoras e dos modelos de distribuição das terras por ela adotados.

> substituição de importações, diminuir a dependência econômica do Brasil em relação aos países desenvolvidos. Os planejadores e os políticos eram unânimes em admitir que a indústria deveria liderar o desenvolvimento econômico. Ao setor agrícola foi atribuído o papel auxiliar. As exportações de café forneceriam as cambiais necessárias para uma industrialização acelerada. A produção agrícola para o mercado interno proveria as matérias-primas e os alimentos necessários para suprir a indústria nacional em expansão e alimentar a crescente população urbana (Stolcke, 1986, p. 132).

Essa política nacional impactou a região na medida em que a produção cafeeira, até então intensa, manteve-se como principal atividade econômica na maioria dos municípios da área pesquisada até final da década de 1970, paralelamente à produção de milho, que também compunha o cenário de produção agrícola em grande escala na região. No entanto, a partir da década de 1980, a produção cafeeira sofreu uma queda e, gradualmente, foi sendo substituída pelo cultivo do algodão e da soja, conforme indicam os dados estatísticos do IBGE (Tabela 2) referentes ao período.

Tabela 3 – Produção agrícola da região de Ivaiporã (anos 1960, 1970 e 1980).

CENSO	MUNICÍPIO	PRODUÇAO AGRÍCOLA EM HECTARE (ha)			
		CAFÉ	MILHO	ALGODÃO	SOJA
1960	M. Ribas	8.736	22.523	165	-
1970	Ivaiporã	3.785	38.932	1.962	70
	J. Alegre	6.016	17.559	298	102
	S. J. do Ivaí	4.580	23.607	1.014	548
1980	Ivaiporã	1.986	27.107	6.213	1.996
	J. Alegre	9.937	12.326	4.007	634
	S. J. do Ivaí	3.938	8.416	13.818	4.319

Fonte: organizada por Joaquim Correa Gomes a partir de dados do IBGE (2024).

De acordo a Tabela 2, embora a produção de alimentos sempre tenha feito parte do cenário agrícola da região, conforme os depoimentos das mulheres, o café e o milho eram os principais produtos que mantinham a economia da região e, muito embora o cultivo do milho apareça nos dados estatísticos em uma área plantada superior ao de café, ele não tinha uma importância econômica tão grande quanto a da cafeicultura.

A produção de milho ocupava grande área de plantio, pelo fato de ser cultivado como monocultura consorciado com uma cultura perene como o café. Era comum plantar milho e outros produtos temporários entre os cafezais, conforme apontam as entrevistadas: “Meu pai tinha uma pequena propriedade, daí na parte de cima era tudo café e do lado de baixo era plantação branca – feijão e milho” (Simone, 2024, informação verbal). Outras entrevistadas relataram que:

> **Natersa:** *A terra era muito ocupada porque se plantava o café, e no meio dele, entre as ruas, plantava-se milho, depois feijão e até amendoim. Plantava-se muito milho para tratar dos porcos, das galinhas e até das vacas, porque todo mundo tinha animal em casa* (2023, informação verbal).

> **Idalina:** *Todas as propriedades que eu me lembro daquela época produzia café e no meio se plantava milho para o trato dos animais, e feijão, para alimentar a família. O milho se plantava por fora também, mas o feijão, geralmente, era plantado somente no meio do café* (2024, informação verbal).

Ao pensar o espaço não apenas como um lugar, mas como algo relacionado ao tempo em que os acontecimentos se desenvolvem, é necessário pensar também na historicização desse tempo no mesmo espaço. Isso permite incorporar às discussões as experiências e expectativas históricas que ajudam a compreender os fatos ocorridos e que, ao se manifestarem em diferentes espaços, evocam sentimentos também diferentes. Ou seja, os fatos podem ser os mesmos, mas a forma de pensar, sentir e agir diante deles pode variar de acordo com o espaço vivido. Para ampliar esse debate, busca-se a seguinte afirmação:

> Minha tese inicial é a seguinte: espaço e tempo representam, como categorias, as condições de possibilidades da história. Mas também o "espaço" tem uma história. O espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente (Koselleck, 2014, p. 77).

Essas questões despertam o interesse em investigar a região nesse período, uma vez que as décadas de 1950 e 1960 apresentam-se, de acordo com as fontes orais, como um momento em que a região recebe um grande número de pessoas com atividades econômicas diferentes das que vinham sendo praticadas até então e que, possivelmente, tenham transformado o espaço, não somente no contexto econômico, mas também social e cultural.

Parafraseando Mello e Novais (1998), o Brasil passou por uma mudança na segunda metade do século XX, que se estendeu até 1980 e conferiu ao país o *status* de urbanizado e modernizado. Há indícios desse desenvolvimento na região de Ivaiporã a partir da década de 1960, evidenciados não somente por meio da historiografia, mas também pelos relatos orais e pelas estatísticas do IBGE, que apontam um aumento populacional na região desde a década de 1960, bem como a transformação da paisagem até a década de 1980, com processos de urbanização e mudanças no meio rural – aspectos que serão abordados ao longo deste trabalho.

Ao analisar os dados estatísticos de produção agrícola e urbanização da região nos períodos entre 1950 e 1980, é possível perceber que, apesar de distante dos grandes centros urbanos, o espaço foi atingido pelos impactos das políticas econômicas nacionais. O cultivo agrícola sofreu mudanças, e as cidades passaram a ser ocupadas por pessoas que antes viviam no meio rural e que agora estavam em busca do trabalho assalariado. O colonato, já praticamente extinto nas regiões cafeeiras de São Paulo, também foi sendo substituído na região de Ivaiporã ao longo das décadas de 1960 e 1980. Essa mudança no regime de trabalho do campo fazia parte de uma dinâmica nacional que influenciou as transformações ocorridas no interior paranaense.

O que a análise dos dados estatísticos demonstra aparece mais claramente e com todas as nuances comparativas em alguns depoimentos coletados para esta pesquisa. A professora Idalina, por exemplo, viveu em uma comunidade rural de Lidianópolis e não teve muito contato com outros espaços da região enquanto criança e adolescente. Ela afirmou que "nos anos de 1960, a vida na cidade não era valorizada, era importante ter terra, porque a cidade não tinha serviço, pagava-se muito pouco para quem trabalhava na cidade. Era melhor morar e trabalhar nas colônias de café" (Idalina, 2024, informação verbal). Ao ser questionada sobre o regime do colonato, a professora afirmou que ainda era uma prática constante na região:

> **Idalina:** *Tinha muita gente morando nas propriedades, nos sítios grandes, como o do meu avô. Tinham as famílias que moravam e trabalhavam nas roças de café, como colonos, mas depois, isso mudou, começaram a receber semanalmente pelo trabalho. Alguns nem moravam no sítio* (2024, informação verbal).

Em conversa com outra fonte, percebeu-se a permanência do café como base da economia agrícola na região até a década de 1970. No entanto, o regime de colonato foi gradualmente substituído pelo trabalho assalariado ou por diaristas, conhecidos como boias-frias. A professora Simone relatou que viveu na zona rural do município de Ivaiporã no final da década de 1970, onde os pais tinham uma pequena propriedade rural e cultivavam café, feijão e milho. Segundo ela, o café era o produto predominante, mas, no espaço onde ela vivia, não havia colonos nem boias-frias, pois as propriedades eram pequenas e mantidas pela própria família. Ela afirma também que havia uma prática de troca de dias de serviços entre os proprietários vizinhos no período de colheita: "Não tinha colonos porque não tinham grandes propriedades. Eram pequenos sítios ou chácaras e a própria família que trabalhava. O que acontecia, era que quando chegava a colheita, as famílias trocavam dias de serviço" (Simone, 2024, informação verbal).

A entrevistada relatou também que, a partir de 1983, mudou-se do município de Ivaiporã para Lidianópolis, ainda distrito da cidade de Jardim Alegre, e que, nesse espaço, o café também era o produto agrícola mais cultivado. Isso demonstra que, mesmo com regimes de trabalho diferentes, o café era a base da agricultura de toda a região de Ivaiporã. A fala de Simone demonstra ainda que, na década de 1980, o processo de transição da cultura do café para o algodão e a soja já era visível. "Viemos morar no sítio do meu avô, mas também era café, a maioria era café, só alguns que estavam começando a cultivar o algodão. Na nossa família só o tio Vitalo estava começando a plantar algodão, mas ali, na água7 que estávamos, era só café" (Simone, 2024, informação verbal).

[7] Conceito de comunidade – água é a forma popular das pessoas se referirem ao local ou comunidade em que residem dentro de um município.

Ao analisar os dados estatísticos, entre as décadas de 1960 e 1970, percebe-se que, no contexto geral, houve um aumento populacional. A Tabela 3 traz os dados do Censo dessas duas décadas, organizados com o intuito de apresentar o aumento da população em menos de 20 anos. É preciso considerar que, até 1960, Ivaiporã era distrito do município de Manoel Ribas e Jardim Alegre fazia parte do então distrito. Ambos, tornaram-se municípios após 1960.

Tabela 4 – Censo populacional – comparação entre as décadas de 1960 e 1970.

COMPARAÇÃO – CENSO POPULACIONAL ENTRE 1960 E 1970		
MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO	
	1960	1970
IVAIPORÃ	17.499	67.998
JARDIM ALEGRE	14.620	34.964

Fonte: organizada pela autora a partir de dados do Ipardes (2020).

As estatísticas somam com aquilo que foi relatado pelas fontes orais, uma vez que essas mulheres demonstraram em suas falas que houve, nesse período, um considerável aumento populacional. Muitas delas salientaram que, por conta do café, a localidade recebeu pessoas de diversas regiões do Brasil, apresentando conhecimento sobre a presença de migrantes no espaço.

Os dados estatísticos, agregados às informações orais, e os resultados das pesquisas já realizadas sobre o território durante os anos de 1960 e 1970 refletem a influência da economia cafeeira no processo de ocupação do espaço por uma diversidade populacional. Dentre esses habitantes, era grande a presença de mulheres, que, reclusas em suas atividades domésticas ou assumindo funções no âmbito público, estiveram presentes e contribuíram para o desenvolvimento dos locais em que viviam (Tabela 4).

Tabela 5 – Censo populacional de 1970 – população de Ivaiporã e Jardim Alegre por sexo.

CENSO DE 1970	POPULAÇÃO MASCULINA E FEMININA NOS MUNICÍPIOS DE IVAIPORÃ E JARDIM ALEGRE	
MUNICÍPIO	HOMENS	MULHERES
IVAIPORÃ	34.800	32.798
	51%	49%
JARDIM ALEGRE	18.231	16.639
	52%	48%

Fonte: organizada pela autora a partir de dados do IBGE (1970).

Ainda por meio dos dados estatísticos do IBGE, é possível perceber a presença feminina no espaço de forma intensa. A estatística demonstra que o número de mulheres na região era praticamente igual ao da população masculina. Mesmo que não tivessem visibilidade ou estivessem relegadas ao controle dos pais e maridos, essas mulheres desenvolveram atividades, trabalharam e ocuparam-se de funções para além do âmbito doméstico. Seja na lida

diária do campo, seja nas atividades desenvolvidas no espaço urbano, elas contribuíram para o crescimento da região e exerceram importante papel no desenvolvimento das cidades.

Isso demonstra que, independentemente do espaço (urbano ou rural), da atividade (remunerada ou não) e da época ou da classe social à qual faz parte, a mulher sempre exerceu grande importância para o desenvolvimento da família e da sociedade. Sua contribuição, mesmo que ofuscada pelo poder do patriarcado, sempre foi constante. A relação direta com a família e seu papel de mãe e esposa não deixaram de existir ao sair do espaço doméstico e adentrar no campo público. Isso é demonstrado na região e sustentado pela historiografia:

> [...] o trabalho remunerado e não-remunerado das mulheres desempenha agora um papel tão crucial quanto antes na reprodução da família. Ao passo que a identidade social de um homem reside essencialmente em sua capacidade de trabalho, as trabalhadoras mulheres nunca deixaram de ser, primeiro e acima de tudo, esposas. Embora o trabalho tenha agora se individualizado, mesmo a individualidade do homem como trabalhadores continua a ser restringida por seus compromissos familiares. Exatamente porque os homens e mulheres, mesmo quando trabalham como indivíduos, não deixam de fazer parte de uma família que lhes atribui diferentes papéis, sua consciência de classe é mediada por uma consciência de sexo (Stolcke, 1986, p. 14).

Essa afirmação é comprovada pelos relatos das mulheres que se dispuseram a contribuir nesta pesquisa e que ofereceram o reconhecimento de suas trajetórias pessoais e profissionais como fomento para reflexões acerca da presença e da atuação feminina na mesorregião de Ivaiporã.

> **Adilis:** *Em 67, eu tinha já a minha primeira filha e logo depois veio a segunda, eu não tinha com quem deixar, então levava no cartório comigo, deixava no carrinho e na hora da mamadeira, quem estivesse disponível dava a mamadeira delas pra mim. Tinha que ser assim* (2023, informação verbal).

Essa realidade apresentada pela cartorária Adilis é interessante porque demonstra a diferença da mulher e do homem no mercado de trabalho, uma vez que a própria entrevistada conta que seu marido, antes de ir trabalhar em uma serraria, trabalhou durante muito tempo no cartório com ela, mas em nenhum momento ela fala dele cuidando dos filhos no trabalho. Ela sempre assume essa responsabilidade como dela. Ao mesmo tempo, a própria cartorária afirma que a vida de todas as outras mulheres era conduzida dessa forma.

> **Adilis:** *Depois de 75, começou a aparecer as cozinheiras. Tinha muitas mulheres que cozinhavam para sustentar a família, faziam sonhos e salgadinhos para vender no banco, no cartório e na cidade, né?! Porque daí podiam trabalhar em casa e cuidar dos filhos. Tinham muitas mesmo* (2023, informação verbal).

Verena Alberti (2018), ao discorrer sobre História Oral, reforça que, ao relatar um fato ou um momento vivido, o entrevistado não conta apenas sua história, mas pode também demonstrar a história de outras pessoas que dele são contemporâneas. “[...] o relato pessoal

deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração histórica e social" (Alberti, 2018, p. 163). Seguindo o raciocínio da autora, é possível pensar que, ao ouvir as mulheres entrevistadas, surge a possibilidade de compreender o movimento realizado pelas demais mulheres do espaço em investigação.

Essa lógica de raciocínio é sustentada por Candau (2023), quando enfatiza que a memória, mesmo individual, traz manifestações que expressam o pensamento coletivo, ou as práticas coletivas do momento recordado. Para o autor, ao relatar um fato do passado, o indivíduo acaba por demonstrar o pensamento representativo do grupo a que fez parte no passado. "Esse trabalho de memória nunca é puramente individual. A forma do relato, que especifica o ato de rememoração se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão" (Candau, 2023, p. 77).

Os depoimentos das mulheres demonstram que, mesmo sendo da mesma idade e vivendo nas mesmas cidades ou na mesma região, suas memórias são representações de grupos específicos. Viver no meio rural ou no meio urbano, ter acesso à escolarização ou não e fazer parte da classe média, alta ou baixa são fatos que fazem com que apresentem características específicas de grupos diferenciados. Isso tudo proporciona à autora a possibilidade de compreender a dinâmica das mulheres, não de forma genérica, mas conforme suas idades, suas profissões, suas bases econômicas e o espaço em que estavam inseridas nessa região.

Apesar de o recorte regional se restringir a três municípios específicos, vale ressaltar que a dinâmica das demais cidades é bastante parecida com aquelas aqui analisadas, tanto em termos de desenvolvimento econômico quanto em suas características populacionais e culturais. Ivaiporã destaca-se como o polo comercial e econômico da região, concentrando o fluxo de pessoas em trânsito entre os municípios. Isso se deve ao fato de abrigar importantes serviços de atendimento à população, como a Regional de Saúde – que atende aos municípios que fazem parte da região –, a Receita Federal, os Fóruns de Justiça e Eleitoral, hospitais que suprem a demanda regional e um centro comercial, além de pequenas indústrias que abastecem, de forma mais ampla, as cidades do entorno.

1.3 A História Oral e a visibilidade feminina

O uso da História Oral como fonte e metodologia neste estudo tem um significado muito importante, uma vez que propicia às mulheres a possibilidade de serem ouvidas e deixarem de ser invisíveis, por meio de suas memórias coletivas e individuais que ajudarão a

compreender a sociedade do passado e do presente. Essa realidade é comprovada ao ouvir as mulheres que contribuíram para esta pesquisa.

Ao conceder sua entrevista, Elza, pescadora profissional de Porto Ubá, falou com certa tristeza que nunca foi convidada pela Colônia de Pescadores para participar de uma atividade em que pudesse se apresentar e falar sobre a sua atividade na pesca. Afirmou que apenas uma vez foi convidada para uma atividade na escola, para falar aos alunos sobre sua profissão, ressaltando que o convite veio da autora desta pesquisa. “Eu nunca fui convidada, só aquele dia lá no recinto que você me convidou, né? Mas, acho interessante poder falar para as pessoas sobre a minha experiência como pescadora” (Elza, 2023, informação verbal).

Vale ressaltar que, quando concedeu a entrevista, a pescadora não estava sozinha com a autora, havia uma terceira pessoa, professora e pesquisadora, que buscava informações mais pontuais sobre a pesca e o rio, o que leva a pensar sobre a forma como essa questão pode ter impactado em sua fala. O fato de haver outra pessoa no mesmo espaço e participando da entrevista traz para a análise da fonte a hipótese de que ela pode ter construído sua narrativa para os que a ouviam.

Portelli (2016, p. 27) descreve “a entrevista de História Oral como um ‘experimento em igualdade’ no qual dois indivíduos, separados por classe, idade, gênero, etnia, educação ou poder, fazem um esforço para falar um com o outro...”. Nessa tentativa de comunicar-se, ambos observam e são observados e, ao fazer suas narrativas, o entrevistado constrói a fala e analisa quem ouve. Dessa forma, é possível que, no caso da pescadora Elza, ela tenha observado quem a ouvia e feito uma reflexão sobre como ela seria interpretada, já que estava sendo entrevistada por duas pessoas com interesses diferentes em seus relatos.

Elza é uma mulher falante, mas percebe-se que mede o que fala e sua narrativa está atrelada às suas experiências e inseguranças enquanto mulher, pescadora e moradora de uma pequena comunidade, que, segundo ela, julga e não tem muito espírito de coletivo. Além disso, mostra-se envergonhada às vezes, por ter pouco estudo. Ao mesmo tempo, apresenta-se orgulhosa de si por conseguir fazer o que muitos da comunidade de características ribeirinha em que ela vive não fazem: a prática de enfrentar o rio todos os dias para trazer o sustento para o lar.

Sua fala traz subjetividades, principalmente quando se refere à Colônia de Pescadores e seus representantes, pois, apesar de não dizer, deixa transparecer, por meio de gestos, sorrisos e até mesmo alguns desabafos, que não vê igualdade na condução da Colônia, principalmente quando o assunto é a participação das mulheres.

A riqueza da História Oral reside na subjetividade, pois não trata apenas de fatos, mas

de pessoas e seus sentimentos. Portelli (1996) afirma que “o principal paradoxo da História Oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos” (*ibid*., p. 2). Assim, quando narram suas trajetórias, as pessoas o fazem não apenas para relatar fatos, mas para narrar o significado que as experiências vividas causaram em sua vida. Portelli (1996) ainda ressalta a subjetividade como “o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso” (*ibid*., p. 2).

Segundo Jean Candau (2023), a memória permite ao narrador a possibilidade de reviver o passado por meio de suas narrativas, que não são simples reproduções do fato ocorrido, mas a reconstrução de suas próprias experiências. Muitas vezes, essas experiências são revividas por meio da criação de uma narrativa bonita de sua própria história de vida. Para o autor, isso ocorre porque “todo aquele que recorda domestica o passado e, sobretudo, dele se apropria, incorpora e coloca sua marca em uma espécie de selo memorial que atua como significante da identidade” (Candau, 2023, p. 74).

Os relatos de Elza sobre sua exclusão na participação em eventos aos quais a Colônia de Pescadores é convidada a participar e palestrar evidenciam a presença de uma cultura machista, marcada pelo controle masculino sobre as ações públicas. Ministrar palestras e participar de reuniões com homens são práticas que colocam os pescadores em evidência e, de certa forma, ainda são vistas como atividades exclusivamente masculinas, já que o domínio sobre a pesca e a própria Colônia de pescadores é socialmente atribuído aos homens. Percebe-se nas falas da pescadora ao longo da entrevista que isso chega a ser cultural:

> **Elza:** *Já é um costume, né? Se é pra falar, vão os homens; se tem reunião para decidir alguma coisa, nós pescadoras até somos convidadas, mas eles decidem; se for para assumir alguma função, eles assumem, porque eles já estão acostumados e têm mais tempo, mas não é certo* (2023, informação verbal).

Essa fala da pescadora é sustentada por estudos historiográficos sobre os registros de fatos e personagens na História, os quais demonstram que, tradicionalmente, há uma prática de dar voz aos que têm algum tipo de destaque social. No caso da Colônia de Pescadores, essa visibilidade tem sido predominantemente atribuída aos homens.

Sandra Jatahy Pesavento, em sua obra *Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano*, publicada em 1995, faz uma análise sobre o espaço urbano, ressaltando que, ao fazer o estudo das cidades, a historiografia ocupa-se na maioria das vezes em registrar os fatos que fazem parte dos destaques, com nomes reconhecidos, mas, para a autora, é preciso ir além.

Dar poder de fala a todos os envolvidos é uma forma de ampliar o horizonte de fatos

a serem explorados e a forma como serão analisados, oferecendo mais nuances históricas aos acontecimentos. Ouvir as pessoas por meio da História Oral é um dos métodos utilizados pelos historiadores para garantir que acontecimentos individuais contribuam para a compreensão da coletividade do lugar, do grupo ou da cidade. No caso das mulheres, ao oferecer suas histórias de vida, estão contribuindo para a compreensão de como foi ou ainda é realizada a organização social do espaço.

A História Oral, de acordo com Pollak (1992), é um campo de pesquisa que confere visibilidade às memórias individuais como forma de analisar situações, lugares ou acontecimentos, considerando a relação entre memória e identidade social, a partir das experiências vividas diretamente pelo indivíduo.

> A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa", porém, sem deixar de considerar que "memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (Pollak, 1992, p. 2).

Segundo o autor, nesse contexto, a memória pode ser construída a partir de experiências vividas de forma direta ou indireta. A pessoa pode relatar aquilo que efetivamente vivenciou, com base no impacto que o acontecimento teve em sua vida, ou pode rememorar fatos vividos por grupos ou pessoas a ela ligados e que acabou sendo tão forte a ponto de promover sua inserção no acontecimento como se o tivesse de fato experimentado.

No caso das mulheres que contribuíram nesta pesquisa, é possível perceber uma relação entre suas memórias e a identidade social que construíram com o lugar. Seus relatos trazem informações que vão além de suas vidas privadas, envolvem outras pessoas, tanto do seu âmbito doméstico como do mundo público. Elas não falam apenas de si, mas de acontecimentos que envolvem outras pessoas: família, amigos e pessoas com quem conviviam, uma vez que os fatos que as envolvem estão ligados a elas de forma afetiva ou de reconhecimento pessoal ou social.

Por meio das entrevistas com as mulheres, foi possível compreender a importância de ouvir as vozes silenciadas. Elas contam fatos ocorridos nas famílias, muito relevantes para a compreensão da formação do local. Trazem observações de acontecimentos que são característicos de quem os viveu, porém contam a partir do seu olhar do presente, com um novo sentido ao acontecido. Isto é comum nas narrativas orais: trazer o fato da forma como aconteceu, mas não em uma descrição fiel, e sim, com um olhar de quem olha para o passado, com as experiências trazidas para o presente. Alberti (2018, p. 170) afirma que, ao fazer uso da História Oral, "é preciso ter claro que a entrevista não é um 'retrato' do passado". Candau (2023,

p. 77) complementa que “a imagem que desejamos dar de nós mesmos a partir de elementos do passado é sempre pré-construída pelo que somos no momento da evocação”.

Essa metodologia de pesquisa contribui significativamente para a inclusão das mulheres na História. Em regiões com poucos registros sobre o mundo feminino, como é o caso da região de Ivaiporã, os recursos proporcionados pela História Oral tornam-se imprescindíveis. Ouvir as mulheres sobre questões que deixaram lacunas na história da sociedade local, bem como permitir que elas relatem os fatos sob seu ponto de vista, garante à historiografia uma maior profundidade na análise.

Em Thompson (2002), percebe-se que o uso da História Oral vai muito além de ouvir relatos, é um exercício de sensibilidade e experiência, em que é necessário ouvir o que as entrevistadas dizem, mas, principalmente, perceber o que elas não dizem. Para o autor, o silêncio nas entrevistas é tão importante quanto a fala: “[...] a História Oral é a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências” (Thompson, 2002, p. 9), para tanto, é preciso estar atento às questões ocultas durante a entrevista.

Durante as entrevistas, especialmente com as mais idosas, é perceptível a presença do silêncio como parte de suas narrativas. Ao serem questionadas sobre coisas das quais não querem se lembrar ou sobre as quais não querem ou não podem dizer, elas sorriem, se fazem de desentendidas e continuam o relato da forma como pretendem conduzir, sempre com muita sutileza para demonstrar naturalidade em suas falas.

Alberti (2018) salienta que é necessário um olhar atento, além de sensibilidade, ao ouvir, pois, uma vez que constroem suas vidas, envelhecem, as pessoas devolvem ao passado um olhar que não é uma tradução exata, mas uma releitura daquilo que desejam que seja lembrado ou simplesmente do que ficou gravado em suas memórias. Assim, a autora afirma que “a entrevista não é um retrato do passado” (Alberti, 2018, p. 170).

Nesse sentido, além do silêncio – fator importante para a compreensão dos fatos em História Oral –, é fundamental considerar que os relatos orais são traduções de ações passadas. No entanto, não são descrições absolutamente fiéis ao ocorrido, mas reconstruções baseadas na forma como esses eventos são lembrados no presente. Essas memórias, ainda que subjetivas, tornam-se elementos valiosos para a análise do pesquisador ao estudar o passado e os diversos fatos que compuseram o recorte temporal estudado.

> Em segundo lugar, a entrevista de História Oral é resíduo de uma ação específica, qual seja, a de interpretar o passado. Tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para a possibilidade de ela documentar as ações de constituição de memórias – ações que tanto o entrevistado quanto o entrevistador pretendem desencadear ao construir o passado de uma forma e

> não de outra (Alberti, 2018, p. 169).

Como afirma Thompson (2002), a História Oral oferece a possibilidade de trazer, para o contexto da História, as memórias que ficaram ocultas, silenciadas por outras vozes que se fizeram mais fortes. No tocante às mulheres, o silenciamento por meio dos mais fortes é totalmente visível, principalmente em alguns setores da sociedade. O autor demonstra que, por meio da História Oral, essas vozes ocultas podem ser ouvidas e valorizadas no âmbito da análise dos fatos e que, no caso das mulheres, essa tem sido uma importante ferramenta de visibilidade e reconhecimento.

> Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres (Thompson, 2002, p. 17).

Quando conversamos com as mulheres sobre os espaços na política, é possível perceber esses silenciamentos mencionados por Thompson (2002). Ao ouvir os depoimentos sobre a falta de reconhecimento enquanto trabalhadoras de dupla jornada, já que a maioria das entrevistadas conciliam o trabalho remunerado com os cuidados da casa e da família, é possível perceber os silenciamentos. Quando elas falam dos desafios de "furar a bolha" para algumas profissões, como é o caso da agronomia, percebe-se os silenciamentos.

Em síntese, a História Oral foi fundamental para execução deste estudo, pois possibilitou dar voz a uma parcela da sociedade que é tão importante para a sua existência quanto a masculina. Para além de dar visibilidade às mulheres, viabilizou a compreensão de que, mesmo que haja o poder de fala, elas ainda continuam ocultadas.

Além das fontes orais, esta pesquisa contou com a contribuição da cultura material, por meio de artefatos, indumentárias e alimentos, que fizeram ou fazem parte do cotidiano das mulheres entrevistadas. Isso representa muito das práticas femininas na região. Demonstra não apenas a cultura, a educação e as práticas das mulheres entrevistadas, mas também as de tantas outras que compõem o mesmo cenário geográfico, respeitando as singularidades e especificidades de cada grupo no qual as mulheres estão inseridas.

De acordo com Lima (2011, p. 12), "a cultura material, indissociável e constitutiva da condição humana desde o seu surgimento, é onipresente no mundo, sendo ele mesmo entendido, como um artefato". Nisso, torna-se perceptível a existência de uma importante relação construída entre as experiências vivenciadas no cotidiano das pessoas com os objetos que guardam como memória de seu passado. No caso das mulheres, a cultura material pode revelar sua atuação, tanto no âmbito doméstico quanto no público, e demonstrar a sua presença nos

dois campos de convivência humana.

É importante analisar os artefatos apresentados pelas mulheres não como prova de suas narrativas, mas como representações de seus sentimentos, conquistas e perdas vividas em suas rotinas diárias. Ao analisar peças de roupas confeccionadas por costureiras das décadas passadas, objetos utilizados em suas atividades cotidianas ou fotos de pratos preparados em suas práticas culinárias, torna-se possível compreender sua participação no campo de vivência, a partir de uma relação construída com o meio em que estavam inseridas.

Para Dohmann (2017), a cultura material oferece a possibilidade e a necessidade não apenas de descrever objetos, mas de analisar a sua importância. Segundo o autor, o objeto material pode ser um instrumento de investigação da sociedade no que tange sua economia, além de perceber a apropriação social desse objeto por sua cultura e costumes. O autor afirma que a cultura material possibilita "examinar o objeto material, não somente tomado em si mesmo, mas sim em seus usos, nas suas apropriações sociais, a partir das técnicas de produção envolvidas; na sua importância econômica e suas necessidades sociais e culturais" (*ibid*., p. 42).

Este estudo, ao fazer uso de artefatos e indumentárias das mulheres em diferentes momentos e atividades nas cidades envolvidas na pesquisa, não procura apenas fazer uma apresentação ilustrativa de suas narrativas, mas propor uma reflexão sobre a relação dessas mulheres com a educação voltada para o mundo feminino. A análise propõe o reconhecimento da presença da cultura da educação doméstica na região, as relações econômicas que envolviam ou ainda envolvem esses grupos de mulheres e sua inserção social por meio do mercado de trabalho. Lima (2011, p. 13) reflete sobre essa preocupação dos estudos sobre a cultura material, afirmando que não "bastava descrever e classificar objetos, sendo necessário averiguar onde eles foram feitos, quem os fez, como e por quê". O que se pretende aqui é, por meio da cultura material, encontrar caminhos para compreender as tantas nuances que envolvem as narrativas femininas.

1.4 Os fluxos migratórios e a urbanização da região de Ivaiporã

Conforme Mota e Novak (2008, p. 20), o território do norte paranaense – nesta pesquisa circunscrito aos municípios de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis – tem sido habitado há milhares de anos pelas populações originárias, inicialmente caçadores, coletores e ceramistas, e, posteriormente, pelos povos indígenas Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá. Esses grupos teriam sido, então, os primeiros habitantes da região, responsáveis pelos processos iniciais de povoamento humano nesse espaço.

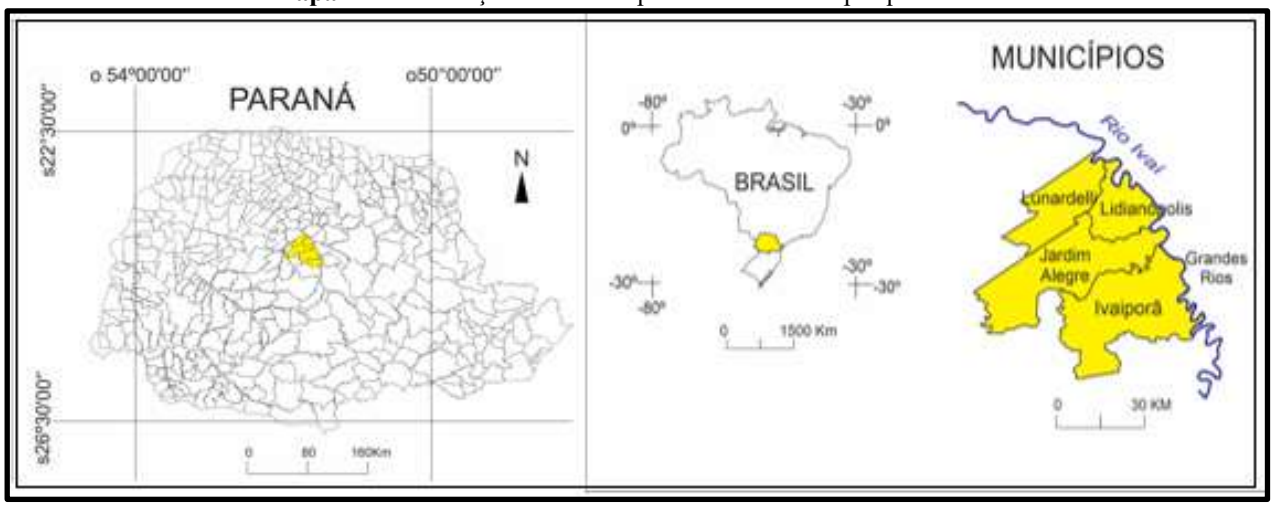
Após os séculos XVI e XVII, os jesuítas passaram a explorar a região com o intuito de fazer a catequização dos povos indígenas e promover a expansão da fé cristã sobre os povos originários da região, assim como já vinham fazendo no restante do Brasil. Mota (1994) ressalta a presença na região não apenas de jesuítas, mas de desbravadores do território, homens interessados em explorar as possíveis riquezas existentes na região. A literatura heroica construída em torno desses homens passou a descrevê-los como sujeitos capazes de muitos sacrifícios para fazer surgir cidades e trazer desenvolvimento para o lugar. Para demonstrar essa construção do herói, o autor utiliza o termo "bandeirante moderno", uma apologia ao herói explorador, construído no período colonial.

> Nas obras que fazem a apologia da colonização do norte do Paraná essa construção é amparada no ato heroico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopeia que precisa ser contada e recontada até se tomar verdade. O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização (Mota, 1994, p. 51).

Durante a década de 1920, as frentes de colonização chegaram à região e tomaram posse do território, por meio do contrato de compra das terras. Quiezi (2020, p. 11) ressalta que a tentativa de compra do território pela Companhia de Terras Sociedade Territorial Ubá Ltda. aconteceu em 1929 e, após conflitos e perda do território para o Estado, em 1950, teve sua legalidade de posse concedida por meio de um acordo lavrado em cartório. É a partir desse momento que a Companhia passa a fazer o processo de loteamento e venda das terras para posseiros e demais interessados.

Segundo Quiezi (2020, p. 114), essa era uma região de muitos conflitos pela posse da terra, pois a Sociedade Territorial Ubá, ao adquirir as terras, começou a redistribuí-las e vendê-las, ignorando o fato de que já existiam diversos posseiros muito antes da chegada da Companhia. Essa ação gerou muitos conflitos e resistências por parte dos posseiros, que julgavam ser os donos da terra, uma vez que eram eles quem dela tiravam o sustento. É nesse espaço que estão localizadas as cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis, local em que acontece a pesquisa sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho e a influência que exerceram e continuam a exercer no desenvolvimento da região (Mapa 1).

Mapa 1 – Localização dos municípios envolvidos na pesquisa.



Fonte: Gomes (2020, p. 26).

Dias e Gonçalves (2001) ressaltam que, embora essa região tenha sido colonizada por uma Companhia de Terras diferente daquela que promoveu a colonização do norte velho (designação cultural para a localização espacial já mencionada no início da tese), ambas estavam interligadas pela cultura do café. Inicialmente desenvolvida no norte velho, a cafeicultura se expandiu por todo o território, alcançando o chamado norte novo e promovendo não apenas a produção cafeeira, mas também a urbanização, por meio do crescimento e do desenvolvimento das cidades.

Apesar do processo de colonização desse território ter acontecido de forma conflituosa, devido aos litígios e disputas pela posse da terra, ainda assim a região atraiu muitas pessoas. Boing (2007) e Chies e Yokoo (2012) confirmam que, por conta dos preços baixos das terras loteadas, muitos pequenos agricultores ou colonos de outras regiões de produção cafeeira deslocaram-se para a região, a fim de comprar um pedaço de terra e, assim, garantir o trabalho e a sobrevivência da família. Dessa forma, foi se construindo o chamado norte novo paranaense.

A estratégia de loteamento de pequenas propriedades para aquisição por pequenos agricultores devido aos baixos preços também é discutida por Elpídio Serra (2001), sobre a venda de terras pela Companhia de Terras Norte do Paraná, nas regiões vizinhas do território loteado pela Companhia de Terras Sociedade Territorial Ubá. Segundo o autor, as terras no norte do Paraná atraíam pequenos proprietários devido aos baixos preços. “A Companhia adquiriu suas terras a baixos preços do governo do estado e assim, teve condições de vender a baixos preços e obter grandes lucros” (Serra, 2001, p. 48). O autor ressalta ainda que as facilidades de pagamento atraíam pequenos agricultores, que viam a possibilidade de pagar a longo prazo os pequenos lotes comprados. No entanto, Rompatto e Ferreira (2016) reforçam

que as companhias colonizadoras só agiram de tal modo porque os lucros com a venda de pequenas propriedades eram altíssimos, sendo um negócio muito vantajoso, pois quanto mais lotes uma companhia vendesse, maior o lucro obtido, por isso a opção em dividir as terras em pequenos lotes. “Para a colonizadora, quanto maior fosse a divisão da terra maior seria seu lucro” (Rompatto; Ferreira, 2016, p. 134).

1.5 A cafeicultura, formação e transformações na economia da região

O processo de urbanização e industrialização do Brasil, iniciado no começo do século XX, trouxe uma série de transformações provenientes do avanço tecnológico e do desenvolvimento da indústria. O país viveu essas mudanças de forma intensa devido à urbanização e ao surgimento das primeiras indústrias, concentradas de forma mais abrangente em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. “No Rio de Janeiro, uma série de empreendimentos, discursos, comportamentos, que demonstravam uma vontade, por parte da elite, de tornar visível a sua riqueza e a solidez desta” (Pedro, 1992, p. 5). Pelo olhar da autora, é possível visualizar a mudança não apenas nas estruturas econômicas dos centros urbanos em processo de industrialização, como também, na nova postura cultural que começa a ser adotada pela elite urbana no país.

De acordo com Silveira (2023, p. 18), “as atividades fabris em São Paulo cresceram com o processo de urbanização da capital e de outras cidades do estado, com a instalação de redes ferroviárias, iluminação elétrica, transporte público, etc.”. Esse crescimento é apontado nas duas primeiras décadas do século em questão e não ficou restrito apenas a São Paulo, mas, aos poucos, os reflexos dessa industrialização se estenderam para todo Brasil.

O nascimento da indústria paulista está ligado ao crescimento da economia cafeeira, que promoveu a circulação do capital e a entrada de novas mercadorias por meio do consumo de importação. Wilson Cano, em sua obra intitulada *Raízes da concentração industrial em São Paulo* (2007), faz uma análise sobre a influência da economia cafeeira para o desenvolvimento da economia capitalista do país. Essa influência leva posteriormente ao desenvolvimento da indústria, impulsionada por uma economia pautada no lucro e pelas iniciativas governamentais de incentivo ao crescimento da indústria capitalista. Com o autor, é possível pensar a produção cafeeira como algo que abriu espaço para a economia capitalista no Brasil e, com ela, o advento da indústria que, aliado a outros fatores, teve o café como uma de suas bases de surgimento. Seguindo a mesma linha de raciocínio de Cano (2007), Silveira (2023) afirma que as transformações ocorridas na cidade de São Paulo na primeira metade do século XX tiveram

suas bases na produção cafeeira.

Na segunda metade do século XX, as mudanças impulsionadas pela economia cafeeira e pelo advento da indústria determinaram os rumos do país. Isso tem a ver, segundo Stolcke (1986), com o projeto nacionalista de Vargas, que propunha uma industrialização com base na produção agrícola como fomento para desencadear a industrialização.

> O planejamento econômico da produção agrícola para o mercado interno tinha como objetivo aumentar a oferta de alimentos e matérias-primas. A política cafeeira se destinava a regular o comércio, a fim de maximizar a receita de cambiais para a industrialização por substituição da importação (Stolcke, 1986, p. 135).

Essas mudanças não passaram despercebidas nas demais regiões do Brasil. O Paraná, que, nesse momento, recebia grupos de migrantes oriundos de diversas regiões do país, foi influenciado pelas inovações urbanas e industriais de São Paulo. Nesse contexto, o café apresentou um importante papel na região do norte paranaense, uma vez que as companhias colonizadoras atraíam populações de diferentes regiões do país em busca de terras férteis para o plantio do café.

A chamada terra roxa, existente nesta região, cativou muitos interessados em cultivar o solo com o plantio cafeeiro. Esses migrantes vieram para a manutenção do trabalho por meio da mão de obra em forma de colonato, como afirmam Priori *et al.* (2012):

> no início do século XX, as terras roxas do Paraná já eram conhecidas por sua alta rentabilidade na produção cafeeira. A disponibilidade dessas terras, os incentivos públicos e a possibilidade de pagamento em condições facilitadas proporcionaram que muitos colonos e lavradores começassem a comprar terras no Norte do Paraná, instalando nessa área a produção cafeeira segundo o modelo paulista. Nesse sentido, a cafeicultura paranaense esteve muito ligada ao Estado de São Paulo e podemos dizer que ela era uma continuidade da economia paulista (Priori *et al.,* 2012, p. 94).

De acordo com Mello e Novais (1998), as mudanças ocorridas em São Paulo durante o auge da produção cafeeira contribuíram sobremaneira para a sua modernização. Na segunda metade do mesmo século, a cidade já contava com uma boa estrutura de transporte, comércio e oferta de bens e serviços. No que diz respeito às práticas culturais e aos costumes, os autores demonstram que foram moldados pelos hábitos dos diferentes grupos de imigrantes que se instalaram nos bairros, impulsionando o crescimento da cidade e a adoção de novos hábitos praticados pela população.

Na segunda metade do século XX, o Brasil vivia uma ideia de modernidade e desenvolvimento marcados pela presença de produtos industrializados de importação, por uma política de desenvolvimento urbano e por um discurso desenvolvimentista, que faziam a população acreditar que o país havia se modernizado no ritmo das potências internacionais industrializadas. Mello e Novais (1998) apontam para a existência de uma sociedade otimista e

crente no crescimento do país e na capacidade de atingir níveis de desenvolvimento que transformassem essa sociedade em uma nova civilização.

> Na década dos anos 50, alguns imaginavam até que estaríamos assistindo ao nascimento de uma nova civilização nos trópicos, que combinava a incorporação das conquistas materiais do capitalismo com a persistência dos traços de caráter que nos singularizavam como povo: a cordialidade, a criatividade, a tolerância (Mello; Novais, 1998, p. 560).

O Paraná, segundo Chies e Yokoo (2012, p. 6), não fugiu do modelo de colonização por ciclos econômicos, desenvolvido no restante do Brasil e extensivo a grande parte do continente americano. O ciclo do café teve seu êxito nos períodos de 1860 até por volta de 1970 no estado, o qual atendia a uma demanda da economia nacional e internacional. “Sabe-se que a cultura do café se voltava ao mercado externo. Nesse caso, a economia paranaense, do período, desenvolveu-se em função de estímulos externos, nacionais ou internacionais, oscilando por conta da procura pelo café”.

O Paraná seguiu a mesma lógica de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, tendo o café como um produto do capitalismo, que promoveu o desenvolvimento de cidades, construção de ferrovias e investimentos em uma estrutura urbana que atendesse às demandas geradas pela produção cafeeira.

Chies e Yokoo (2012) salientam que essa região passou por um processo de colonização diferente daquele observado em outras regiões cafeeiras, onde predominavam os latifúndios. No norte novo, por sua vez, as terras foram majoritariamente divididas em propriedades menores – sítios, chácaras e pequenos latifúndios –, uma vez que a população local já era composta, em grande parte, por colonos. Essas pessoas, ao receberem pelos serviços prestados, compravam pequenas propriedades e desenvolviam a produção cafeeira, com o intuito de comercializar nos mercados interno e externo, paralelamente à prática da agricultura familiar. Isso é perceptível nos relatos orais das pessoas que passaram a habitar a região a partir da década de 1940.

A costureira Rosalina relata que, quando veio de São Paulo para a região de Maringá, não tinha muito plantio agrícola, havia muita mata fechada e, aos poucos, as terras passaram a ser cultivadas com o plantio do café, e a cidade de Maringá começou a surgir, uma vez que ainda havia pouquíssimas casas. “Viemos para Maringá no final da década de 1940. Meu pai era oveiro. Ele tinha uma carroça e um burro. Ele comprava galinhas pela região e duas vezes por semana enviava pra São Paulo. O restante era tudo mato, só depois veio o café” (Rosalina, 2023, informação verbal).

Percebe-se que, embora com ocupação mais extensiva após 1930, a região de Ivaiporã

também sofreu influência das mudanças ocorridas em São Paulo e Rio de Janeiro. Isso demonstra que o movimento de desenvolvimento das cidades do interior do Paraná não estava dissociado das transformações de São Paulo, uma vez que a busca por novas fronteiras agrícolas promoveu um espalhamento de pessoas pelo interior do Brasil, o que contribuiu para o crescimento populacional de algumas regiões e o surgimento de algumas cidades, conforme apresentam Mello e Novais (1998):

> O deslocamento permanente da fronteira agrícola, nestes anos que vão de 1950 a 1980, tornou-se possível porque o Estado foi construindo estradas de rodagem e criando alguma infraestrutura econômica social (eletricidade, polícia e justiça, escolas, postos de saúde, etc.) nas cidades que foram nascendo ou revivendo na "marcha para o interior do Brasil". Nos anos 50, o trabalho na agricultura do Norte do Paraná, atraiu muitos migrantes, bem como a "abertura" de terras em Goiás e no que seria hoje o Mato Grosso do Sul (Mello; Novais, 1998, p. 580).

Os dados historiográficos trazidos pelos autores são enriquecidos pelas fontes orais. Rosalina, costureira que chegou à região de Maringá na década de 1940, relata que, quando saiu de São Paulo ainda menina, com sua família, tinham expectativa de encontrar enriquecimento no interior do Paraná, porém, segundo ela, a realidade era diferente. Em São Paulo, as terras eram todas cobertas por cafezais e, na região de Maringá, ainda havia muita mata fechada, e o café estava começando a se estabelecer. Ela afirma que viveu nesse espaço até a década de 1970, quando veio para a região de Ivaiporã, já produtora de café.

> **Rosalina:** *Quando nós saímos do estado de São Paulo, eu tinha cinco anos, meu pai comprou um sítio em Mandaguaçu, mas era tudo mato. Em São Paulo era tudo café, muito café formado. Aqui não! Aqui estava começando tudo. O café ainda estava começando a ser produzido. As pessoas compravam os sítios e vinham de São Paulo pra cá para plantar café... derrubar o mato e plantar café* (2023, informação verbal)[8].

De acordo com os dados do IBGE de 1970 (ver Tabela 1), a população do norte novo paranaense ainda na segunda metade do século XX vivia, em maior proporção, no meio rural. As atividades agrícolas estavam concentradas na agricultura familiar, que exige maior número de mão de obra e garante o estabelecimento das pessoas no campo, como pequenas proprietárias ou como colonos em propriedades maiores. Isso se explica pela presença do café que, segundo Chies e Yokoo (2012), era intensamente cultivado nesse território até meados da década de 1970, quando questões climáticas e econômicas promoveram seu declínio como produto de base da economia da região.

Pelos relatos, percebe-se que o café era a base da economia regional na década de 1960. A confeiteira Jacira, que viveu na cidade de Arapuã – pertencente à região de Ivaiporã –

[8] Optou-se por diferenciar as entrevistas com mais de três linhas, ou seja, com recuo, das citações teóricas com fonte em itálico, evidenciando o nome da entrevistada em negrito no início e deixando o ano para o final, entre parênteses. Ressalta-se que a pesquisadora procurou transcrever as falas das entrevistadas da maneira mais fiel possível, respeitando seu linguajar informal/regional.

durante a década de 1970 e o início dos anos 1980, afirmou que, tanto em Ivaiporã quanto em Arapuã, o cultivo de café era intenso. “As pessoas viviam basicamente da agricultura. As cidades não tinham muita importância e plantava-se de tudo, feijão, arroz, milho, mas era o café que era mais produzido. Geralmente plantava os outros produtos no meio do café” (Jacira, 2023, informação verbal). A professora Natersa, que viveu sempre em Lidianópolis, afirmou que, nas décadas de 1950 e 1960, não havia muita gente vivendo nas cidades, pois a maioria vivia na zona rural, e o café era o motor da economia. “Ah! Se plantava muito café, né?! Tudo era cafezal. Era até bonito de ver. Você saía daqui e ia para Ivaiporã e por todos os lugares que passava se via plantações de café. O café dava muito dinheiro” (Natersa, 2023, informação verbal).

Adilis, que trabalhava em cartório na década de 1960, ressalta a importância do café para a economia local. “A maioria das pessoas que vinham no Cartório, vinham atrás de escritura de terras, propriedades rurais e naquele momento, todos cultivavam café. Mesmo que tivessem outros produtos plantados em suas terras, o café era o que mantinha essas pessoas” (Adilis, 2023, informação verbal).

Os depoimentos dessas mulheres que habitaram a região nas décadas de 1950, 1960 e, em alguns casos, 1970, demonstram que, mesmo estando em diferentes localidades da região, o café era a base da produção agrícola, e a economia se pautava nele. Essa realidade, que perdurou até o início da década de 1980, sofreu uma mudança significativa com a introdução da soja. A professora Simone, que morou em Ivaiporã até final da década de 1970, afirma que o café era a cultura mais cultivada pelos proprietários de terras – fossem eles grandes ou pequenos –, mas também aponta para a transição da cafeicultura para o cultivo do algodão e, posteriormente, da soja.

> **Simone:** *Quando eu estava na Santa Bárbara não via ninguém cultivar outra cultura além do café, em grande quantidade e o milho e o feijão para subsistência. Mas, depois de 1980, vim para Lidianópolis e o café ainda era produzido, mas logo o algodão tomou conta e depois a soja* (2024, informação verbal).

Esses relatos comprovam o que a historiografia afirma da presença e da importância do café na região norte do Paraná e demonstra que sua substituição por outras culturas não foi homogênea. Em alguns espaços, aconteceu já em meados da década de 1960, outros mais tarde, no final da década de 1970 e início de 1980, o que foi o caso da região de Ivaiporã, onde a pesquisa foi realizada.

De acordo com os relatos orais, era difícil o acesso aos serviços públicos, principalmente de saúde, saneamento básico e escolarização. A educação era um desafio, pois as crianças moravam longe das escolas e era deficitário o número de profissionais para atuar na

área. Maria Aparecida mencionou que, em meados da década de 1960, sua irmã, com apenas 15 anos, foi nomeada professora tendo formação apenas nos primeiros anos da Educação Básica. Na comunidade rural em que a escola fora construída, não havia outra pessoa com maior grau de estudo para assumir as turmas, que, na época, eram de ensino primário multisseriado. "Daí, a Luzia, com 15 anos começou a dar aula. Deu uma polêmica isso, porque a primeira-dama de Jardim Alegre, não queria aceitar. Ela disse que a professora ia ficar o dia inteiro só brincando com as crianças e não ia dar aula nada" (Maria Aparecida, 2023, informação verbal).

Na concepção da cartorária Adilis, no final da década de 1960, essa região era pouco desenvolvida. Ela justifica sua afirmativa explicando que as cidades tinham um número pequeno de pessoas em relação ao meio rural, o que é comprovado pelas estatísticas do IBGE apresentadas anteriormente nesta pesquisa. Em seu depoimento, a cartorária salienta que, ao chegar a Jardim Alegre na década de 1950, ficou um tanto quanto assustada com a falta de estrutura do local, bem como com a falta de conhecimento das pessoas. "Aqui, tudo era muito atrasado em relação a Santa Catarina de onde eu vim. As pessoas não tinham muito conhecimento; as cidades tinham pouca estrutura; e boa parte das pessoas mal sabiam ler e escrever..." (Adilis, 2023, informação verbal). A ideia de atraso defendida por ela está relacionada ao fato de que a região tinha um comércio pequeno, bem como poucos hospitais, e as cidades ainda eram pouco povoadas. Essa percepção é apresentada por outra entrevistada ao afirmar que o acesso à cidade era muito difícil:

> **Idalina:** *Eu achava isso aqui bem chatinho, não tinha muito o que fazer, a gente ficava só lá no sítio, de casa para a escola, que era ali na água mesmo e não tinha mais nada para se fazer. O tempo demorava muito para passar porque o mundo era muito grande, mas muito longe da gente (risos)* (2024, informação verbal).

Além da falta de estradas adequadas para fazer a conexão entre as comunidades e as cidades existentes e da dificuldade de transporte, ainda existia o fato de a estrutura ser pouco desenvolvida. Segundo a cartorária Adilis, morar e se locomover era um desafio, mas ela se recorda com carinho e disse que gostava daquela vida.

> **Adilis:** *Meu sentimento quando cheguei aqui? Apesar do espanto eu achei maravilhoso, porque eu gosto de mato e era o que mais tinha aqui (risos). Mas quando chegamos, não tinha casa para alugar, daí passamos dois meses num hotel. Hotel América que tinha aqui, bem simples, mas muito bom. Era do Sr. Nelson, ele era delegado da cidade, gente muito querida. O que eu gostei foi da simpatia do povo. Lá na nossa terra um quase não conhecia o outro, cidade grande, né? Mas aqui, nós ficávamos bobos de ver. Daí, quando nós conseguimos alugar uma casa, eu não conhecia casa que não tinha forro. Eu peguei essa casa porque era o que tinha, eu nem olhei como era, de manhã (risos). Quando eu acordei, fui lavar o rosto, meu Deus! Saiu terra do meu rosto (muito riso). Daí, eu tinha uma vizinha, a D. Olívia e ela me falou que aqui era assim mesmo, pois não tinha forro nas casas e as ruas era tudo de terra, os carros passavam à noite. Imagina o poeirão. Isso tudo eu me lembro até hoje, mas com saudade. Eu gostava daquela casa* (2023, informação verbal).

Nesse contexto, as cidades pequenas, com economias voltadas para a produção cafeeira e outras culturas de subsistência, revelam a presença de mulheres que, mesmo sob o domínio de famílias tradicionais e sob uma formação moral que as mantinha subordinadas aos homens: desafiaram a ordem posta, construindo carreiras, mesmo que em um percentual pequeno, para as décadas de 1960 e 1970; assumiram o controle familiar para o sustento da casa com seu trabalho remunerado; criaram os filhos e foram importantes na educação de suas filhas, incentivando-as a buscar autonomia; e firmaram-se nas décadas de 1990 e nas primeiras décadas do século XXI, como exemplos para suas filhas e netas.

2 O UNIVERSO FEMININO NAS CIDADES DE IVAIPORÃ, JARDIM ALEGRE E LIDIANÓPOLIS NAS DÉCADAS DE 1950-1970: POSSIBILIDADES, DESAFIOS E CONQUISTAS

No Ocidente, para conquistar direitos e ocupar seu espaço de indivíduo livre e capaz de gerir a própria vida, as mulheres enfrentaram uma série de obstáculos e precisaram se organizar em movimentos que garantiram, por meio de lutas, suas conquistas. A principal forma de organização das mulheres foi o movimento feminista, o qual se propagou pela Europa durante o século XIX, quando as grandes conquistas femininas começaram a acontecer.

No Brasil, o feminismo ganhou destaque no início do século XX, com todo o processo de transformação social e no trabalho, que acabou por influenciar a cultura e facilitar o contato das pessoas com as informações que circulavam em outras regiões do mundo. De acordo com Pinto (2023), o feminismo brasileiro, como movimento, passou por diferentes vertentes durante esse século, mas três delas foram marcantes. A primeira, segundo a autora, foi liderada por Bertha Lutz e tinha por finalidade as conquistas de direitos políticos, porém, não mexia com a condição do homem. "A luta pela inclusão não se apresenta como alteração das relações de gênero, mas como um complemento para o bom andamento da sociedade, ou seja, sem alterar a condição do homem, as mulheres lutavam para serem incluídas como cidadãs" (Pinto, 2023, p. 19). A autora encerra afirmando que "esta parece ser a face bem-comportada do feminismo brasileiro" (*ibid*.).

A segunda, por sua vez, foi chamada "feminismo difuso" e contou com a participação de mulheres intelectuais que já tinham se firmado na vida pública. Esse feminismo discutia, para além dos direitos políticos, o domínio do homem sobre as mulheres. Por fim, a terceira vertente está relacionada às lutas trabalhistas, bem como ao envolvimento em movimentos políticos ideológicos como o anarquismo, a luta das trabalhadoras e das militantes intelectuais que propunham um feminismo mais radical. Sobre a segunda e a terceira vertentes, lançadas a partir da terceira década do século XX e que teve influência sobre as décadas seguintes, Pinto (2023, p. 19-20) reitera que:

> a segunda vertente é a que se poderia chamar de feminismo difuso, o qual se expressa nas múltiplas manifestações da imprensa feminista alternativa. São mulheres cultas, com vidas públicas excepcionais, na grande maioria professoras, escritoras e jornalistas. Preocupadas ou não com os direitos políticos, essas mulheres têm um campo mais vasto de questões, defendem a educação da mulher e falam em dominação dos homens e no interesse deles em deixar a mulher fora do mundo público. Em seus textos, tocam em temas delicados para a época, como sexualidade e divórcio. Esta é uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX.
> A terceira vertente se manifesta nos movimentos anarquistas e, posteriormente, no Partido Comunista. Trata-se de mulheres trabalhadoras e intelectuais, militantes desses movimentos de esquerda que defendem a liberação da mulher de uma forma

> radical, tendo na maioria das vezes a questão da exploração do trabalho como central, articulando as teses feministas aos ideários anarquistas e comunistas. O menos comportado dos feminismos no período tem como grande expoente Maria Lacerda de Moura.

Ainda que essas vertentes de forma sistematizada não condigam com o período da pesquisa, que se discorre a partir da segunda metade do século XX, pelo menos 20 anos após o movimento ter sido concretizado nos grandes centros do país, seus reflexos chegaram às mulheres da pesquisa, difundidas mesmo que tardiamente pelo rádio, pela música e pelas revistas de moda.

Na prática, as ideias e conquistas do movimento feminista chegaram às mulheres de diferentes espaços, mesmo os mais afastados dos grandes centros e ainda que em período diferente. A arte, a música, os debates, as influências por meio da moda, assim como o interesse da indústria em vender produtos por meio da ideia da liberdade feminina, acabaram por disseminar essa nova forma de introduzir a mulher ao mundo da cidadania. Isso demonstra que a história é algo em movimento, que não acontece da mesma forma tampouco no mesmo momento em diferentes espaços, mas de alguma forma as informações circulam e os acontecimentos promovem as transformações.

Não foi diferente para as mulheres da região de Ivaiporã: nem todas tiveram a consciência de que os direitos das mulheres estavam chegando por meio de lutas nem foi homogêneo o acesso que tiveram a esses direitos, uma vez que muitas acabaram alcançando mais cedo e outras ainda lutam de alguma forma para de fato alcançar esses direitos. Isso porque questões como classe social, poder aquisitivo, acesso à educação formal, localização e a própria educação familiar influenciaram no tempo em que cada uma teve acesso à cidadania.

Nesse sentido, entende-se que fatores como classe social, localização no espaço (rural ou urbano), condição financeira e acesso à informação também são cruciais para compreender o papel dessas mulheres e os grupos aos quais pertenciam, tendo, assim, uma visão ampla acerca da organização das mulheres nesse contexto de cidades que compõem a região de Ivaiporã.

Este capítulo se debruça sobre a análise das mulheres da primeira e segunda gerações, isto é, grupos de mulheres dos anos de 1950 até os anos de 1980. O estudo compreende analisar suas atividades, suas práticas diárias, bem como sua importância na formação das mulheres da terceira geração. Inicialmente, é feita uma análise sobre a forma como o trabalho feminino era concebido na região no período do século XX e a distinção das atividades realizadas, caracterizando-as como trabalho, ocupação ou profissão.

Em seguida, busca-se compreender a importância da costura, da culinária, do artesanato e dos cuidados com a beleza na inserção das mulheres no mercado de trabalho por

meio das habilidades manuais desenvolvidas a partir da educação familiar recebida. Busca-se, ainda, reconhecer as atividades remuneradas praticadas muitas vezes em suas próprias casas ou por meio das atividades profissionais e aquelas realizadas por mulheres com Ensino Superior. Para tanto, é empreendida uma análise sobre a divisão social do espaço, para entender a que classe social essas mulheres pertenciam.

2.1 Trabalho, emprego ou ocupação?

Na história das mulheres, encontra-se uma prática marcada pela cultura patriarcal de desvalorização do trabalho feminino. Michelle Perrot, em sua obra *As mulheres ou os silêncios da História* (2005), discorre que, na trajetória das mulheres, é comum encontrar discursos segundo os quais mulher não trabalha, quem trabalha é o homem, que, por sua vez, é o chefe da família e o provedor do sustento.

Embora a autora escreva com base nas mulheres em um contexto geral, é possível fazer relação entre suas afirmações e a atuação das mulheres na região de Ivaiporã. Mesmo as que participavam ativamente da maioria das atividades praticadas pelos homens, principalmente no meio rural, viviam sob uma tradição de desvalorização do trabalho feminino. Elas não apenas cuidavam dos afazeres domésticos, mas iam também para a roça e, com seus pais ou maridos, trabalhavam na agricultura.

A cabeleireira Marlene relata que começou a cortar cabelo porque não tinha estudo e não podia ficar em casa dependendo de pai ou de marido, fazendo apenas o serviço de casa ou ajudando na roça, em uma alusão ao fato de que a atividade doméstica não era considerada e que o trabalho feminino era tido como uma "ajuda" ao homem, e não como fonte de seu sustento. A costureira Maria Aparecida reforça a percepção de que o trabalho feminino não era valorizado na atividade rural e que, mesmo trabalhando todos os dias na roça, somente quando começou a receber pelas suas costuras é que sentiu que tinha um trabalho. As próprias mulheres, quando questionadas sobre sua profissão, acabavam por dizer que não trabalhavam, eram apenas donas de casa.

> **Maria Aparecida**: *Eu só fui considerar que tinha um trabalho mesmo, quando comecei a costurar para fora e receber por minhas costuras, porque quando eu trabalhava na roça eu nem considerava que tinha um trabalho, porque ninguém reconhecia, nem recebia por isso* (2023, informação verbal).

Com o passar do tempo, porém, as mulheres começaram a atuar fora de suas casas, em fábricas, confecções de costuras, escolas (como professoras) e posteriormente em outras áreas

que foram conquistando. No Brasil, de acordo com Maria Izilda Matos e Andrea Borelli (2018), que analisam a entrada da mulher no mercado de trabalho, começou a acontecer já no final do século XIX e se estendeu até o final da década de 1990, com a conquista da autonomia feminina, por meio de confirmações legais e sociais em todas as regiões do país. Para as autoras, a participação das mulheres nas fábricas teve seu início no final do século XIX. "No setor de vestuário, confecção de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolates), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres" (Matos; Borelli, 2018, p. 128).

Esse contexto faz parte da realidade de São Paulo, com as primeiras iniciativas de industrialização, em que o maior número de mulheres contratadas era imigrante. Muitas mulheres começaram a utilizar seus saberes domésticos, tidos como ocupação domiciliar, para atendimento fora do âmbito familiar, com o objetivo de reforçar o orçamento, recebendo pelo serviço. "Nos domicílios, exímias cozinheiras faziam doces, salgados e petiscos para serem comercializados pelas ruas em bandejas e cestas; algumas adquiriam clientela fixa e produziam regularmente quitutes sob encomendas" (Matos; Borelli, 2018, p. 130).

Embora as autoras estejam se referindo a um espaço de tempo diferente do estudado nesta pesquisa, uma vez que se referem ao final do século XIX e início do século XX, é importante a análise das informações, para compreender o processo histórico que as mulheres vivenciaram e que se refletiram sobre as décadas de 1960 e 1970, as quais foram decisivas para a conquista da liberdade e da autonomia feminina. Conforme Pinsky (2018) salienta:

> a partir da segunda metade dos anos de 1960, uma série de transformações levaria a enormes mudanças nas imagens de mulher. Se no período anterior os comportamentos não seguiam à risca os modelos e nem mesmos estes eram tão rígidos como pareciam (admitindo distinção de classe, 'raça'...), em contraste com o que viria agora, o passado apresentava grandes limites e pouquíssimas opções. Os chamados Anos Rebeldes marcaram o início da era que chega aos dias de hoje com fronteiras borradas, polarizações desfeitas e identidades reconhecidamente cada vez mais plurais (Pinsky, 2018, p. 513).

De acordo com o exposto por Pinsky (2018) e Matos e Borelli (2018), sobre a trajetória traçada pelas mulheres por quase um século, na busca por ocupar o espaço no mercado de trabalho, constituir a condição de trabalhadoras e ter uma profissão e não mais uma ocupação ou um trabalho, é possível supor que, entre a saída da mulher do âmbito doméstico na região de São Paulo no final do século XIX para o mercado de trabalho até a construção da cidadania e da autonomia feminina na segunda metade do século XX, houve um percurso que não foi homogêneo nas regiões do Brasil.

Na região pesquisada, por sua vez, a ideia de ocupação, de ausência de profissão por não exercerem trabalhos remunerados, esteve presente até meados da década de 1970,

principalmente para as mulheres da zona rural, conforme demonstram as fontes orais desta pesquisa. “Eu fui cortar cabelo para ter um emprego, né?! Porque na roça a gente não tinha emprego, só trabalhava com os pais, então não conseguia ter renda” (Marlene, 2023, informação verbal). “Era preciso ter estudo ou arranjar um jeito de trabalhar para fora, para ganhar dinheiro, né?! Senão ia ser dona de casa, trabalhar com os pais na roça e não tinha trabalho” (Jacira, 2023, informação verbal). “Trabalhar eu trabalhei a minha vida inteira, porém, profissão, eu só fui ter mesmo depois que já tinha quase 30 anos, quando comecei a fabricar meu bordado, meu crochê e meu tricô para vender e não apenas para fazer enxoval” (Maria Cardoso, 2024, informação verbal).

Essa desvalorização do trabalho feminino na região em pesquisa era comum nas décadas de 1960 até meados de 1980, quando boa parte das mulheres eram expostas a uma extensa jornada de trabalho, dividida entre cuidar da casa, dos filhos, do marido, dos animais e trabalhar na agricultura. Elas não eram consideradas agricultoras nem domésticas, eram consideradas “do lar”. Além do trabalho doméstico, do cuidado da casa e da família, muitas delas ainda faziam trabalhos manuais, como renda extra para comprar produtos de necessidades dos filhos. As atividades de costura e artesanato eram tidas como uma ocupação feminina, não eram reconhecidas como emprego ou profissão com fonte de renda, mesmo quando remuneradas.

Umbelina, que foi professora, costureira, cabeleireira e confeiteira em Lidianópolis na década de 1960, relatou que demorou muito para se acostumar na região. Vinda de Santa Catarina, onde vivia em um espaço urbano, ao chegar ao “patrimônio”, sentiu muita diferença. Segundo ela, o lugar era bastante precário, por faltar assistência médica e comércio, além de haver poucas casas e uma infinidade de roças de café que compunham os arredores da pequena cidade.

A entrevistada sorriu, ao buscar em sua memória, fatos daquela época e diz que não conseguia entender por que as mulheres diziam que não trabalhavam, quando na realidade elas trabalhavam muito, na agricultura e nas próprias casas. Ela afirmou que, em Brusque – SC, a realidade era outra, pois as mulheres assumiam suas atividades como profissão, o que não acontecia na região da pesquisa.

> **Umbelina:** *Eu achei aquilo tudo muito estranho. Primeiro, que eu morava em uma cidade lá em Santa Catarina e aqui, era na verdade um ‘patrimônio’, no meio das roças de café. Ivaiporã era a cidade mais próxima, porque Jardim Alegre também era bem precário. Eu já tinha morado em Lidianópolis, mas quando criança, mas daí quando voltei já mocinha, não queria ficar, não. Era tudo muito bonito, sabe, querida? Porque o café é bonito, mas não tinha nada, a vida era muito difícil, para as mulheres então, nem se fala! As coitadas quase morriam de trabalhar, porque a maioria ia pra roça, com os pais, com os maridos e depois tinha toda a*

> *responsabilidade da casa, dos filhos, às vezes dos pais e dos sogros se já estivessem idosos e precisassem de cuidados, tudo era por conta delas. E o engraçado é que elas diziam que não trabalhavam, eram donas de casa. Acha? Era quem mais trabalhava, mas não viam dinheiro na frente. Eu não vivi isso, meu pai sempre estimulou os filhos a trabalharem e ter seu próprio dinheiro, fosse homem ou mulher. Ele dizia: Use o que sabe fazer para ganhar dinheiro, do amanhã ninguém sabe* (2024, informação verbal).

Analisando o depoimento de Umbelina sobre a diferença entre o pensamento das mulheres de regiões mais urbanizadas e o pensamento das mulheres de uma região de urbanização incipiente, é possível entender que o processo de cidadania e conquistas de direitos não foi homogêneo em todo o país, uma vez que fatores como a educação, entre outros, apresentavam diferenças em termos regionais, de acordo com o espaço.

Pinto (2023) discorre que a luta pelos direitos da mulher no Brasil aconteceu em fases diferentes. Segundo a autora, no início a preocupação era com direitos básicos, depois é que foram ampliando suas pautas e abrindo o leque de exigência por direitos à cidadania irrestrita. Nas três primeiras décadas do século XX, galgavam-se os primeiros passos para a cidadania, e essa luta foi se ampliando, enquanto o movimento feminista foi ganhando força.

> Nesse primeiro momento as vitórias foram poucas. Talvez a única concreta tenha sido o direito de voto. Mesmo considerando essa fragilidade, as primeiras manifestações são reveladoras de uma inquietação na sociedade brasileira que se expressava de forma fragmentada, revelando mesmo assim os primeiros sinais de organização, tanto entre as elites cultas como entre os setores trabalhadores (Pinto, 2023, p. 53-54).

Ao analisar o depoimento de Umbelina em comparação ao que diz Pinto (2023) sobre as conquistas dos direitos femininos no Brasil, é possível perceber que essa divisão da luta em fases aconteceu nos centros urbanos e de alguma forma atingiram as pequenas cidades. Porém, o tempo em que esses direitos chegaram às mulheres aconteceu em períodos diferentes. O fato de Umbelina relatar que não entendia por que as mulheres trabalhavam tanto e, mesmo assim, não reconheciam a própria atividade (diferentemente do que ela estava acostumada a ver acontecer em Santa Catarina) demonstra que a cidade maior já havia avançado em cidadania feminina, ao passo que, na região da pesquisa, as mulheres ainda estavam presas ao conservadorismo e à submissão feminina.

A costureira Maria Aparecida relatou que começou a costurar aos 18 anos de idade, já em 1976, quando fez o primeiro curso de corte e costura com uma costureira vizinha. Ela afirmou que não era esse o seu trabalho, e sim o da roça, junto aos pais que eram agricultores; porém, no documento de matrícula escolar[9] de Maria Aparecida, que voltou a estudar já depois de adulta, seu pai Eduardo Júlio da Silva aparece como lavrador, mas sua mãe Benedita Lourdes

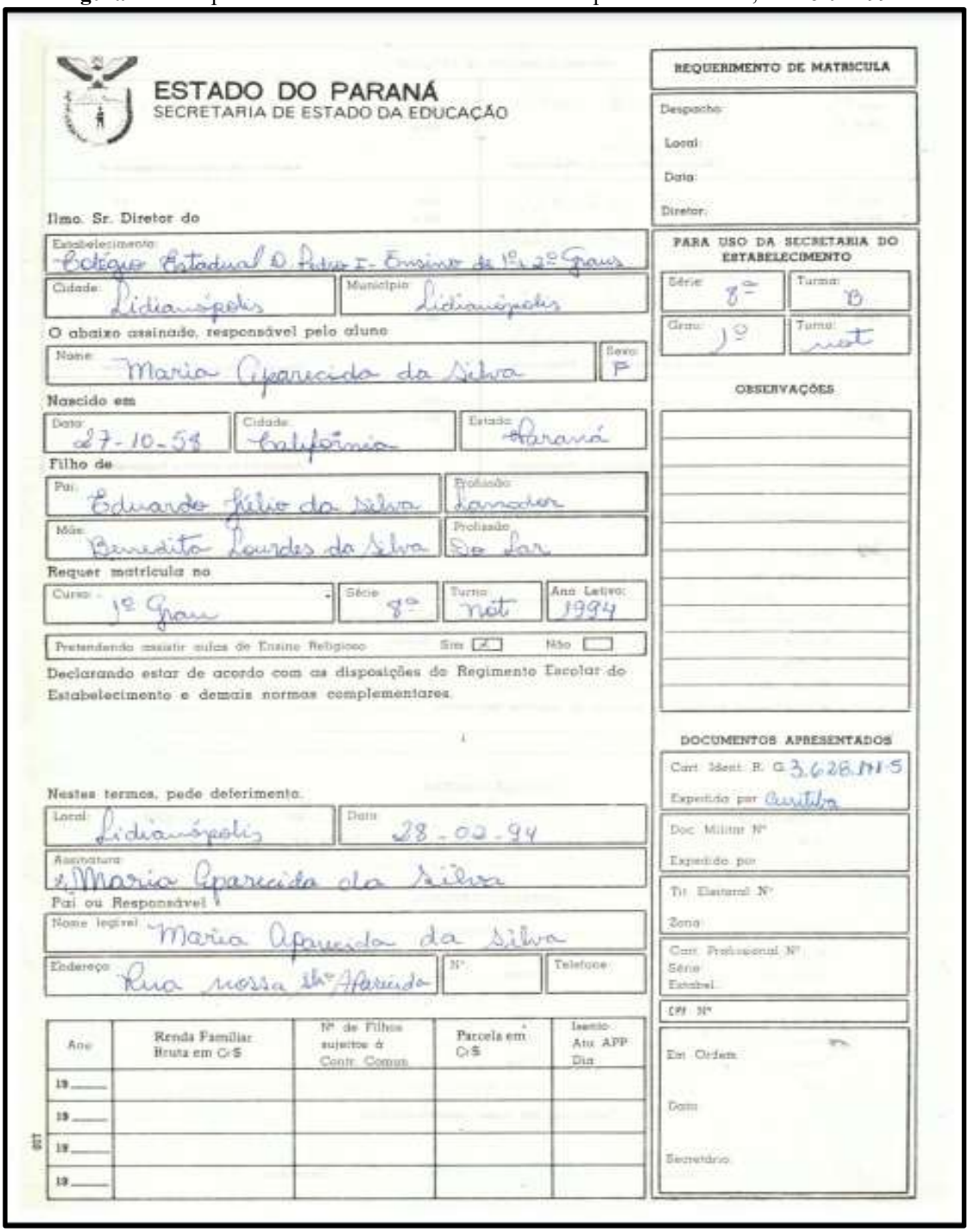
[9] Comprovante de matrícula escolar em que a mãe aparece como “do lar”, e não como agricultora (Figura 1).

da Silva, como “do lar”, e não como lavradora, ou agricultora como Maria Aparecida relatou. Isso demonstra que, mesmo durante a década de 1990, alguns documentos oficiais não reconheciam a mulher do campo como agricultora.

É um dado interessante a ser analisado, uma vez que, de acordo com Pinto (2023), a segunda década do século XX já contou com conquistas mais expressivas para a cidadania feminina. Além disso, a Constituição de 1988 já garantia direitos iguais para todos os cidadãos, homem ou mulher. No entanto, o documento apresentado pela costureira Maria Aparecida abre espaço para a seguinte análise: embora legalmente essas barreiras já haviam sido transpostas, culturalmente, na região de Ivaiporã, ainda havia um caminho a percorrer para superar a exclusão das mulheres no que se refere ao acesso às leis e à inserção no espaço público.

Essa pode ser uma possibilidade de explicação para o fato de muitas mulheres terem demorado tanto para sair do âmbito doméstico e assumir a condição de indivíduo livre e com autonomia para a tomada de decisões. A cultura empregada no espaço, de conservadorismo, em que o homem ainda detém controle sobre muitas decisões do dia a dia, é uma realidade testemunhada pela autora desta pesquisa, que encontrou barreiras ao desenvolver este trabalho. Prova disso é o fato de muitas mulheres se negarem a contribuir para esta pesquisa, com medo da retaliação que poderiam receber de maridos, padres ou pastores.

Figura 1 – Comprovante de matrícula escolar de Maria Aparecida da Silva, em 28/02/1994.



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE MATRICULA

Despacho:
Local:
Data:
Diretor:

Ilmo. Sr. Diretor do

Estabelecimento: Colégio Estadual D. Pedro I - Ensino de 1º e 2º Graus

Cidade: Lidianópolis | Município: Lidianópolis

O abaixo assinado, responsável pelo aluno

Nome: Maria Aparecida da Silva | Sexo: F

Nascido em

Data: 27-10-58 | Cidade: Califórnia | Estado: Paraná

Filho de

Pai: Eduardo Félix da Silva | Profissão: Lavrador

Mãe: Benedita Lourdes da Silva | Profissão: Do lar

Requer matrícula no

Curso: 1º Grau | Série: 8ª | Turma: not | Ano Letivo: 1994

Pretendendo assistir aulas de Ensino Religioso: Sim [X] Não [ ]

Declarando estar de acordo com as disposições do Regimento Escolar do Estabelecimento e demais normas complementares.

Nestes termos, pede deferimento.

Local: Lidianópolis | Data: 28-02-94

Assinatura: Maria Aparecida da Silva

Pai ou Responsável

Nome legível: Maria Aparecida da Silva

Endereço: Rua nossa Sra Aparecida | Nº: | Telefone:

PARA USO DA SECRETARIA DO ESTABELECIMENTO

Série: 8ª | Turma: B
Grau: 1º | Turma: not

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Cart. Ident. R. G. 3.628.111-5
Expedido por Curitiba
Doc. Militar Nº
Expedido por
Tít. Eleitoral Nº
Zona
Cart. Profissional Nº
Série
Estabel.
CPF Nº
Ent. Ordem
Dom
Secretário

Ano	Renda Familiar Bruta em Cr$	Nº de Filhos sujeitos à Contr. Comun.	Parcela em Cr$	Isenção Anu. APP Dia
19__				
19__				
19__				
19__				

Fonte: arquivo de dados do Colégio Estadual D. Pedro I, em Lidianópolis-Paraná.

Ainda assim, a prática da costura, que na educação tradicional era uma obrigação da mulher, foi uma atividade importante para a conquista da independência financeira da mulher na região da pesquisa. Muitas utilizaram esse conhecimento proveniente da educação materna para ganhar dinheiro, prover o sustento dos filhos e até abandonar o casamento, que muitas vezes era opressivo, para viver uma vida livre de abusos e desmandos.

A maioria das entrevistadas que compõem esse grupo de mulheres, nascidas entre os

anos de 1940 e 1970, afirmou que era uma obrigação da mulher prover os cuidados com as roupas dos filhos e dos demais membros da casa, seja costurando roupas novas, seja fazendo reparos e recuperando aquelas que ainda eram possíveis ser utilizadas. As moças de famílias mais abastadas eram educadas para serem boas esposas, para isso precisavam dominar a prática da culinária, da costura e do artesanato. Tinham de aprender mais especificamente o bordado, o crochê e o tricô, para os adornos da casa, mesmo que não fossem utilizar essas habilidades no seu dia a dia, já que, na maioria das vezes, pagavam por esses serviços; era, portanto, uma questão de boa educação saber fazer. Essa prática remontava ao Período Imperial, com uma educação feminina voltada para o casamento.

> Nos primeiros anos de vida, as sinhazinhas podiam brincar à vontade junto às crianças que compunham o contingente de escravos ou agregados. Mais tarde, eram apresentadas aos segredos do bordado, da confecção de rendas e de costura pelas mãos de mães, tias ou amas de leite. Assim, com bastante antecedência, o enxoval – lençóis de linho, toalhas de mesa, roupa branca – começava a ser produzido (Arend, 2018, p. 67).

Embora o período examinado pela autora faça menção ao Período Imperial, essa foi uma prática que se manteve presente no Brasil até a década de 1960. Vale destacar que, mesmo com os avanços nas conquistas de direitos das mulheres, isso era tido como uma habilidade necessária para a moça chamar a atenção dos homens mais abastados e de bom gosto; a ideia era: por ser costureira, saberia se vestir com elegância.

Debora Russi Frasquete e Ivana Guilherme Simili (2017), ao investigarem sobre a educação da mulher nos anos de 1950 e 1960, a partir do Rio de Janeiro, com a utilização das publicações realizadas no Jornal das Moças, de circulação carioca, apresentam a atividade de corte e costura como parte do processo de formação para o casamento. As autoras demonstram que a costura também abriu as portas para a mulher no mercado de trabalho e a conquista da independência financeira. Mesmo reforçando a ideia da formação das moças para serem boas esposas e mães, os cursos de corte e costura a distância propunham a possibilidade de ter uma profissão ou obter renda sem sair de casa.

> O ofício do corte e costura é expressivo quando analisado como força de trabalho feminino, pois foi uma prática que auxiliou de forma significativa a inserção das mulheres no mercado de trabalho. A partir da década de 1960, mudanças comportamentais começaram a alimentar novas expectativas femininas, despertando o desejo de autonomia financeira e de realização profissional (Frasquete; Simili, 2017, p. 15).

Esse era um dos enfoques das propagandas de revistas e cursos de corte e costura na década de 1960, mais voltado para as mulheres da classe trabalhadora, que precisavam de uma fonte de renda. Outro fator que valorizava a costura e o bom uso dela era de apelo social, voltado para as moças da elite, que buscavam apresentar-se elegantemente bem-vestidas para garantir

um bom casamento.

> O ideal de feminilidade abrangia estar bem-vestida, e com isso ganhar maior consideração na sociedade como um todo, associando o ato do bem vestir a causa de inveja às outras mulheres e desejo aos homens (...). Nesse sentido a propaganda objetiva persuadir desde as moças jovens e solteiras, a ganhar admiração masculina, como as mulheres casadas em fazer economia e estar preparada para atuar profissionalmente caso quisessem ou necessitassem (Frasquete; Simili, 2017, p. 8).

Em Lidianópolis, Jardim Alegre e Ivaiporã, essa habilidade rendeu independência financeira e destaque para muitas mulheres. Ao utilizar a costura para confeccionar roupas, elas conseguiam prover o sustento ou conquistar autonomia em relação ao pai ou ao marido. No entanto, as mulheres que viviam na zona rural demoraram mais para utilizar suas habilidades para construir uma fonte de renda própria. Isso porque a agricultura e os trabalhos com a casa ocupavam muito o tempo delas, além de não verem essa atividade como trabalho, mas, sim, como uma atividade feminina. Costurar, bordar, fazer crochê eram um passatempo, como demonstra a entrevista de Maria Cardoso, que, desde muito pequena, aprendeu a fazer trabalhos manuais, porém passou sua infância, adolescência e juventude trabalhando na roça, inclusive como boia-fria, porque não percebia no artesanato um meio de renda.

> **Maria Cardoso:** *Eu venho de uma família onde todas as mulheres aprenderam a fazer crochê, bordar, costurar e fazer tricô, só que as minhas primas que tinham mais condição financeira aprenderam, mas não praticaram. Nós, lá de casa, praticamos sempre porque desde menina fizemos muito, junto com a nossa mãe. Primeiro para fabricar o nosso enxoval, depois para fazer o enxoval daquelas parentes que tinham dinheiro para pagar para fazer. Para essas, a gente fazia em troca de linhas e tecidos. Isso não era trabalho, minha mãe dizia para meu pai que a gente tinha que fazer essas coisas para ocupar a cabeça e não ficar por aí fazendo besteira, então, se não estivéssemos na roça, estávamos fazendo artesanato. Mas, chegou um ano, que deu uma seca muito grande e não tinha serviço na roça. Nós éramos boias-frias e não tinha serviços, daí começamos a vender nossas peças e descobrimos que isso podia ajudar no sustento da casa. Mas, eu só tive isso como profissão depois de adulta* (2024, informação verbal).

Na região da pesquisa, há poucas informações sobre cursos de corte e costura a distância. Vários relatos das costureiras indicam que a forma de aprendizado se dava com outras costureiras, por meio de aulas práticas presenciais. Maria Aparecida afirma que sua inspiração foi D. Maria, uma costureira que vivia na cidade de Lidianópolis e costurava muito bem e para muita gente. Ela relatou com certa admiração que D. Maria criava seus próprios modelos. Maria Aparecida afirmou que a costureira era uma referência para ela, porque sustentava a casa com o trabalho de costura e isso era muito interessante aos olhos de Maria Aparecida, que nessa época, por volta de 1970, era jovem e sonhava em aprender a costurar.

> **Maria Aparecida:** *Ah! Eu tive sim uma costureira em quem eu me espelhei, a D. Maria. Ela era muito boa, costurava de tudo. Ela costurava roupas para homens, mulheres, crianças, roupas finas, roupas simples para o dia a dia. Ela era muito procurada porque costurava muito bem e ela tirava os modelos da cabeça dela, ela inventava. A D. Maria sustentava a casa dela costurando, criou os filhos assim. Eu*

> *via aquilo e pensava que eu queria ser igual, mas acho que já levava jeito, sei lá* (2023, informação verbal).

Ao analisar as autoras que discutem a importância das atividades manuais como conquista da autonomia e independência financeira da mulher – ainda que houvesse um direcionamento educacional para a formação das meninas para o casamento e submissão ao marido –, percebe-se que era uma atividade rentável. Pelo depoimento da costureira Maria Aparecida, é pertinente pensar que, mesmo de forma lenta, deixar o espaço doméstico para exercer atividades manuais remuneradas transformava a vida da mulher. Com a transformação do espaço privado em espaço de trabalho, dando a ele uma percepção de público, aos poucos as mulheres deixaram de entender suas atividades como ocupação e começaram a exigir o *status* de trabalho. Por ser remunerado e dar a elas a possibilidade de não depender tanto de seus maridos, posteriormente transformaram esses trabalhos em profissões e passaram a ocupar seu espaço na sociedade e no mercado de trabalho.

A cabeleireira Umbelina, que veio para a região dominando as habilidades como profissão, mesmo trabalhando como professora, nunca deixou de costurar e cortar cabelos, que eram as atividades que ela mais gostava de fazer. Ela relata que era muito disputada, pois costurava muito bem, fazia vestidos muito bonitos e tinha muita facilidade em cortar cabelo.

> **Umbelina:** *Menina, eu fazia uns vestidos lindos! As pessoas falavam que jeito queriam e eu inventava. Sabe, eu inventava modelo, olhava para as mulheres e imaginava elas vestindo um certo modelo e fazia... e dava certo. Eu fiz cada roupa que você não imagina! Pena que eu não tenho nenhuma foto pra te mostrar. Naquele tempo a gente não tinha máquina de tirar foto, né? Mas, sabe, eu acho que eu poderia ter tido aquela profissão que os costureiros famosos têm de inventar roupa* (2024, informação verbal).

Ela afirma que sempre viu as suas atividades manuais como profissão. Logo percebeu que sua prática com a culinária poderia lhe render mais um trabalho remunerado, pois na época eram poucas as pessoas que sabiam fazer bolos de aniversário e casamento, e ela dominava essa prática, fazia bolos bonitos e gostosos, muito bem-decorados, então passou a ganhar dinheiro com isso também.

A costureira e cabeleireira recorda que sempre utilizou o espaço de sua casa para trabalhar, pois para ela não havia diferença entre o público e o privado. Sua casa estava sempre lotada, e seus filhos aprenderam desde muito cedo a tomar conta de si mesmos, uma vez que ela não tinha muito tempo para exercer as atividades domésticas.

> **Umbelina**: *Eu tive que pagar outra mulher para cuidar da minha casa, eu não tinha tempo querida, mas acho que também ajudei outra mulher a ganhar seu próprio dinheiro. E ajudei muitas mulheres a ganharem dinheiro, porque dei aula de corte e costura e isso ajudou outras a costurar pra fora* (2024, informação verbal).

A conversa com Umbelina fluía, as risadas surgiam, pois ela é espirituosa. Ri gostoso quando fala das coisas bonitas, chora sem medo ou vergonha quando fala das coisas tristes. Não esconde as dificuldades da vida, mas não se amargura com o sofrimento. Entende-se como uma mulher vitoriosa, pois passou por muitas dificuldades, como mãe, mulher, trabalhadora, esposa, mas não deixou o sorriso morrer. Segundo Bosi (2023), a memória é infinita, porém o que ficam são os fragmentos daquilo que fizeram ou ainda fazem sentido na vida das pessoas. Os fragmentos de Umbelina são, às vezes, desconexos, suas memórias não são precisas, porém sua sensibilidade para falar sobre aquilo que ainda recorda, ou que insiste em não esquecer, demonstra a necessidade de uma mulher que tem plena consciência de que influenciou a vida de muitas outras mulheres. Ajudou tantas a se tornarem independentes, porém, não conseguiu se livrar das amarras de uma educação patriarcalista e de cunho religioso muito forte.

> **Umbelina**: *Mas uma coisa a gente tinha, o marido estava sempre ao lado, dando o aval, se o marido não deixasse, a gente não fazia. O Nelson era bom para mim, mas tinha seus vícios e eu tinha que aceitar, porque casei. Ele era bom pai, bom marido, não me destratava e nunca deixou faltar nada em casa* (2024, informação verbal).

Enfim, para as mulheres dos anos de 1950 até os anos finais de 1970, reconhecer suas atividades como trabalho ou profissão era sobretudo um desafio cultural. Foram educadas para não enxergar suas ações como prática de trabalho, mas como obrigação feminina. Superar essa imposição e assumir a condição de mulheres trabalhadoras, que são capazes de se sustentar sozinhas e prover o sustento da própria família, foi uma construção. Para algumas mulheres, esse processo nem se concretizou ainda, outras se desvencilharam cedo desse estigma de que mulher não trabalha e algumas ainda estão em processo de construção.

Há que se considerar ainda, que muitas mulheres utilizaram essa tradição cultural de que as atividades por elas realizadas não eram trabalho e sim, apenas uma ocupação como estratégia. Para algumas, foi uma forma de ocultar que trabalhavam e recebiam para tanto, de forma que não eram incomodadas pelos homens do seu meio. Enquanto os homens não percebiam essas atividades como trabalho, emprego ou qualquer outra denominação que pudesse colocá-las em situação de independência, permitiam que continuassem trabalhando e assim, iam recebendo uma renda exclusiva para suas necessidades e dos filhos. Uma coisa é certa: foram as mulheres desse período que abriram portas para que as gerações seguintes, suas filhas e netas, tivessem mais acesso ao mercado de trabalho e à cidadania.

2.2 A cultura doméstica, a educação e o mercado de trabalho feminino na região de Ivaiporã

Para compreender as atividades realizadas pelas mulheres em algumas das pequenas cidades paranaenses, especificamente na região de Ivaiporã, de forma a identificar entre essas práticas quais eram consideradas por elas e pelas outras pessoas como trabalho, ocupação ou profissão. é preciso considerar a organização dessas mulheres no espaço, de acordo com a classe social, o grau de escolaridade, a presença no campo e na cidade e a cultura construída por meio de uma educação familiar nos preceitos do conservadorismo cristão.

As Tabelas 5 e 6 apresentam a origem dos habitantes presentes na região na década de 1970 com base nas estatísticas do IBGE.

Tabela 6 – Censo de 1970 – Migrantes por sexo e naturalidade.

CENSO 1970	BRASILEIROS NATOS POR SEXO E NATURALIDADE SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA PESQUISA			
ESTADOS BRASILEIROS	MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ		MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
TOTAL	**34.584**	**32.629**	**18.130**	**16.576**
PARANÁ	21.938	21.789	11.329	10.926
MINAS GERAIS	5.035	4.349	2.723	2.236
SÃO PAULO	3.721	3.375	2.339	2.105
BAHIA	1.177	872	623	416
SANTA CATARINA	1.080	994	146	134
PERNAMBUCO	447	335	176	152
RIO DE JANEIRO	313	252	178	144
ALAGOAS	213	185	168	136
OUTROS	660	478	448	327

Fonte: organizada pela autora com base em IBGE (1970).

Tabela 7 – Número de estrangeiros conforme naturalidade.

CENSO 1970	NACIONALIDADE POR SEXO COM INDICAÇÃO PARA OS ESTRANGEIROS DAS NATURALIDADES PREDOMINANTES SEGUNDO OS MUNICÍPIO DA PESQUISA			
NACIONALIDADES	MUNICÍPIO DE IVAIPORÃ		MUNICÍPIO DE JARDIM ALEGRE	
	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
	179	137	70	47
	HOMENS/MULHERES		HOMENS/MULHERES	
PORTUGUESES	78		31	
JAPONESES	63		17	
ESPANHOIS	37		11	
ITALIANOS	27		11	
POLONESES	27		06	
LIBANESES	14		09	
RUSSOS	10		05	
ALEMÃES	09		04	
OUTROS	54		27	

Fonte: organizada pela autora com base em IBGE (1970).

Esses fluxos migratórios trouxeram consigo a internalização do cristianismo, em decorrência do processo de cristianização do país durante a colonização portuguesa e do contato

com os imigrantes em outras regiões. Ainda é preciso lembrar que muitos migrantes eram filhos e netos de europeus ou de pessoas que vieram de outros países. Nesse caso, a pesquisa buscou compreender a predominância do cristianismo entre as populações da região, a partir da sua disseminação pelo Brasil.

Losandro Antonio Tedeschi analisa a temática em sua obra *História das mulheres e as representações do Feminino* (2008), na qual afirma que a tradição religiosa imposta pelo cristianismo praticada atualmente tem suas origens pautadas nas teorias gregas sobre a submissão da mulher, que foi confirmada pela religião judaico-cristã. Para demonstrar que entre as mulheres camponesas essa imposição é ainda maior, o autor se ampara em outros autores que dissertaram sobre a temática, com referência a meados do século XX. Dessa forma, amparado por Anderson e Judith Zinsser (2000), Tedeschi afirma que:

> as mulheres preservaram-se fiéis à fé e ao espaço a elas destinado desde muito tempo. No final do século XIX, as mulheres camponesas iam à Igreja e tomavam parte do ritual porque o cristianismo parecia conceder um valor, um significado espiritual às penalidades e condições de sua vida. Bonnie Anderson e Judith Zinsser (2000, p. 174), observando um texto de orações de 1946, destacam neles as obrigações da esposa, quando confessava: 1. Estimar su esposo; 2. Respertalo como tú diretor; 3. Obedecerle como um superior; 4. Responderle con humildad; 5. Ayudarle con diligência. Em algumas sociedades como a da mulher camponesa não se tolerava à mulher o desvio desse ideal de comportamento que, caso acontecesse, se outorgava ao marido o dever de castigá-la. Através dos séculos, a maioria das mulheres camponesas aceitou as circunstâncias, as atitudes e as necessidades de sobrevivência (Tedeschi, 2008, p. 109-110).

Essa pode ser uma das chaves para entender a forte presença do cristianismo na educação das mulheres da região pesquisada, no período compreendido entre 1960 e 1970, uma vez que, nessas décadas, a maioria da população vivia na zona rural. O autor salienta que a influência da tradição judaico-cristã na educação feminina reforçou as desigualdades de gênero, submetendo a mulher a uma condição de inferioridade e obediência ao homem. Para o autor, a Igreja coloca a mulher sob o amparo de duas representações: a "Eva pecadora" e a "Maria Virtuosa". Esses dois modelos se tornaram base para a formação da mulher, que passa a ser doutrinada para fugir da primeira representação e assemelhar-se à figura de Maria, com suas virtudes castas e resignadas. Ademais, a inferioridade e submissão feminina são, segundo o autor, reforçadas pelo livro de Gênesis, em que a mulher é considerada submissa ao homem pelo pecado de Eva.

> Em primeiro lugar, foi Deus quem submeteu Eva à obediência do marido, devido à queda original. Assim, a autoridade e o papel de dominação apenas podem ser exercidos pelo homem, sendo inacessíveis à mulher, que Deus tornou subserviente ao homem como castigo pela sua desobediência, por ter sido ela a abandonar a lei divina: "procurarás com paixão a quem será sujeita, o teu marido" (Gênesis 2:16) (Tedeschi, 2008, p. 72).

A tese do autor, de que o cristianismo associa a mulher ao pecado e, ao mesmo tempo, a exalta por meio da figura de Maria para buscar a salvação, manifesta-se na região da pesquisa. Essa dualidade é perceptível não só nas décadas de 1960 e 1970, quando a educação feminina era conservadora, mas também atualmente, ainda que as mulheres tenham autonomia e direitos garantidos por lei, bem como conquistado autoridade moral para participar da vida pública. Essa força da educação cristã fez parte da formação das mulheres nas cidades estudadas, como revelam as falas das entrevistadas, as quais demonstram uma ligação muito forte com os princípios cristãos pregados principalmente pela Igreja Católica, que exercia um certo controle religioso na segunda metade do século XX na região estudada, não diferindo nas demais cidades da região em questão.

As mulheres entrevistadas relataram sobre a educação para o casamento e subserviência. Afirmaram que isso era pregado para elas desde meninas e elas acabavam absorvendo essa verdade posta e, mesmo aquelas que estudaram, saíram do espaço doméstico e foram para o espaço público de trabalho, ainda de alguma forma seguiam esses preceitos. "A gente era educada para casar. E daí tinha aquele negócio, não pode morar junto, precisa de benção de Deus. E eu, naquele momento acreditava nisso e tinha medo de envergonhar o pai e a mãe, fui lá e casei. Depois tive que separar e eles tiveram que aceitar" (Maria Cardoso, 2024, informação verbal). Ao falar sobre sua educação, Idalina Coutinho, que hoje é ligada à Doutrina Espírita, relatou que a mãe era muito católica e ensinou os filhos a serem devotos, e as filhas foram educadas para o casamento e a obediência.

> **Idalina:** *Ah! Educava para casar e obedecer ao marido. Tinha que casar na Igreja, porque senão era pecado. Minha mãe era muito católica e com ela tinha que ser tudo bem certinho, saber cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos e do marido e servir a Deus* (2024, informação verbal).

Nesse caso, a própria entrevistada relata que, mesmo assim, na casa dela, era lei estudar, sobretudo as meninas. A mãe dizia que as meninas precisavam de estudo para não sofrer na vida, o que demonstra que, apesar da educação conservadora, essa mãe já tinha um entendimento da necessidade da independência financeira da mulher. Isso é reconhecido no relato de Idalina.

> **Idalina:** *Mas ela lutou para a gente estudar, fez meu pai pôr na escola e permitir que seguíssemos estudando. Ela dizia: 'Não! As meninas precisam estudar, senão vão sofrer muito na vida'. Em outras famílias que o estudo não era valorizado, o poder do homem no casamento era maior ainda* (2024, informação verbal).

A professora Natersa, que exerceu a profissão por muitos anos na região, ao ser questionada sobre a educação das meninas na década de 1960 e a presença do cristianismo, afirma:

> **Natersa:** *pesava muito sobre a mulher a questão da religião. A Igreja defendia que mulher era educada para o casamento, mas eu falava para os pais quando precisava, que não. Eles precisavam deixar as meninas estudarem e ter profissão, não podia pensar assim. Às vezes eles me ouviam* (2023, informação verbal).

Ainda sobre essa relação da mulher com a educação conservadora, ligada aos preceitos cristãos, a professora Natersa afirma que não deixava de intervir e que, por muitas vezes, procurou os pais e tentou fazê-los enxergar que não podiam tratar as filhas como inferiores. Ao ser questionada sobre a postura dos pais quando as meninas engravidavam e tornavam-se mães solteiras, ela afirma:

> **Natersa:** *Ah! Era um problema, né? Porque a moça precisava casar pura, isso era uma questão moral, mas eu, se eu pudesse, eu falava: não, não pode abandonar, se você abandonar, vai estar criando um outro problema, porque daí que ela vai se perder mesmo, pois não vai ter ninguém por ela. Deus não quer isso não. Os pais não podem abandonar os filhos, pois o erro já está feito, têm que acolher agora, têm que cuidar. Não, eu não deixava não!* (2023, informação verbal).

No entanto, quando fala da própria vida, demonstra que a força dessa educação ainda pesava sobre suas condutas, uma vez que, mesmo sendo independente financeiramente, submetia-se ao casamento nos moldes do patriarcado. Ela deixa isso claro quando fala da relação que tinha com o marido. “Ele foi um bom pai e um bom marido, mas gostava de dar as escapadas dele. E eu sabia, mas continuei casada com ele até o fim da vida. Ele foi meu companheiro, ajudou muito com a educação das crianças e os cuidados no sítio” (Natersa, 2024, informação verbal).

Analisando os depoimentos de Maria Cardoso, Idalina e Natersa, duas gerações de mulheres, educadas na mesma região, com laços de parentesco (Natersa é a mais idosa delas, tia de Idalina, que, por sua vez, é tia de Maria Cardoso – três gerações de mulheres de uma mesma família e com idades diferentes), fica nítida a presença de uma formação voltada para a domesticidade feminina. Porém, entre essas três mulheres, é perceptível que o tempo transformou a educação e a cultura, que, embora a passos lentos, apresentaram mudança na forma de pensar e agir. Natersa, que nasceu na década de 1930 e tornou-se independente já na década de 1950, questionava a importância de estudar, mas se submetia aos desígnios do casamento voltado para a aceitação da mulher em relação às condutas de infidelidade do homem. Idalina, por sua vez, conserva valores da educação conservadora que recebeu, porém não comunga do posicionamento da tia Natersa sobre o casamento, destacando que o respeito precisa ser recíproco. Já Maria Cardoso, de uma outra geração, nascida no ano de 1970, tendo sido educada praticamente com os mesmos valores morais, não se viu obrigada a manter tal submissão e livrou-se não apenas do casamento, como afirmou, mas se desligou também das imposições religiosas.

A influência religiosa na formação feminina percebida nos depoimentos mencionados já tinha sido constatada pela autora desta pesquisa em trabalho anterior sobre a região, no qual investigou-se sobre as mulheres parteiras e benzedeiras que atuaram nesse mesmo espaço nas décadas de 1960 a 1990. Na pesquisa anterior, foi demonstrado que a fundamentação católica esteve presente nessas práticas porque o catolicismo era muito forte na região. "Na região do Vale do Ivaí, elas benzem com orações que mencionam a Virgem Maria e o Jesus Cristo e terminam com as orações do Pai-Nosso e da Ave-Maria, o que mostra a força do catolicismo presente na região" (Gomes, 2020, p. 96).

De acordo com Mary Del Priore (2014), esse modelo de educação pautada em preceitos cristãos é herança da colonização portuguesa, que trouxe a Igreja Católica para o cerne da educação brasileira e, a partir disso, passou a moldar a sociedade para seguir os costumes e as tradições dos dogmas católicos. A autora afirma que

> a Igreja católica passou a universalizar suas normas para o casamento e a família. A mulher, nesse projeto, era fundamental. Cabia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas (Del Priore, 2014, p. 11).

Essa forma de organização familiar, por meio do casamento religioso, fortaleceu o poder da Igreja Católica e acabou por construir uma relação de família patriarcal, na qual o homem é tido como o provedor do sustento familiar e responsável por todos os membros da casa, inclusive com poder para tomar decisões em nome de todos. À mulher, ficou relegado o papel de educar os filhos de acordo com as normas da Igreja e manter a ordem familiar.

> A dispersão dos núcleos de povoação reforçou as funções da família, no interior da qual, a mulher era mantida enclausurada. Ela era herdeira das leis ibéricas que a tinham na conta de *imbecilitas sexus*: incapaz, como as crianças ou os doentes. Só podia sair de casa para ser batizada, enterrada ou se casar. Sua honra tinha que ser mantida a qualquer custo (Del Priore, 2014, p. 12).

Obviamente que, por estarmos trabalhando com um período temporal diferente, as relações de poder entre Igreja e Estado sofreram mudanças, e isso influenciou na educação familiar, que também passou a dar menos importância para certos dogmas religiosos. As mulheres entrevistadas, mesmo as mais idosas, nascidas e criadas nas décadas de 1950 ou 1960, já não viviam mais sob esse modelo de clausura familiar, porém os resquícios dessa educação ainda estão presentes na formação moral das mulheres, uma vez que afirmaram que o casamento e a obediência faziam parte de suas vidas, embora muitas tenham se livrado dessas amarras.

Apesar de o catolicismo ter sofrido transformações, ele esteve e ainda está muito presente na região, determinando muitas ações praticadas pelas pessoas, sobretudo pelas mulheres, como confirma Santos (2019), em sua pesquisa sobre a atuação da Renovação

Católica Carismática[10] na região na década de 1990, o que, segundo a autora, promoveu um "processo de fortalecimento da cultura católica" (Santos, 2019, p. 31).

Santos (2019) analisa o fortalecimento dos movimentos religiosos de segmento católico na região. Essa religiosidade está enraizada no cotidiano das pessoas, com a devoção se manifestando na própria história de construção das cidades. Essas cidades se desenvolveram em torno de uma cultura de crença, moldada por santos e movimentos religiosos que, até hoje, sustentam a cultura da população.

Os municípios que compreendem a região territorial denominada Vale do Ivaí expressam sua religiosidade católica por meio de imagens de santos em seus portais, em seus nomes, como São Pedro e São João do Ivaí, com destaque para o município de Lunardelli, onde ocorrem as peregrinações, em razão da existência do Santuário de Santa Rita de Cássia, conhecida como "Santa das causas impossíveis", e onde também há a atuação do movimento Carismático, principalmente com a missa de Cura e Libertação ao domingos (Santos, 2019, p. 12).

A análise de Santos (2019) demonstra que há uma tradição histórica de influência religiosa na vida das pessoas que compõem a região de Ivaiporã. Vale ressaltar que, apesar de os municípios citados anteriormente não fazerem parte deste estudo, eles compõem o cenário regional em que se encontram os municípios de Jardim Alegre, Lidianópolis e Ivaiporã, que não fogem a essa realidade exposta pela autora supracitada. Todos esses municípios têm seus santos padroeiros, santos historicamente eleitos pela população local como protetores da cidade. Todas elas devotam um dia de homenagem aos seus padroeiros, com feriados municipais e festas religiosas. Esses fatos comprovam a hipótese de que ainda na atualidade é muito forte o impacto religioso sobre a vida das pessoas.

Outra forma de perceber a influência religiosa na região é pela presença de um movimento católico chamado "Servas de Maria", uma dissidência da Renovação Carismática que atualmente envolve mulheres de todas as idades, desde idosas até jovens e adolescentes, que se dizem seguidoras e devotas de Maria. A agrônoma e empreendedora Laís, que contribuiu nesta pesquisa, faz parte desse movimento e explicou a doutrina.

> **Laís**: *Eu sou Serva de Maria, um grupo da Igreja de mulheres que entregam a sua vida à Virgem Maria e passa a buscar uma vida semelhante à dela. Depois que me tornei serva, minha vida mudou muito e percebo que as outras mulheres que fazem parte do grupo sentem a mesma coisa* (2023, informação verbal).

[10] Renovação Carismática Católica (RCC) – Movimento surgido na Igreja Católica na década de 1960. Tem como célula principal os Grupos de Oração, cujo objetivo é levar as pessoas a terem uma experiência com a pessoa do Espírito Santo. Disponível em: https://novoportal.rccbrasil.org.br/a-rcc/. Acesso em: 05 ago. 2025.

Essas práticas presentes na região, associadas aos relatos das mulheres entrevistadas e às dificuldades que esta autora tem encontrado para desenvolver a pesquisa e fazer as entrevistas, comprovam o quanto ainda é forte o conservadorismo religioso na região. Importante ressaltar que muitas mulheres têm sido orientadas ou desestimuladas (por membros da Igreja) a não contribuir para o desenvolvimento desta pesquisa, por julgarem o feminismo uma prática anticristã, que desvirtua a moral imposta por Jesus Cristo às mulheres; ou seja, as dificuldades são uma realidade.

Ao pensar a relação da mulher com a religião, Tedeschi (2009) afirma que o cristianismo construiu um pensamento conservador de manutenção da mulher no espaço privado, enquanto o homem fica livre para exercer as funções fora do âmbito doméstico, tendo o mundo sob seu domínio. “A tradição ocidental judaico-cristã incorpora essa concepção e o trabalho feminino (doméstico = privado) passa a ser entendido como labor da/na casa.” (*ibid*., p. 50).

A costureira Rosalina, que chegou à região na década de 1970, afirmou que costurar em casa era uma opção, já que não era costume as mulheres trabalharem fora. “Eu, na minha casa mesmo, enquanto cuidava dos meus filhos, porque também não tinha costume de a mulher sair para trabalhar, só as que não tinha outro jeito, senão o homem saía para trabalhar e a mulher ficava cuidando da casa” (Rosalina, 2023, informação verbal). Outra costureira, Silvana, que viveu no mesmo espaço que Rosalina, porém já na década de 1980, também menciona a tradição das mulheres “serem da casa”.

> **Silvana**: *Eu trabalhava na creche, daí eu casei e parei, porque não dava para trabalhar, né? Daí comecei a costurar, porque daí eu podia fazer em casa mesmo. Daí já tive minha filha e podia costurar e cuidar dela. Nossa educação já foi para a mulher ser mais de casa mesmo, né?* (2023, informação verbal).

Os depoimentos revelam uma diferença geracional na concepção sobre o papel da mulher. As mulheres mais idosas, influenciadas pela educação conservadora proposta pela tradição cristã nas décadas de 1950 a 1970 — tanto pelo catolicismo quanto por religiões evangélicas igualmente conservadoras —, acreditam que a mulher é a principal responsável pela estrutura familiar. Para Marlene, “a mulher pode trabalhar fora de sua casa, mas não pode esquecer que é ela que responde pelos filhos. Se a mulher perder o respeito, a família acaba. Isso é bíblico, né? A mulher é quem mantém os filhos no bom caminho” (Marlene, 2023, informação verbal).

Analisando os relatos das mulheres da segunda geração, que nasceram em meados dos anos de 1970 e tiveram suas vidas adultas construídas nos anos de 1980, é possível perceber uma mudança de comportamento. Embora ainda carreguem consigo muitos dos valores e

tradições religiosas, essas mulheres demonstram uma capacidade maior de questionar a submissão e construir suas vidas com base em outros princípios. Mesmo mantendo uma ligação com o cristianismo, a Igreja ou a religião não são mais o único parâmetro para suas decisões e atitudes. Simone, professora e pesquisadora, afirmou que se desprendeu há muito tempo dos laços com a Igreja enquanto Instituição, construindo uma relação direta com Deus, sem se guiar por princípios dogmáticos.

> **Simone:** *Eu só rezo quando eu quero pedir para Deus interferir na obesidade do meu filho e quando eu quero pedir pra Deus que põe um fim nessa situação (referência à relação entre a filha e o padrasto). Sabe aquele rezar tradicional? É só nesses momentos* (2024, informação verbal).

Maria Cardoso, que também pertence a essa geração de mulheres nascidas nos anos de 1970, afirma que, depois do divórcio e tudo que teve de enfrentar por isso, mudou muito sua relação com a religião e afirma:

> **Maria Cardoso:** *você não precisa estar dentro da igreja para conversar com Deus e para ele cuidar de você. Tem gente que não sai da Igreja e não é capaz de fazer nada pelo seu próximo e tem gente que nunca vai lá e é muito mais humana. Hoje não me guio mais por essas regras* (2024, informação verbal).

Essa diferenciação de postura entre as mulheres que nasceram antes dos anos de 1970 e das mulheres das gerações seguintes pode ser compreendida por meio das análises dos modelos de educação. Carla Bassanezi Pinsky (2018) identifica dois modelos: até meados da década de 1960, a educação feminina era baseada em modelos rígidos que promoviam a submissão; a partir da década de 1970, essa educação se tornou mais flexível, o que concedeu às mulheres maior liberdade e autonomia, influenciando diretamente suas atitudes e visões de mundo.

Por meio desses modelos apresentados, Pinsky (2018) evidencia uma periodização na história da educação da mulher no Brasil. Nessa periodização, até meados de 1960, a educação era muito conservadora e extremamente rígida para as moças, com valores morais muito exigentes para serem consideradas mulheres respeitadas e de família. “Além de vigiadas, as garotas deveriam ser educadas para o bem cumprir no futuro os ‘naturais’ papéis femininos. Esperava-se que fossem pudicas e prendadas, mais do que verdadeiramente instruídas” (Pinsky, 2018, p. 473-474).

Pinsky (2018) avalia que, mesmo vivendo as mudanças do século XX, em que a necessidade da instrução batia à porta das mulheres para inserção no mercado de trabalho, essa instrução só seria adequada se fosse para formar boas esposas. “Moças letradas e cultas podem ser donas de casa mais eficientes, companheiras valorizadas e um trunfo para as famílias, desde que não queiram competir com os homens ou trocar de posição com eles” (Pinsky, 2018, p.

474). Esse modelo de educação refletiu sobre a educação das jovens mulheres da região de Ivaiporã, ainda na década de 1970, demonstrando uma transição para o modelo flexível nos anos de 1980.

Em um contexto geral da educação feminina no Brasil, Pinsky (2018, p. 513-514) afirma que, no fim da década de 1960, esse conservadorismo começou a ser superado, e as mulheres começaram a ser educadas em um modelo mais flexível de educação, com mais abertura para posicionarem-se de forma mais livre e autônoma na sociedade. Na região estudada, o modelo flexível sustentado pela autora apresenta-se a partir das mulheres mais jovens, nascidas nas décadas de 1980 e 1990 e educadas por mães que já vinham mudando suas concepções acerca do papel da mulher na construção da cidadania, na transição de uma educação conservadora para uma formação mais libertária. Essas mulheres educaram suas filhas para a liberdade, como proposto por Pinsky na *Era dos Modelos Flexíveis*: "o casamento é adiado para depois do término dos estudos, da conquista da realização profissional, das viagens dos sonhos de ambos os cônjuges (...); as crianças podem vir um pouco mais tarde, ou nunca, se o casal preferir. As resoluções são tomadas a dois (Pinsky, 2018, p. 526).

Essa mudança é fruto da educação que as mulheres das gerações passadas ofereceram às filhas. Ao apresentarem suas narrativas de vida, essas mulheres deixam claro que criaram suas filhas para serem diferentes. "Eu não quero que minha filha seja submissa a nada nessa vida. A Malu vai ser o que ela quiser ser, porque ser mulher é poder fazer escolhas, sim! E isso eu ensino para ela" (Andrea, 2023, informação verbal). "Se você tiver rede social, você já vai saber que a Camila (filha) tem uma namorada, né? Então, eu não vou ficar proibindo. Digo: minha filha, se é isso que te faz feliz, vai ser feliz, esquece o que os outros pensam" (Maria Cardoso, 2024, informação verbal). "Ah! A Vitória é diferente, ela já sabe o que quer e ela bate de frente. Ela já se reconhece como mulher. Ela não é submissa" (Simone, 2024, informação verbal).

Essa mudança na educação das jovens mulheres é perceptível também nos relatos das entrevistadas da terceira geração. Elas são mais libertárias e vivem mais para o mundo público do que para o privado. "Eu não tenho isso não, eu não tenho essa responsabilidade de fazer comida, limpar a casa, lavar roupa. Não tenho tempo pra isso não. Tenho uma mulher que vem fazer a faxina, depois eu e o meu marido nos dividimos, mas esse compromisso não tenho não" (Thaís, 2024, informação verbal). "Eu não me casei até agora, porque minha vida toda foi dedicada aos estudos. Primeiro veio a faculdade, depois, o mestrado, o doutorado, passar no concurso, agora estou com 28 anos, já posso pensar em casar" (Rafaela, 2024, informação verbal).Esses depoimentos de jovens mulheres corroboram o depoimento da dentista Sandra,

que, nascida no início da década de 1970, demonstra já fazer parte desse núcleo de mulheres que tiveram uma educação mais livre das amarras do machismo. Mesmo fazendo parte do grupo de mulheres de um período em que a educação no espaço ainda era muito conservadora, Sandra se diz mais desapegada de certos princípios que se impuseram às mulheres de sua época. “Eu não tive isso não. Não, trabalhar fora nunca foi um problema pra mim. Nunca tive que me preocupar em cuidar da casa. Nunca tive isso de ser dona de casa não. Claro que sei fazer, cuido da minha casa, porque moro nela, mas nunca tive a obrigação de prover comida, limpeza” (Sandra, 2024, informação verbal).

O depoimento da dentista Sandra reforça a tese desta pesquisa: as gerações não estão estagnadas em seu tempo, elas se movimentam e se entrelaçam, porque algumas mulheres conquistaram independência mais cedo, outras demoraram mais para atingir essa liberdade. Porém, o relato da dentista Sandra demonstra que, além da forte influência religiosa, existia um outro fator, o social. As mulheres que podiam pagar uma funcionária, desprenderam-se mais cedo das obrigações domésticas, mas aquelas que não tinham essa condição permaneceram presas a essas amarras por um tempo maior. Não é o caso, por exemplo, da farmacêutica esteta Thaís, que afirmou ser ativa a participação do marido nas atividades domésticas do cotidiano.

Para as mulheres nascidas nas décadas de 1950 e 1960, sejam elas mães, donas de casa, esposas, sejam costureiras, artesãs, cabeleireiras, confeiteiras ou profissionais de carreira, na região de Ivaiporã, a educação era mais conservadora, mesmo as que apresentavam maior grau de escolarização. Iracilda relatou que para estudar precisou ir para um colégio de freiras, o que moldou sua vida dentro dos padrões cristãos, que já eram princípios educacionais da família.

> **Iracilda:** *Minha avó me matriculou num colégio de freiras, ali tive meus melhores anos de escola, descobri que gostava de cantar, participei por anos do coral do colégio, tive minhas primeiras conexões religiosas, que tanto contribuíram para o meu crescimento como ser humano. Foi a partir daí que comecei a cantar na igreja e minha vida criou o seu rumo a partir disso* (2023, informação verbal).

A escolarização, embora importante, revelou-se um desafio para as mulheres da região de Ivaiporã na década de 1970. Conforme dados do Censo de 1970 do IBGE, poucas delas conseguiram alcançar o ensino superior, o que demonstra as limitações e barreiras educacionais da época para as mulheres nas cidades de Ivaiporã e Jardim Alegre. Vale ressaltar que Lidianópolis emancipou-se politicamente em 1990, até então, distrito de Jardim Alegre, por isso não consta nos dados na Tabela 7. A falta de acesso à formação acadêmica, ou até mesmo da Educação Básica, dificultava o acesso das mulheres não somente ao conhecimento e à informação, como também a um mercado de trabalho mais bem remunerado.

Percebe-se, na Tabela 7, que, até um determinado momento, as mulheres tinham

acesso à educação formal. De acordo com os dados do IBGE, nos anos iniciais da Educação Básica (período de alfabetização), o chamado Ensino Elementar, as mulheres estavam presentes, basicamente na mesma proporção que os homens. Porém, quando se subia de nível de escolarização, a presença feminina diminuía até praticamente se extinguir no Ensino Superior, como é o caso de Jardim Alegre, que, na década de 1970, não contava com o registro de nenhuma mulher fazendo curso superior.

Ainda com base nos dados da Tabela 7, é possível verificar que a baixa escolarização era um reflexo do contexto sociocultural da época, e, a princípio, não era um problema exclusivo das mulheres. Isso indica que, naquela região, não era uma prática comum para a população em geral – tanto homens quanto mulheres – avançar nos estudos além do Ensino Elementar. Ainda assim, é preciso entender que, para a mulher, essa realidade era ainda mais impactante, uma vez que o homem dominava o espaço público, e a mulher não. Estudar seria (e ainda é) uma forma de colocar as mulheres também nesses espaços. Essa afirmação é comprovada pelos relatos de D. Natersa, que, por ser professora, não mantinha uma vida de clausura doméstica, assim como os depoimentos da professora Idalina, D. Adilis, Dr.ª Leny, enfim, mulheres que, por meio da educação, conseguiram a conquista da autonomia.

Tabela 8 – Censo de 1970 – Escolaridade das pessoas acima de 10 anos.

CENSO 1970	CURSO COMPLETO DAS PESSOAS ACIMA DE 10 ANOS POR SEXO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA PESQUISA										
GRAU DO CURSO COMPLETO											
MUNICÍPIOS	TOTAIS			ELEMENTAR		MÉDIO				SUPERIOR	
						1 CICLO		2 CICLO			
	TOTAL	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES	HOMENS	MULHERES
IVAIPORÃ	4.006	2.137	1.869	1.836	1.575	162	196	75	87	64	11
	100%	53%	47%	86%	84%	8%	10%	3%	5%	3%	1%
JARDIM ALEGRE	1.986	1.128	858	1.079	803	39	25	7	30	3	-
	100%	57%	43%	95%	94%	4%	3%	0,7%	3%	0,3%	-

Fonte: organizada pela autora a partir de dados do IBGE (1970).

Para a cartorária Adilis, não era apenas a tradição religiosa que influenciava na educação das mulheres, a falta de informação e a dificuldade para obter contato com as cidades maiores, dificultavam muito a vida nas cidades da região. Ela afirmou que, quando havia uma mudança na lei, eles demoravam meses para receber a informação no cartório, pois o contato era muito demorado. Sem contar que, segundo ela, a maior parte da população vivia no meio rural, com muita dificuldade de locomoção e acesso à informação, e quem mais sofria com isso eram as mulheres, tendo em vista que dificilmente saíam de casa.

> **Adilis:** *As pessoas daqui, eram, vamos dizer assim, muito atrasadas. Quase ninguém tinha estudo, era difícil encontrar um jornal para comprar, era raro ter uma televisão,*

> *isso no final da década de 1960 e as pessoas viviam em sua maioria na zona rural, sem estradas adequadas, para virem para a cidade. Era só em necessidade extrema mesmo. E, no que se referia às mulheres, piorou. Elas quase não vinham para as cidades, só quando vinham em uma missa especial, ou numa festa comemorativa da igreja, ou para assinar documento com os maridos. Por isso eu encontrava elas, porque elas iam no Cartório, mas isso só quando muito necessário* (2023, informação verbal).

Para a professora Natersa, essa era uma das questões que a incomodava na época em que começou a atuar como professora, ainda na década de 1950, uma vez que percebia que muitos pais não se importavam em manter as filhas na escola para que dessem continuidade aos estudos após a alfabetização. A professora afirmou que, dentro da própria família, percebia esse descaso com a educação feminina e que, muitas vezes, acabava por interferir, como foi o caso das sobrinhas, pois Natersa precisou interferir junto à irmã para que estudassem e tivessem formação profissional.

> **Natersa:** *Não! Falei para a minha irmã. Não! Não! Não! Você manda também, não pode deixar só o seu marido mandar, você também manda, pois o sítio também é seu, as filhas também são suas. Faz elas estudarem, elas precisam estudar. Você tem que ter autoridade, não pode deixar. Daí ela acabou, de tanto eu ficar falando e cobrando dela, ela fez as meninas estudar e elas se formaram professoras e todas tiveram e têm profissão. Não pode deixar. Também, nós mulheres precisamos impor nosso direito. Não é assim, que vai aceitando tudo, precisa exigir. Estudar é uma necessidade. Eu não deixava, eu cobrava mesmo. Porque se deixassem, para os homens estava cômodo. Precisava tomar atitude, senão nenhuma estudava, já casava cedo e ia servir ao marido. Não podia ser assim. Eu não aceitava isso* (2023, informação verbal).

A partir dos relatos orais, é possível perceber que as mulheres eram as mais afetadas por esse isolamento vivenciado nos municípios mencionados. A reclusão doméstica, já que pouco iam à cidade, por muito tempo, fez dessas mulheres as donas de casa, em outras palavras, "do lar". Ter isso indicado inclusive em seus documentos pessoais acabou por dificultar consideravelmente a aposentadoria de muitas delas, apesar de sempre terem sido agricultoras com seus pais e maridos.

> **Adilis**: *Muitas mulheres tiveram dificuldades de se aposentar, porque não recolhiam notas no nome delas. Elas trabalhavam na roça, mas não comprovavam, daí quando a gente conseguia, a gente orientava os agricultores que iam no cartório a recolher nota para elas* (2023, informação verbal).

A imposição dos afazeres domésticos à mulher, como uma obrigação feminina, estendia-se ao ato de cuidar da casa, da alimentação, dos filhos, do marido e do trato dos animais. Via-se a atividade doméstica como função que não exigia muito esforço físico ou mental, por isso o mercado de trabalho tornou-se quase uma exclusividade masculina.

As atividades urbanas, por sua vez, eram dominadas pelos homens, pois poucas mulheres estavam inseridas nesse meio até meados da década de 1970 e, quando estavam, faziam-nas como ajudantes do pai ou do marido em estabelecimentos da família. "Tinha muito

poucas mulheres trabalhando fora. Acho que só tinha eu e uma bancária que tinha em Jardim Alegre. E tinha daí..., as mulheres dos donos de comércio que atendiam com eles, mas o comércio era do marido, elas só ajudavam (Adilis, 2023, informação verbal).

Para a entrevistada Marlene, havia muitas mulheres trabalhando fora, já na década de 1970, mas a maioria delas trabalhava com serviços domésticos ou manuais. Segundo Marlene, havia muitas empregadas domésticas. Possivelmente a diferença entre os registros da memória se dê por conta das classes sociais distintas de ambas. Adilis, por conta do trabalho no cartório, convivia mais com a classe média ou com os proprietários de terra, moradores da zona rural, cujas mulheres, por conseguinte, estavam mais confinadas no espaço doméstico.

Marlene, contemporânea de Adilis, era cabeleireira, atendia um público mais urbano e da classe popular; sendo assim, mantinha mais contato com as trabalhadoras da cidade, sobretudo as domésticas. É possível analisar ainda a hipótese de que, para a cartorária Adilis, o trabalho doméstico não fosse considerado uma profissão e, por isso, nem o menciona em suas falas. Esse é um ponto interessante de análise da pesquisa, uma vez que a cartorária citou as profissões de cozinheiras, artesãs, costureiras, mas, quando perguntada sobre as empregadas domésticas, ela diz que não existiam, pois ninguém pagava por esse serviço.

Natersa, por ser professora em Lidianópolis, nas décadas entre 1950 e 1970, e por manter contato com as professoras de outras cidades, como Jardim Alegre e Ivaiporã, afirmou que havia muitas mulheres dando aula. A professora afirma que “naquela época era assim: os homens tinham sítio e trabalhavam na roça e as mulheres eram professoras. Era isso” (Natersa, 2023, informação verbal). Não obstante, ao ser questionada sobre mulheres exercendo outras profissões, ela acabou se recordando de algumas que eram comerciárias, cartorárias, bancárias e médicas, em uma demonstração de que elas já se faziam presentes no mercado de trabalho da época.

Ao refletir sobre as narrativas das 25 mulheres que compõem esta pesquisa, é possível deparar-se com uma diversidade de pontos de vista sobre a educação das mulheres, sua atuação no âmbito público e privado, a atuação no mercado de trabalho e a visão sobre o espaço em que estiveram ou estão inseridas. Em determinados momentos, as narrativas se misturam, comprovando que, independentemente do lugar, da classe social ou da escolarização, essas mulheres têm muito em comum; no entanto, em outras situações, apresentam-se como muito diversas e há um distanciamento entre as informações obtidas em cada relato disponibilizado.

Essa disparidade se deve ao fato de que as mulheres analisadas pertencem a três gerações distintas, cada uma vivendo em temporalidades diferentes e moldada por um contexto social específico. A escolaridade, por exemplo, é um fator crucial. Mulheres com diferentes

níveis de instrução apresentaram comportamentos e atuações sociais distintos. Além disso, mesmo vivendo na mesma região, a experiência de vida variava conforme o local. Mulheres que moravam em Ivaiporã na década de 1960, uma cidade já bem estruturada, tinham uma relação com a vida pública muito diferente daquelas que viviam em Lidianópolis no mesmo período. Lidianópolis era, na época, apenas um "patrimônio" – como eram quase todas as outras cidades da região –, o que limitava as oportunidades e a participação feminina. Existia e existe ainda o fator econômico, que interfere muito nessas relações sociais, já que as mulheres de classe social média ou alta tinham mais condições de viajar, comprar revistas, jornais, estudar e ter contato com mulheres de outras regiões, ampliando suas teias de convivência. Por outro lado, as mais pobres acabavam não tendo as mesmas condições de se movimentar pela região, por falta de dinheiro ou por estarem envolvidas com o trabalho, e tinham menos acesso ao que acontecia ao seu redor.

Essa não é uma realidade apenas da região de Ivaiporã. O contexto histórico brasileiro demonstra que essa distinção entre pobres e ricos se desenvolveu por outras regiões do país, porém em momentos diferentes, como afirma Arend (2018, p. 68): “o labor era a sina das meninas que nasciam pobres, fossem elas escravas ou libertas, ingênuas ou livres. A partir dos 4 ou 5 anos de idade começavam a auxiliar nas lides domésticas...”. Embora Arend (2018) esteja se referindo ao século XIX e esta pesquisa aconteça na segunda metade do século XX, é possível perceber que essa distinção ainda existe e teve sua permanência mantida na região por muito mais tempo.

Já nos anos de 1970, algumas mudanças começaram a ser percebidas, sobretudo no município de Ivaiporã, a maior cidade da região, que apresenta mercado de trabalho mais abrangente à disposição das mulheres. Isso se amplia ainda mais na década de 1980, quando já se torna possível identificar mulheres ocupando cargos de médicas, enfermeiras, dentistas, professoras, comerciantes, comerciárias, bancárias. As mulheres dessa cidade já tinham uma abertura expressiva para o mundo do trabalho remunerado. Essa realidade ainda não era perceptível nas cidades menores, pois a prática agrícola predominava, sob o antigo padrão de dominação masculina. Mesmo nos casos em que as mulheres ocupavam espaços em domínios públicos, como nas casas comerciais, a administração ficava sob o jugo do marido.

Pelos relatos orais, percebe-se que as mulheres das famílias mais abastadas tinham maiores oportunidades de acesso à escolarização, mesmo que direcionada à formação para o casamento, ou para o magistério (profissão bem aceita pela sociedade). Elas iam à escola, aprendiam a ler e a escrever e não se submetiam ao trabalho doméstico, uma vez que tinham condições financeiras para pagar pelos serviços, que eram prestados por outras mulheres da

classe trabalhadora. Nesse viés, ao comparar a realidade das mulheres que habitavam as cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre, Lidianópolis e demais cidades vizinhas, percebe-se que, mesmo com acesso à escolarização, as moças de famílias ricas desta região não tinham acesso à mesma educação que as moças ricas das grandes cidades, uma vez que a região não oferecia estrutura para cultura e arte. "A cidade era muito ingênua na década de 1970, não tinha nada, nem as ruas existiam ainda, o povo era muito acolhedor, mas a cidade era muito ingênua, o único espaço de lazer que tinha era o clube dos médicos que nós criamos" (Dr.ª Leny, 2023, informação verbal).

O depoimento da médica demonstra que a região não tinha muito a oferecer no que diz respeito ao acesso à cultura e lazer. O termo "ingênuo" utilizado pela médica para se referir à cidade é uma forma de dizer que era muito simples e sem estrutura. Esse esclarecimento foi feito pela própria entrevistada quando questionada:

> **Dr.ª Leny**: *Ingênua porque não tinha estrutura, não tinha um cinema, não tinha um bom restaurante, não tinha interesse das pessoas de melhorar a cidade, de buscar mais conhecimento e modernidade e era tudo muito simples, se a gente quisesse algo diferente tinha que buscar fora* (2023, informação verbal).

O relato marca duas situações: primeira, a depoente, membra da classe média/alta e migrante de um grande centro, fazia parte justamente do grupo que costumava frequentar esses espaços, algo propiciado por sua condição financeira, mas a cidade não contava com esse tipo de espaço. Segunda, o depoimento demonstra que a região de Ivaiporã não tinha constituído uma infraestrutura que pudesse atender às necessidades de desenvolvimento como nos grandes centros. Arend (2018), ao apresentar um quadro social do Brasil do final do século XIX, afirma que, naquele período, a educação das moças das classes mais abastadas já era mais refinada, incluindo habilidades artísticas, para obterem casamentos com homens de maiores posses.

> Ao longo do século XIX, saber tocar um instrumento musical, em especial o piano, tornou-se um imperativo para as meninas bem situadas socialmente. Além de introduzir certa disciplina corporal e ajudar a passar o tempo, saber tocar piano seria considerado, na vida adulta, sinônimo de refinamento cultural. Nas cidades, a aprendizagem da escrita e da leitura do vernáculo ocorria com o auxílio de um perceptor que ensinava as crianças de família e, raras vezes, também com o auxílio da mãe. Algumas noções de um segundo idioma, quase sempre o francês, eram também sinal de status. Era ideia corrente que tais saberes e habilidades proporcionariam à moça um "casamento melhor", ou seja, com um partido de mais posses (Arend, 2018, p. 67).

A década de 1970, nas cidades onde as entrevistadas desta pesquisa vivem, foi marcada pela submissão feminina. A maioria das mulheres, com raras exceções, permanecia em uma condição de desinformação. Mesmo que já demonstrassem uma crescente disposição para buscar autonomia, elas se mantinham submissas aos homens, seja no casamento ou aos pais, quando solteiras. Essa é uma realidade que as mulheres de outras regiões do Brasil viveram no

final do século XIX até o início do século XX. Pinsky (2018) e Arend (2018), já citadas, comprovam isso em suas pesquisas com enfoque na educação feminina no Brasil.

Também Frasquete e Simili (2017), ao discutirem a moda e as mulheres no Brasil nos anos de 1950 e 1960, fazem uma análise das mudanças ocorridas no campo da educação após a segunda metade do século XX e confirmam que, nos anos de 1930 a 1940, a educação das moças era voltada com muita intensidade para o casamento e para a maternidade, pois essas moças receberiam a função de educar os "filhos da nação". Essa realidade analisada por Frasquete e Simili (2017) para a primeira metade do século XX ainda era muito presente na região de Ivaiporã nas décadas de 1960 e 1970.

> As concepções e as representações sexistas, em voga entre final dos séculos XIX e início do XX, foram incorporadas e traduzidas pelos projetos pedagógicos de ensino para as mulheres e configuram a história da educação feminina. No período, os projetos educacionais visando à formação das mulheres orientaram-se pela concepção de que elas deviam ser preparadas para o lar, para o desempenho de funções entendidas pelos homens como apropriadas ao feminino, quais sejam: o cuidado do marido, dos filhos e o desenvolvimento de habilidades e competências que estavam relacionadas à posição que ocupavam na família e na sociedade, nas quais deveriam comportar-se de acordo com princípios específicos como a cooperação com o outro sexo, a obediência, o altruísmo, a docilidade entre outras. Nos projetos e nas práticas pedagógicas dos anos 1930 e 1940, o ensino feminino é direcionado para a formação das mulheres para o desempenho das funções de educadoras dos filhos da nação, de formadoras dos futuros cidadãos, dos homens da nação (Frasquete; Simili, 2017, p. 4).

As estatísticas do IBGE demonstram que as mulheres, a partir da década de 1970, passam a frequentar mais as escolas. As fontes orais reforçam que, depois dessa década, devido ao aumento populacional que vinha acontecendo desde meados da década de 1950, muitas escolas rurais foram sendo construídas. Daí o entendimento dos dados estatísticos que demonstram as crianças recebendo escolarização, enquanto adolescentes, jovens e adultos se distanciavam dessa realidade. Isso ocorria, possivelmente pelas dificuldades de ter acesso ao ensino formal.

Trabalhar fora, para as mulheres da classe média, era algo incomum, apenas poucas o faziam e, ainda assim, com a fiscalização e o controle dos pais ou do marido. Adilis relatou que, quando chegou a Jardim Alegre na década de 1960, havia um cartório na cidade e estavam precisando de alguém para trabalhar. Ela foi indicada, uma vez que tinha conhecimentos para exercer a função e que outras pessoas da cidade não tinham, inclusive os homens. Não lhe foi permitido trabalhar fora sem a permissão do marido, assim, o marido de Adilis teve que ir ao fórum autorizar junto ao promotor que atendia a região na época.

> **Adilis:** *Meu marido teve que ir lá no promotor e assinar para que eu pudesse trabalhar. Já tinha sido aprovado a lei que permitia a mulher trabalhar sem a autorização do marido, mas ela ainda não tinha chegado aqui, demorava muito para as informações chegarem na região* (2023, informação verbal).

A professora Simone afirma que, já na década de 1990, começou a trabalhar na Câmara de Vereadores, mas era menor de idade e não tinha como ser legalmente contratada. Na ocasião, os vereadores instruíram-na e até conduziram a situação para que ela oficializasse o casamento com o seu companheiro (pois já moravam juntos), a fim de que fosse emancipada. Vale ressaltar que, em nenhum momento, cogitaram emancipá-la de outra forma, pela via do trabalho, por exemplo. Na realidade, ela nunca havia pensado sobre esse assunto até ser questionada por uma colega de trabalho.

> **Simone:** *Eu fui contratada para trabalhar na Câmara, servindo café e fazendo a limpeza e depois acabei assumindo também o serviço administrativo, mas quando comecei eu não tinha dezoito anos ainda e daí não tinha como receber. No início, os vereadores se juntaram, fizeram uma vaquinha e pagaram meu salário, mas chegou um momento que não queriam mais fazer isso, então precisavam regularizar a minha situação. Então o que fizeram? Falaram para eu me casar no civil, eu já morava junto mesmo. E eu fui lá do outro lado da rua, no cartório e casei. Não sabia que poderia me emancipar, precisava do emprego, casei. Olha só! E tem mais, eu não tinha documento Vânia. Não tinha CPF, RG, nada! Me contrataram com o CPF do meu marido. Isso deve estar registrado nos documentos da prefeitura ainda* (2024, informação verbal).

Essa é uma demonstração de como o poder do homem sobre a mulher era naturalizado; possivelmente, se fosse um homem que tivesse o emprego, ele teria sido emancipado, mas, como era mulher, foi mais "fácil" fazer o casamento e contratar pelo CPF do marido, uma vez que se entendia que, estando casada, "pertencia" a ele. Essa não é uma narrativa isolada, pois é comum conversar com mulheres que afirmam que, na juventude, precisaram desse tipo de aval do marido para poder atuar no espaço público, mesmo sendo no mercado de trabalho.

No período da década de 1970, o Brasil vivia a Ditadura Militar, com todas as suas imposições e opressões, que foram entraves para a conquista de direitos feministas. Quando muitos grupos de diferentes classes sociais se organizavam para conquistar novamente a liberdade, as mulheres foram ocupando espaços nesses movimentos para introduzir, nas pautas de lutas, demandas que se referiam exclusivamente a elas; assim, aos poucos, foram ganhando espaços e conquistando direitos nunca usufruídos no país.

Margareth Rago, em sua obra *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade* (2013), faz uma análise da importância do movimento feminista e do feminismo para a liberdade e autonomia feminina no Brasil para o novo conceito de mulher e feminino. Rago (2013) estabelece o período da Ditadura Militar como um momento tenso da história, que fez com que as mulheres se organizassem e tomassem para si o espaço que era delas por direito.

> Desde os anos de 1970, em meio à violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar

> novos modos de existir, ocupando os espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural. Passado mais de 40 anos, é possível perceber essas profundas mutações em múltiplas direções, desde os mais longínquos espaços geográficos do país até o centro do poder político, na conquista do posto da Presidência da República e de alguns ministérios (Rago, 2013, p. 24).

Em meio à opressão e à violência, a reação social aconteceu intensamente nas cidades, e o movimento feminista, ao fazer parte dessas lutas pela liberdade, introduziu questões relacionadas à autonomia feminina e ganhou adeptos. Com a redemocratização e a Constituição de 1988, muitas questões pautadas durante a Ditadura ganharam força e acabaram se tornando lei. Nesse cenário, a mulher conquistou um espaço também na Constituição Federal.

> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
> I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
> Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (..)
> XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;
> XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;
> XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;
> Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.
> § 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.
> § 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (BRASIL, 2016, p. 14-15).

É possível entender o movimento de construção da cidadania feminina nesse espaço, em que a agricultura e as tradições da vida no campo afastavam as mulheres do contato com outras realidades presentes no cenário das cidades; porém, muitas mulheres fizeram parte do mundo público e desenvolveram trabalhos remunerados fora do âmbito doméstico. Embora o contato com outras regiões fosse mais complexo, as rádios, a maioria de São Paulo, fizeram o papel de colocar as pessoas em contato com os centros urbanos. Como afirmou Rago (2013), mesmo os espaços geográficos mais longínquos acabaram tendo contato com as discussões realizadas pelo Movimento Feminista, nem sempre no mesmo momento que as grandes cidades recebiam as informações, muitas vezes com alguns anos de atraso, mas tiveram contato, e isso também ajudou a modificar suas vidas.

Ademais, na década de 1970, a convivência era complexa até entre a própria população local, o que dificultava também a circulação de informações. Isso é percebido entre as mulheres entrevistadas. As depoentes Adilis, Marlene, Dr.ª Leny e Iracilda diferem em seus relatos no tocante à presença da mulher no mercado de trabalho nos anos de 1970. Dr.ª Leny, por exemplo,

em seus depoimentos, afirmou que sempre contou com a ajuda de uma empregada doméstica em sua casa para poder atuar como médica.

> **Dr.ª Leny**: *Eu ficava muitas horas no hospital porque eu atendia a obstetrícia e ajudava na clínica geral. Isso me consumia muito tempo. Meus filhos eram cuidados por uma moça que trabalhava na minha casa, muito querida. Tenho muito respeito por ela* (2023, informação verbal).

Isso demonstra que as mulheres trabalhavam fora do espaço doméstico. Outra fala da entrevistada que demonstra isso é sobre seu círculo de trabalho, que era em sua maioria composto por homens, mas contava também com a presença de mulheres. "Eu acho que eu fui a primeira médica de Ivaiporã, juntamente com a Neusa Sanches, que é da mesma época. Depois veio a Fátima também. Fomos as primeiras, chegamos na década de 1970. A Fátima veio depois, já na década de 80, eu acho" (Dr.ª Leny, 2023, informação verbal).

Marlene afirma que, quando veio morar em Ivaiporã, na década de 1970, já havia mulheres atuando como professoras, médicas, manicures nos salões de beleza, cabeleireiras, domésticas e várias outras nos comércios.

> **Marlene**: *Tinha sim, bastante mulheres trabalhando em Ivaiporã no final da década de 1970, mas poucas com estudo. Só algumas médicas e professoras, que eu lembro. As outras eram todas sem estudo, manicure, doméstica, cabeleireira... Tinha a Marli e a D. Maria, que eu me lembro* (2023, informação verbal).

Iracilda confirmou que, quando assumiu a função no Banco Bradesco em Lidianópolis, tinha outra mulher trabalhando na agência de Jardim Alegre, mas ela não a conheceu, e afirmou ainda que, no início da década de 1980, quando assumiu o concurso do Banestado, duas mulheres assumiram com ela.

> **Iracilda:** *Não tinha muitas mulheres trabalhando fora. Quando eu entrei no banco, tinha uma mulher trabalhando em Jardim Alegre. Quando passei no concurso do Banestado, as três primeiras vagas foram de mulheres, a 1ª e a 2ª de Ivaiporã e eu fiquei com a 3ª, em Lidianópolis* (2023, informação verbal).

Esses diferentes pontos de vista presentes nas falas das depoentes são fruto da diferença de classe social entre elas, como já foi citado anteriormente; embora vivessem no mesmo espaço, não conviviam entre si, por serem de círculos sociais diferentes. Havia uma questão identitária que fazia com que um grupo não voltasse seu olhar para o outro, dando visibilidade apenas ao seu grupo social, que, na maioria das vezes, tinha os mesmos valores morais, as mesmas condições financeiras e os mesmos acessos aos bens e serviço.

É possível perceber, por meio das costureiras, que a moda trazida de fora do Brasil (pelos estilistas e modistas) e apresentada para as consumidoras (pelas revistas e programas de corte e costura) chegou às mulheres da região de Ivaiporã na década de 1970. Isso influenciou

não apenas na maneira de vestir, de se comportar, de adotar estilos de corte de cabelo, mas também, e sobretudo, na busca pela liberdade. A passos lentos, isso foi sendo construído pelas mulheres, por meio da profissionalização, com cursos de corte e costura, cabeleireiras, comerciárias e posteriormente como profissionais de carreira com um curso superior em mãos.

> **Rosalina:** *A gente tinha as revistas de moda que a gente tirava os modelos das roupas, né? A mais conhecida era a revista Manequim. Eu recebia por correio, minha irmã comprava e mandava pra mim por correio. Bastante costureira tinha dela aqui, mas tinha que comprar de fora* (2023, informação verbal).

A cabeleireira, confeiteira e costureira Umbelina afirma que trouxe consigo de Santa Catarina, algumas revistas, que ela acha ser a Manequim, mas não apresentou certeza ao afirmar. Ela conta que tinha revistas de cortes de cabelos para as mulheres e modelos de roupas também. No entanto, diferente de Rosalina que copiava os modelos das roupas das revistas, ela gostava de inventar modelos diferentes. Ela relata também que os bolos que fazia eram bem diferentes, porque trouxe alguns sabores e confeites de Brusque, onde aprendeu a arte da culinária com a avó, que era italiana. Ela se orgulha bastante em dizer que era uma novidade para as mulheres do lugar, porque trazia opções da cidade grande.

> **Umbelina:** *Para começar, eu já era novidade porque eu gostava de me arrumar, mesmo dentro de casa eu sempre estava com o cabelo bem cuidado, meus vestidos eram todos bem cuidados e eu não gostava de andar sem uma correntinha no pescoço ou um brinco na orelha, até hoje ainda sou assim. Daí, não era muito do costume das mulheres daqui andar assim, então quando elas iam na minha casa elas diziam que eu era chique (risos). E eu tinha as revistas com uns cortes de cabelo diferente. Fazia um permanente sem queimar o cabelo. E tinha revista de vestidos diferentes, mas eu gostava mesmo era de criar vestidos. Como eu te falei, eu olhava para aquelas moças bonitas, olhava para o tecido que elas tinham levado para eu fazer a roupa e já imagina um modelo de vestido nelas. E fazia! E ficava bonito* (2023, informação verbal).

Isso demonstra que as mulheres da região em análise, mesmo com dificuldade de acesso à informação, estavam, de alguma forma, interligadas com as mulheres de outras partes do mundo. De acordo com Frasquete e Simili (2017), isso foi possível por meio da propaganda, com o uso das revistas de moda como *Manequim*, lançada em 1959 pela Editora Abril, e *Claudia*, lançada em 1961 também pela Editora Abril, ou por meio de fascículos de corte e costura por correspondência, como o método *Vogue*, difundido por todo o Brasil. A revista *Manequim* apresentada por essas autoras é a mesma citada pela costureira Rosalina. As autoras discorrem que essas revistas traziam dicas de modas, tendências de fora do país, sugestões de corte de cabelo, estilo de roupa, bem como informações sobre a feminilidade.

Assim, fica explícito, nos depoimentos, que estar em uma região distante de grandes centros urbanos dificultava o contato com as informações de forma acelerada, mas não excluía necessariamente esse acesso. As mulheres da região estudada acompanhavam o

desenvolvimento das mulheres no contexto nacional, os resultados das mudanças influenciavam suas vidas e, de alguma forma, elas também iam aderindo a essas conquistas e transformando o cenário onde viviam, embora os desafios fossem grandes.

Ao analisar os dados estatísticos da região, pouco se encontra sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Todavia, as informações orais demonstram que elas estiveram presentes e ocuparam funções diversas, não em grande número, mas se fizeram presentes. A dificuldade de acesso a dados pode ser explicada pelo fato de que, nesse período, poucos eram os registros de carteira na região. Segundo a cartorária Adilis, essa é uma prática que começou a ser exercida na região depois de 1980.

> **Adilis**: *Não existia registro, as pessoas eram contratadas para trabalhar de acordo com as normas impostas pelos donos dos estabelecimentos. Pra você ter uma ideia, a maior parte dos comércios eram mantidos pelas pessoas da família, quando contratavam pessoas de fora, não tinha um registro, pagava-se o que era costume pagar na região, trabalhava o que era costume trabalhar também, geralmente a carga horária era bem maior que as oito horas diárias e não tinha esse negócio de férias, licença. Não tinha nada disso! Nas propriedades rurais, nas fazendas principalmente, tinha o regime de colonato. O dono da terra é que determinava como ia ser feito o pagamento pelo trabalho, a porcentagem, a quantidade de terra que ia tocar, tudo assim. As professoras, que a maioria era professora primária, era contratada assim, alguém indicava, ela ia lá e assumia a escola e fazia tudo, desde o lanche até dar aula. Depois de 80 não, daí as coisas mudaram, daí os direitos foram sendo colocados em prática e as pessoas passaram a organizar mais o trabalho e a ter mais direitos. Mas daí também muita gente perdeu o emprego. Para não pagar aquele monte de direitos que não estavam acostumados e as vezes nem tinham condições de pagar, mandavam embora. E, para as mulheres, pior ainda, era muito difícil na década de 70 uma mulher conseguir trabalhar numa função que não fosse a doméstica. As professoras eram mais comuns. Engraçado, né? Professora podia, agora outras profissões não eram aceitas, tinham muitas dificuldades em entrar* (2023, informação verbal).

As possibilidades de trabalho remunerado para as mulheres nesse período estavam, em geral, restritas ao âmbito doméstico, como fazer doces, artesanato, costurar, cozinhar e cortar cabelos. Eram profissões que não exigiam muito a saída da mulher de casa nem a terceirização da educação dos filhos e dos cuidados com a casa. As profissionais que existiam fora desse campo de atuação, além de não serem muitas, em sua maioria eram oriundas de outras regiões do estado e até do país. Isso demonstra que a dificuldade de acesso às universidades dificultava a formação acadêmica das mulheres do local e consequentemente sua inserção no mercado de trabalho com profissões que exigiam formação em curso superior. A formação de professora é o que deu a essas mulheres a possibilidade de conquistar o espaço público. Muitas foram as mulheres que iniciaram suas carreiras como professoras do Ensino Primário, hoje conhecido como primeira fase do Ensino Fundamental, e depois foram buscar um grau de formação mais avançado para poder atuar como professoras na região.

A partir de meados da década de 1970, de forma lenta e gradual, as mulheres da região

começaram a ter acesso a cursos superiores. A formação em áreas como medicina, odontologia, direito e administração era um privilégio de poucas, cujas famílias possuíam condições financeiras para enviá-las para estudar em outras cidades. Outras áreas, como as engenharias e os diversos campos da saúde e do ramo empresarial, só começaram a ser difundidas entre as mulheres depois da década de 1980. Assim, de acordo com os relatos orais, o mercado de trabalho para as mulheres nas décadas de 1960 e 1970 era muito escasso, e a aceitação da mulher nesse mercado era bastante restrita.

2.3 Práticas, táticas e estratégias das mulheres nas cidades de Ivaiporã – a conquista da cidadania e do espaço público por meio do trabalho

A história das mulheres na região de Ivaiporã é repleta de nuances, refletindo a diversidade de papéis que elas exerciam. Enquanto a economia agrícola permitia a existência de agricultoras e donas de casa, o desenvolvimento urbano abriu espaço para que as mulheres atuassem em diversas profissões, como comerciárias, costureiras, artesãs e profissionais de carreira, ampliando sua presença nos espaços da cidade e do campo. Tendo isso em vista, neste tópico, pretende-se percorrer a trajetória de algumas mulheres que fizeram parte desse grupo na região de Ivaiporã, nas décadas de 1950 a 1970, com o objetivo de entender a contribuição feminina na construção das cidades que envolvem o espaço. Para isso, será apresentada uma análise sobre a influência exercida pelas mulheres nas relações sociais e políticas desenvolvidas tanto no campo como na cidade, seja por meio de suas habilidades técnicas e/ou pela intelectualidade, seja pelos trabalhos domésticos ou, principalmente, pela capacidade de construir laços de afetividade e cumplicidade (tão importantes para a convivência das pessoas e proteção de suas famílias).

O campo em que as mulheres atuam é muito diferente daquele em que o homem exerce domínio, uma vez que sua atuação não está pautada no poder instituído pelas regras, normas, tradições e poder de fala, mas por uma teia de saberes construídos por meio das sensibilidades, da cumplicidade e de habilidades em driblar a ordem sem precisar necessariamente confrontá-la. Certeau (2014) nomeia essa prática de táticas para contrapor às estratégias. Segundo o autor, quem exerce o poder o faz por meio de estratégias previamente estabelecidas; por outro lado, quem se submete a ele utiliza-se de táticas para burlar a ordem sem criar conflitos que não possam ser superados. Certeau (2014) afirma que:

> [...] a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’

(Certeau, 2014, p. 94).

No caso das mulheres, essa conceituação de tática apresentada pelo autor é completamente aplicável, uma vez que elas, ao mesmo tempo que se submetem à ordem imposta, utilizam-se de meios para as contornar. As astúcias fazem parte desse jogo para subverter aquilo que está posto e manter o mínimo de condições de convivência em um ambiente de paz.

Ouvir as narrativas das mulheres das cidades da região de Ivaiporã é um exercício de compreensão das teias de cumplicidade e de habilidades, construídas muitas vezes inconscientemente para poder sobreviver em um espaço designado para o homem e garantir a sua participação, que nem sempre consegue ser imposta ou conquistada, sendo, na maioria das vezes, ludibriada.

Segundo Lerner (2021), essa relação de disputa, na maioria das vezes contornada pelas mulheres, passa a acontecer a partir do momento em que elas tomam consciência das diferenças em que homens e mulheres estão inseridos na sociedade. A autora afirma que homens e mulheres têm a mesma significância social e a mesma importância na construção das sociedades porém, os homens, tomaram e ainda tomam para si, os papéis mais importantes e significativos, deixando para as mulheres um cenário de atuação de menor visibilidade, apesar de serem indispensáveis:

> Homens e mulheres vivem em um palco no qual desempenham seus papeis designados, ambos de igual importância. A peça não pode prosseguir sem os dois tipos de atores. Nenhum deles "contribui" mais ou menos para o conjunto; nenhum é secundário nem dispensável. Mas o cenário é concebido, pintado e definido por homens. Homens escreveram a peça, dirigiram o espetáculo, interpretaram os significados da ação. Eles se autodeclararam para os papéis mais interessantes e heroicos, deixando para as mulheres os papéis de coadjuvantes.

Ao analisar os papéis exercidos pelas mulheres que contribuíram com a pesquisa foi possível perceber a presença do homem como o condutor principal das ações praticadas. Porém, também é possível notar que, mesmo não havendo uma organização institucionalizada ou coletiva das mulheres, elas se utilizam de táticas para fazerem parte do espetáculo da vida que acontece no seu entorno. E, dessa forma, as estratégias de poder construídas pelos homens aos poucos foram sendo desmontadas, sem grandes enfrentamentos, mas com artifícios e habilidades femininas bem articuladas e executadas ao longo de suas vidas.

Os anos de 1960, na região, estiveram equilibrados entre a manutenção de uma cultura conservadora e de predominância do poder do homem, com a saída da mulher do espaço doméstico para a vida pública, em busca do mercado de trabalho remunerado. Pinsky (2014) apresenta as causas dessa transformação, ressaltando a importância da escolarização para a

busca pela autonomia feminina, ao mesmo tempo que eram freadas pela educação de mulher submissa que se fazia presente.

Segundo Pinsky (2014), nos grandes centros do país, a partir da década de 1960, as mulheres passaram a conquistar maior espaço nas esferas públicas da sociedade, inclusive com mudanças na educação, que, apesar de ainda estar voltada à formação para o casamento, abre espaço para a busca de novos caminhos à liberdade. Assim Pinsky (2014) discorre que esse movimento contou com o acesso das mulheres à escolarização:

> [...] a educação escolar das mulheres passa a ser mais valorizada ao lado das concepções arraigadas de que devem dedicar-se preferencialmente ao lar e aos filhos, fazendo com que o trabalho da mulher continue cercado de preconceitos visto como subsidiário ao do chefe da família (Pinsky, 2014, p. 17-18).

Na região da pesquisa, esse contexto de submissão e domínio masculino sobre a vida das mulheres faz-se realidade contundente até meados da década de 1970 e com menor intensidade até os anos de 1980, demonstrando que o movimento feminista influenciou a transformação de todos os espaços, porém em momentos e em condições diferentes.

Ao ouvir os relatos de mulheres que viveram nas cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis nos anos de 1950 a 1970, entende-se que estudar era um desafio para as mulheres. Essa proposição é confirmada nos dados estatísticos do Censo sobre escolarização já citado, uma vez que poucas mulheres davam segmento em seus estudos após a Educação Básica.

A cartorária Adilis confirma que eram poucas as mulheres que tinham estudo. Relata que chegou a Jardim Alegre em 1967 e tornou-se funcionária do cartório. Apesar de o Estatuto da Mulher Casada (1962) ter removido do Código Civil a exigência de autorização do marido para que a mulher pudesse trabalhar, o promotor do cartório exigiu essa autorização, tendo em vista que muitas leis, após serem aprovadas, demoraram anos para chegar às regiões distantes das capitais, que era o caso da região. A autorização, junto ao promotor, foi fácil conseguir, segundo ela, porque não havia muita gente apta a exercer a função, por falta de escolarização.

Nesse mesmo período, havia poucas mulheres que exerciam profissão fora do âmbito familiar. Iracilda tornou-se bancária aos 18 anos, no final da década de 1970, mas recorda que, naquela época, não existiam muitas mulheres com profissões que exigiam muito estudo. Ela afirma que as mulheres já trabalhavam fora, porém eram trabalhos de domésticas, vendedoras de lojas ou comerciárias nos estabelecimentos familiares; contudo, mulheres eram minorias em profissões que necessitavam de um grau mais elevado de escolaridade ou que ocupassem funções ou cargos ligados ao espaço público.

Segundo a bancária, a única profissão que exigia estudo e que era comum na região era a de professora, porque, por uma questão de cultura, os pais permitiam que as filhas

estudassem para se tornarem profissionais da educação.

> **Iracilda:** *Era muito difícil estudar naquela época (1970) para todo mundo, imagine para as mulheres que já eram mais controladas, então tinha mulheres trabalhando, mas a maioria em funções que não exigiam estudos como vendedoras, domésticas ou que a exigência fosse menor ou de mais fácil acesso como era o caso da formação para professora. Professora era a única profissão que exigia estudo e que as mulheres eram aceitas. Na realidade não eram aceitas, era profissão de mulher, você não via homem professor nas escolas de Educação Básica, só nas faculdades* (2023, informação verbal).

Nas profissões que precisavam maior grau de escolaridade ou que ocupassem uma função de autoridade, as mulheres não eram bem-aceitas, em decorrência da cultura mais tradicional sustentada na região. "A mulher foi criada para a família e para as coisas domésticas. Mãe e dona de casa, esta é a sua vocação, e nesse caso ela é benéfica para a sociedade inteira" (Perrot, 1998, p. 9).

Nos relatos de vida de Elza, agricultora e pescadora, encontram-se resquícios dessa afirmativa e Perrot (1998). A entrevistada conta que, desde muito cedo, foi colocada para trabalhar na roça e nos serviços domésticos, porém não foi incentivada a estudar e ter um futuro diferente.

> **Elza:** *Desde menina fui para roça com meus pais, depois que me casei com meu marido, fui para o rio pescar com meus irmãos, nunca pude sonhar com estudo. Isso não estava ao meu alcance, por isso incentivei tanto as minhas filhas a estudar e ter uma vida diferente da minha* (2023, informação verbal).

Essa concepção (de que a mulher deveria manter-se reclusa ao ambiente doméstico), apresentada na Europa no século XIX, ainda era muito forte na região do interior do Paraná na segunda metade do século XX e é confirmada por Iracilda, que afirma ter sofrido muito assédio por parte dos homens que trabalhavam com ela no banco.

> **Iracilda:** *No começo foi difícil. Eu sofri assédio dos meus colegas de trabalho, eu era jovem, mulher. Incomodava a minha presença e eles não me colocaram para trabalhar no financeiro. Me colocaram para atender as pessoas, mas depois mostrei minha capacidade e acabei conquistando a função desejada* (2023, informação verbal).

Simone, professora ainda em exercício, afirma que essa realidade não está tão distante assim, pois sofreu assédio no trabalho, não só moral, mas também sexual, pois, muitas vezes, teve que lidar com a falta de respeito dos homens que trabalhavam com ela. Por ser a única mulher e com capacitação superior à maioria dos homens do mesmo espaço de trabalho, sofreu com os assédios, que, segundo ela, não foram poucos. "Você quer falar de assédio? Ali na Câmara eu sofri e muito. De todos os tipos, precisava do emprego e sofri muito com as cantadas e investidas. Sem contar no assédio moral, porque eu acabava fazendo o serviço dos outros. Não recebia a mais por isso. Nem reconhecimento" (Simone, 2024, informação verbal).

Para a confeiteira Jacira, os assédios chegaram de forma tão sutis que ela só foi perceber muito tempo depois. Com uma história de vida cheia de desafios, em que muito cedo teve de enfrentar o domínio masculino, pois entrou em um relacionamento afetivo com um homem mais velho e experiente quando ainda tinha 13 anos, ela conta que sofreu todo tipo de assédio, uma vez que era proibida de trabalhar, estudar, ter amigos e sair de casa, vivendo praticamente na clausura. Fugindo dessa relação opressiva, voltou para a região de Ivaiporã, na cidade de Jardim Alegre, onde começou seu ofício de confeiteira e lembra que muitas vezes era assediada por clientes e colegas de trabalho, mas não percebia.

> **Jacira:** *Menina, esse negócio do assédio e da violência contra a mulher é complicado porque eu não posso nem dizer que fui assediada e sofri violência porque naquele momento eu não sentia isso. Eu vivi com um homem por anos. Tinha 13 anos quando fui morar com ele, porque gostava dele e não tinha muita opção também, mas ele me tratou como sua propriedade e quando eu acordei para aquilo, ele tentou me obrigar a oficializar o casamento para me amarrar mais ainda. Eu tinha um filho com ele, então tive que fugir. Quando cheguei em Jardim Alegre, vim morar com meu irmão e ele me levou para trabalhar na padaria que ele trabalhava. Lá, eu aprendi a ser confeiteira, mas sofri muito assédio de clientes e colegas de trabalho e me calei, porque naquele momento eu nem percebia que era isso* (2023, informação verbal).

Já a advogada Andrea relata que viveu a experiência da tentativa de coibição moral, cujo objetivo era amedrontá-la ou fazê-la desistir de uma causa. Diz que isso é comum nesse meio, pois os homens tentam usar da expressão de força para enfraquecer as mulheres que atuam no mesmo espaço. Além disso, ela fala, até com uma certa revolta, sobre as mulheres que ainda são subjugadas nessa profissão, pois os cargos e as funções importantes acabam sendo destinados aos homens, que formam uma teia de proteção e não permitem que as mulheres façam parte por mais competentes que sejam.

> **Andrea:** *Eu nunca permiti que me intimidassem, mas confesso que já tentaram fazer assédio moral comigo. Já vivi isso de chegar em audiência e advogado gritar, bater forte na mesa para ver se me desestabilizava. A gente não pode deixar se abater. Eu estou ali, estou cumprindo com meu dever. É meu direito praticar minha profissão e vai ter que aceitar, mas é uma área que tem muito machismo. Eles fazem inclusive cartel entre eles para não deixar que as mulheres ocupem as mesmas funções* (2024, informação verbal).

A professora Natersa, que atuou na região de Lidianópolis e Ivaiporã entre as décadas de 1950 e 1990, afirmou que a profissão docente era bastante respeitada e bem aceita, e que as profissionais não sofriam assédios. “A professora precisava ter comportamento exemplar para os pais respeitarem. Os pais precisavam ver que você era séria, que não tinha brincadeira e que podia confiar. Eu era respeitada, quando eu falava, os pais me respeitavam” (Natersa, 2023, informação verbal).

A entrevistada relatou que ser professora em Lidianópolis nas décadas em que atuou na região não era tarefa fácil. As informações não chegavam, não havia estrutura tampouco

quem desse suporte. Natersa comentou que tinha de assumir todas as responsabilidades para poder exercer a profissão, que não era muito valorizada financeiramente.

> **Natersa:** *Não ganhava muito porque não tinha plano de carreira e não tinha estrutura. Parte do meu salário acabava ficando investido na escola porque precisava fazer, ninguém fazia. Comprar materiais, fazer a organização da escola e até merenda para os alunos quando não tinha, porque não podia deixar com fome. Eles traziam de casa, mas precisava ajudar. Eu fazia de tudo, dava aula, trabalhava um turno de graça porque abri um turno por minha conta, não dava para dar aula para eles todos num turno só, era muita criança. Como ninguém autorizava, eu trabalhava de graça, mas deixar as crianças sem aprender, não. Mas era difícil, eu dava aula, fazia a documentação todinha, fazia a avaliação de final de ano. Chamava exame e precisava para passar de ano. Eu fazia, daí o seu Maneco Rocha levava para Ivaiporã e de lá ia para Pitanga. Mas foi difícil, a gente não tinha suporte nenhum* (2023, informação verbal).

As experiências relatadas pelas mulheres entrevistadas são inúmeras e demonstram diferentes formas de assédios e repressões. A auxiliar de enfermagem aposentada Maria Betoldo, carinhosamente tratada pela população por Maria do Posto, uma vez que trabalhou muitos anos no postinho de saúde de Lidianópolis, relatou que, ao chegar à região, viúva e com uma filha para criar, teve que se submeter a diversos tipos de trabalho, como boia-fria e empregada doméstica. Como boia-fria, afirmou que nunca sofreu assédio, mas viu muita menina nova sendo assediada em cima dos caminhões que transportavam esses trabalhadores até as lavouras. Como empregada doméstica, relatou que sofreu assédio moral da patroa, o que afirmou ser muito pior, por ter vindo de outra mulher. Ela comentou que, sendo empregada doméstica da casa, era obrigada a atender no posto de saúde no lugar da patroa, que viajava e a deixava no lugar. Ela não achava certo, mas precisava se submeter para não perder o emprego. Afirmou ainda que a Câmara de Vereadores foi o lugar onde mais sofreu assédio. Maria foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores de Lidianópolis, na legislatura entre 2005 e 2008, e relatou não ter sido uma experiência boa.

> **Maria do Posto:** *Sabe Vânia, eu sofri abuso no meu serviço como empregada doméstica, porque minha patroa me contratou para trabalhar na casa dela, mas ela era responsável pelo posto de saúde, mas ela viajava para estudar, ou para ir tratar da saúde do marido que estava doente e me mandava ir atender no Posto no lugar dela. Mas eu não podia, Vânia, eu não tinha estudo para isso, mas também não podia perder o emprego porque minha filha era pequena. Eu era viúva, precisava levar comida pra dentro de casa, daí eu me submetia a isso e, foi assim, que acabaram descobrindo e me contratando para trabalhar no posto de vez, mas acho esse tipo de assédio o pior, porque eu estava sendo coagida por outra mulher. As mulheres deveriam se proteger, né? Mas nem sempre é assim... Mas a minha pior experiência foi na Câmara de Vereadores. Ali sim, eu vivi assédio, porque eu tinha sido eleita pelo povo e eles queriam que eu fizesse coisa que ia contra o povo e contra a minha vontade também. E eu era a única mulher. Sabe, não é que me ameaçavam, mas estavam sempre tentando ludibriar e usar do controle que tinham, porque estavam em maior número, né?* (2024, informação verbal).

Na região de Ivaiporã, as mulheres que deram início à conquista do espaço feminino no mercado de trabalho remunerado, com carreira profissional ou por meio de suas técnicas

manuais, enfrentaram muitos desafios que não ficaram registrados nos documentos escritos, mas fazem parte de suas memórias e de suas práticas na educação das filhas e netas, para que estas não enfrentem a imposição dos mesmos desígnios.

Iracilda relatou que, no início de seu trabalho no banco, ocupava uma função criada para atrair clientes, um cargo chamado "Moça Bradesco", o qual deveria ser exercido por uma jovem, bonita e bem cuidada. Para tanto, precisava estar bem maquiada, com boa aparência e ter um belo sorriso, para receber os clientes, tomar um café com eles e encaminhá-los para as mesas de atendimento.

A bancária afirmou que não se sentia muito à vontade com a função, pois queria mostrar seu potencial como profissional do financeiro, para o qual havia se preparado e estava estudando. Ela resistiu, pois precisava ganhar espaço para mostrar seu trabalho, embora, para ela, aquilo soasse como um troféu para o banco. Pelos relatos de Iracilda, ficam evidentes as dificuldades enfrentadas para provar que tinha potencial e competência para exercer as funções que os homens exerciam no banco, não sendo apenas um rosto bonito, mas uma pessoa capacitada. Nessa função, relatou que ficou por três anos, quando conseguiu conquistar uma vaga no setor de financiamentos, espaço em que pôde provar seu profissionalismo e suas aptidões como bancária, mas admite ter sido um grande desafio conquistar seu espaço nessa agência.

> **Iracilda:** *Permaneci por quase 7 anos nesse Banco. Nesse trabalho tive os maiores desafios para me firmar como uma profissional da área financeira. Os dois primeiros anos foram, posso dizer, dolorosos, pois eu era uma jovem de apenas 18 anos, trabalhando em meio a muitos homens de bem mais idade do que eu. Era a única mulher, como você mesma disse, um ambiente totalmente masculino, em uma época em que não havia tantas leis, movimentos de amparo à mulher. Foi tenso, mas não posso deixar de dizer também que, em meio a tantos homens voltados para seus próprios interesses, tive dois colegas de trabalho, que tinham na época a mesma idade que meu pai, que sensibilizados com a minha imaturidade e inexperiência muito me ajudaram, me conduziram, me ensinaram os serviços bancários que eram todos de forma manual e bem minuciosos pra fazer. A agência não era informatizada, tínhamos uma central de processamento de dados em Londrina, que trabalhava em período noturno para processar tudo que as agências enviavam através de malote diariamente. Assim, consegui me desenvolver e percorrer por vários setores do banco, carteira de financiamento, caixa, supervisão, tesouraria e quando sai, estava no cargo de subgerente* (2024, informação verbal).

A bancária relatou não ter sido fácil, pois, além de tudo, havia o assédio, que, no caso dela, era velado, apenas verbal, mas ela percebia. Precisou superar e ser forte para construir sua carreira, que era um sonho. Ela afirmou que, mesmo sofrendo com a situação, mostrava-se sempre sorridente, não demonstrava fraqueza para não dar mais empoderamento aos homens que trabalhavam ao seu lado e estavam sempre testando sua capacidade, mas admite que sofreu. "Quanto à questão do meu início como profissional, no Bradesco, foi bastante tenso. Sofri

bastante assédio, tanto de clientes, como de colegas de trabalho, assédio verbal, nunca me tocaram, mas chorei muito no banheiro por conta disso. Isso aconteceu mais no início" (Iracilda, 2023, informação verbal).

A bancária, hoje aposentada, conta com orgulho que, apesar de todos os desafios enfrentados, conseguiu realizar seu sonho de construir uma carreira profissional como bancária, função que, na sua juventude, era mais voltada para os homens. Afirmou ainda que o concurso é uma forma de garantir autonomia para as mulheres: ao ser aprovada, todos tinham que aceitar sua função; embora ainda haja obstáculos pelo caminho, a aceitação acaba sendo maior. Ela relatou isso com base na sua atuação no Banco Banestado, em que foi concursada por muitos anos.

> **Iracilda:** *A minha trajetória no Banestado foi muito boa, por se tratar de banco estatal e a admissão de funcionários ser feita através de concurso público. Tinha muitas mulheres trabalhando, era um ambiente de trabalho muito bom. Tínhamos mais abertura para questionar, dar sugestões, trabalhar de uma forma mais... claro, respeitando sempre as normas e diretrizes do banco. Foi um período tranquilo, até que, em 1999 o banco foi vendido para o Banco Itaú S/A. Aí, tudo mudou. O período de virada de bandeira levou 2 anos. A agência em que eu trabalhava fez a transição em 2001, período extremamente difícil para todos nós, perdemos nossa estabilidade. Saímos de um banco que estava engatinhando na área de informática e fomos para um banco que era referência na América do Sul. Tinha um sistema avançado para a época, tivemos que reaprender a trabalhar enquanto fazíamos toda a parte de transição das contas dos clientes. Era muita pressão física e psicológica. Consegui sobreviver nesse novo ambiente de trabalho, muitos amigos meus não sobreviveram. E ali fiquei como funcionária do Banco Itaú S/A., por mais 12 anos, até minha aposentadoria, que se deu após 32 anos de banco e 1 ano de escola* (2024, informação verbal).

Relatos como o de Iracilda são realidades presentes na trajetória das mulheres que tiveram que desafiar muitas regras culturais constituídas no seio do país desde os primórdios da industrialização, período em que atuaram como operárias nas fábricas e que se estendeu para outros setores do mercado de trabalho, com funções que exigiam maior escolaridade, como é o caso relatado pela entrevistada. O que diferencia muito, no caso, é o período de vivência dessas experiências, uma vez que, ainda no final do século passado, as mulheres das referidas cidades ainda conviviam com o assédio sexual que, de acordo com os relatos de Iracilda, eram presentes no cotidiano do trabalho do banco.

Margareth Rago, em *Trabalho Feminino e Sexualidade* (2018), faz uma reflexão sobre o trabalho das mulheres nas fábricas e toda a luta feminina para conquistar direitos e igualdade de trabalho e de inserção social, que nos oferece a oportunidade de pensar sobre a falta de valorização do trabalho das mulheres, bem como sua exclusão das atividades mais especializadas (em que a remuneração era melhor), simplesmente por serem mulheres. "Em geral, na divisão do trabalho, as mulheres ficavam com as tarefas menos especializadas e mal

remuneradas; os cargos de direção e de concepção, como o de mestre, contramestre e assistente, cabiam aos homens" (Rago, 2018, p. 583-584). As dificuldades encontradas pelas mulheres que atuaram no mercado de trabalho em cidades como Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis, embora em contexto e épocas diferentes, assemelham-se aos exemplos das práticas das mulheres nas indústrias de São Paulo e do Rio de Janeiro no início do século XX apresentados por Rago (2018).

Segundo Pinsky (2014, p. 179), "a adesão das mulheres ao mercado de trabalho, a princípio foi vista como uma ameaça à ordem social", uma vez que trabalhar fora desviaria a mulher de suas obrigações domésticas e acabaria por destruir a constituição familiar, tirando a harmonia do lar e a ordem social. No entanto, esses paradigmas foram superados pelas exigências do sistema capitalista. A nova ordem social e econômica, ao impulsionar a mulher para o mercado de trabalho, transformou a sociedade e levou a classe média a aceitar a ideia de que as mulheres trabalhassem fora de casa.

Pinsky (2014) afirma que o trabalho fora do espaço doméstico tirou a mulher do isolamento em que vivia e a colocou em contato com o mundo exterior, construindo uma nova concepção do papel da mulher na família, no casamento e nas relações sociais. Essa nova sociedade fez com que as hierarquias nas relações de gênero fossem readaptadas e, de acordo com a autora:

> [...] a classe média acabara aceitando e valorizando o trabalho feminino fora de casa, afinal o capitalismo, os novos padrões de consumo e a "modernidade", além da emancipação (convicta ou não) de muitas mulheres, exigem que assim seja. Mas num percurso acidentado e cheio de obstáculos (Pinsky, 2014, p. 179).

Para Adilis, o grande desafio para trabalhar nessa região, além de ser mulher entre tantos homens, era o acesso à informação. A cartorária recorda que, no início de sua função profissional, as informações demoravam muito para chegar, assim, sempre atrasava o serviço. Ela relata que no dia 31/12/1971 passou a vigorar no Brasil a Lei nº 6.015[11], que encerrava os atos nos cartórios e iniciava "tudo do zero"; segundo a entrevistada, essa Lei só chegou aos cartórios da região em 1975, devido à dificuldade de acesso à informação. Esse distanciamento dos grandes centros fazia, segundo Adilis, com que as pessoas fossem muito ligadas aos costumes e às tradições locais.

Para as mulheres, a situação era ainda mais degradante, uma vez que não tinham acesso

[11] A Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conhecida como Lei de Registros Públicos, regula os serviços de registros públicos no Brasil. Seu principal objetivo é garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos realizados no âmbito civil, comercial e imobiliário. Disponível em https://memoria-spu.gestao.gov.br/normas-e-documentos/lei-n-6-015-de-31-de-dezembro-de-1973/#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%206.015%2C%20de,%C3%A2mbito%20civil%2C%20comercial%20e%20imobili%C3%A1rio. Acesso em: 11 ago. 2025.

ao mundo urbano, pois a maioria vivia nos sítios, sem estradas, ou em locais de difícil acesso, onde "quase tudo era mato", conforme relatou a cartorária. Essa afirmativa de que tudo era mato é contestada por outras depoentes. Marlene possui outra memória sobre a região. Para ela, na década de 1970, a cidade de Ivaiporã já contava com muitas casas comerciais de pequeno porte, já havia uma população expressiva e que ao redor da cidade plantava-se muito café. "Ivaiporã, na década de 70 era muito povoada já, tinha bastante comércio, só que era comércio pequeno, mas para salão de cabeleireiro era muito bom. Vixe! Tinha muitos clientes... a gente não dava conta" (Marlene, 2023, informação verbal).

Jacira também se lembra da região do mesmo modo que Marlene, afirmando que viveu em Arapuã, cidade vizinha de Ivaiporã e que pertence a essa mesma região. Nesse espaço, ela afirmou que havia apenas um pequeno patrimônio, mas Ivaiporã já era maior. A confeiteira lembrou que, com a separação dos pais, ela e a irmã foram tiradas da família e foram internadas em um colégio de freiras em Ivaiporã, chamado Mater Consolatrix, que existe até hoje como escola privada de Ensino Fundamental e Médio. Nessa época em que viveu em Ivaiporã, elas não podiam sair do internato, porém lembra que a cidade já era bem povoada e com bastante casas comerciais.

Esse contraste de reconhecimento do território por parte das três mulheres se deve ao grupo no qual estavam inseridas. Adilis, embora vivendo na cidade, por trabalhar com cartório, tinha muito contato com proprietários de terras e sua rotina acontecia nesse contexto. Marlene, por estar ingressando na profissão de cabeleireira, tinha mais contato com o mundo do comércio, e as clientes que frequentavam os salões pertenciam, em sua maioria, à classe média ou alta e acabavam fazendo parte de um círculo mais urbano de mulheres. Jacira, por sua vez, falou desse período com as memórias de sua infância, em um momento em que seu mundo se restringia aos arredores do internato.

Em relação ao acesso à informação e aos direitos garantidos na lei, Natersa relatou que era muito complicado, pois a região era colocada em segundo plano pelas autoridades. Ela descobriu que era em Curitiba que se resolviam as questões referentes às escolas e sempre que necessário viajava para a capital para buscar recursos.

Ao ser questionada sobre como descobriu os caminhos para buscar ajuda em Curitiba, ela respondeu que foi ouvindo as pessoas falarem e procurando. Ela se dedicava a investigar quem na capital defendia as escolas pequenas e, sempre que precisava, buscava contato com essas pessoas.

> **Natersa:** *A gente não pode ficar parada. Eu ia pra Curitiba. Descobri, investigando, quem em Curitiba defendia as escolas pequenas e ia buscar ajuda. Ia sempre que precisava e ficava em cima até me atenderem. Não era só dar aula, precisava fazer*

> *funcionar, garantir os direitos* (2023, informação verbal).

Adilis afirmou que tudo era muito difícil, os trabalhos eram feitos na "maquininha", como ela se refere à máquina de datilografia, ou no tinteiro, com uso da pena, e não podia conter erros. Nesse sentido, ela salientou que se destacava entre os homens que trabalhavam ao seu lado, uma vez que tinha uma boa caligrafia e era muito cuidadosa com os documentos, pois estes, ao serem conferidos, estavam sempre corretos, sem necessidades de retificações. Isso fez com que a entrevistada fosse respeitada não apenas pelos homens que trabalhavam com ela, mas também por aqueles que se dirigiam ao cartório em busca de documentos e pelo fórum, que percebia sua capacidade para a função que exercia. "Não podia errar, pois se tudo era feito à mão, com aquelas canetas de tinteiro. Chegou a conhecer? Era horrível aquilo, menina. Eu era muito cuidadosa e habilidosa, não errava, meus documentos nunca precisavam ser retificados, daí eles me respeitavam" (Adilis, 2024, informação verbal).

Pinsky (2018), em sua obra *Modelos Rígidos*, afirma que um dos desafios das mulheres do século XX foi conciliar a vida doméstica com a vida pública. Conquistar o mundo do trabalho, alçar uma carreira profissional, não era sinônimo de desligamento das obrigações da mulher com o lar e com a família, pelo contrário, as mulheres acumularam tarefas.

Essa realidade é perceptível nos relatos das mulheres que contribuíram com a pesquisa, ao afirmarem que precisavam conciliar as obrigações domésticas com o trabalho. Adilis relatou que teve dificuldade para trabalhar e criar os filhos, uma vez que não tinha escola e nem babá, ela levava as crianças para o trabalho. Já Iracilda afirmou que não é fácil fazer a conciliação, precisa muita determinação.

> **Iracilda:** *Acho que a vida de uma mulher em todos os sentidos é sempre um grande desafio. Mesmo uma mulher que só cuide de sua casa e filhos, já é um desafio. Educar, zelar, limpar, cozinhar, conduzir tudo para o bem-estar de uma família, não é algo fácil de se fazer, agora imagine tendo também uma segunda ou até terceira jornada fora de casa, tem que ter muita força, coragem, amor e determinação* (2023, informação verbal).

A advogada Andrea, embora faça parte da segunda geração de mulheres, é bem mais jovem do que as demais que compõem o grupo e já vivenciou outras experiências como mãe e esposa em conciliação com o mercado de trabalho. Andrea afirma que as tarefas domésticas nunca foram um problema, porque isso sempre foi muito bem resolvido entre ela e o esposo, com o qual divide essas tarefas. Relata, porém, que enfrentou muitos desafios relativos à maternidade, pois, por ser autônoma, precisou voltar a trabalhar tão logo conseguiu se recompor do parto e tinha que levar os filhos, por conta da amamentação e dos cuidados, pois eram bebês. A advogada afirma que enfrentou problemas, mas também encontrou uma boa rede de apoio,

inclusive com colegas de trabalho, como foi o caso do juiz que adaptou, no fórum, um espaço para ela amamentar entre uma audiência e outra.

> **Andrea:** *Eu precisava levar o Murilo comigo, ele era bebezinho, daí precisava pedir para o juiz dar licença que eu precisava amamentar. Daí era interessante a sensibilidade dele, a babá ficava com o Murilo do lado de fora, quando ele ouvia o choro, ele mesmo parava a audiência e dizia: doutora, o bebê chorou, vai lá amamentar. Ele era muito humano, tanto que por conta disso, ele acabou criando uma sala especial para as mulheres lactantes que trabalhavam no fórum, ou para as advogadas que precisassem. Mas, muitas amigas minhas deixaram de amamentar porque não tinham coragem de levar os filhos. Eu sempre levei. Era direito dele receber o leite materno* (2023, informação verbal).

São experiências apresentadas em contextos diferentes e com desfechos específicos, mas que são importantes para perceber que a adesão da mulher ao mercado de trabalho é desafiadora em todos os sentidos e muito diferente dos homens, pois esses saem de suas casas e vão para o trabalho, sem ter a preocupação com aqueles que estão ficando. Mesmo na atualidade, com a mudança no papel do pai e o aumento da participação masculina nas responsabilidades domésticas, a função de ser a principal responsável pelo bem-estar e organização do ambiente familiar ainda recai sobre a mulher. Certeau (2013) chama a atenção para a relação da mulher com a cozinha e a culinária, não que esse espaço seja exclusivo da mulher, mas por toda a cultura que envolve a arte da culinária e o universo feminino. Segundo o autor, a mulher – independentemente de sua condição social ou grau de instrução – está ligada às práticas culinárias. Isso porque a cozinha, historicamente, se tornou o principal espaço feminino no ambiente doméstico.

Ainda de acordo com Certeau (2013), os hábitos alimentares constituem o mesmo papel de importância que as tradições e as inovações de um grupo ou de uma sociedade, ligando o passado e o presente para garantir momentos de felicidades e suprir necessidades. Para melhor compreensão desse laço entre a culinária e a cultura, em uma relação com a mulher, o autor discorre que:

> Além disso, os hábitos alimentares constituem um domínio em que a tradição e a inovação têm a mesma importância, em que o presente e o passado se entrelaçam para satisfazer a necessidade do momento, trazer a alegria de um instante e convir às circunstâncias. Com seu alto grau de ritualização e seu considerável investimento afetivo, as necessidades culinárias são para grande parte das mulheres de todas as idades um lugar de felicidade, de prazer e de invenção. São coisas da vida que exigem tanta inteligência, imaginação e memória quanto as atividades tradicionalmente tidas como mais elevadas, como a música ou arte de tecer. Nesse sentido, constituem de fato um dos pontos fortes da cultura comum (Certeau, 2013, p. 212).

Para algumas mulheres participantes desta pesquisa, a culinária foi mais do que uma prática feminina por tradição, ofereceu a possibilidade do sustento e do poder de gerir a própria vida. Essas atividades, como a costura e o artesanato, deixaram de ser praticadas para preencher

o tempo ocioso de meninas e prepará-las para o casamento e passaram a ser instrumento de sobrevivência. Tornaram-se fontes de renda, deixaram de ser ocupação para ser trabalho remunerado, o que, por sua vez, possibilitou à mulher, inclusive, tornar-se livre do casamento abusivo, como discorre a entrevistada Maria Cardoso.

> **Maria Cardoso**: *Eu botei meu marido pra fora. Eu que sustentava a casa com o meu artesanato. Não precisava dele pra nada. Me livrei de um encosto! Mas, só consegui fazer isso porque eu já tinha firmado uma clientela aqui e em Jardim Alegre e não ia deixar faltar nada para as minhas filhas* (2024, informação verbal).

As atividades ligadas à culinária e à costura são presentes na região de Ivaiporã com muita intensidade até os dias atuais. Hoje, não são apenas exercidas por mulheres, pois muitos homens adentraram no ramo da confecção e da fabricação de alimentos; nas décadas de 1960 até meados de 1980, porém, essa foi uma forma muito especial que as mulheres encontraram para obter renda própria. Independentes dos maridos, passaram a conquistar autonomia não apenas financeira, mas também social, sobretudo nas décadas de 1960 e 1970, em que a costura foi uma grande aliada das mulheres da região na geração de renda familiar.

No início do século XX, era comum sustentar a ideia de que a mulher nasceu para o casamento e que, para tanto, deveria desde menina aprender a exercer atividades que a tornassem uma "boa dona de casa". Pinsky (2018) considera que, no início desse século, as mulheres tinham como destino certo casar-se e cuidar da família. "Na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram, 'por natureza', destinadas ao casamento e à maternidade" (*ibid*., p. 470). Dessa forma, as meninas das famílias mais abastadas eram educadas com noções básicas de gerenciamento e cuidados com a casa, com os bordados e com a costura, não porque iriam utilizar isso como profissão, mas porque fazia parte da educação das meninas.

Maria Cecília Barreto Amorim Pilla, em sua obra *Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal* (2008), apresenta uma análise sobre o papel da mulher enquanto responsável pelo lar no Brasil do início do século XX. Com o advento da industrialização e a chegada de novos produtos e eletrodomésticos, a casa, o espaço da cozinha e a condução do lar pela mulher passam a ser uma vertente importante na educação feminina, segundo a autora.

Na obra de Pilla (2008), há afirmações sobre os modelos de família e a organização doméstica após o advento da indústria e o surgimento de uma nova sociedade pautada na organização familiar feminina. Uma nova forma de apresentar o ambiente doméstico aos demais membros da sociedade por meio das qualidades de boa esposa exercidas pela mulher.

> Numa sociedade em que as marcas de identidade e distinção evidenciavam-se nos mínimos detalhes, os objetos que compunham o arranjo dos espaços dos lares, a organização doméstica e a administração dos comportamentos eram requisitos

> fundamentais para o desempenho do papel de uma dona-de-casa ideal (Pilla, 2008, p. 333).

Isso fez com que os espaços das casas começassem a ser modificados. Práticas modernas de cuidados com os alimentos, com os utensílios domésticos e com a disposição das casas passaram a ser assuntos de debate entre as mulheres mais abastadas da sociedade. Assim, mesmo que a mulher não assumisse responsabilidades com os trabalhos domésticos, precisava saber gerenciar uma casa para dar ordens àquelas que fossem lhe servir. Diante disso, desde muito cedo, as meninas das classes médias e altas praticavam os zelos de uma casa. Era preciso aprender a cozinhar e cuidar dos adornos da moradia.

Silvia Favareto Arend, em *Trabalho, Escola e Lazer* (2018), discorre que, após o início do século XX e as transformações na produção econômica com o advento da indústria, começou-se a pensar a educação secundária das mulheres de forma a prepará-las para desenvolver atividades no âmbito doméstico, mas também na esfera pública, porém poucas conseguiam concluir um curso superior. A autora ressalta ainda que "em meados do século XX, enquanto os meninos saíam para brincar com maior liberdade nas vias públicas, nas famílias dos setores médios da sociedade, as meninas auxiliavam suas mães na cozinha e nas tarefas domésticas mais leves" (Arend, 2018, p. 72). Isso demonstra que as práticas domésticas continuaram presentes entre as meninas da classe média, sendo, possivelmente, uma obrigação para as meninas pobres.

Esses conhecimentos, porém, ofereceram condições para que as meninas pudessem desenvolver um trabalho. Saber cozinhar e costurar era uma vantagem àquelas que queriam ter independência financeira. Essa afirmativa também é corroborada pela análise de Frasquete e Simili (2017). As autoras, ao examinarem as publicações da revista *Jornal da Moças*, que circulou no Rio de Janeiro entre 1914 e 1961, demonstram como os conhecimentos difundidos pela publicação abriram caminho para as primeiras atividades remuneradas das mulheres. Tornou-se possível, por meio de suas habilidades, produzir uma renda extra e ajudar nas economias domésticas.

Na região de Ivaiporã, desde sua urbanização até os dias atuais, essas atividades sempre foram uma fonte de renda para as mulheres. Ao ouvir os depoimentos de mulheres que utilizaram a costura ou a culinária para sobreviver, ajudar no orçamento familiar ou até mesmo para sustentar a casa e criar os filhos, é perceptível que a maioria delas aprendeu o ofício com as mães ou membros da família.

Maria Aparecida, que aos 18 anos de idade começou a exercer a função de costureira, relatou ter aprendido a costurar por meio do método simples, com a fita e medição no próprio

corpo, mas posteriormente teve contato com um curso no final dos anos de 1980, no qual utilizavam-se moldes por meio das bolsas de corte e costura (Figura 2). Ela relatou que conheceu o método *Vogue*[12], por meio das propagandas de rádio, porém não fez o curso por ele. Segundo a entrevistada, o método tradicional era muito caro, por isso ela optou por um modelo mais simples, também com a utilização de moldes. Tal curso foi oferecido pela Prefeitura Municipal de Jardim Alegre, por meio da Secretaria de Assistência Social. Maria Aparecida comentou que comprou a bolsa de corte e costura[13] que o curso oferecia e pagou na época o valor de 100 Cruzados Novos. Ela frisou que o método é bom e funciona muito bem, acelerando o tempo de costura, porém ela gosta de aprender olhando em revistas de moda, como *Manequim* e *Cláudia*, que eram as mais conhecidas.

Figura 2 – Molde de camisa, obtido por meio de uma bolsa de corte e costura chamada Simplex.

Fonte: cedida por Maria Aparecida da Silva.

Rosalina, costureira desde a década de 1970, relatou que aprendeu a costurar muito menina ainda, vendo sua mãe praticar o ofício e fazendo roupas para suas poucas bonecas. Ela afirmou que nunca fizera um curso de corte e costura, nem utilizara um molde de costura, mas que era uma boa costureira. “Eu costurava muito bem, porque eu era muito atenciosa. Eu aprendi a costurar tirando a medida pelos ombros da pessoa e sempre fui muito exigente comigo, então se ficasse com um defeitinho eu desmanchava e fazia novamente, mas minha costura era perfeita” (Rosalina, 2023, informação verbal), atesta Rosalina, que costurou profissionalmente da década de 1970 até os anos de 1990.

Nessa mesma linha de raciocínio, Maria Aparecida relatou que, apesar de ter feito

[12] Método de aprendizado de corte e costura – material de cunho pedagógico, ensinava a prática de corte e costura por meio do uso de moldes. Criado por Antonio Campagnolli e publicado pela Escola de Corte e Costura São Paulo, o material era vendido e entregue nas casas das pessoas pelo correio, promovendo o incentivo ao curso a distância de corte costura.

[13] Material oferecido nos cursos de corte e costura, composto de uma bolsa com moldes de roupas para serem utilizados como base para as costureiras aprendizes confeccionarem roupas.

cursos de corte e costura durante as décadas de 1970 e 1980 com diferentes costureiras e ter comprado uma bolsa com os moldes porque achou muito importante tê-los para facilitar o trabalho, o que ela gostava mesmo era de tirar o modelo de outra roupa, estudar o feitio e ir aprendendo conforme ia fazendo. “Se eu olhasse alguém fazendo, ou se eu pegasse uma peça de roupa e desmanchasse, eu conseguia aprender. Sempre achei mais fácil assim. A mãe costurava, mas nunca ficou ensinando, só que eu a via fazendo e ia aprendendo. Daí fui fazendo curso e aprendendo mais” (Maria Aparecida, 2023, informação verbal). A costureira afirma que, mesmo com a aquisição da bolsa de costura no final da década de 1980, ela preferia aprender novos modelos na prática.

Relatos como os de Rosalina e de Maria Aparecida demonstram que a profissão que exerceram durante muito tempo em suas vidas não foi algo planejado, mas desenvolvido pela educação que recebiam. Rosalina afirmou que as mulheres de sua família tinham uma relação muito forte com o tecido. Ela se tornou costureira; a irmã, artesã, pois trabalhava com crochê; e a mãe era uma excelente costureira.

Rosalina não vem de uma família rica, mas também não é extremamente pobre. Seus pais mantinham um sítio que gerava renda com a produção agrícola. A mãe, que era costureira, não apenas complementava a renda familiar – o que permitiu investir na educação dos filhos – , mas também inseria as filhas em um universo de tecidos, linhas, bordados e costura, fazendo com que essa arte sempre estivesse presente na vida de Rosalina. Umbelina também fazia parte de uma classe média bem estabelecida na cidade de Lidianópolis. Embora seus pais não tivessem propriedades, eram parentes de um dos fundadores da cidade e que tinha sob sua posse muitos hectares de terras. Essas terras posteriormente foram loteadas para formar a cidade de Lidianópolis. Compor essa família deu a Umbelina alguns privilégios, uma vez que seu pai trabalhava para essas pessoas e, por isso, tinha condições de dar à família uma vida mais confortável em relação à maioria das outras famílias que viviam na mesma cidade.

Para Umbelina, a costura e o corte de cabelo foram ofícios planejados. Ela aprendeu a costurar com a avó, a qual dizia que toda mulher precisava saber costurar; antes mesmo de se casar, Umbelina ganhou sua primeira máquina de costura. Cortar cabelo foi uma escolha, já que gostava dessa atividade e foi fazer cursos para aprender o ofício, quando ainda morava em Santa Catarina, assim, quando chegou à região, já se apresentou como costureira e cabeleireira.

Na época, os pais tinham um olhar depreciativo sobre a função de costureira e cabeleireira, pois entendiam que essas eram práticas de quem não tinha outra opção na vida. Ela tinha. Estudou o colegial e podia atuar como professora, profissão que, para os pais, lhe daria mais segurança. Ao chegar a Lidianópolis, os pais logo conseguiram uma sala de aula

para as duas filhas, que foram professoras por um certo tempo. Umbelina afirmou, porém, que seu gosto era pela costura e pelo corte de cabelo, então aos poucos foi deixando a sala de aula e se estabelecendo nesses dois outros ramos de atividade.

Paralelamente às atividades que exercia, ela acabou investindo na culinária. De acordo com seu depoimento, essa atividade tornou-se um trabalho remunerado pelo acaso ou pela necessidade do momento, pois não planejou ser confeiteira, mas a oportunidade surgiu, e ela acabou por ampliar suas atividades e passou a fazer bolos e doces para festas de aniversário e casamento. Posteriormente, passou a fazer também salgados, bem como a *Coruja*, alimento não conhecido na região. *Coruja* é o nome dado pelos catarinenses ao biscoito de polvilho de mandioca. Leva esse nome porque, quando colocado para assar, o biscoito crescia e fazia um formato de coruja. Contou, com muito orgulho, que essa iguaria foi ela quem trouxe para Lidianópolis.

Os relatos de Umbelina demonstram que, diferentemente das outras duas costureiras, ela escolheu essa profissão, porque gostava, tinha outra opção de trabalho, mas não quis, preferiu investir em suas habilidades manuais. “Menina, meus pais queriam que eu fosse professora! Arrumaram uma sala de aula pra mim, dei aula bastante tempo, mas nunca deixei de costurar e cortar cabelo. Daí, quando já tinha um número bom de clientes, eu parei com a aula e fui ser o que eu queria. E não me arrependo” (Umbelina, 2024, informação verbal).

Na região de Ivaiporã, a costura aparece, por meio das falas das depoentes, como algo que aprenderam fazer vendo outras mulheres fazendo (mães, avós, vizinhas) ou por meio de cursos que pagavam para aprender com o intuito de adquirir uma profissão, não sendo exclusivamente uma prática das moças da elite. Boa parte das mulheres que viviam no campo e trabalhavam na roça com os maridos, ou apenas cuidavam da casa e dos filhos, sabia costurar, e muitas costuravam “para fora”, como costumam dizer, para ganhar dinheiro e complementar a renda familiar.

Ao ouvir as costureiras, percebe-se que havia uma rede de transmissão de conhecimentos. Maria Aparecida relatou que sua referência foi uma costureira da cidade, que lhe ensinou muitas técnicas de costura. Depois, fez curso com outra costureira também da cidade. Já Rosalina, em seu relato, afirmou que, quando se mudou para a região, foi morar na zona rural e lá só costurava para a família, porém, quando veio para a cidade de Lidianópolis, tornou-se vizinha de uma costureira, que começou a passar clientes para ela, colocando-a no mundo da costura como profissional. “Eu costurava só para a família, mas quando vim para a cidade, aqui na rua morava uma costureira chamada Leone e ela descobriu que eu costurava e começou a me indicar para as clientes, pois ela não dava conta e eu fui fazendo a minha clientela

e virei costureira de verdade" (Rosalina, 2023, informação verbal).

Umbelina foi professora de corte e costura e afirmou que ensinou muita mulher a costurar nessa região. Essa afirmativa é comprovada pela costureira Silvana, a qual foi sua pupila e reconheceu seu trabalho como um dos melhores que já viu. "A Umbelina era uma costureira de mão cheia. Eu aprendi a costurar com a minha mãe, mas a técnica, quem me ensinou foi ela. Mas ela era muito boa, fazia cada peça linda!" (Silvana, 2023, informação verbal).

A costureira, considerada por tantas como uma grande professora de costura, relata que seu método para ensinar as mulheres a costurarem era simples, utilizando a fita métrica, a régua de madeira, o papel para fazer o molde e o capricho na costura.

> **Umbelina**: *Eu não gostava de usar esses moldes comprados não, eu gostava da minha fita métrica, da minha régua de madeira e do papel, né?, para riscar o molde. E ensinei assim também, mas eu tinha uma bolsa de corte e costura, que depois eu comprei, mas não gostava muito de usar não* (2024, informação verbal).

Assim como os saberes da culinária, que também foram uma prática utilizada na obtenção de renda feminina, a confeitaria, principalmente, foi muito utilizada na região, uma vez que, em todas as festas de batizado, casamento ou aniversário, costumava-se servir bolos e docinhos. Cozinhar, segundo Amon e Menasche (2008), é um ato de convivência social. Pela comida, constroem-se laços afetivos e se produzem memórias. "A relação que estabelecemos entre comida e memória está fundamentada na ideia de que se a comida tem uma dimensão comunicativa, como a fala, ela pode contar histórias" (Amon; Menasche, 2008, p. 15).

Essa realidade está presente na cultura das mulheres mais velhas da região de Ivaiporã (mães, avós), que estabelecem uma forte conexão afetiva com as pessoas de seu convívio por meio de suas receitas. Essa relação com a comida fez com que algumas mulheres se destacassem em suas habilidades de cozinhar e se tornassem profissionais na área, mesmo sem estudo ou curso específico para exercer tal função.

Esse é o caso de Jacira, que, desde a década de 1980, teve na produção de bolos e quitutes uma profissão, pois aprendeu a utilizar seus dotes culinários para ganhar dinheiro, fazendo bolos e doces para vender (Figura 3). "Eu cozinhava muito bem, sabia fazer bolos muito gostosos e vi que as pessoas compravam. Iam lá em casa encomendar. Daí comecei a fazer e com o tempo, fui aprimorando meu conhecimento e fui ficando cada vez melhor no que fazia" (Jacira, 2023, informação verbal).

Figura 3 – Bolos e doces fabricados pela confeiteira Jacira.

Fonte: Facebook Jacira Oliveira.

Jacira é uma das quituteiras mais renomadas de Jardim Alegre e região. Seu trabalho é acima de tudo uma arte, uma produção que envolve sabores, sentimentos e beleza. Com o passar do tempo, foi se aperfeiçoando e acabou por desenvolver novas habilidades e passou a investir no bolo-fantasia (Figura 4). Um bolo confeccionado com isopor, onde se faz todo tipo de arte desejada para expor para fotos. Essa arte é muito utilizada em casamentos, devido à beleza do produto e para facilitar na hora de servir o bolo comestível que já fica previamente cortado e preparado para ser servido. “O povo agora gosta do bolo-fantasia, você faz um bolo bem bonito de isopor e coloca na mesa para as fotos. Fica lindo, não tem perigo de quebrar, derreter, e o bolo comestível você pode deixar preparadinho já, só esperando para servir, facilita muito e fica bonito” (Jacira, 2023, informação verbal).

Figura 4 – Bolos-fantasia fabricados pela confeiteira Jacira.

Fonte: Facebook Jacira Oliveira.

A sutileza e a perfeição do trabalho demonstram que não é apenas uma atividade de fabricar bolos, sejam eles comestíveis, sejam fantasia, mas uma arte de produzir algo para o outro, de construir sentimentos, o que exige uma capacidade imensurável de criar, imaginar, fantasiar, levar para outro universo. É preciso uso da inteligência para desenvolver tais habilidades com precisão. Certeau (2013), ao discorrer sobre a arte de cozinhar, apresenta a culinária como uma atividade que exige um conjunto de saberes, como criatividade, astúcia e acima de tudo inteligência para fazer aquilo que é tido como comum, o que não demanda apenas técnica, mas sensibilidade: "(...) entrar na cozinha, manejar coisas comuns é pôr a inteligência a funcionar, uma inteligência sutil, cheia de nuanças, de descobertas iminentes, uma inteligência leve e viva que se revela sem se dar a ver, em suma, uma inteligência bem comum" (Certeau, 2013, p. 220).

Jacira falou da confeitaria com muito carinho e asseverou que a culinária faz parte da mulher que ela se tornou. Contou que fazer seus bolos e quitutes para vender possibilitou que seus filhos estudassem; além disso, afirmou que criou laços de amizade fortíssimos com essa profissão também. Em Santos (2005), essas teias de amizades construídas por meio da alimentação fazem parte da memória degustativa, que cria uma relação afetiva entre quem fabrica o alimento e quem dele se alimenta.

> Os hábitos e práticas alimentares de grupos sociais, práticas estas distantes ou recentes que podem vir a constituírem-se em tradições culinárias, fazem, muitas vezes, com que o indivíduo se considere inserido num contexto sociocultural que lhe outorga uma identidade, reafirmada pela memória gustativa (Santos, 2005, p. 15).

Para Umbelina, a sua vida esteve sempre entrelaçada à vida das mulheres que frequentavam sua casa, seja para comprar bolos, seja para fazer roupas ou cortar cabelos. Seus laços de amizade eram, em sua maioria, com as clientes, pois, sempre que se encontravam, partilhavam suas dores, seus sentimentos, suas conquistas. Para ela, as atividades manuais e a culinária foram muito mais do que uma profissão, foram uma construção de relações sociais.

> **Umbelina:** *Significava muito mais do que só um trabalho, foi parte da minha vida. As minhas clientes eram minhas amigas, quantas vezes choravam e contavam seus problemas; quantas vezes eu contava meus problemas para elas, que me ouviam e me aconselhavam. Eu as recebia na minha casa, junto com minha família, eu não tinha um ateliê, eu tinha uma edícula no fundo da minha casa que transformei no meu local de trabalho, mas era ali, junto com meus filhos. Na gravidez das minhas filhas gêmeas, eu sofri muito, foi uma gravidez de risco, tive que parar de trabalhar e fazer muito repouso, mas elas continuaram indo na minha casa para me ver, porque não eram só minhas clientes, eram minhas amigas* (2024, informação verbal).

Em suma, a cozinha foi um espaço de produção econômica para muitas mulheres da região. Em cidades pequenas, havia poucos recursos para as mulheres buscarem sua independência financeira. Estudar e conseguir um diploma exigia sair de suas cidades, e isso

não era uma realidade permitida para a maioria delas; logo, a comida passou a ser um meio possível de produzir renda sem o controle dos homens. Essas atividades, segundo Jacira, davam para as mulheres a liberdade, porque elas não ficavam dependendo dos maridos para comprar uma roupa para os filhos, um alimento diferente para a casa, ou algo novo para elas.

> **Jacira:** *No meu caso, a confeitaria chegou por uma necessidade. Eu estava precisando de trabalho... eu tinha um filho pra criar e ninguém por mim. Daí apareceu a oportunidade de trabalhar na padaria que também era uma confeitaria e eu encarei. Depois que comecei a trabalhar lá eu vi que tinha jeito para o negócio, sabe? Eu comecei a querer fazer uns bolos diferentes e isso começou a chamar a atenção dos clientes e logo meu patrão resolveu pagar curso de confeitaria para eu fazer porque ele viu que isso dava dinheiro para o estabelecimento dele. Daí não parei mais. Fui para minha casa e criei meus filhos fazendo isso. Mas eu vi também, nesses anos que trabalho com isso, muita mulher começar a cozinhar para ter independência do marido, que era responsável pelo sustento da família, mas elas queriam ter o dinheiro delas para não ficar pedindo tudo, sabe? Daí o que elas sabiam fazer? Era isso, né? Toda mulher sabia cozinhar e muitas sabiam costurar, então aproveitaram o que sabiam e foram pelo menos ter o próprio dinheiro, já que estudar pra ter outra profissão o marido não deixava mesmo* (2023, informação verbal).

Essas profissões foram muito importantes para a formação de outras mulheres. Rosalina, como costureira, conseguiu criar seus filhos e possibilitar estudo à filha Iracilda, que fez faculdade de Matemática e tornou-se professora e bancária, sendo uma das fontes orais desta pesquisa. Rosalina e Iracilda representam duas gerações de mulheres que demonstram a importância das atividades domésticas como fonte de renda. O trabalho delas abriu caminhos para que outras mulheres, formadas em uma educação menos rigorosa, buscassem a formação intelectual e conquistassem o tão sonhado diploma profissional. Dessa forma, conseguiram atuar no mercado de trabalho em profissões que, até então, não eram destinadas a elas. Aprender a costurar era uma tarefa comum entre as mulheres das décadas de 1960 e 1970, pois os pais tinham isso como uma necessidade e incentivavam as filhas a aprenderem a arte de fabricar roupas, tanto para as necessidades domésticas quanto para obter renda. Maria Aparecida afirma que a tradição de costura era algo presente na vida das moças com quem ela convivia na região, tanto que, ao se casarem, levavam a máquina de costura no enxoval.

> **Maria Aparecida:** *Naquela época, quase todas as moças aprendiam a costurar, as que eu convivia pelo menos, quase todas sabiam pelo menos o básico. E os pais compravam a máquina de costura para elas levarem quando se casassem. Era uma peça do enxoval. O pai deu uma máquina para cada uma, a Raulina tinha a dela, a Luzia tem a dela até hoje, mas só eu que tive vontade de aprender de verdade e costurar pra fora. As outras não se interessaram não. Eu tenho a minha máquina ali até hoje, comprei outra, mas não desfiz dela não* (2023, informação verbal).

Maria Aparecida relatou que sempre trabalhou ao lado dos pais, seja na lida da roça, seja nas atividades domésticas, ou cuidando deles na vida idosa. Rosalina demonstrou em seus relatos que, apesar de passar o dia todo costurando e ter muito pouco tempo para outras

atividades, os cuidados com os filhos e com a casa eram sempre responsabilidades dela. Mesmo quando precisava pagar alguém para ajudá-la nas atividades domésticas, o controle sobre a organização da casa era ela quem fazia, pois entendia que isso era de sua responsabilidade.

A costura era a profissão mais exercida, porque as mulheres podiam trabalhar em suas casas, não precisavam sair do ambiente doméstico. Rosalina, hoje com 80 anos de idade, não pratica mais o ofício da costura, mas afirmou que, se fosse preciso fazer, ainda faria, porém não enxerga muito bem e decidiu parar. Ela ainda apresenta, por meio de fotografias, alguns de seus trabalhos realizados ao longo da vida, como peças de roupas que confeccionou para filhos, como é o caso de um vestido de noiva que fez nos idos de 1970. Não recorda muito bem, mas, orgulhosa, mostrou a fotografia da noiva com o vestido e contou que a peça fora confeccionada com um tecido chamado "casca de alho", muito delicado, fino, porém não transparente, com alguns detalhes brilhantes, que, segundo a costureira, fazia toda a diferença na peça (Figura 5).

Ecléa Bosi (2023) afirma que as memórias fazem parte de uma infinidade de sentimentos, fatos e recordações que não podem ser traduzidos em sua totalidade, sendo possível apenas registrar alguns momentos que passaram a fazer parte da seletiva memória de quem relata, em razão da importância que fez ou ainda faz na vida de quem recorda. "[...] a memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento" (Bosi, 2023, p. 41).

Essa é uma afirmação comprovada por Rosalina, pois, ao falar do vestido de noiva que confeccionou, seus olhos brilharam. Ao olhar para a fotografia à sua frente, já amarelada pelo tempo, foi perceptível, no olhar saudoso e no sorriso tímido, o orgulho de quem foi capaz de produzir uma obra de arte, como ela mesma afirmou: "costurar é uma obra de arte, porque a gente cria, a gente inventa e o resultado disso é muito gratificante" (Rosalina, 2023, informação verbal). Com o retrato da noiva em suas mãos, Rosalina o observou, e seu olhar pareceu perdido no tempo. Tantas coisas ficaram nas entrelinhas sem serem ditas. É essencial valorizar não apenas o que é dito, mas também os silêncios e as informações reprimidas. É nesses detalhes que se revelam as vozes ocultas, dando voz a quem está à margem do poder. A história dessas pessoas, muitas vezes, não é registrada por aqueles que controlam a informação, o que torna ainda mais importante resgatá-la. A questão dos silêncios (e daquilo que é ocultado) é discutida pela historiografia oral, e, dentre os autores que se dispõem a fazer uma análise sobre as falas ocultadas e os silêncios, destacamos Thompson, o qual diz que

> de fato, todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados – proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc. Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos (Thompson, 2002, p.

16-17).

Sendo assim, o entrevistador deve ter um olhar atento, saber ler o corpo de quem é entrevistado, pois o corpo fala e oferece informações muitas vezes camufladas, conscientemente ou não, por quem relata os fatos, e isso faz parte de um sistema de linguagem utilizado pela História Oral para encontrar sentido nas narrativas dos entrevistados. Nesse sentido, Alberti (2018) coloca que:

> Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma o que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com um determinado sentido. Esse "trabalho de linguagem" vem sendo estudado por diversos autores do campo da Teoria da literatura, que tomam como objeto de análise narrativas literárias e não literárias, inclusive narrativas orais (Alberti, 2018, p. 71).

São realidades presentes quando Rosalina olha a foto do vestido de noiva, depois deixa transparecer um passado que a marcou muito mais do que foi relatado, fato muito importante para sua firmação como mulher, como profissional e, como ela mesmo deixa transparecer, como artista. Rosalina brincou com a fotografia nas mãos, olhou o vestido por ela confeccionado e disse: "eu costurava bem e era muito criativa também, gostava de fazer roupas diferentes. Esse vestido eu fiz com muito carinho para minha cunhada. Eu poderia ter sido estilista se a vida tivesse me dado oportunidade (risos)" (Rosalina, 2023, informação verbal).

Essa fala de Rosalina diz muito daquilo que foi silenciado em sua vida. Demonstra que a costureira, em sua juventude, poderia ter tido o sonho de ser estilista, mas, em decorrência de toda sua formação e suas condições na época, não deixou isso transparecer para as pessoas que conviviam com ela. Quando a costureira olha para o passado, deixa as emoções falarem por ela e externaliza aquilo que durante sua vida toda ocultou. Essa é uma das grandezas da História Oral: oferecer ao entrevistado a oportunidade de externalizar sentimentos; ao entrevistador, a possibilidade de analisá-los para ter uma compreensão dos fatos ocorridos no passado.

Figura 5 – Vestido de noiva confeccionado por Rosalina na década de 1970.

Fonte: cedida por Rosalina Pope Bernardelli.

É muito comum, entre as costureiras, sentir orgulho pelas peças que confeccionaram, porém quando falam que fizeram vestido de noiva, elas não escondem a satisfação. Umbelina, assim como Rosalina, não foi modesta em dizer que era boa costureira e que seu trabalho era uma arte; outrossim, quando disse que fez um vestido de noiva para uma pessoa da família se casar, ficou emocionada. Foi perceptível o brilho nos olhos, e isso demonstra o quanto o casamento era algo importante na vida dessas mulheres.

Outro exemplo de prazer com a costura, aliado à autonomia financeira, encontra-se no depoimento de Silvana, costureira profissional desde a década de 1990, com um ateliê de costura paralelo à sua casa. Ela relatou que costura desde menina, tendo as primeiras experiências com a máquina de costura de pedal pertencente a sua mãe, que também era costureira. Salientou que foi nessa máquina que aprendeu a costurar, olhando sua mãe fazer. Depois aprendeu a técnica com a costureira Umbelina, que já tinha mais conhecimento sobre costura e ofereceu um curso já sistematizado com moldes adquiridos pela bolsa de corte e costura.

Sobre o método, ela não recorda, apenas reforça que os moldes eram vendidos pela própria costureira que ofertava o curso e que essa técnica facilitava a costura, tornava tudo mais prático. Apesar de ter o molde (Figura 6), Silvana afirma que aprendeu muito usando a fita e

tirando medida por outras peças de roupas, pois essa era uma técnica muito valorizada por sua mãe e por sua professora costureira. “A minha mãe só fazia roupa medindo pela fita métrica e medindo no tecido. A Umbelina utilizava os moldes da bolsa de corte e costura para dar aula, mas fazia a gente aprender também com a fita métrica, dizia que costureira de verdade fazia o próprio molde” (Silvana, 2023, informação verbal).

Figura 6 – Molde para confecção de peças de roupas e régua de cava de madeira.

Fonte: Silvana Maria da Silva Pracidelli (acervo: Vania Inácio Costa Gomes).

Diferentemente de Rosalina, Silvana não se reconhece como dona de casa, pois a costura é sua profissão. Costureira profissional há 22 anos, é uma das profissionais do ramo mais reconhecidas da região, tendo em vista que faz todo tipo de costura: peças individuais, encomendadas por clientes que trazem o modelo; peças criadas por ela; e uniformes escolares encomendados pelas escolas da região. Seu método de costura, apesar de ter os moldes, está mais voltado para o que aprendeu durante a vida. Gosta de tirar as medidas por outras peças de roupas e tem muita facilidade em copiar modelos, seja por outros modelos levados por clientes, seja por modelos tirados da internet, uma ferramenta que ela diz ser muito útil, visto que vive buscando modelos novos para apresentar às clientes.

Silvana é uma costureira que acompanhou a evolução nas tendências de moda. Observa as inovações e procura sempre se inserir nas novas tendências. Costura com muita habilidade e, segundo ela, é muito exigente, não gosta de costura malfeita. Ela ri ao pegar uma

peça de roupa, dizendo que logo se vê procurando os defeitos. Orgulha-se de dizer que faz qualquer tipo de roupa, desde as mais simples até as muito sofisticadas. Costura para todos os tipos de público, feminino, masculino, adultos e crianças, mas gosta de criar suas próprias peças. A costureira relatou que já fez vestidos de noivas, fantasias para festas e gosta muito de fazer roupas para festas juninas. Orgulhosa, muito emocionada, apresenta o vestido de noiva que confeccionou para a própria filha, como verdadeira obra de arte (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Vestido de noiva e vestido de daminha da noiva confeccionados por Silvana M. da S. Pracidelli para o casamento da filha.

Fonte: Silvana Maria da Silva Pracidelli (acervo: Vania Inácio Costa Gomes).

Figura 8 – Parte do vestido de noiva e porta-alianças confeccionados por Silvana Maria da Silva Pracidelli para o casamento da filha.

Fonte: Silvana Maria da Silva Pracidelli (acervo: Vania Inácio Costa Gomes).

Com Silvana, também estão presentes as memórias afetivas citadas por Thompson

(2002), Alberti (2018) e Bosi (2023). É fácil perceber o quanto suas memórias com a costura estão totalmente ligadas aos seus laços de amizade, de convivência afetiva, e à sua relação com a cidade em que vive.

> **Silvana:** *eu fico emocionada quando olho essas peças que fabriquei, porque é o vestido de noiva da minha filha, né? E fui eu quem fiz. E ficou bonito, não ficou? Eu acho que a costura é uma arte sim, porque agora mesmo, nesses meses de junho e julho, as festas juninas estão lotadas de vestidos de quadrilha que eu faço. E eu amo fazer, um mais lindo que o outro. A cidade é pequena, todos se conhecem, tenho clientes aqui que são de anos. Veja você, fiz roupa pra sua mãe, pras suas irmãs, pra você e agora já estou costurando para a sua filha. É muito gostoso. Eu acho que se fosse para trocar eu não trocaria não, continuaria sendo costureira mesmo. Só diminuir um pouco o pique pra cuidar da neta, né?* (2023, informação verbal).

As costureiras das cidades envolvidas na pesquisa não tiveram muita escolarização, pois a maioria apenas (quando muito) terminou a Educação Básica. Todavia, são donas de um conhecimento ímpar, que mudou a forma de muitas outras mulheres se vestirem. Elas criaram tendências, inventaram novas opções de vestimentas e abriram um caminho para que outras mulheres percorressem, em busca não apenas do mercado de trabalho, mas de independência enquanto cidadãs.

Assim como a culinária e a costura, o artesanato também fez parte do cenário regional. Desde a década de 1950 até os dias atuais, a prática de produção manual é uma constante. Muitas mulheres sobreviveram e ainda sobrevivem da confecção de bordados, pinturas e principalmente crochê. Maria Cardoso, que atua como artesã profissional desde a década de 1990, afirmou que foi com a produção de bordados e tapetes que conseguiu criar as duas filhas, atividade que continua até hoje provendo seu sustento.

> **Maria Cardoso:** *Dizem que o artesanato não dá dinheiro, mas dá sim. Eu criei as minhas filhas fazendo crochê e bordando. Tinha uma lojinha em Jardim Alegre que vendia os meus bordados. Eu levava, ela comprava e revendia. Eu fazia por encomenda também. Cheguei a abrir uma lojinha de artesanato, mas não compensou. As taxas para manter uma empresa é muito alta, não compensa, daí continuei vendendo por encomenda e hoje tenho uma barraquinha na feira da cidade. É bom que divulga e as pessoas além de comprar lá, encomendam também. O artesanato é assim, precisa ter paciência, mas dá para sobreviver dele, sim. Eu não quero outra profissão, não* (2024, informação verbal).

A cabeleireira Marlene, apesar de considerar o salão de beleza como seu campo de profissão, reiterou que sempre teve no artesanato uma fonte paralela de renda, por meio da confecção de peças de tricô, como toucas, cachecol, meias e sapatinhos de bebê.

Ela afirmou que as clientes iam ao salão cuidar dos cabelos, viam as peças expostas e as compravam. Salientou que, durante a pandemia de covid-19, quando precisou fechar o salão e perdeu sua fonte principal de renda, foi o artesanato que ajudou a superar aquela fase difícil, fazendo por encomenda. “Eu não faço nem crochê e nem bordado, mas com a agulha de tricô eu faço de tudo e vendo, viu? É minha segunda fonte de renda. Vendo muita touca e cachecol,

além dos sapatinhos de bebês que sempre me encomendam" (Marlene, 2023, informação verbal).

Maria Cardoso, que tem formação de magistério, afirmou que o artesanato faz parte da cultura da sua família. Ela conta ter começado a vender seus artesanatos por necessidade, mas percebeu que era essa a profissão que queria para a vida. Por isso, desistiu de tentar ser professora, uma atividade que, em sua opinião, não conseguiria desenvolver por não ter muita paciência. "Hoje eu tenho noção do que eu faço e tenho orgulho de dizer que sou artesã. No começo não queria muito não, porque não sabia que isso poderia ser uma profissão, mas hoje, não troco por outra" (Maria Cardoso, 2024, informação verbal).

Atualmente, a professora Idalina está aposentada e tem uma pequena fábrica de tapetes. Ela afirmou que gosta muito da costura e distanciou-se do artesanato, porém ainda faz peças de crochê tanto para sua casa como para encomendas de algumas clientes. Afirmou também que, apesar de não ser divulgado, na região tem muita mulher ganhando dinheiro com essa prática, porque ainda há uma procura muito grande por esse tipo de produto tanto em Lidianópolis como nas cidades vizinhas. "Eu prefiro costura, me reconheço mais nela, mas ainda faço meu crochê, tanto para minha casa como ainda aceito algumas encomendas. Hoje menos, já fiz mais quando os meninos estavam estudando. Mas ainda tem muita mulher ganhando dinheiro com isso na região" (Idalina, 2024, informação verbal).

Para Marlene, as atividades manuais, de beleza e a culinária foram, por muito tempo, o caminho para as mulheres das classes sociais mais pobres conseguirem um trabalho e renda própria, que não fosse controlada pelo marido, assim como muitas mães criaram seus filhos trabalhando nesses ofícios. Reiterou ainda que essas práticas manuais continuam sendo uma importante fonte de renda para as mulheres e que, mesmo no presente, em que os estudos são bem mais acessíveis, isso ainda faz muitas profissionais e promove independência financeira para muitas jovens.

> **Marlene:** *Lá na minha juventude, a costura, o artesanato e as habilidades em cuidar da beleza eram uma oportunidade segura para as mulheres obterem uma fonte de renda própria. Nessa, os homens não interferiam porque não sabiam costurar, não cozinhavam, artesanato então, nem pensar! E cortar cabelo?! A maioria das mulheres só cortava e cuidava de seus cabelos com mulheres, então tinha campo. As moças mais bem-situadas, que tinham dinheiro, iam estudar, mas as pobres, ou viravam donas de casa ou empregadas domésticas. Daí, aquelas que souberam aproveitar o conhecimento dessas atividades, que quase todas as meninas aprendiam, conseguiram ter profissão. E até hoje ainda é assim* (2024, informação verbal).

A artesã Maria Cardoso afirmou que as atividades manuais não lhe renderam apenas um emprego, um trabalho, mas também cidadania. Por meio do artesanato, segundo ela relata, passou a ter mais contato com o restante do mundo, por meio de encontros, cursos e feiras que

participou e participa pelos municípios do Vale do Ivaí. Desse modo, conheceu novas pessoas, fez novas amizades, aprendeu coisas novas e se tornou mais segura de sua condição de mulher.

> **Maria Cardoso:** *O artesanato me transformou na mulher que eu sou hoje. Não foi só o dinheiro, mas o fato de me ensinar que eu também tenho direitos, direito de produzir, direito de participar das coisas, falar, dar opiniões, fazer parte de um grupo. Hoje eu vou participar dos eventos que tem na região, vou quase todo ano no Encontro das Artesãs em Apucarana. É maravilhoso! Vou no encontro das feiras que tem em Lunardelli. Se tem curso fora, eu vou; se tem um evento que eu posso participar, eu vou. Não perco! Se o pessoal da prefeitura levar, porque eu ainda não tenho condições de ir sozinha, mas se levarem, eu estou lá apresentando meu produto e conhecendo pessoas e coisas novas. Hoje, eu posso dizer que eu encontrei minha profissão e é isso que eu quero pra mim* (2024, informação verbal).

Muito habilidosa com linhas e agulhas, Maria Cardoso não esconde o desejo de aprender a dirigir para poder ir por conta própria nos eventos que o artesanato promove, além de poder levar o seu trabalho para mais pessoas conhecerem, porque sabe que tem talento no que faz e gosta do seu ofício. “Ah! Eu acho que uma coisa que eu ainda precisava fazer era aprender a dirigir. Quem sabe, né? Para poder eu mesma levar o meu produto e ir participar dos eventos, porque eu gosto e hoje sei que eu tenho mercadoria de qualidade para mostrar” (Maria Cardoso, 2024, informação verbal).

Ao analisar todas essas teias de convivências e habilidades desenvolvidas pelas mulheres na região de Ivaiporã, é impossível não ter um olhar voltado para as atividades ligadas aos cuidados com a imagem e a beleza. A estética é uma área que compõe um elo importante com o universo feminino, pois o mercado da beleza tanto ofereceu como oferece trabalho. Faz parte da cultura da mulher gostar de se arrumar, cuidar da aparência, estar bonita, uma vez que existe inclusive uma cobrança muito grande em torno da beleza e da aparência feminina, chegando até a fazer interferência em algumas áreas de trabalho.

Essa é uma constante na vida das mulheres desde muito tempo. Sant’Anna (2018) afirma que a preocupação com a imagem já se fazia presente entre as mulheres desde o século XIX, quando os produtos de beleza da Europa começaram a circular em cidades como Rio de Janeiro e posteriormente se espalharam para outras cidades brasileiras. “Diversos produtos para a formosura e o asseio eram fabricados domesticamente. Mas já existiam cremes para proporcionar a alvura à cútis, pomadas para disfarçar os cabelos brancos e vários perfumes importados da Europa” (Sant’Anna, 2018, p. 106).

De acordo com Mello e Novais (1998), as transformações no campo da higiene e da beleza foram visíveis a partir da década de 1960, quando chegam a São Paulo e Rio de Janeiro produtos que revolucionaram não somente a forma de cuidar da limpeza da casa, como também dos cuidados com a higiene pessoal e com a beleza. São campos que estão diretamente ligados

à mulher, uma vez que, nesse período, ela estava muito reclusa ao âmbito doméstico e aos cuidados com a casa. Os autores ressaltam a introdução de novos produtos e métodos de beleza que passaram a compor o cotidiano das pessoas, sobretudo o feminino:

> O *rouge* foi sendo preterido pelo *blush*, o pó-de-arroz pelo pó compacto, as máscaras caseiras de beleza, de abacate, de pepino, de camomila etc., pelos modernos cosméticos, pelos cremes de limpeza, que substituíram o leite de rosas e o de colônia, pelos hidratantes, esfoliantes, rejuvenescedores, da Max Factor, Helena Rubinstein, Elizabeth Arden, ou Avon, para as classes populares. Aparece o horrível bob de plástico para enrolar o cabelo: horrível, mas eficiente (Mello; Novais, 1998, p. 568-569).

A realidade da região de Ivaiporã não é diferente, cuidar da beleza, ter a preocupação com o cabelo e com a imagem são uma constante na vida das mulheres e posteriormente dos homens. Nessa dinâmica de cuidar da beleza, o corte de cabelo foi o precursor das atividades na região. Marlene relatou que, aos 20 anos, na década de 1970, foi para Londrina morar com a tia para fazer o curso de cabeleireira pelo Senac, uma vez que era o local mais perto que tinha essa instituição e o curso de corte de cabelo; segundo ela, em Ivaiporã, ninguém ofertava esse curso. Frisou que foi um momento muito difícil, já que, além de morar fora, havia as dificuldades financeiras, tendo em vista que, mesmo o curso sendo gratuito, era preciso comprar o material.

A cabeleireira recordou que o pai mandava o dinheiro pelos Correios ou por outras pessoas quando iam para Londrina, pois não tinham acesso à conta de banco; relata, porém, que era complicado, uma vez que o dinheiro acabava não chegando até ela. “A primeira vez que meu pai mandou o dinheiro, foi pelo correio, porque não tinha conta em banco, né? Mandou pelo correio, a carta chegou lá aberta, e claro que o dinheiro sumiu. Então, era muito difícil. Foi sofrido, mas eu não me arrependo” (Marlene, 2023, informação verbal).

Ainda em Sant’Anna (2018), há a afirmação de que, embora a beleza feminina fosse muito cobrada, principalmente entre as mulheres de classes mais abastadas, a maquiagem era, ainda em meados do século XX, considerada algo contraditório, uma vez que se valorizava muito a beleza natural. Marlene relatou que essa realidade era presente aqui na região até o início da década de 1980, pois cortava muito cabelo, mas não se viam muitos penteados ousados. Poucas mulheres procuravam por cuidados com a maquiagem, então o corte de cabelo era o que dava emprego nessa área.

A cabeleireira Umbelina, que já chegou na região sabendo cortar cabelos, ofício aprendido por meio de curso profissionalizante em Santa Catarina, relatou que, além de cortar cabelo, as mulheres faziam muito permanente, processo no qual os cabelos eram enrolados e tratados com uma solução química, deixando-os bem firmes por um período mais longo.

A cabeleireira afirma que as mulheres enrolavam muito os cabelos e faziam penteados apenas nas datas especiais, como batizados, casamentos e festas de formatura. “Além de cortar cabelo, eu fiz muito permanente, você sabe o que é. Era um modo de enrolar os cabelos. Era moda na região na época... todas queriam... ficava muito bonito. Penteados só nas festas e nas formaturas, mas no dia a dia, o mais comum era o corte e o permanente” (Umbelina, 2024, informação verbal).

“A beleza está no centro de inumeráveis diálogos e discursos no alvorecer da modernidade” (Vigarello, 2006, p. 14). O autor aqui discorre de uma modernidade vivenciada por volta dos séculos XV e XVI, porém deixa transparecer que, já naquela época, a beleza e a imagem eram preocupações da sociedade que estava se modernizando. Séculos se passaram e essas questões continuaram a fazer parte das inovações do mundo. Sant’Anna (2018) afirma que a moda parisiense chegou ao Rio de Janeiro no século XIX e foi marcada pela procura de produtos que fizessem da mulher uma figura mais apresentável e bela. Essa é a referência historiográfica a dois momentos cruciais da história, nos quais a humanidade se transforma e se moderniza. Neles, a imagem e a beleza são tratadas como fatores importantes nas mudanças sociais. No segundo período (século XIX), Sant’Anna (2018) deixa claro que essa preocupação com a beleza atingiu principalmente a mulher, que passou a buscar mais produtos para realçar a beleza. Esse recorte demonstra que, em diferentes períodos da história, os cuidados com a beleza fizeram parte da vida da mulher. No que diz respeito à região da pesquisa, durante a segunda metade do século XX até os dias atuais, isso foi convertido em possibilidades profissionais, independência financeira e conquista de cidadania para (e por) muitas mulheres.

Essa realidade chega à região de Ivaiporã nas décadas de 1960, mas foi apenas no início da década de 1980 que houve aumento da procura por procedimentos de beleza, pois as mulheres, nesse período, passaram a trabalhar mais fora de casa e ter o próprio dinheiro. “Depois, as mulheres começaram a sair mais, porque muitas mulheres começaram a trabalhar e daí precisavam se arrumar mais, porque, uma coisa era trabalhar em casa, outra era trabalhar numa loja, secretária de um hospital ou num banco, né? Mas isso já nos anos 80” (Marlene, 2023, informação verbal). Isso demonstra que, no final do século XX, não foi o caso de as mulheres se preocuparem mais com a beleza, mas de passarem a ter mais condições para o autocuidado, após serem inseridas no mercado de trabalho.

Nos relatos de Marlene, nos anos de 1970 e 1980, observa-se que era possível ganhar muito dinheiro com corte de cabelo, pois havia pouca concorrência; não obstante, o mercado estava restrito ao corte e ao permanente. Não havia tantos penteados como os que movimentam os salões de beleza na atualidade, uma vez que muitas ainda viviam na zona rural e não era

comum cuidar da aparência, pois saíam pouco de casa. Ademais, naquela época, mulher produzida demais não era bem aceita na sociedade. “As mulheres só cortavam e faziam permanente, boa parte delas viviam no sítio, pouco saíam, não tinham necessidade de se cuidar tanto. Além disso, muitos maridos não deixavam as mulheres mexer demais nos cabelos, porque mulher produzida demais ficava malfalada” (Marlene, 2023, informação verbal).

O relato de Marlene é confirmado por Umbelina. A cabeleireira disse que o maior problema eram os maridos em relação a deixar as mulheres cortarem o cabelo com um corte diferente, ou fazer algo que mudasse a aparência. Relatou que ela própria tinha problema com o marido, pois não a deixava cortar o cabelo.

> **Umbelina:** *Eu cortava cabelo só bem curtinho, sabe? E o Nelson, primeiro ele não deixava cortar... eu tinha o cabelo bem comprido, até aqui (*mostra o meio das costas*). Daí, um dia eu vim aqui (Brusque) e eles falaram: Umbelina, você está muito magra e com esse cabelo então, não tá bom. Daí eu falei: Nelson, vamos lá embaixo comigo então, pra eu cortar? Ele foi, mas ele não deu uma palavra daqui lá, sabe? Porque ele não queria que eu cortasse. Depois, quando nós voltamos, ele ficou um pouco pra trás assim e falou: Coruja! Você tá achando que você está muito bonita com esse cabelo, assim, curto? Daí eu falei: Não, mas vai ser melhor assim pra mim lavar e pra cuidar das crianças, né? E aí, nunca mais deixei crescer. Mas daí, quando a gente vinha pra cá, ele já falava: vamos lá pra cortar esse cabelo, tá? Fica arrumada que nós vamos lá cortar esse cabelo* (2024, informação verbal).

O relato da entrevistada evidencia o controle que o marido exercia sobre sua vida e seu corpo, sendo importante para analisar a relação de domínio que as mulheres viviam no casamento. O cuidado com a beleza só era permitido se fosse para agradar ao marido, sem considerar a necessidade da mulher em se sentir bem e feliz com sua imagem.

Marlene, com cerca de 40 anos de carreira como cabeleireira, ressaltou que sua maior habilidade é o corte de cabelo. Ao longo dos anos, ela se especializou na técnica, conquistando uma clientela fiel e atraindo novas clientes. No entanto, ela afirma que o mercado tem um forte preconceito contra a pessoa idosa. Hoje, depois dos 60 anos, ela sente que muitas clientes preferem profissionais mais jovens, movidas mais pela aparência juvenil do que pela experiência, mesmo que a cabeleireira mais nova seja menos experiente.

Embora tenha certa precaução com as mudanças que o mercado da beleza vem apresentando, Marlene não apresenta resistência em aderir a novos cortes, novos métodos, mas afirmou que cortar cabelo não é apenas uma técnica que se aprende em um curso, é uma arte. O profissional precisa conhecer a pessoa, observar seu corpo e seu rosto para poder ajudar a decidir o melhor corte, o que mais vai chamar a atenção e o que a deixa mais bonita. “É preciso saber olhar para a cliente e perceber o que vai deixar ela mais bonita, mais jovem, e a cabeleireira tem que saber dar opinião. A decisão é da pessoa, mas a cabeleireira precisa ajudar a decidir. Essa profissão é uma arte, não pode ser apenas técnica” (Marlene, 2023, informação

verbal)

Essas mulheres protagonizaram um momento importante da história da região. Suas conquistas foram importantes instrumentos para a transformação cultural das cidades em que viviam ou ainda vivem e ajudaram outras mulheres a conquistarem carreiras e autonomia profissional e financeira. Elas transitaram entre os modelos rígidos e os modelos flexíveis de educação apresentados por Pinsky (2018). Trouxeram para essas pequenas cidades do interior do Paraná a resiliência feminina para buscar, por meio do trabalho, do estudo, da atuação nos movimentos locais e regionais, o espaço de igualdade que muitas hoje ocupam. Ademais, deram condições para que tantas outras lutas fossem inseridas na região, o que colocou a mulher na esfera de novas concepções que a modernidade passou a oferecer, tanto para aquelas que viviam no meio urbano quanto para as do meio rural.

Por meio dos relatos dessas mulheres, foi possível entender o movimento de construção da cidadania feminina, bem como reconhecer a ocupação dos diferentes setores do mercado de trabalho realizada por elas no decorrer da segunda metade do século XX. Juntamente a elas, vieram outras, que buscaram, de maneiras diversas, a liberdade por meio da autonomia financeira. Muitas outras habilidades femininas passaram a compor o mundo do trabalho na região de Ivaiporã, e, aos poucos, as mulheres superaram o modelo de educação feminina com formação para os afazeres domésticos apresentados por Tedeschi (2009) e passaram a ocupar o espaço de igualdade no mundo do trabalho, mesmo que muitas vezes de forma inferiorizada, ou enfrentando cotidianamente muitos desafios para garantirem a presença no espaço público ao lado dos homens.

Ao analisar as fontes orais que se dispuseram a contribuir nesta pesquisa, percebe-se que, para a primeira e segunda gerações de mulheres, os desafios para conquistar a cidadania e a independência financeira foram muito grandes, sobretudo para aquelas que atuaram entre 1950 até meados de 1970, pois a educação e a cultura sustentavam o machismo e o controle social por parte dos homens, garantindo-lhes o direito sobre elas. Nos depoimentos dessas mulheres, é possível perceber que um enfrentamento direto delas com essas imposições culturais, legais e sociais da época, a fim de terem o direito de gerir a própria vida, não era algo que elas tinham condições de fazer, devido à força do patriarcalismo na região. Porém, elas utilizaram-se tão bem das táticas e das astúcias apresentadas por Michel de Certeau em sua obra *A invenção do Cotidiano*, obra essa que possivelmente elas não leram, mas que a vida as ensinou a praticar.

Dessa forma, observam-se as táticas presentes para driblar o poder masculino. Começam a trabalhar em casa, fazendo comida para vender, artesanato, corte de cabelo,

costuras por encomenda e assim vão conquistando o acesso ao dinheiro. Isso foi uma conquista, porque, mesmo trabalhando muito, as mulheres não tinham renda tampouco o controle do dinheiro produzido em família. As atividades manuais foram dando a elas o poder de ter sob seu controle o dinheiro para comprar para si e para os filhos diferentes tipos de utensílios, que, para o marido ou para os pais, não eram necessários ou importantes.

Em seguida, a independência financeira trouxe a liberdade para tomar decisões, pois mesmo que de forma controlada, isso foi acontecendo. Elas não podiam sair do espaço doméstico, então usaram como tática trazer o espaço público para dentro de suas casas. E isso não foi considerado um problema para os homens, pois elas não saíam de casa, não deixavam de responder por suas obrigações domésticas e ainda contribuíam para o orçamento familiar.

Por fim, com uso de astúcias e táticas cuidadosas, essas mulheres foram mudando o futuro de outras mulheres, oferecendo estudo às filhas e garantindo a saída delas da clausura doméstica em direção ao domínio do espaço público. Essa atitude não foi uma jornada romântica, pois o processo foi doloroso, o que é perceptível nos olhos e na fala de cada uma delas. Gerar renda com suas habilidades manuais foi a forma que encontraram para superar o machismo e derrubar as barreiras que a cultura do patriarcado havia imposto sobre elas. Essas mulheres transformaram não apenas a própria realidade, mas também, e sobretudo, o futuro das mulheres que elas estavam educando.

2.4 Mas se as flores acariciaram, os espinhos machucaram

A História Oral é um desafio, uma vez que conta com as falas, com os esquecimentos, que é natural da memória, e com os silêncios (tão importantes quanto aquilo que é verbalizado). Ao realizar uma entrevista, o entrevistador precisa estar atento a todos os detalhes: o olhar, o movimento do corpo, o movimento das mãos, o sorriso e peso da fala, porque as narrativas, conforme visto, são selecionadas, consciente ou inconscientemente. As pessoas, ao contarem suas histórias de vida, selecionam o que vão falar e o que vão ocultar, em um processo de proteção.

Outra situação presente nos relatos é a construção de narrativas bonitas, que valorizam a história de vida de quem está relatando, que mostra a pessoa como vencedora, como alguém forte e com uma bela trajetória para mostrar. As dores, as coisas ruins, essas não são reveladas, ou se o fazem, é de forma cautelosa, em uma busca de preservação.

Nas falas das mulheres entrevistadas, foi comum ouvir narrativas muito positivas de suas vidas e de seus feitos, porém, conforme a conversa se aprofundava e a entrevistada adquiria

intimidade e confiança na entrevistadora, as experiências dolorosas começaram a vir à tona, em um infinito de relatos de violência (verbais, físicas, sexuais ou morais), muitas, inclusive, justificadas e naturalizadas pelas próprias entrevistadas. Os obstáculos foram se revelando, e a realidade se mostrou de uma forma bem menos romântica do que se intencionava demonstrar no início de suas falas. Algumas, inclusive, relatam situações de suas vidas como um desabafo, mas pedem para não serem publicadas, pois é muito pessoal, muito íntimo. Era apenas um desabafo.

Essas situações de submissão, opressão, discriminação e violência não são exclusivas de uma classe social específica. As entrevistadas comprovam que, independentemente do grau de escolaridade, do nível de independência financeira ou da condição social, todas estão sujeitas, e poucas conseguem lidar com a situação de forma a se impor e mudar a realidade.

Para mim, pesquisadora, cabe a responsabilidade de captar os detalhes omitidos, não para expor situações que preferem manter ocultas, mas sim compreender a força que esses silêncios exercem sobre a história desses sujeitos. Ao analisar os fatos, o objetivo é compreender o jogo de poder que, muitas vezes, esconde as adversidades presentes na sociedade.

Os relatos demonstram que as trajetórias dessas mulheres estiveram permeadas de sofrimentos, que não foram encarados com "coitadismo" por elas, mas com muita força para superação. Muitas dessas mulheres foram educadas em uma cultura conservadora, em que a mulher é a responsável pelo bem-estar da família e incumbida de manter a boa convivência familiar. Elas enfrentaram problemas como violência física e verbal, adultério por parte dos companheiros, dificuldades financeiras, educação dos filhos como responsabilidade exclusiva da mãe, desafios no trabalho por serem mulheres e preconceitos raciais. Além disso, há tantas outras mazelas que ao longo de suas vidas tiveram que aprender a conduzir de maneira que pudessem sobreviver e se impor como sujeitos de uma sociedade capitalista e patriarcal.

De acordo com a autora Mariza Barros Ribeiro da Vitória (2010, p. 13), "a violência pode ser considerada como uma força prejudicial física ou psicológica aplicada contra uma pessoa". No caso das mulheres, essa força é sustentada pela cultura do patriarcado que, embora tenha sido contestada ao longo do século XX, com muitos avanços nas conquistas de direitos pela categoria feminina, ainda exerce uma influência forte sobre a conduta diária das pessoas, independentemente de seu gênero.

Essa é uma realidade perceptível nas entrevistas, pois com a maioria das mulheres depoentes, sobretudo as mais velhas, há uma tendência de justificar a ação dos homens que colocam a mulher em uma condição de inferioridade. Elas não aceitam a desigualdade e

inclusive afirmam que se impuseram a ela; por outro lado, justificam de alguma forma os abusos cometidos por seus pais e companheiros, enquanto executores do direito e responsáveis por suas vidas.

Umbelina, que atuou na região nas décadas de 1970 e 1980, demonstrou tristeza ao relatar a infidelidade do marido durante toda a sua vida; a despeito disso, a todo momento tem a preocupação de ressaltar que ele tinha esse "defeito" que era comum entre os homens. Embora tentasse naturalizar sua fala, é perceptível o quanto essa situação marcou sua vida, uma vez que os olhos ficavam sempre marejados quando abordava a situação. "Ele era um homem muito bom pra mim, eu não posso reclamar porque nunca faltou nada em casa e ele nunca me bateu, mas tinha esse defeito, sabe... de pular a cerca, e isso nunca mudou. Foi assim até morrer, mas os homens eram assim" (Umbelina, 2024, informação verbal).

Observa-se, na afirmativa da costureira, que ela aceitava porque isso era normal entre os homens e o importante era o cumprimento de suas obrigações como marido, no sustento da família e não sendo violento. Segundo Del Priore (2014), esse pensamento faz parte dos resquícios de educação destinada às mulheres durante o Regime Imperial, mas que deixou suas raízes na educação das mulheres do século XX, mesmo essas transpondo muitas barreiras. "A mulher devia ao marido 'fidelidade, paciência e obediência'. Os maridos deviam às mulheres e aos filhos assistência alimentar e respeito" (Del Priore, 2014, p. 26).

Jacira Oliveira conta, com muita dificuldade, que ainda menina, no final da década de 1970, aos 13 anos, tornou-se companheira de um homem bem mais velho, que controlava sua vida. Entretanto, afirmou, mesmo assim, ser grata a ele por ter lhe dado a oportunidade de ter uma casa e o sustento, além do filho: "Ele era bom, sabe? Eu tinha de tudo que eu quisesse, de roupa, comida, coisas para casa, cuidado com saúde, não me faltava nada, mas eu era uma propriedade dele. E isso me incomodou muito e eu tive que fugir para ser livre" (Jacira, 2023, informação verbal).

O depoimento de Jacira é permeado de muita dor, os olhos sempre angustiados, as mãos sempre retorcidas, voz muitas vezes embargada, o que demonstra um sofrimento ao falar de sua vida, que não foi um conto de fadas, mas ela não externalizou isso em palavras, estava implícito em sua fala. Ao falar sobre a traição de seu segundo companheiro, com quem teve uma filha e criou o enteado, a entrevistada admitiu a revolta que sentiu pela infidelidade, já que era muito fiel a ele. Apesar disso, ela sempre ressaltou o lado bom da vida que tiveram juntos.

> **Jacira:** *Com meu segundo companheiro eu vivi um verdadeiro casamento, nós tínhamos uma boa vida juntos, mas eu trabalhava muito, era noite, dia, sábado, domingo, tudo para ajudar nas despesas de casa. Compramos nossa casa. Eu paguei as prestações praticamente sozinha com o dinheiro dos meus bolos. Mas, no final, ele já não colocava quase dinheiro nenhum em casa e eu ainda tinha que ficar cobrindo*

> *boleto de peças do caminhão. Comecei achar aquilo estranho porque ele nunca tinha dinheiro, daí fui ligando uma coisa a outra. Ele ficava meses sem voltar para casa, quando vinha não saía do telefone. Daí, coloquei ele contra a parede e ele não teve como escapar, acabei descobrindo que ele tinha outra. Eu fiquei muito chateada porque não foram alguns meses juntos, foram anos. Eu abri mão da minha vida para ajudar ele a construir um capital e no final das contas, eu cansada, descubro uma coisa dessas. Ah! Não dá para perdoar, né? Mas eu tenho um carinho por tudo que vivemos. Não vou julgar, vai saber o que estava faltando na vida dele também, né? Eu trabalhava tanto!* (2024, informação verbal).

Pela afirmação de Jacira, percebe-se que ela ainda se culpa pela traição do marido, uma vez que trabalhava muito e não tinha tempo para dedicar-se exclusivamente ao casamento. Del Priore (2014) reforça que as mulheres eram educadas para manter o casamento e garantir a fidelidade do marido. Segundo a autora, fazia parte da cultura brasileira imputar à mulher a culpa pelas atitudes do marido; mesmo após 1930, quando as mulheres já vinham conquistando direitos civis e sociais, ainda era muito forte a culpabilização da mulher pelos fracassos do casamento. Ainda de acordo com Del Priore (2014), muitas eram as afirmações de que se a mulher fosse uma boa esposa, o marido seria fiel e dedicado ao seu casamento e à sua família. "Era fundamental que ela cuidasse em manter boa aparência, pois se embelezar era uma obrigação: *A caça já foi feita, é preciso tê-la presa*. *Um homem que tem uma esposa atraente em casa esquece a mulher que admirou na rua* eram ditados correntes" (*ibid*., p. 69, grifos do original).

Essa é uma questão conflitante, uma vez que a mulher da classe popular não tem as mesmas condições financeiras que as mulheres da burguesia. Assim, não tem tempo nem dinheiro para cuidar da beleza e garantir exclusividade ao marido; ela divide com ele as despesas diárias. No entanto, as ideias empregadas às mulheres da classe dominante eram extensivas às mulheres pobres. Mesmo não tendo condições de cumprir com tais obrigações, as mulheres de mesas menos abastadas sentiam-se obrigadas a dar conta de atender às regras impostas social e moralmente. Rachel Soihet (2018), ao analisar as condições a que as mulheres pobres estavam sendo expostas no Brasil em processo de urbanização, reforça que a mulher da classe popular levava uma vida mais desprendida das imposições sociais, uma vez que tinha a necessidade de assumir responsabilidades fora de casa para garantir o sustento da família. No tocante à cobrança da moralidade, para elas era ainda mais difícil, devido à impossibilidade de enquadrar-se nos padrões propostos pela educação conservadora.

> Essas dificuldades se agravavam, pois muitas das ideias das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam fortemente às *mulheres populares*. Mantinham, por exemplo, a aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam; embora muitas vezes reagissem, aceitavam o predomínio masculino; acreditavam ser de sua total responsabilidade as tarefas domésticas, ainda que tivessem que dividir com o homem o ganho cotidiano (Soihet, 2018, p. 367).

Essas imposições sociais ainda estão muito vivas nas mulheres nascidas nas décadas de 1930 até 1960, na região da pesquisa, o que pode ser demonstrado pelo depoimento das mulheres entrevistadas. A professora Natersa, que se reconhece como uma mulher que enfrentou o machismo do pai e foi construir sua própria carreira e independência financeira, deixou transparecer em sua fala que, mesmo trabalhando fora e assumindo boa parte das despesas da casa, a responsabilidade como mãe era dela. Delegava as tarefas domésticas para os filhos mais velhos que também cuidavam dos irmãos mais novos, pois ao marido não cabia a tarefa de cuidar dos filhos. Ao ser questionada sobre a educação dos filhos, se o marido se responsabilizava por essa tarefa quando ela estava trabalhando, respondeu:

> **Natersa*:*** *Não! Eu trabalhava, mas meus filhos era eu quem cuidava, os mais velhos iam ajudando a cuidar dos mais novos e eu levava comigo. Ensinei todos a cuidar da casa, por que o filho é de quem? É da mãe. Os mais velhos ajudavam e eu administrava toda a educação deles* (2024, informação verbal).

Del Priore (2014) afirma que, mesmo as mulheres que buscaram por formação intelectual e assumiram uma profissão além das atividades domésticas, ainda estavam presas à obrigação de ser mãe. Na segunda metade do século XX, com toda a difusão das ideias feministas e as conquistas das mulheres, havia uma construção social de que a mulher havia nascido para ser mãe. E isso ia muito além de seus instintos maternos, fazia parte de sua responsabilidade de procriação. “As páginas da recém-lançada *Claudia*, revista que veio ao encontro das mulheres urbanas de classe média, reforçavam a ideia de que a maternidade era motivo de orgulho e responsabilidade. Até no caso de mães solteiras.” (Del Priore, 2014, p. 154).

Outrossim, percebe-se que, entre as décadas de 1950 e 1980, a questão do adultério era algo a que todas as mulheres estavam sujeitas, independentemente da classe social de que faziam parte ou da condição de dependência financeira. A própria professora Natersa, filha de um dos homens de confiança da companhia colonizadora, possuía uma condição financeira e uma proteção familiar superiores às das outras mulheres da região. Apesar disso, ela não estava livre das submissões do casamento. Mesmo afirmando que não era dependente do marido e que ele precisava respeitar sua decisão de ter uma carreira e uma vida pública ativa, Natersa confirmou que ele foi infiel, mantinha casos extraconjugais ao longo dos anos em que estiveram casados. A entrevistada tentou relatar a história da forma mais natural possível, porém era visível seu desconforto e mágoa diante da situação. “Ele gostava de dar as escapadas dele, fora do casamento e eu sabia, mas tinha os filhos e o casamento, e ele era funcionário do meu pai, mas eu não deixava ele determinar o que eu ia fazer ou não. Isso eu não permitia, pois se ele era assim, não podia falar nada” (Natersa, 2023, informação verbal).

Nem todas que são contemporâneas ao período citado no parágrafo anterior naturalizam as situações de submissão, violência, desrespeito e vulnerabilidade a que estavam sujeitas, tanto no seio familiar quanto no trabalho. Roseli, que passou toda sua juventude trabalhando como boia-fria, não ameniza a situação ao relembrar. Ela contou com tristeza e muitas vezes revolta sobre as situações de exploração a que foi submetida quando era boia-fria.

> **Roseli:** *Deus me livre! Não gosto nem de lembrar desse tempo. Assim... a gente tinha mais disposição, né? Hoje sou muito doente. Naquela época não tinha nada, mas menina era muito sofrido e a gente tinha que tomar cuidado com os responsáveis pela terra, que nem sempre era o dono, tinha lá os administradores, né? E eles eram sem-vergonha, mexiam com as meninas. O ******[14] tinha caso com muitas meninas lá do Porto Ubá e o ****** era o pior deles. Era casado, tinha mulher e filho, mas vivia pros matos com as meninas boias-frias. As bobas caíam na conversa porque achavam que eles iam tirar as coitadas daquela vida e eles só queriam aproveitar. Minha mãe falava, "fica longe, finge que nem tá vendo eles, deixa seus irmãos conversar com eles". Porque a gente precisava trabalhar, né? Meus irmãos me protegiam, porque a gente não ia sozinha pra roça, mas era muito difícil. Vi muita moça ficar grávida e não dizer quem era o pai, porque era os benditos. Assim como muitas apareciam grávidas e depois a barriga não aparecia. Sei lá o que faziam. Mas era sempre as moças que passam por ruim, levava nome de puta... eles nunca se sujavam. Era muita sem-vergonhice* (2024, informação verbal).

De acordo com Maria Aparecida Moraes Silva (2018), o regime de trabalho relatado pelas entrevistadas foi intenso na região de São Paulo, no período de 1975 a 1985, por conta da produção cafeeira, dos canaviais, de laranjais e da produção de algodão. O que é demonstrado por Silva (2018) nas regiões paulistas não difere do ocorrido na região desta pesquisa, exceto pelo fato de que a produção de laranja não ocorria na região da pesquisa. A produção canavieira existiu por muito tempo no município de São Pedro de Ivaí, integrante da região de Ivaiporã; naquele local, havia uma usina de beneficiamento do produto, que, por muito tempo, empregou muita mão de obra na região, porém em regime de trabalho específico (um tema não abordado neste trabalho).

O trabalho de boia-fria nos municípios da pesquisa aconteceu em torno da produção do café, do algodão, do milho e do feijão, mas o período e a dinâmica de abuso eram os mesmos. Com o fim do regime de colonato, as pessoas foram forçadas a se mudar para as cidades. A necessidade de sobrevivência levou essas pessoas a se submeterem ao trabalho volante, também conhecido como "boia-fria", marcado por um ritmo de exploração intenso. Esse termo passou a ser utilizado pelos trabalhadores devido ao fato de saírem muito cedo de casa levando suas marmitas de comida, que esfriavam e tinham que comer o alimento frio. Para as mulheres, a situação era ainda pior.

> No que tange às mulheres, além de "pegarem caminhão", sozinhas, foram obrigadas a esconderem o próprio corpo. A indumentária para o trabalho reflete não só a

[14] Optou-se por utilizar ****** para substituir nomes de pessoas que as entrevistadas citam, a fim de evitar exposição, uma vez que muitas dessas pessoas estão vivas, quando não, seus familiares ainda vivem na região.

> necessidade de protegerem do sol, mosquitos, cobras e das plantas. O corpo escondido pelas vestes reflete, sobretudo, a necessidade de ocultar a condição de mulher, objeto de desejo dos homens. O uso da calça comprida sob a saia é condição obrigatória para que a mulher suba no caminhão (Silva, 2018, p. 572).

Sobre as vestimentas das mulheres, Maria do Posto relata que era muito cruel o que as mulheres precisavam viver para trabalhar de boia-fria: no meio de tantos homens e sujeitas ao assédio, elas usavam muitas roupas, o que pesava e esquentava muito, fazendo com que ficasse ainda mais difícil realizar o trabalho.

> **Maria do Posto:** *Aquilo era cruel demais, porque veja, tinha que pôr calça, saia por cima, porque era o costume a mulher usar saia, blusa, camisa, muitas colocavam lenço na cabeça pra proteger o cabelo, depois o chapéu, meia, botina. Aquilo fazia um calor que era horroroso, mas não podia tirar porque senão corria o risco de mostrar as vergonhas para os outros. Mas, e os homens? Eles não, eles iam com bem menos roupa. Como diz, né? Tudo pra mulher é mais difícil. Pior, menina! Era que os homens não tinham essa preocupação de cobrir o corpo não, se tinham vontade de mijar, por exemplo, viravam num cantinho ali e faziam o que tinham que fazer, as coitadas das mulheres é que tinham que tomar cuidado para não ver. Não era bonito não! Quem fala que esse tempo era bom é porque não precisou trabalhar desse jeito* (2019, informação verbal).

Ao ouvir a trajetória de vida de Maria do Posto e de Roseli, é possível avaliar as condições a que as mulheres eram expostas no trabalho de boia-fria, tanto em relação aos abusos (como comprova o depoimento supracitado) quanto em relação às péssimas condições de transporte. "A gente ia em cima de caminhão, caminhonete e até carreta de trator. Ia todo mundo amontoado em cima das carrocerias, homens, mulheres e crianças. Que segurança tinha aquilo, né? Mas também, quem tava preocupado com isso?" (Roseli, 2024, informação verbal). Segundo Roseli, os boias-frias estavam expostos a todo o tipo de risco, pois não tinham nenhuma garantia de segurança.

> **Roseli:** *O negócio era feio menina. A gente ia muito cedo e entrava naquelas roças cheia de mato e muitas vezes molhada. A gente se molhava tudo. Às vezes a gente não podia nem se molhar, estava naqueles dias (*fazendo referência ao período menstrual*), se molhava e a roupa secava no corpo. Outras vezes pegava peso, por exemplo, abanar o café, era um serviço pesado. Eu fiz muito isso, além de abanar, tinha que limpar com o rastelo debaixo dos pés de café, e o serviço era difícil e tinha que carregar os sacos de café. Carreguei muito saco de café em coco nas costas, acabei com minha coluna, hoje não presto mais. Mas não era só isso não, menina! O algodão... a gente arrastava fardo de algodão com mais de duas arrobas dentro. Você sabe quanto é duas arrobas de algodão? Trinta quilos, menina! Era peso para uma mulher puxar e às vezes a gente nem estava podendo fazer aquilo, naquele dia. Não tinha dor, não tinha doença, tinha era que trabalhar, porque se não trabalhasse não ganhava, né? Um dia cortei meu pé com a enxada, trabalhei o resto do dia com o pé cortado, infeccionou, fiquei com aquele pé enorme, uma semana sem trabalhar. Olha o prejuízo! Outra vez, a aranha me pegou colhendo café, Jesus do Céu! Que dor foi aquilo. Não aguentei mais trabalhar aquele dia, mas estava longe de casa, tive que ficar o dia inteiro com dor, cheia de íngua no braço, até chegar de tarde e o dono da roça pôr a gente na carreta do trator e voltar embora, para daí eu ir na farmácia. O ****** era o dono da roça. Ele viu o que aconteceu, mas aquilo era ruim feito só, judiava muito da gente, não me trouxe embora não, tive que esperar* (2024, informação verbal).

Ainda sobre o trabalho de boia-fria, a artesã Maria Cardoso, que nas décadas de 1980 e 1990 foi boia-fria com os pais e as irmãs, afirmou que era um trabalho desumano, porque se forçava muito: as mulheres trabalhavam no mesmo ritmo que os homens e estavam sempre muito expostas. Maria Cardoso relatou ter muita revolta desse período de sua vida, porque trabalhava muito e a sua diária era paga diretamente ao seu pai. Ela afirmou que nunca recebeu em suas mãos um dia de serviço, sequer.

> **Maria Cardoso:** *Menina! Aquilo não era serviço de gente, não. A gente se enfiava em cima daqueles caminhões, quando era caminhão, porque muitas vezes eram carretas de tratores e ia pra roça. Trabalhava que nem condenada, o serviço era pesado e ninguém pensava se a mulher estava em condições de trabalhar ou não. Vi muita mulher grávida trabalhar até na hora do nenê nascer quase, e ninguém tinha compaixão. Se precisasse de um banheiro, estava perdida, era o mato, imagine! Para os homens era mais fácil, mas para as mulheres era muito complicado. E o pior de tudo você não sabe! Eu nunca recebi um dia de serviço na minha mão, o dono da roça pagava tudo para o meu pai. Era ele, minha mãe, minhas três irmãs e eu, então éramos em seis, né? O dono da roça ia lá no final da semana e pagava tudo para o meu pai. Eu achava isso o pior de tudo* (2024, informação verbal).

Outro relato nesse sentido é o da professora Simone, ao afirmar que, por um período de sua vida, precisou trabalhar como boia-fria. Ela conta que não sofreu assédio, todos se respeitavam muito, e o dono da roça também não era ruim, porém o serviço era pesado, muito cansativo, e o pagamento não era dos melhores. Ela não se recorda do quanto ganhava, mas observa que mal dava para comprar o básico para a sobrevivência.

> **Simone:** *Eu não lembro, Vânia, quanto era a diária, mas eu lembro que era assim, eu tinha que trabalhar uma semana inteira para poder comprar um botijão de gás. Daí era complicado. Às vezes, na minha marmita, só ia arroz e salsichão. Eu tenho horror de salsichão porque era a mistura que eu podia comprar. Daí eu me afastava para não comer perto dos outros, porque não tinha muita coisa na minha marmita* (2024, informação verbal).

De acordo com Silva (2018), o trabalho das mulheres no campo piorou muito após o fim do regime do colonato, pois neste, pelo menos, as mulheres trabalhavam com suas famílias, restritas ao mundo doméstico. Com a mão de obra volante no campo, as mulheres perderam o pouco da proteção que tinham e passaram a uma condição de exploração ainda maior do que a vivida no campo até então. “Com a nova realidade do trabalho, torna-se mais visível a discriminação contra as mulheres: salários menores, maior frequência do não registro de carteira, além dos assédios sexuais por parte dos feitores, empreiteiros e outros agentes do controle do trabalho” (Silva, 2018, p. 563).

Segundo as entrevistadas, não havia diferença salarial quando o pagamento era feito por diária. No entanto, na colheita de algodão, paga por arroba, e na de café, paga por saca, a desigualdade se manifestava. Roseli explicou que essa disparidade ocorria porque muitas

mulheres não tinham força suficiente para carregar as sacas de café ou abanar o produto, um serviço pesado que as fazia depender dos homens e atrasava sua produção. O mesmo acontecia com o algodão: arrastar os fardos amarrados à cintura era uma tarefa difícil. Por precisarem parar com mais frequência, as mulheres acabavam produzindo menos e, consequentemente, recebiam menos no final do dia, mesmo tendo a mesma jornada que os homens.

> **Roseli:** *No algodão e no café, muitas mulheres levavam desvantagem, porque era serviço pesado. Carregar fardos de algodão amarrados no corpo, arrastando ali, pela cintura era muito pesado. Daí muitas mulheres não aguentavam, tinham que ficar parando mais vezes para descarregar os fardos e isso atrasava muito, acabava que colhiam menos e recebiam menos. No café, a mesma coisa, tinham que abanar o café. Esse serviço era pesado, muitas não aguentavam, tinha que diminuir a quantidade de café na peneira, daí demorava mais pra encher os saquinhos e depois tinha que levar esses sacos no caminhão. Muitas não aguentavam, tinham que esperar a vontade dos homens para fazer isso, lógico. Eles iam fazer o serviço deles primeiro e atrasava. No final do dia tinham menos sacos. Recebiam menos. Eu acabei com minha coluna, tenho bico de papagaio nas costas (*termo utilizado para explicar o problema que desenvolveu na coluna devido ao acúmulo de peso*), mas eu arrastava peso o dia inteiro no algodão. Já te falei, né?, que eu carregava mais de 30 kg no fardo, e eu não esperava homem para carregar meu café não, jogava os sacos de café em coco nas costas e eu mesmo levava para não perder tempo. Eu tinha força para abanar, mas de noite nem dormia direito, não aguentava mexer os braços. Era sofrido, menina. Ih! Você não sabe o que é isso não"* (2024, informação verbal).

Nos relatos das mulheres de diferentes frentes de trabalho nas décadas de 1950-1990, algumas estendendo-se aos dias atuais, aparecem muitas marcas de exploração e violência, muitas vividas de forma simbólica, de maneira que nem mesmo elas, por muito tempo, conseguiram perceber.

"O termo violência está diretamente relacionado com fatores como a intimidação e a agressividade dirigida ao outro" (Vitória, 2010, p. 13). A autora complementa que a intimidação e a agressividade promovem o medo, que é capaz de alterar a personalidade das pessoas. Ao ouvir as mulheres, é perceptível que o medo da agressão interferiu (e ainda interfere) muito nas relações que desenvolveram ao longo da vida. Isso promove sentimentos que prejudicam a autonomia e faz com que a vergonha e a baixa autoestima assumam um papel norteador em suas vidas.

A professora Simone relatou ter sofrido agressão física e psicológica por muito tempo em suas relações afetivas. Em seu primeiro relacionamento, com o pai de seu filho, ela viveu situações violentas que, segundo ela, a afetaram profundamente, pois era muito jovem e não tinha condições de reagir aos maus-tratos físicos, psicológicos e morais. Não obstante, o que marcou de fato sua vida foi a relação com o segundo companheiro, com quem dividiu a vida por mais de 10 anos. A entrevistada afirma que o companheiro conseguiu exercer um domínio sobre o emocional dela que até hoje não consegue entender como se deixou levar daquela forma.

> **Simone:** *O ****** era ardiloso demais. E eu acreditava, você acredita, que eu acreditava? Ele me fez acreditar que ele tinha acesso à minha linha telefônica, que ele sabia tudo que eu falava nas minhas ligações. Não que eu tivesse alguma coisa a esconder, mas isso me assustava porque eu acreditava que ele tinha o poder de me vigiar e dominar minha vida. Daí me sujeitei a tanta coisa. Ele me agrediu, já te contei isso... que me fez passar a noite presa atrás do guarda-roupa, me forçava a ter relação sexual, fui violentada... me senti assim! Me fez investir dinheiro em negócio que ele levou à falência: abri uma loja de 1,99 para ele tocar, deixou falir; depois para não perder tudo, transformei em locadora, faliu também. Eu trabalhava feito louca e meu nome estava sempre sujo no banco. Olha... há pouco tempo consegui me restabelecer e ser respeitada novamente, porque ele destruiu meu nome de tudo quanto é jeito. E foi muito difícil conseguir me resgatar e sair disso. Meu Deus, hoje eu olho e vejo como eu fui dominada! E isso deixa marcas, porque não foi só agressão física, ele entrou no meu psicológico. Hoje eu estou vivendo em paz, mas pra chegar até... Olha, foi doído* (2024, informação verbal).

Essas questões apresentadas pelas mulheres entrevistadas evidenciam que a violência não é uma questão de classe social, escolarização ou desmonte familiar, é um exercício de domínio e força psicológica que o agressor consegue impor sobre o agredido, a ponto de este não conseguir perceber os caminhos para se libertar. Segundo Vitória (2010), o Plano Nacional de Políticas para Mulheres (PNPM) aponta que, enquanto a maioria das violências sofridas pelos homens acontece na rua e vem de outro homem, a violência ocorrida contra as mulheres acontece no espaço privado, na maioria dos casos vem de seus próprios companheiros.

Vitória (2010) afirma que a violência contra a mulher não está ligada à condição social e econômica. A ideia de que esse tipo de violência seria um problema meramente econômico perdeu o fundamento quando dados estatísticos da Organização das Nações Unidas (ONU) e do PNPM começaram a mostrar, com base sólida, que a violência doméstica é uma constante para mulheres tanto na classe social alta quanto na baixa. A violência cometida contra as mulheres é um fenômeno que pode ocorrer em qualquer segmento social, independentemente dos fatores econômicos, étnicos e religiosos. Sua base de sustentação configura-se nas relações desiguais de gênero e tem como justificativa a legitimação do poder masculino (Vitória, 2010).

A legitimação do poder masculino na sociedade enfraquece as mulheres, que muitas vezes não conseguem sequer enxergar a submissão ou a violência que lhes são impostas. No entanto, o fato de essa violência vir justamente de pessoas que deveriam ser confiáveis, deixa-as ainda mais vulneráveis e com marcas profundas. Heileieth Saffioti (2015), ao escrever sobre as questões de gênero e o patriarcado, afirma que o abuso sexual “deixa feridas na alma, que sangram, no início sem cessar, e, posteriormente, sempre que uma situação ou um fato lembre o abuso sofrido” (Saffiotti, 2015, p. 19). Pode-se afirmar, no entanto, que todo tipo de violência deixa marcas e feridas que estarão sempre sujeitas a sangrar, pois atinge o emocional da pessoa agredida.

Em suas narrativas, Jacira (embora não tenha assumido verbalmente como violência) demonstrou que se tornar companheira aos 13 anos de idade de um homem muito mais velho e passar a ser dominada por ele em todos os sentidos foi uma violência que trouxe à tona outras situações de sua infância. O casamento da mãe, que foi conflituoso, gerou agressões e a separação, que, por fim, separou inclusive a mãe dos filhos. A entrevistada liga as duas situações: o casamento da mãe e sua própria experiência ao afirmar que

> **Jacira:** *Eu era muito jovem, uma menina e ele era bem mais velho, já tinha filhos inclusive. Eu me dava bem com os filhos dele, a gente tinha quase a mesma idade, mas eu não queria casar, nunca quis. Vi minha mãe sofrer tanto no casamento, depois ver os filhos todos esparramados. Daí eu fiquei ali vivendo com ele. Não me faltava nada, eu tinha de tudo que era material, mas ele me controlava em tudo. Eu não saía sozinha, eu não tinha amigos fora do mundo dele, meus amigos eram os amigos dele, eu não podia trabalhar fora, eu fazia trabalhos manuais para ganhar um dinheiro, mas fazia escondido, porque ele não me deixava trabalhar. Eu fui me sentindo prisioneira, igual minha mãe. Daí ele quis me obrigar a casar com ele no papel, eu não queria. Ele começou a ficar violento, não me batia, mas me deixava com medo, me ameaçava, me vigiava, tinha gente para me vigiar. Daí eu fugi* (2023, informação verbal).

O depoimento de Jacira revela que a violência, assim como Saffiotti (2015) afirma, deixa marcas que são levadas por uma vida toda. O fato de se envolver tão cedo em um casamento, mesmo não oficial, já é uma demonstração das marcas que a separação dos pais deixou em sua vida, uma vez que a própria entrevistada afirmou que só foi viver com esse companheiro porque a mãe não teve condições de ficar com as filhas; não tinha como morar com o pai e a madrasta; e morar sozinha e custear as despesas estava se tornando um desafio impossível. Conheceu então esse homem, começou a namorar e, quando convidada para morar junto, achou uma boa solução. Por fim, mesmo tentando não seguir os mesmos passos da mãe, envolveu-se em um relacionamento extremamente abusivo.

A cartorária Adilis relatou que, para sua geração de mulheres, que se casaram entre os anos de 1950 e 1970, a violência não era uma coisa espantosa; de acordo com ela, isso acontecia muito com as mulheres. Elas não tinham a quem recorrer, pois as pessoas naturalizavam a situação e entendiam que à mulher cabia a obediência, deveria se sujeitar a tudo. “Tinha muito caso de violência doméstica, mas era tudo escondido, as mulheres precisavam pensar até para falar, lembro de muita amiga minha que apanhava, mas se calava, pois a mulher era submissa a tudo” (Adilis, 2024, informação verbal).

Por trabalhar em um cartório, Adilis contou que viu muitos casos de mulheres que perderam a guarda de filhos e bens patrimoniais por conta de adultério. Ela afirmou que, antes de 1980, a mulher precisava pensar muito para se separar do marido, porque, se saísse de casa, perdia os bens, e se tivesse traição envolvida por parte das mulheres, elas perdiam até a guarda

dos filhos. Já os homens não eram punidos pela traição. “Antes, se a mulher traísse o marido e saísse de casa, ela perdia o direito aos bens. Desonrou o casamento! Não tinha direito nem aos filhos” (Adilis, 2024, informação verbal).

A cartorária afirma que a maioria das mulheres se sujeitava aos casamentos violentos e de submissão principalmente para não perderem a guarda dos filhos. Segundo ela, os anos de 1980 trouxe com ele mudanças importantes, incluindo a conquista, na lei, dos direitos femininos, sobretudo sobre o direito a bens com o fim do casamento. “Depois da década de 1980 as coisas mudaram muito, a lei mudou e as mulheres passaram a ter seus direitos garantidos. Hoje não, não importa o que fizer, o que é de direito não se tira” (Adilis, 2024, informação verbal).

Embora Adilis tenha relatado fatos que ela se recorda do passado, os relatos das mulheres mais jovens denunciam que as coisas não mudaram tanto assim e que, apesar da mulher ter conseguido muitas conquistas legais, na prática a relação de violência tanto doméstica quanto no trabalho ainda é muito presente na região estudada.

A violência moral no trabalho é uma constante entre essas mulheres. Quase todas as entrevistadas apresentam uma narrativa que demonstra terem vivenciado pelo menos uma situação desse tipo, seja ela por exploração da força de trabalho, devido ao fato de serem mulheres, seja por assédio moral, ou até mesmo assédio sexual, com ameaça de perda do emprego.

Essa violência simbólica é descrita por Pierre Bourdieu (2020) como uma força exercida física e cognitivamente sobre a mulher de tal maneira que ela própria justifica o poder do dominador, de acordo com as convenções sociais que moldaram sua educação. Dessa forma, a mulher passa a existir para o outro e se condiciona a viver sob a confirmação do homem.

> A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser (esse) é um ser-percebido (*percipi*), tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (Bourdieu, 2020, p. 111-112).

Essa dependência, ou necessidade de aprovação do outro, constitui-se no dia a dia como um mecanismo de controle masculino sobre as mulheres. É comum ouvir, nos relatos das entrevistadas, a importância da aprovação do marido em suas decisões, da aprovação da família em suas atitudes e caminhos que decidem trilhar. A perspectiva das entrevistadas revela que as

mulheres nunca escolheriam sozinhas, sempre considerariam o interesse de familiares e demais pessoas que fazem parte de seu círculo, não dispensando inclusive a aprovação da sociedade, que acaba sendo um fator determinante na escolha que a mulher vai fazer em sua própria vida, tendo em vista que a opinião dos outros faz muita diferença para a sua aceitação nos grupos sociais.

Esse também é um modelo de controle simbólico, porque não é perceptível tampouco imposto. É algo naturalizado no dia a dia, a ponto de as próprias mulheres defenderem. Dona Adilis, ao relatar a dificuldade em trabalhar e cuidar dos filhos, afirmou, quase naturalmente, que levava as filhas com ela para o trabalho e todos ajudavam-na a cuidar. Quando ela diz todos, não se refere ao marido ou a membros da família, mas aos colegas de trabalho e até os clientes que estivessem no cartório.

Ao relatar sua trajetória, Elza, hoje pescadora e agricultora, contou que se sentiu livre para fazer o que gosta apenas depois que terminou de criar suas filhas, pois na juventude apenas trabalhou na roça com os pais, sem a oportunidade de estudar e ter uma profissão. Teve a primeira filha e, por um bom tempo, foi mãe solo, já que o pai biológico não assumiu a paternidade naquele momento. Depois, casou-se e passou a trabalhar com o marido, sempre sob o comando dele para poder sustentar os filhos. E, mesmo hoje, trabalhando com a pesca e agricultura, ainda percebe a dominação masculina, uma vez que faz parte de uma Associação de Pescadores em que as mulheres não têm poder de fala.

> **Elza:** *Quem tem que assumir esse trabalho de liderar e cuidar da associação são eles mesmos que têm tempo. Nós mulheres, além de trabalhar na pesca temos as obrigações de casa para cuidar, não sobra tempo. Mesmo assim, nunca deram esse espaço. Nem nunca incluíram as mulheres pescadoras nesses encontros que eles vão ou nessas reuniões que eles são convidados. Mas sempre foi assim, né? E pra mulher é mais difícil esse serviço de ir para o rio, porque ir sozinha é perigoso, precisa de um homem pra ir junto, né? Eu vou com o meu marido, sozinha não dá* (2023, informação verbal).

Segundo Vitória (2010), a mulher sempre se fez presente no mercado de trabalho, mas essa presença foi sempre ofuscada pelo domínio do homem, já que, na maioria das vezes, mesmo contribuindo diretamente com o sustento da casa, era o homem que era tido como o provedor da sobrevivência da família. A autora afirma que: "É errônea a defesa de que a condição feminina de dependência financeira exclusivamente do parceiro foi a única realidade em nosso país, pois as mulheres estiveram presentes com sua força de trabalho ao longo de toda história brasileira" (Vitória, 2010, p. 42-43). Ainda assim, muitos são os relatos de exploração da mulher nos espaços de trabalho que ela exerce determinada função.

Simone diz que entrou para o mercado de trabalho muito jovem, no início da década de 1990, na Câmara de Vereadores de Lidianópolis, sendo ainda menor de idade, e reiterou que isso foi um bom motivo para seus superiores, todos homens, explorarem sua força de trabalho, já que sabiam o quanto ela necessitava daquele emprego.

> **Simone:** *Eu comecei a trabalhar na limpeza, limpava e fazia café para os vereadores e quem mais tivesse na Câmara, mas logo foram me dando trabalhos administrativos também e eu fazia, depois me colocaram para fazer as atas nas reuniões à noite e eu ia, mas eu não recebia para fazer essas coisas porque não era função minha, mas o ****** era funcionário da Câmara e fazia faculdade à noite, daí colocava eu para fazer o serviço dele, só que eu também já fazia faculdade nessa época à noite também. Mas ele não faltava na faculdade, eu era que tinha que faltar. E não recebia mais para isso. Eu sofri muito assédio nesse sentido. O ****** era a pessoa que me defendia ali, ele era vereador também e ele me ajudava um pouco nesse sentido, mas os outros! O ******, por exemplo, chegou a propor que me colocaria em uma função melhor se eu tivesse um caso com ele porque via minha situação. Eu precisava do serviço e tinha acabado de me separar, daí achou que seria fácil assim. E isso porque eu tinha amizade com a mulher dele. Era nojento e eu tinha que lidar com tudo isso, a exploração, o assédio moral e sexual para poder manter o emprego e terminar meus estudos. Por isso que te falo: se quer falar em exploração e assédio, vamos falar desse lugar* (2024, informação verbal).

As narrativas de Simone se mostram mais analíticas que as das outras mulheres. Isso se deve à sua maturidade, formação acadêmica e profissão, que lhe conferem a liberdade de atuar sem ser dominada. Mesmo enfrentando desafios, muitos deles por ser mulher, ela tem plena clareza das explorações que precisou enfrentar para estudar e criar seus filhos. Afirmou que sempre foi mãe solo, mesmo quando vivia com o pai da filha, já que era ela a responsável pelo sustento da casa e educação da menina. Hoje pesquisadora, vive outro desafio: desenvolver sua pesquisa e ser professora. Além disso, precisa ser esposa e lidar com a formação do companheiro, que, segundo ela, é muito parceiro, mas de uma formação muito machista; portanto, sente dificuldade em lidar com sua autonomia para exercer o trabalho de campo como pesquisadora.

Segundo Roseli, ela nunca se casou porque nunca teve tempo para namorar, casar e constituir família, uma vez que, além de trabalhar, teve de cuidar da mãe, que ficou dependente dela após adoecer. Roseli, depois de adulta, teve um filho, que afirmou ser seu melhor companheiro, mas, quanto a se casar, diz não ser para ela, não conseguiria renunciar a liberdade que tem hoje para viver um casamento.

> **Roseli:** *Não casei quando era menina moça, agora não caso mais. Antes não tinha tempo para namorar, casar, essas coisas. Eu só trabalhava, menina! E depois eu fui cuidar da minha mãe que ficou muito doente e precisava de mim para tudo. Mas hoje, não caso mais não, menina, Vixe! Nunca tive a vida que tenho agora... eu meu menino (referência ao filho). Fico olhando minhas amigas, ficam lá se matando de trabalhar para marido e eles não dão um pingo de valor, fico pensando, né? Pra quê que aguentam isso? Eu acho que isso não é pra mim, não. Já sofri tanto nessa vida. Melhor viver sozinha. Minha vida hoje é boa... tô em paz!* (2024, informação verbal).

São muitos os depoimentos que demonstram não ter sido fácil a vida das mulheres no passado; ademais, para boa parte delas, continua não sendo fácil até a atualidade. As informações obtidas nas entrevistas não são apenas um relato de experiência pessoal, mas a representação do que ocorreu e ainda ocorre com muitas mulheres nessa região da pesquisa. Nessa região, a distância geográfica dos grandes centros urbanos dificultou por muito tempo o acesso à escolarização em curso de nível superior e até mesmo à formação técnica, já que instituições como Serviço Social do Comércio (Sesc), Senac e Sebrae só foram ter presença física na cidade de Ivaiporã depois dos anos de 1990. Isso obrigou as pessoas a buscar cursos de formação profissional fora da região, como bem relatou a cabeleireira Marlene.

A chegada de universidades, escolas técnicas e instituições de formação profissional nos anos de 1980 impulsionou a busca por profissionalização e isso também transformou o cenário feminino. As filhas e netas das mulheres que contribuíram para este capítulo foram preparadas para um mundo de independência financeira, social e moral. A luta delas contra as imposições religiosas e patriarcais não foi feita com grandes enfrentamentos organizados, como os movimentos feministas do século XX. Em vez disso, a mudança tem ocorrido lentamente, por meio de atitudes pessoais e da busca por conhecimento, formação profissional e autonomia financeira.

A despeito desse avanço, falar de violência, submissão e dominação masculina nas cidades que compõem esse cenário geográfico ainda é um desafio e uma necessidade. Ao perguntar para as mulheres entrevistadas sobre seu reconhecimento como mulher, independentemente da idade, a maioria delas ainda não consegue afirmar em que momento da vida conseguiu se reconhecer como mulher ou se identificar como uma mulher em construção. A única a afirmar categoricamente ter esse reconhecimento é a artesã Maria Cardoso, e esse entendimento está relacionado ao fim de seu casamento.

> **Maria Cardoso:** *Ah! Mas eu sei. No dia em que botei meu marido pra fora de casa. Você sabe que eu botei ele pra fora, né? Lá na frente do juiz. O juiz me perguntou: "quando você quer que ele saia de sua casa?" Eu respondi: "agora". Daí ele me disse: "não, você precisa dar um prazo de pelo menos 48 horas para ele" e eu respondi: "então ele tem 48 horas para sair". Menina! Aquele dia eu me senti mulher de verdade, dona de mim, sem me importar com opinião de pai, de mãe, da sociedade, de ninguém. E o melhor foi perceber que não fez falta nenhuma. Eu já sustentava a casa sozinha mesmo, ele não colocava dinheiro em casa, não pagava nenhuma conta, eu é que tinha que pagar conta dele ainda. Minhas filhas já eram eu que criava sozinha mesmo. Não proibi elas de conviver com ele, era pai delas, né? Mas elas, por si só foram se afastando. E eu, nunca fui tão livre* (2024, informação verbal).

Essa afirmativa demonstra o quanto a dominação masculina interfere na autonomia feminina e o quão libertador pode ser para uma mulher superar essas amarras. Essas mulheres representam uma época que, embora tenha ficado no passado, influenciou as mulheres do

presente. Filhas, netas, sobrinhas, as mulheres que atuam no mercado de trabalho e fazem parte da sociedade da região de Ivaiporã na atualidade, são fruto da educação recebida por essas mulheres até aqui representadas e têm escrito as novas trajetórias das mulheres no século XXI nas cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis. Por outro lado, as situações de assédio e violência ainda são muito presentes no cotidiano das mulheres que vivem nesse espaço, até porque essa é uma problemática antiga e que tem sido pauta de discussão há muito no Brasil e que ainda não pode ser considerada superada.

As questões relacionadas ao assédio vêm sendo discutidas pelas mulheres desde a primeira década do século XX. De acordo com Pinto (2023), essa foi uma das pautas de luta das feministas do século passado e que gerou conquistas significativas. Já em 1940, o Congresso Nacional abriu discussão sobre o assédio sexual, aprovando um decreto que incluía no Código Penal o assédio sexual como crime. O documento apresentado por Pinto (2023) é a revisão do Decreto-Lei de 1940, que, após revisão e aprovação, passou a vigorar a partir de 2001.

> O Assédio Sexual no Código Penal - O Congresso Nacional decreta:
> **Artigo 1º** - O Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:
> ASSÉDIO SEXUAL
> **Artigo 216-A –** Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes a exercício de emprego, cargo ou função.
> Pena: Detenção de 1 (um) ano a 2 (dois) anos.
> **Parágrafo Único:** incorre na mesma pena quem cometer o crime:
> I – Prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade;
> II – com abuso ou violação de dever inerentes ao ofício ou ministério
> **Artigo 2º** - Esta lei entra em vigor na data de publicação.
> Sala das sessões, em 15 de março de 2001.
> Iara Bernardi,
> Deputada Federal – PT – SP
> (Pinto, 2023, p. 133).

Nota-se que o referido documento fala do assédio sexual, de forma específica, ignorando no documento as demais formas de assédio sofridas pelas mulheres, como o moral e o psicológico; embora a lei seja antiga, na prática, ainda são recorrentes as denúncias, nem sempre oficiais, de que as mulheres sofrem todos os dias, tanto na esfera pública quanto privada, vários tipos de assédio.

As mulheres da pesquisa falam de violência utilizando o tempo passado, como algo já ocorrido. Elas afirmam que, no presente, conseguiram de alguma forma se livrar das situações de violência a que estavam sujeitas, porém, ao analisar os dados estatísticos dos municípios da região, percebe-se que a realidade não é diferente do passado dessas mulheres. Ainda pior, é o fato de perceber que a violência tem aumentado de um ano para outro, tanto no que se refere ao

índice de violência doméstica quanto no caso da violência contra mulher no contexto geral da sociedade.

Tabela 9 – Indicadores de violência contra a mulher na região de Ivaiporã (PR).

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER			
MUNICÍPIO	2018	2023	AUMENTO PERCENTUAL
IVAIPORÃ	379	894	135,88%
JARDIM ALEGRE	117	166	41,88%
LIDIANÓPOLIS	23	37	60,86%
SÃO JOÃO DO IVAÍ	135	177	31,11%
LUNARDELLI	65	78	20%
ARIRANHA DO IVAÍ	22	25	13,64%
ARAPUÃ	26	33	26,92%

Fonte: organizada por Joaquim Correa Gomes a partir de dados do Ipardes (2024).

Os dados da Tabela 8 demonstram um aumento assombroso nos casos de violência contra a mulher. Apesar de assustador, o resultado da estatística não é uma novidade se levarmos em consideração que as mulheres que fazem parte da terceira geração nesta pesquisa ainda relatam, com frequência, situações de violência sexual, moral, psicológica e física. As jovens mulheres entrevistadas, assim como as mulheres das gerações de suas mães e avós, denunciam o fato de que ainda sofrem muito assédio no seu dia a dia.

A professora Rafaela fala com muita tristeza que, após se formar em Engenharia de Alimentos e ir para o mercado de trabalho, deparou-se com vários tipos de assédio. Primeiro foi o assédio moral. Ela relatou que, por ser muito jovem e ocupar um cargo de comando dentro da indústria que trabalhava, precisou ser firme e colocar as pessoas no lugar delas, pois não a respeitavam em sua função. A jovem, que hoje é professora do Instituto Federal do Paraná (IFPR) ressaltou que esse não foi o pior que teve de enfrentar dentro da fábrica, ela sofreu assédio sexual também por parte dos homens que trabalhavam com ela, tanto presencialmente quanto pelas redes sociais.

> **Rafaela:** *Sofri muito assédio, tive que pôr duas pessoas no lugar delas, porque me testavam, por eu ser jovem, mulher, deixavam claro que eu era só um rostinho bonito ali naquele lugar e eu tive que ser dura para conseguir ocupar o meu espaço. E para mim, isso foi muito difícil, muito difícil, porque assim... você está ocupando um cargo maior dentro da empresa, precisa tomar muito cuidado para não parecer que está querendo se aparecer, mas também precisa se impor para eles entenderem que você precisa ser respeitada. Numa linha de corrida, nós mulheres estamos sempre a três passos atrás de oportunidades e respeito em relação aos homens. Eu senti isso na pele naquela indústria, porque eu percebia, que, com o veterinário que tinha o mesmo grau de formação que eu e tinha idade compatível à minha, o respeito era outro. Ele, eles respeitavam. Mas o pior é que recebi muito assédio sexual também. Pessoalmente, chegavam e davam cantadas, chamavam para sair. E nas redes sociais, foram muitas cantadas que fizeram também. Isso foi um pouco que me fez não querer estar naquele ambiente* (2024, informação verbal).

Esse é um depoimento que demonstra a presente situação da mulher no mercado de trabalho na região. Rafaela relatou uma situação que aconteceu há cinco anos, ou seja, entre 2019 e 2020, período em que atuou como Engenheira de Alimentos em uma indústria de embutidos de Ivaiporã. Além de reforçar o quadro de violência destacado nas estatísticas levantadas pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), a fala da jovem professora traz uma visão geral dos problemas enfrentados pela mulher na atualidade para se firmarem como profissionais na região. Não é apenas um simples relato individual, mas uma análise de como o machismo ainda é forte e as portas do mercado de trabalho ainda se fecham para as mulheres do espaço da pesquisa nesse período do século XX.

A entrevista com a professora Rafaela continuou e, na sequência, seus relatos demonstraram que a situação não é algo vivenciado por ela apenas, mas por outras mulheres que fazem parte do círculo social dela e que sofrem dos assédios e descréditos, tendo que se impor para serem respeitadas como profissionais, que estudaram, capacitaram-se, formaram-se e estão tão aptas para o mercado de trabalho quanto os homens. “É muito triste, Vânia, porque assim, hoje, cinco anos depois, falo com amigas que estão na indústria, elas reclamam que ainda passam por isso e apesar da lei existir, na prática, ela funciona muito pouco, pouco. Muita coisa acontece de forma velada” (Rafaela, 2024, informação verbal).

A dentista Sandra, que já atua na região há 25 anos, na maioria deles como funcionária pública, afirmou que assédio sexual nunca vivenciou, mas moral sim. A dentista lembra que foi perseguida por um prefeito há alguns anos, porque ele achava que ela não era a favor dele politicamente. A dentista comentou que na época nem votava na cidade de concurso dela, mas foi muito perseguida, a ponto de tal prefeito querer que ela se demitisse da função. Hoje, olhando para a situação que aconteceu no passado, ela afirmou que muito dessa perseguição aconteceu por ela ser mulher.

> **Sandra**: *Ah! Ele me perseguiu muito, foi na minha casa um dia exigir que eu me demitisse e eu disse, me demitir, por quê?, não fiz nada de errado. Eu resisti, mas a pressão foi grande. Eu sofri, viu! Se teve assédio, foi ali, mas eu não me entreguei. Só que hoje, eu fico pensando que se eu fosse um homem ele não tinha feito aquilo não, viu! Porque ele falava alto, tentava me intimidar. Hoje eu penso que o fato de eu ser mulher pesou muito na atitude dele, mas ele quebrou a cara porque eu não recuei. Só que eu também nunca fui de brigar, de enfrentar, eu ficava quieta, não deixava ele conseguir o que queria, mas me calava. Devia ser mais explosiva, né? Enfrentar, bater de frente, mas eu não era assim... eu não sou assim na verdade e ele se aproveitava disso. Foi tenso!* (2024, informação verbal).

O depoimento de Sandra comprova que mulheres de idades diferentes e em períodos diferentes têm sofrido com esse apoderamento dos homens e que, mesmo elas resistindo, a força masculina ainda é muito grande e acaba prevalecendo. Na década de 1990, Sandra não recuou,

mas se calou, não denunciou, não fez enfrentamento, resistiu calada. Rafaela, no século XXI, desistiu da indústria e foi buscar outro espaço para exercer sua profissão. Embora ela afirme que está onde quer estar, é perceptível que a experiência na indústria, no "chão da fábrica", como ela se refere ao espaço em que trabalhava, deixou traumas.

Segundo a advogada Andrea, o mundo do trabalho para as mulheres ainda é muito desafiador, uma vez que precisam estar sempre provando sua capacidade, para serem respeitadas pelos homens e até por outras mulheres. A advogada afirma que ainda é comum, no campo do Direito, os homens fazerem pressão e utilizarem de violência simbólica para intimidar as mulheres, utilizando-se da imagem masculina, construída pela cultura do patriarcado, para coagir as mulheres nas relações de trabalho desenvolvidas no dia a dia.

Andrea afirma que, embora muitas coisas tenham mudado após a década de 1980, ainda é muito forte o domínio masculino no mundo de trabalho, uma vez que há ainda uma tendência de dificultar a presença feminina em cargos e funções que oferecem um *status* social mais respeitado, como no meio jurídico.

Como advogada, percebe uma ausência de mulheres nos escritórios mais renomados, ou ocupando funções de destaque na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), instituição em que há predominância do poder masculino. Para ela, muitas barreiras ainda precisam ser superadas.

> **Andrea:** *É um universo muito dominado pelos homens ainda. Poucas são as mulheres que ocupam funções na OAB, por exemplo. E não é por falta de capacidade ou interesse, é porque os advogados, não permitem, eles não deixam as mulheres furarem a bolha. Pra você ter ideia, a OAB não consegue eleger uma mulher para sua presidência, os homens não deixam. Nas representações regionais, nós conseguimos chegar até a vice-presidência, mas quando há o risco de assumir a presidência, eles se unem e não deixam. É muito difícil uma mulher assumir um cargo assim. E a pressão sobre aquelas que desafiam isso é muito forte, então, o assédio no Direito é grande, mas precisamos mudar essa realidade e estamos tentando. Muita coisa já foi construída, mas tem um caminho longo ainda para termos igualdade de gênero nessa área. E você vê, é a área que deveria ser o carro-chefe, já que trabalha com a lei, busca firmar direitos sociais, mas não! A realidade é outra* (2023, informação verbal).

O fato apresentado pela advogada Andrea é muito antigo. Rago (2018, p. 590) demonstra que esse desafio vivenciado por mulheres da área do direito na região da pesquisa já incomodava as feministas no início do século XX em outras regiões do país; prova disso é o fato de, no início do século, uma advogada ter sido recusada na OAB. Não bastava apenas estudar, era preciso superar os preconceitos.

As mulheres entrevistadas atuam em diferentes setores da sociedade, com profissões bastante específicas, porém todas elas demonstram problemas com assédio ou barreiras para desenvolver suas atividades. A assistente social Ludimila, que trabalha como funcionária

pública concursada na Prefeitura Municipal de Lidianópolis, afirmou que ainda há muita dificuldade para a mulher se integrar no mercado de trabalho, pois os casos de assédio e preconceito ainda são muitos, principalmente em espaços em que há um grande número de homens atuando.

> **Ludimila:** *E tem a dificuldade com os próprios colegas de trabalho de outros setores da prefeitura como um todo. A gente vive a questão do assédio, já várias vezes, cantadinhas, piadinhas, né? E você tem que se impor, porque a gente vai ser simpática, educada e já vai levar para outro sentido. Aí você tem que se impor e a pessoa diz: "Nossa! Você é grossa!" Mas se a gente não se impor assim, vão achando que tem qualquer tipo de liberdade. Acham que porque é novinha é fácil de envolver. E são casados, sabe? [...] Eu construí meu espaço de trabalho, mas em um momento e outro você percebe um incômodo, sabe assim: "Nossa! Uma mulher que está falando pra mim como eu tenho que fazer ou administrar". Então, tem a percepção. Até com o próprio prefeito, ao longo desses anos, a gente já teve essa dificuldade, assim, não verbalizava, mas a gente percebia que tinha um incômodo. Nas reuniões quando a gente falava, dava para perceber isso. Melhorou muito isso, mas a gente percebe que ainda existe essa dificuldade* (2023, informação verbal).

A cabeleireira e depiladora Eveline demonstra dificuldade em trabalhar com depilação masculina. Ela afirma que, apesar de ser uma profissão como as demais, não se sente confortável em fazer depilação íntima nos homens, até porque fica insegura de sofrer algum tipo de assédio no seu espaço de trabalho, então ela não atende o público masculino para esse trabalho.

> **Eveline:** *Eu não corto cabelo masculino, nem tenho curso para isso. E tem muito cabeleireiro masculino na cidade pra fazer isso, não precisa eu fazer. Agora, a depilação é um assunto complicado, viu! Porque eu até faço depilação masculina, nas orelhas, nariz, sobrancelhas. Mas depilação íntima é muito chato, né? Eu não consigo. Ah! Não, não tem jeito. Assim, se chegar aqui e tiver uma situação de necessidade, vai fazer uma cirurgia por exemplo e precisa de fato fazer, aí acho que eu faço, mas somente por estética, higiene ou porque quer fazer, eu não faço, porque pode acontecer de levar para outro lado, né? Trabalhar com homem não é fácil. Eles sempre colocam muita malícia em tudo e eu prefiro evitar. Acho que meu marido também não iria gostar* (2023, informação verbal).

Infelizmente, os dados estatísticos evidenciam que a violência vivenciada pelas mulheres, no mercado de trabalho ou em qualquer outro espaço do âmbito público, em algum momento ultrapassa o campo moral e psicológico e assume o que vem a ser a agressão física. Isso é um problema em muitos lugares do país; com os depoimentos das mulheres da pesquisa, fica nítido que, na região de Ivaiporã, sempre foi uma constante (desde 1950), algo percebido nos relatos das entrevistadas conforme o recorte temporal desta pesquisa.

Para além da questão dos assédios e das violências no mercado de trabalho e demais espaços públicos, a questão da violência doméstica ainda é um problema que chama a atenção na região, devido ao aumento de casos, de acordo com as estatísticas do Ipardes, apresentadas na Tabela 9. Esse número vertiginoso encontra sustentação também nos depoimentos de

mulheres que contribuíram para a pesquisa. Thaís Sobreira, farmacêutica e esteticista, relata que acontecem muitos casos de mulheres chegarem à clínica com hematomas e totalmente abaladas por terem sido agredidas por seus companheiros em casa, mas que não têm coragem de denunciar. A profissional da estética relata que muitas desabafam com ela e relatam que são controladas pelos maridos até no que elas leem, no que vestem ou com quem conversam. Ademais, muitas vezes são mulheres muito estudadas, com profissão estabelecida na cidade onde vivem e com independência financeira.

> **Thaís:** *Eu acompanhei um caso Vânia, de uma mulher que apanhou do marido. A câmera da casa dela registrou ele dando um tapa na cara dela de derrubar, chutando a barriga dela. Ela chamou a polícia e no caminho para a delegacia o pai impediu ela de denunciar, porque eles são pessoas muito conhecidas na cidade, com um nome de status e o pai não quis escândalo. Fez ela voltar para a casa dela e fingir que nada aconteceu. Ela não precisa dele pra nada na vida, nem do pai também. Tem uma estabilidade profissional muito boa, tem condições de se sustentar sozinha. Nem filhos com o desgraçado ela tem, mas não enfrentou, engoliu o choro e está lá vivendo com ele. Eu falei pra ela abrir o olho, que da próxima vez ele vai é matar ela. Dá pra entender um pai desse? Eu não entendo isso* (2024, informação verbal).

O relato de Thaís é pertinente para fazermos uma análise de como a sociedade que habita esse espaço de pesquisa ainda é patriarcalista. A atitude do pai demonstra uma cultura de que a violência no casamento é algo aceitável e que as convenções sociais são mais importantes do que a segurança e a vida das mulheres. A farmacêutica esteta Thaís contou que isso ocorre com todas as classes sociais, pois as mulheres que chegam a sua clínica, demonstram ou contam o ocorrido comprovam que violência não tem fronteira social. A profissional da estética pondera, porém, que se por um lado, as mulheres pobres têm menos condições financeiras de se desvencilhar dos casamentos, elas são mais livres no sentido de não estarem amarradas às convenções sociais em comparação àquelas de poder econômico maior, que se mantêm aprisionadas.

Tabela 10 – Indicadores de violência doméstica contra mulher na região de Ivaiporã (PR).

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER			
MUNICÍPIO	**2018**	**2023**	**AUMENTO PERCENTUAL**
IVAIPORÃ	152	196	28,95%
JARDIM ALEGRE	41	52	26,83%
LIDIANÓPOLIS	02	10	400%
SÃO JOÃO DO IVAÍ	38	49	28,95%
LUNARDELLI	19	30	57,89%
ARIRANHA DO IVAÍ	02	10	400%
ARAPUÃ	08	10	25%

Fonte: organizada por Joaquim Correa Gomes a partir de dados do Ipardes (2024).

Essa é uma questão que deixa claro o seguinte: as condições de segurança para as mulheres na região ainda são discutíveis, e a cultura do patriarcado, denunciada pelas feministas

do século XX, ainda se faz presente na região. As Tabelas 8 e 9 demonstram um aumento muito expressivo nos índices de violência contra a mulher, em alguns casos atingindo um índice de 400%. Essas estatísticas podem ser avaliadas por duas vertentes: primeiro, nem todas denunciam, portanto, o número de vítimas é ainda maior do que os que aparecem nas estatísticas; segundo, esse aumento pode ser resultado do acesso à informação que fez com que as mulheres passassem a denunciar mais, deixando, assim, mais transparente uma situação que já existia, mas que não era denunciada para oficializar dados.

Esse aumento significativo pode ser ainda resultado de políticas públicas criadas no século XXI que oferecem às mulheres condições de denunciar e buscar apoio e proteção contra a violência sofrida. A criação de delegacias especializadas que têm por finalidade atender mulheres em situação de risco e vítimas de violência pode ser vista como fruto dessas políticas públicas, o que contribui para o encorajamento de mulheres em efetuar as denúncias e saírem do silêncio que viviam. Outra ação das políticas públicas são as campanhas de orientação às mulheres vítimas de violência e de apoio psicológico e humano na busca pelo controle da própria vida. Esses são exemplos de iniciativas que têm contribuído para que cada dia mais mulheres se sintam fortalecidas a denunciar, assumir atitudes de independência e buscar autonomia.

O capítulo seguinte tem por finalidade conhecer um pouco sobre o universo feminino do século XXI nas cidades da região de Ivaiporã, por meio da contribuição oral de jovens mulheres que atuam em vários setores da sociedade, com formação em diversas áreas. Será possível pensar a dinâmica de trabalho e construção social feminina, a partir das práticas manuais, das atividades voltadas para a beleza, do envolvimento com a ciência e pesquisa, além de reconhecer suas aspirações enquanto mulheres em construção.

3 MULHERES NO SÉCULO XXI: EMPODERAMENTO, EMPREENDEDORISMO E NOVOS DESAFIOS

Este capítulo analisa como a segunda e a terceira gerações de mulheres entrevistadas nas cidades de Lidianópolis, Jardim Alegre e Ivaiporã ensejaram a busca pelo reconhecimento do universo feminino na região a partir da década de 1990. O objetivo é compreender as mudanças ocorridas na mesorregião nos últimos anos. Para tanto, o texto aborda o início dos anos de 1990, destacando os fatores importantes que impulsionaram o trabalho feminino e influenciaram diretamente as transformações do século XXI.

Inicialmente, analisa-se o conceito de empreendedorismo na região, impulsionado por incentivos e cursos do Sebrae na década de 1990. A disseminação do neoliberalismo é destacada como um fator que influenciou essa dinâmica de produção, com o objetivo de entender seu impacto não apenas local, mas em todo o estado. A seguir, busca-se compreender as novas configurações do empreendedorismo nos últimos 20 anos, impulsionadas pelo avanço da tecnologia e o acesso generalizado às redes sociais. Além disso, explora como a hortifruticultura nos municípios superou o modelo proposto pelo Sebrae, criando uma produção econômica e comercial baseada em inovação e criatividade.

Ao longo do capítulo, será apresentado um estudo sobre a abertura do mercado de trabalho na região para as mulheres. Para compor este estudo, foram analisados depoimentos de mulheres de diversas profissões, inseridas em classes sociais distintas e com diferentes graus de escolaridade, a fim de entender a expansão das atividades femininas e a entrada da mulher no mundo público.

Por fim, buscou-se refletir sobre a participação da mulher em diferentes segmentos políticos e sociais das cidades estudadas, tanto em papéis administrativos quanto em engajamentos sociais, para, assim, analisar como elas conquistaram a cidadania e se integraram nas esferas públicas e privadas, fora do âmbito doméstico.

Para compreender a relação existente entre a independência financeira e a autonomia feminina na região é preciso considerar a concepção de empoderamento. De acordo com Sardenberg (2006), o empoderamento para o feminismo envolve um processo de conquista da autonomia e da autodeterminação, em libertar-se da opressão imposta pelo patriarcalismo. O feminismo latino-americano concebe o empoderamento como uma estratégia que tem por finalidade desestabilizar a ordem posta pela desigualdade de gênero e dar às mulheres a força para assumir decisões sobre suas vidas e seus corpos.

> Para nós, feministas, o empoderamento de mulheres, é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminanação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um

> instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. Para as feministas latinoamericanas, em especial, o objetivo maior do empoderamento das mulheres é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com o a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. (Sardenberg, 2006, p.02)

Para o capitalismo, no entanto, o empoderamento é um instrumento utilizado por projetos de desenvolvimento por agências internacionais de financiamento, como o Banco Mundial, por exemplo. O termo está ligado ao engajamento por parte dos destinatários nos projetos propostos para erradicação da pobreza e a construção de democracias. Além disso, Sanderberg (2006) chama a atenção para o fato de que na lógica do desenvolvimento proposto pelas agências de cooperação internacional o empoderamento é algo pensado no campo individual, sendo que a valorização do coletivo não é destacada. É possível entender, pelos relatos das mulheres entrevistadas, que essa visão de empoderamento por meio da independência financeira e do mercado é hegemônica na região de Lidianópolis, Ivaiporã e Jardim Alegre. Isso é o que tem sido praticado entre as mulheres.

3.1 Os múltiplos papéis da mulher entre a vida pública e privada

Na atualidade, é perceptível o protagonismo feminino tanto na zona urbana quanto na zona rural. Nesse momento, é possível visualizar a superação de muitos estigmas que, até o final da década de 1980, eram muito fortes, como a questão da castidade, do casamento e da responsabilidade da mulher com a casa e com o marido. Essas situações hoje já não se fazem mais tão presentes no cotidiano das mulheres, e elas, de certa maneira, foram se impondo enquanto cidadãs. Isso se deve ao desprendimento de muitas mulheres em relação às tradições religiosas e educacionais que submetiam tantas mulheres ao poder patriarcal.

Essa realidade, no contexto geral da educação das mulheres no Brasil, tem a ver com a forma como as mães passaram a educar suas filhas a partir da década de 1980. Mary Del Priore (2014) ressalta que mulheres educadas por suas mães no mesmo regime conservador de suas avós passaram de modo muito diferente as duas décadas finais do século XX, pois estiveram envolvidas com uma formação mais libertária, desprendidas dos preceitos morais e religiosos a que a geração anterior fora submetida. Assim, a autora afirma:

> espremida entre uma educação antiquada e os ventos de um feminismo que ainda não entendera, a mulher casada brasileira rompeu um ciclo – fora educada pela mãe de modo muito semelhante ao que já ensinara a avó, no entanto dava à filha conselhos que construiriam gerações de mulheres diferentes [...] Elas educavam as filhas para serem mulheres preferencialmente casadas, mas independentes (Del Priore, 2014, p. 83).

Essa é uma marca das mulheres da segunda geração presentes nesta pesquisa. Ao ouvir as mulheres nascidas nos finais da década de 1960 e durante os anos de 1970, percebe-se uma preocupação em formar as filhas para uma vida diferente da que tiveram e com valores e posturas mais libertários no que diz respeito a ser mulher.

A professora Simone afirmou que ainda não sabe em que momento passou a se reconhecer como mulher, mas sua filha, jovem, já sabe muito bem fazer isso. “Eu não sei se já tenho essa construção de ser mulher, livre, independente, mas a Vitória (filha) sabe, ela tem essa noção e já age diferente de mim. Eu já me orgulho disso. Ela tem essa clareza e bate de frente, se impõe. Eu consegui ajudar ela a se construir assim” (Simone, 2024, informação verbal).

A artesã Maria Cardoso diz que ensinou suas filhas de uma forma bem diferente do que foi educada, para serem felizes, fazendo suas escolhas com responsabilidade, mas de acordo com suas vontades. “Eu sempre ensinei minhas meninas a buscar a felicidade delas. Queria que estudassem, não quiseram, tudo bem, não obriguei! Até o Ensino Médio, obriguei! Depois deixei escolher, mas não fiquei forçando e nem criando pecado. Ensinei a ter respeito pelas pessoas” (Maria Cardoso, 2024, informação verbal).

Já a pescadora Elza afirma que gostaria que as filhas tivessem se interessado pela agricultura e pela pesca, mas também sempre fez questão que elas estudassem para ter outras oportunidades e opções. Elas estudaram e hoje podem fazer suas próprias escolhas. “Eu sempre fiz elas estudarem. Todas estudaram, pelo menos um curso técnico elas fizeram e hoje estão aí, escolhendo o que querem fazer. Mas não obriguei ninguém casar e nem se sujeitar a coisas que eu me sujeitei. Eu apoio as escolhas delas e ajudo no que posso” (Elza, 2023, informação verbal).

No entanto, nem todas as mulheres nascidas nos finais das décadas de 1980 ou durante os anos de 1990 desprenderam-se das amarras religiosas. Muitas ainda têm uma educação religiosa muito forte que interfere em suas práticas e posicionamento cotidianos, mesmo que sejam mulheres independentes e capazes de tomar suas próprias decisões. Uma prova de que essa realidade está presente entre as mulheres até os dias atuais é o relato de Laís, quando afirmou sobre a importância de buscar Maria em suas práticas e condutas diárias, em uma tentativa de assemelhar-se à mãe de Jesus, para garantir o bem da família e a boa educação dos filhos. “Hoje eu mudei minha conduta de vida, me converti a Maria, pois acredito que nós mulheres precisamos buscar semelhança com a mãe de Jesus” (Laís, 2023, informação verbal).

Mesmo com a forte influência religiosa sobre a região, é nítido que as mulheres mais jovens, fundamentadas em uma educação liberal, demonstram as transformações ocorridas na

região após a década de 1980. Essas mulheres tiveram e ainda têm maior acesso à informação, à leitura e às novas tecnologias, bem como dispõem de mais possibilidades para ingressar em universidades. “Não pode ser considerado errado ou pecado a mulher ser independente. Trabalhar, fazer escolhas, dividir responsabilidades com o marido, isso tudo é normal e tem que ser visto como normal. Homem e mulher são responsáveis juntos pela família que têm” (Louínes, 2023, informação verbal).

Ainda assim, pelos depoimentos de muitas delas, é possível perceber que, para a mulher, há uma divisão entre aquilo que ela entende como trabalho ou profissão. Elas assumem as atividades remuneradas como uma necessidade de obter renda familiar ou uma forma de suprir os anseios de ser independente financeiramente. No entanto, ainda têm como obrigação as atividades domésticas: a maioria das mulheres, mesmo aquelas que pagam alguém para realizar o trabalho, ainda assumem como responsabilidade feminina. Pinsky (2018) afirma que, mesmo após a década de 1960, quando a mulher assumiu funções no mercado de trabalho, não deixou de ser a maior responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

> Não há como negar que, em muitas famílias, o trabalho da mulher continua sendo considerado complementar ao do homem. Se alguém tem que ficar em casa para cuidar de uma criança doente ou de um parente idoso, invariavelmente é a mulher. Como o salário da esposa é tipicamente considerado secundário para a família (até quando ela ganha mais), acaba tendo “menos direito” ao lazer que o marido (Pinsky, 2018, p. 536).

Essa é uma realidade perceptível entre as mulheres da pesquisa, pois, entre as entrevistadas, poucas não apresentam muita preocupação com as atividades domésticas. A maioria delas divide o tempo entre a profissão que exercem e as responsabilidades domésticas, que envolvem o cuidado dos filhos, o gerenciamento da casa e os cuidados com a alimentação da família.

Elas falam de suas profissões, de seus trabalhos, de seus empregos, como cada uma caracteriza, com muito respeito e amor, mas deixam claro que fazem isso paralelamente à responsabilidade que têm com a casa. “Eu ser cabeleireira, além de me realizar como profissional, porque é o que eu gosto de fazer, ainda me facilita para cuidar dos meus filhos, posso fechar, fazer meus horários e dividir o espaço com o cuidado com a minha casa e minhas crianças” (Eveline, 2023, informação verbal); “Hoje eu sou a mãe, sou a mulher do lar, sou eu que lavo a roupa, sou eu que lavo calçado, sou eu que vou lá no sítio ver o que precisa de insumos pra estufa, sou eu que vai lá no banco resolver se vai fazer empréstimo, se vai pagar empréstimo, sou eu que sai pagar as contas...” (Louínes, 2023, informação verbal); “Eu faço as duas coisas, sou mulher, empreendedora, sou produtora agrícola e sou dona de casa, porque eu gosto de ser responsável pela limpeza da minha casa, pelo preparo da comida do meu marido,

o cuidado com minha filha, não abro mão" (Laís, 2023, informação verbal).

Algumas se desvencilharam dessas obrigações. A advogada Andrea é categórica ao afirmar que não se permite viver condicionada às obrigações domésticas. Tendo a advocacia como profissão, ela afirma que os cuidados com a casa são divididos entre os demais membros da família. É perceptível que não internaliza a responsabilidade somente para si. "Eu não sou responsável pelo trabalho doméstico. Na minha casa, faz quem chegar primeiro em casa, ou eu ou meu marido, não importa. Se eu tiver que trabalhar eu vou, não fico pensando se tenho serviço para fazer em casa. Eu não sou 'do lar', não" (Andrea, 2023, Informação verbal).

Outra depoente que apresenta um desapego das atividades domésticas é a dentista Sandra, que afirmou que nunca foi apegada aos serviços domésticos nem se deixou levar pela cultura de que mãe precisa renunciar à própria vida para criar os filhos.

> **Sandra:** *Eu nunca deixei de trabalhar para cuidar de casa e nem fiquei me matando para manter tudo em ordem. Eu nunca fui do lar, não. Eu sempre fui de sair e trabalhar, nem quando minhas filhas eram pequenas eu fiz isso. Lógico, cuidei delas porque são minhas filhas e eu gostava de cuidar, mas se precisasse trabalhar eu ia, deixava com o pai, com minha sogra, que me ajudava muito. Nunca fui de ficar me sentindo culpada, porque sabia que elas estavam bem. Sempre dei muito amor, muita atenção, eduquei, fui e sou presente, mas deixei voar, até para aprender a se virar, né? E por causa de casa então, nunca parei minha vida por causa de serviço de casa.* (2024, informação verbal)

Porém, esse modelo de mãe e mulher não reflete a maioria da região. Em geral, as mulheres ainda pensam de forma que se sentem obrigadas a servir a família. Trabalham, são independentes, constroem carreiras, fazem escolhas, mas, em grande parte, fazem tudo isso paralelamente ao compromisso com a família. As mulheres casadas se submetem aos filhos e aos maridos, e as solteiras acabam se responsabilizando por pais e sobrinhos; isto é, cuidar da família ainda é, culturalmente, papel da mulher.

Mesmo com as opções de ingressar no mercado de trabalho remunerado, construir uma carreira ou não ter uma família, as mulheres das cidades pesquisadas ainda apresentam fortes características da cultura cristã, conforme apontado por Tedeschi (2009). A função da mulher, em qualquer situação, ainda é a de cuidar da família e dos afazeres domésticos. Seja como responsabilidade principal ou como uma extensão de suas atribuições profissionais, são elas que continuam sendo cobradas (e se cobrando) em relação aos cuidados diários do lar. Isso, porém, não é uma questão ruim, de acordo com o olhar da professora Louínes, uma vez que ela assume todas essas funções e não se reconhece como dona de casa, mas como professora. Ela afirmou que tem o controle da família em suas mãos, tendo isso como uma conquista dela, por ser consultada em todas as decisões que o esposo precisa tomar ou colocada a par de todas as atividades desenvolvidas por ele. "Apesar de ter uma vida fora de casa... sempre tive, sempre

trabalhei fora, minha casa é meu espaço de domínio. Tudo que acontece lá passa por mim, não vejo como exploração, mas como respeito à autoridade que eu exerço ali dentro (Louínes, 2023, informação verbal).

Louínes é professora, cuida da família, é empreendedora e cursa faculdade, em uma rotina bastante dinâmica. Ela afirmou que são as próprias mulheres que se fecham achando que os homens são mais capazes. Segundo Louínes, isso não pode acontecer, pois as mulheres precisam aproveitar a influência que exercem sobre os homens e ocupar os espaços que são delas por direito.

> **Louínes:** *Eu acho que a mulher hoje, pode ter muita influência, e, se em todos os lugares soubessem aproveitar a importância que nós temos, porque às vezes a própria mulher fecha as oportunidades que têm, achando que o homem é mais capaz, e muitas vezes a mulher sabe muito mais que o homem, então assim... temos que saber ocupar os espaços que encontramos pela frente e ir nos apossando* deles (2023, informação verbal).

Uma questão que deixou de ser tão importante para as mulheres dessa terceira geração delimitada na pesquisa é o casamento. Hoje, as mulheres não têm mais o casamento como algo fundamental para suas vidas; quando o têm, não fazem mais tanta questão da oficialização.

> **Ludimila:** *Hoje, aqui na Assistência Social, o que eu vejo, são muitas mulheres vivendo com seus companheiros, sem a obrigatoriedade do casamento, principalmente o religioso. Isso pode estar acontecendo porque a união estável já garante o direito patrimonial em caso de separação, mas vejo também que é uma questão de cultura, as mulheres não têm mais aquela preocupação de ficar falada se não casarem, de estarem vivendo em pecado, isso mudou muito. Eu, como mulher, particularmente vejo isso como uma construção do casal, se quiserem, casam, senão, vão ser feliz e pronto, acabou! Sem essas obrigações que muitas vezes não passam de convenções. Às vezes nem vivem bem* (2023, informação verbal).

O depoimento da assistente social Ludimila não reflete uma opinião pessoal, mas é fruto das observações que ela faz do seu cotidiano, das mulheres que frequentam seu ambiente de trabalho todos os dias. Quando ela fala do casamento como algo que já não está mais no topo das prioridades da mulher, ela o faz com base no número de mulheres atendidas por ela e que não são casadas no religioso, mas vivem em união estável. Segundo ela, é uma prova de que as pessoas continuam construindo uma vida conjugal, mas sem tantas cobranças. Ela própria afirmou que casamento não é algo que tem como objetivo na vida, pois sua prioridade, no momento, são os estudos, a carreira, sua individualidade.

Essa é mais uma das transformações vivenciadas no século XXI e que atinge diretamente as mulheres, porque, além de mexer com a cultura e com a educação feminina, ainda libera a mulher das obrigações morais impostas pelo casamento religioso. Ademais, mesmo as mulheres que se casaram oficialmente, têm outro olhar sobre a vida conjugal e suas obrigações para com o casamento. Mary Del Priore (2014, p. 83) ressalta:

> [...] caiu, na década de 1980, o número de casamentos legalizados, assentados nos cartórios, assim como as cerimônias religiosas. Gente casando menos? Não. "Juntando mais". O reconhecimento da "união estável" foi o próximo passo, e a expressão substituiu, em 1988, o velho e conhecido termo "concumbinato" [*sic*] na Constituição da República. Mas, uma vez acabado o amor, casais se separavam (Del Priore, 2014, p. 83).

Atualmente, muitas são as mulheres que optam por ser solteiras e investir em suas carreiras. A psicóloga Lely afirmou que, por uma questão religiosa e uma educação muito conservadora, até seus 17 anos, nem sonhava em ser a mulher que é hoje. Pensava em se casar e ser do lar, porque era isso que era ensinado para ela. Todavia, no final do Ensino Médio, quando viu a possibilidade de fazer um curso superior e exercer uma profissão, o casamento deixou de ser uma necessidade e passou a ser algo para se pensar no futuro.

> **Lely:** *Até os meus 17 anos eu fui criada para ser do lar. Eu ia me casar e cuidar da minha família. Eu nunca pensei em sonhar em ser alguém; nunca pensei que um dia seria o que sou hoje. Fui criada na igreja, recatada, tive muitos poucos relacionamentos. Mas, depois do Ensino Médio que percebi que poderia ter uma profissão e ter um futuro melhor, eu foquei em estudar e ajudar minha família. Nunca mais lembrei de casamento. Mas em algum momento da minha vida eu fiquei meio preocupada em não poder ser mãe, mas fiz terapia e entendi que eu não estava nesse momento da minha vida; tinha outras coisas que eram prioridade pra mim naquele momento. Hoje, eu penso em me casar, constituir uma família, mas se eu não tiver alguém que valha a pena para fazer isso comigo, prefiro ficar sozinha* (2023, informação verbal).

A assistente social Ludimila conta que começou a namorar aos 15 anos de idade e namorou por oito anos, mas o Serviço Social abriu sua mente, e ela viu que casamento não era o que ela realmente desejava para a vida, então rompeu o namoro e teve de enfrentar a família que não aceitava a situação, uma vez que seus familiares acreditavam que ela se casaria e teria uma família para cuidar.

> **Ludimila:** *Eu comecei a namorar muito cedo, com 15 anos. Quando olho as meninas novinhas namorando, eu penso: "Meus Deus, não faz isso não!," porque amarra muito. O namoro amarra muito uma mulher. Quando eu fui para a universidade, comecei a repensar minhas intenções, comecei a perceber que aquela ideia de casamento já não me agradava mais. Eu não me via mais naquela vida e, depois de oito anos de namoro, eu rompi. Meus pais quase enlouqueceram, minha mãe principalmente porque eles já tinham ele como filho. Mas não era o que eu queria, então eles acabaram aceitando e eu fiz a melhor escolha da minha vida. Mas ouvi muito as pessoas dizerem: "Tá louca! Outro igual a ele você não encontra nunca mais!" Eu ouvi isso, mas não me arrependo. E até hoje a cobrança é muito grande. As pessoas falam: "Mas com 28 e não casou ainda, não pode, todo mundo precisa casar e ter um companheiro". E vejo muito isso também com as mulheres que atendo, muitas estão em um casamento por convenção, costume, enfim, e muitas preferem viver sozinhas ou viver juntos mas sem casamento oficial. E não são poucas o número das que estão optando por vida solo* (2023, informação verbal).

Essas mudanças começaram a despontar nos anos de 1980, com as novas conquistas do Movimento Feminista, e se firmou com a Constituição de 1988, a qual definiu que todos os cidadãos têm os mesmos direitos e deveres. A inserção das mulheres no mercado de trabalho,

com rendas compatíveis às dos homens, também levou a mulher a se preocupar menos com o casamento, pois tinham independência financeira. Essa já era uma mudança que vinha acontecendo desde o final da década de 1970 e tem se tornado cada dia mais uma realidade palpável para um número maior de mulheres.

> Mas, de modo geral, as mudanças significativas no casamento só vão ocorrer realmente quando as mulheres conquistarem seus direitos à igualdade política e se inserirem efetivamente no mercado de trabalho. Nader confirma tal assertiva quando afirma que à medida que as mulheres passam a integrar a população economicamente ativa, elas tendem a não aceitar permanecer em um casamento que a deixa infeliz [*sic*] (Vitória, 2010, p. 42).

As mulheres mais jovens, educadas a partir da década de 1990 e início do século XXI, defendem a ideia de que a mulher deve ter os mesmos direitos políticos, sociais, profissionais e sexuais que os homens.

> **Eveline**: *Por que as mulheres não podem assumir os mesmos papéis que os homens? Elas podem sim, trabalhar fora e estudar. Ter sua casa, sua família, ser independentes, ser mães solos, escolher uma produção independente. Se os homens podem, nós também podemos, ué!* (2023, informação verbal).

A professora Rafaela reforçou a importância da continuidade das conquistas por direitos. Como professora, ela se reconhece como alguém que tem a função de formar as mulheres da próxima geração. Jovem, com 29 anos de idade, ela disse que a educação é o caminho para superar as barreiras que ainda existem. Afirmou que foram as mulheres de sua casa, mãe e irmãs, aliadas às professoras que teve na vida, as responsáveis por ajudá-la a se construir como mulher; Rafaela diz também que entende que a luta por igualdade ainda é muito grande e, como professora, tem o papel de ajudar nessas conquistas. “Se quisermos um futuro melhor, precisamos contribuir para que todas tenham as mesmas oportunidades que tivemos e que os nossos títulos, que hoje são exceção aqui na cidade, deixem de ser uma exceção para as mulheres. Só aí teremos cidadania feminina de verdade” (Rafaela, 2024, informação verbal).

É uma geração mais consciente de seus direitos e suas potencialidades. Elas acreditam em si mesmas, não apresentam tantos medos e inseguranças quanto ao julgamento social diante de suas condutas, são mais bem resolvidas. Por outro lado, admitem que a sociedade ainda é muito conservadora e que a mulher ainda tem muitas barreiras para transpor. Ludimila é uma jovem assistente social que tem uma vivência dinâmica com as mulheres da região. Nasceu e mora em Jardim Alegre, estudou em Ivaiporã, com muitas outras mulheres vindas de diferentes municípios da região, e trabalha em Lidianópolis.

> **Ludimila:** *Na nossa região é bem complicada ainda a questão do patriarcado, o coronelismo é muito presente em todos os espaços. E aí eu vejo que é bem difícil para as mulheres conseguirem conquistar seus espaços e muitas vezes, quando você vai contra aquilo que é um padrão, você é marginalizada. Eu acho que principalmente a*

> *questão religiosa ainda pesa muito, vejo que é uma forma de pressionar as pessoas a seguir o padrão. Falo isso pelo que observo nas mulheres com quem trabalho e principalmente das que eu atendo aqui na Assistência. A religião ainda pressiona a mulher a casar, ser submissa ao marido e cuidar dos filhos e da casa, então acho que a religião, acaba condicionando as mulheres. E quem sai fora desse modelo padrão, que já foi criado lá atrás, é julgada e condenada* (2023, informação verbal).

Fica evidente, portanto, a mudança na postura das mulheres mais jovens. Hoje, já não se contentam mais em apenas trabalhar para ajudar o marido, ou para ter renda para a sobrevivência. Em seus depoimentos, demonstram uma preocupação com outros fatores de reconhecimento, como busca do prazer e da felicidade por meio de suas próprias conquistas, independência e casamento, este como construção de companheirismo e cumplicidade.

> **Louínes:** *Nós, como mulheres, independente da escolha que a gente faz, se é ser uma mulher do lar, se é ser uma administradora, se é trabalhar, ou se é ter uma outra função, eu acho que a mulher ela é como uma árvore, ela abre os galhos, ela consegue fazer tudo aquilo e mais um pouco* (2023, informação verbal).

São mulheres mais conscientes e mais abertas para a discussão de assuntos que eram mais delicados para tratar com as mulheres mais velhas, principalmente as da primeira geração. Liberdade sexual, ter filho ou não, casar ou não são assuntos dos quais elas não fogem e na maioria das vezes, não apresentam muita preocupação com a opinião alheia. A farmacêutica e esteticista Thaís fala abertamente que, embora tenha tido uma filha, não tem instinto materno nenhum. “Eu amo a Milena (filha), ela é a melhor coisa que aconteceu na minha vida, mas é a única, não vou ter mais, não planejei nem ela. Nunca quis ter filhos... nunca gostei de crianças! Não tenho instinto materno não” (Thaís, 2024, informação verbal).

É interessante analisar a forma tranquila como Thaís assume seus sentimentos enquanto mulher e mãe, sem se preocupar com os julgamentos da sociedade. Na prática, Thaís é uma mãe muito zelosa, presente na vida da filha em todos os sentidos, inclusive não abre mão de cuidar da educação da menina pessoalmente. Além disso, demonstra que faz isso com muito amor. Tem uma relação de muita cumplicidade com a filha. Não obstante, assume que não tem instinto maternal que tanto foi imposto às mulheres até o final do século XIX.

Outro assunto que tem uma abertura maior para ser discutido entre as mulheres jovens é o racismo. As mulheres negras da terceira geração falam abertamente sobre o racismo que sofreram ou sofrem, denunciam, não criam tabu, diferentemente do que faziam as mulheres das gerações de suas mães e avós. Essa mudança de postura deve-se ao fato de as mulheres do século XXI estarem mais bem informadas, terem amparo da lei e serem mais conscientes da importância de ocuparem os espaços que lhes cabem por direito. Isso, contudo, não faz o racismo ser menor, pelo contrário, ele ainda continua muito forte e causando muitos impactos negativos sobre as pessoas negras, principalmente as mulheres que sofrem com as

desigualdades de gênero. “O racismo é um pilar que estrutura as relações raciais no Brasil” (Silva *et al*., 2020, p. 16).

Embora não seja um objetivo desta pesquisa fazer um estudo aprofundado sobre racismo, o trabalho conta com a participação de mulheres negras; portanto, não é possível deixar de fazer uma reflexão sobre a temática. Ao longo do tempo, são perceptíveis as mudanças entre as mulheres da terceira e aquelas da primeira e segunda gerações, não somente quanto à abertura para discutir o assunto, mas também em relação ao enfrentamento para a superação do preconceito e da desigualdade racial no meio em que vivem.

O racismo é tão estrutural que, por muitas vezes, as pessoas não percebem a discriminação que estão sofrendo. Ao ser questionada sobre o preconceito racial e se já foi vítima de racismo, a diarista Roseli afirmou que, nos tempos de escola, os colegas a chamavam de “nega preta” e que ela não gostava. Depois de adulta, no entanto, diz que nunca vivenciou o racismo ou o preconceito. A despeito disso, salientou que no trabalho de boia-fria a maioria das pessoas eram negras e que nos supermercados e demais comércios não havia negros trabalhando. Roseli não percebe que isso faz parte de um racismo estrutural, pelo fato de ser algo velado. Mesmo sem ser verbalizado, é visto na prática, ao se observar que os trabalhos braçais ficam com a população negra, e o trabalho mais leve ou que exige atividade intelectual é destinado aos brancos.

A psicóloga Lely afirma que há preconceito e racismo na sociedade e que ela já vivenciou muito isso, porém muitas vezes não percebeu justamente por estar enraizado na sociedade, de forma naturalizada. “Eu me lembro que uma vez eu estava varrendo o quintal da minha casa e chegou uma pessoa e perguntou: sua patroa está aí? Na hora nem dimensionei o peso daquela pergunta, hoje é que percebo” (Lely, 2023, informação verbal).

Relatos como o da psicóloga demonstram a relação que as pessoas fazem entre o trabalho da empregada doméstica com a mulher negra, como se essa atividade fosse naturalmente uma prática destinada às pessoas negras, no caso, mulheres, porque há outro estereótipo de que atividade doméstica é coisa de mulher. Muitas foram as tentativas de entrevistar um número maior de mulheres negras para esta pesquisa, porém boa parte delas não quiseram falar sobre suas vidas, possivelmente na tentativa de se preservar ou simplesmente por não gostarem de falar sobre o assunto, uma vez que a realidade é bastante desanimadora para elas.

Lely afirma que já sofreu muitas situações de preconceito e discriminação em seu espaço de trabalho, mas, na maioria das vezes, não reagiu por não conseguir provar ou por não se sentir forte o suficiente no momento para enfrentar a situação.

> **Lely:** *Já pediram para eu prender o meu cabelo, sem justificativa, porque eu não sou enfermeira, nem salubridade eu recebo. Aqui, neste espaço de trabalho só as enfermeiras são orientadas a prender os cabelos para trabalhar e nem todas prendem. Mas, pediram para eu prender o meu. E o pior é que eu prendi. Isso que tem hora que eu olho e penso. "Nossa! Como eu aceitei isso?" Mas eu me perdoo, porque entendo que na época eu não tinha condição, não fui ensinada e nem preparada pra combater o racismo. Fui ensinada a ficar calada. [...] Até hoje, tem muita gente aqui que não aceita passar comigo porque eu sou negra. Eu sei. Só que daí, ele não vai chegar lá no meu gestor e falar: não quero ela porque é negra, daí vai inventar defeito que não existe. Já falei isso! Ninguém se importa! As pessoas querem provas. E eu não posso fazer nada. E isso é muito doloroso* (2023, informação verbal).

O relato de Lely não é a representação de uma experiência individual dela, mas de muitas mulheres que vivenciam todos os dias as mesmas situações, fato que é comprovado pela própria psicóloga, que afirma receber meninas e jovens que passam por essas mesmas situações, o que lhes causa sofrimentos. Segundo Ferreira *et al*. (2020, p. 16), "para algumas meninas negras assumir o cabelo crespo e impor orgulhosamente sua negritude merecedora de respeito trata-se de uma questão identitária e de resistência. Para outras, se mostrarem dessa maneira é motivo de angústia diante das situações enfrentadas". Essa é uma realidade que Lely afirmou acontecer com maior intensidade do que se imagina entre as mulheres, principalmente as meninas, na região de Ivaiporã, sobretudo em Lidianópolis, cidade em que ela atua como psicóloga.

A cabeleireira Eveline afirmou que recebe semanalmente, em seu salão de beleza, mulheres negras que buscam alisar os cabelos e mantê-los lisos e hidratados. Segundo frisou Eveline, muitas alegam aderir a essa prática por praticidade; por outro lado, algumas assumem que evitam os cabelos crespos, pois são discriminadas por isso e, assim, não se sentem à vontade, preferindo mantê-los lisos.

> **Eveline:** *Eu tenho uma clientela fixa, todos os sábados vêm fazer hidratação, escova, enfim, cuidar dos cabelos. E tenho uma clientela, que são mulheres que têm os cabelos crespos, mas alisam, daí precisam vir toda semana hidratar e retocar. Muitas dizem que é por praticidade. Cuidar de cabelo crespo não é fácil. Mas tem muita mulher que assume que alisa porque as pessoas discriminam* (2023, informação verbal).

Apesar de algumas mulheres ainda sofrerem com a discriminação e o preconceito, a mudança de comportamento é visível, sobretudo entre as mulheres mais jovens e com maior grau de escolaridade, que têm mais facilidade em assumir a negritude, falam abertamente sobre os problemas vividos e sentem orgulho do seu reconhecimento. Existe uma identidade. Ludimila se reconhece como mulher preta e fala isso com muita autoridade, mas fala com certa tristeza que a mãe sofreu muita discriminação familiar por ser negra. Ela afirma que os avós paternos não aceitaram bem o casamento, o que ocasionou alguns problemas de relacionamento do pai de Ludimila com a família, tendo em vista que ele optou pelo casamento e deixou os pais

de lado. Ela própria afirmou não ter vivenciado situação de preconceito ou discriminação racial, mas acredita que isso se deve ao seu cabelo.

> **Ludimila:** *Eu sou mulher preta, me reconheço assim, porque olha pra mim! Eu sou preta. Mas as pessoas não me tratam como tal, porque apesar da minha cor, o meu cabelo é muito liso, acho que por causa da mistura de minha mãe negra, com meu pai loiro, eu nasci assim: preta de cabelo muito preto, mas lisinho e as pessoas então camuflam minha negritude, pois no Brasil a cor da pele está ligada ao cabelo crespo, ou "pixaim" como costumam dizer, e o meu não é. Olha que até nisso tem preconceito, se não tiver cabelo crespo não é negro! Então, nunca sofri discriminação, mas minha mãe, sim. Meu irmão é branco, tenho uma irmã adotiva que é branca e ela foi questionada de onde estava a mãe das crianças. Puxa, isso dói!* (2023, informação verbal)

O reconhecimento e a noção de pertencimento resultam das lutas dos movimentos e grupos negros, que promoveram conquistas de direitos responsáveis por ampliar as oportunidades de acesso da população negra ao mercado de trabalho e, principalmente, à educação, exemplificado pela aprovação da Lei nº 10.639/2003. Essa Lei determinou a obrigatoriedade do ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nas escolas, além de estabelecer o dia 20 de novembro como o dia da Consciência Negra. Hoje, essa data já consta como feriado em calendários escolares. Em 2008, foi criada a Lei nº 11.645/2008, que reforçou a obrigatoriedade e a importância do ensino de história da cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas ou privadas até o final da Educação Básica, ou Ensino Médio.

São políticas públicas que trouxeram consigo outras leis e conquistas, mas que, acima de tudo, restauraram nas crianças e jovens negros a identidade enquanto grupo étnico e o orgulho da cor de sua pele e da sua história. História que passa a ser contada em uma outra vertente, agora não mais como escravos, mas escravizados, que fizeram a diferença no desenvolvimento do país, não apenas no desenvolvimento da economia, mas também na formação cultural e religiosa da sociedade brasileira.

De acordo com Clóvis Carvalho Brito (2012), essas mudanças são frutos de lutas de grupos que, ao longo da história do Brasil, desdobraram-se para buscar os direitos da população negra. Outrossim, a identidade passou a ser firmada quando as ciências sociais passaram a devotar parte de seu tempo a estudos sobre a história de vida dos grupos, dando visibilidade à sua importância para a sociedade da qual fazem parte. "Há algumas décadas, os estudos de histórias de vida e de grupos tornaram-se matéria importante para as ciências sociais por esboçarem as interações dos indivíduos, percebidos como sujeitos de ação social tecida a partir de uma rede de significados" (Brito, 2012, p. 435).

Isso demonstra o quanto as políticas públicas são importantes para a inserção de grupos minoritários nos espaços públicos. Ludimila, como assistente social, afirmou que as políticas públicas são necessárias não apenas para atender a uma demanda social, no sentido de

assistência, igualmente importante, mas também para garantir a interação entre sujeitos e inserir pessoas nos seus espaços de pertença. “A política pública não atende apenas às demandas práticas, isso também, mas elas são mais que isso, elas garantem os direitos sociais e civis, colocam os sujeitos nos seus lugares de direito, permitem o acesso à educação, à cultura e ao desenvolvimento humano” (Ludimila, 2023, informação verbal).

Desse modo, é possível perceber que, no século XXI, portas foram abertas para a formação de mulheres mais receptivas às mudanças, ao debate e enfrentamento de preconceitos e machismos na sociedade. Isso porque foram formadas pelas mulheres da segunda metade do século XX para não se submeterem aos julgamentos e às barreiras a que estas foram submetidas.

Perceber essas mudanças e poder analisar até que ponto as mulheres da terceira geração estão dispostas a conquistar novos direitos e se impor como cidadãs com autonomia para ocupar seus espaços de direito é fundamental para compreender o trabalho realizado por elas até hoje e as conquistas já alcançadas.

3.2 Novas possibilidades do mercado de trabalho no século XXI - o empreendedorismo, o artesanato, a beleza e a culinária como profissão feminina na região de Ivaiporã

Nesta parte da pesquisa, foi feita uma análise sobre as atividades manuais exercidas pelas mulheres na mesorregião de Ivaiporã nos últimos 30 anos, focando em artesanato, culinária e serviços de beleza, com atenção especial às novas formas de organizar essas práticas de trabalho, com o uso de tecnologias e a expansão para novas áreas de abrangência, sobretudo no campo da culinária, com o aumento da demanda por cobertura de festas de aniversários, casamentos e eventos de outras naturezas.

O objetivo é analisar a influência da chegada do Sebrae na cidade de Ivaiporã na década de 1990. Este estudo abrange como a atuação do órgão, que se expandiu para toda a região, incentivou a criação de cooperativas e pequenas empresas, além de incentivar mulheres a entrar no mundo dos negócios e conquistar sua autonomia. Por fim, o texto busca reconhecer a formação técnica e acadêmica dessas mulheres para exercerem suas funções nesses ramos de atividades.

O século XXI trouxe novas características ao conceito de beleza, sobretudo no que se refere à aparência feminina. Nesse novo contexto, a mulher brasileira passou a mudar seu comportamento em relação ao aspecto físico, ao cuidado com o corpo, à higiene, aos tratamentos de beleza e à sua postura diante do ato de se cuidar. Del Priore (2014) afirma que este é um século no qual, diferentemente das avós que valorizavam muito o cuidado da alma,

as jovens mulheres buscam salvar o corpo por meio de procedimentos estéticos e intervenções que garantam beleza e rejuvenescimento.

O cuidado com a pele, a busca pelo corpo perfeito e a exposição do corpo por meio de novas vestimentas – roupas mais curtas, leves, transparentes, decotes avantajados e calças justas – levaram o corpo a ser alvo de uma exigência extrema de cuidado. Essa exigência se baseia não necessariamente na saúde, mas na beleza estética.

> A pele tonificada, alisada e limpa apresenta-se idealmente como uma nova forma de vestimenta, que não enruga nem "amassa" jamais. Uma estética esportiva voltada ao culto do corpo, fonte inesgotável de ansiedade e frustração, levou a melhor sobre a sensualidade imaginária e simbólica. Diferentemente de nossas avós, não nos preocupamos mais em salvar a alma, mas sim o corpo da desgraça da rejeição social. Nosso tormento não é o fogo do inferno, mas a balança e o espelho. "Libertar-se", ao contrário do que queriam as feministas, transformou-se em sinônimo de lutar, centímetro por centímetro, contra a decrepitude fatal – decrepitude agora, culpada, pois o prestígio exagerado da juventude tornou a velhice vergonhosa (Del Priore, 2014, p. 176).

Essa necessidade de manter-se jovem, do cuidado excessivo com a beleza, a estética e a aparência, abriu espaço para um mercado de consumo de produtos e procedimentos que envolve muitas mulheres, não apenas fazendo parte da corrida pela juventude eterna, mas como trabalhadoras, profissionais dos diferentes ramos associados aos cuidados com a beleza feminina.

Segundo a cabeleireira Eveline, dona de um salão de beleza voltado para o atendimento ao público feminino, o século XXI é o século dos cuidados com a pele, com os cabelos, com o corpo, enfim, da beleza de forma geral. "As mulheres de hoje são mais vaidosas, sim, são muito mais preocupadas em não ter manchas na pele, em ter um cabelo bem hidratado. Como trabalham fora, precisam estar sempre apresentáveis (Eveline, 2023, informação verbal).

Atuando como cabeleireira, maquiadora e depiladora, Eveline afirmou que a cada dia tem se tornado mais intensa a busca das mulheres pelos salões de beleza. Isso acontece, segundo ela, porque a mulher precisa cuidar mais da imagem, por conta do mercado de trabalho, que exige mulheres de aparência mais bonita. Além disso, as mulheres conquistaram a independência financeira, podendo agora dedicar parte de sua renda a si mesmas. Isso não era possível quando dependiam financeiramente de seus maridos ou pais.

> **Eveline:** *Hoje as mulheres se cuidam muito mais. É um corte de cabelo diferente, uma hidratação nos cabelos e na pele, uma depilação bem-feita, penteados que deixam com ar mais feminino. Mudam a cor dos olhos, dos cabelos, fazem procedimentos cirúrgicos para corrigir defeitos no corpo que elas não gostam. Mas, na realidade, a mulher sempre foi assim, sempre gostou de se arrumar. O problema é que não tinham dinheiro. Hoje, elas trabalham, ganham seu próprio salário, são independentes e pagam suas vaidades. É muito triste quando entra uma mulher aqui no salão que não tem renda própria, depende do marido para pagar a conta. Elas precisam vir antes, saber quanto custa o procedimento que querem fazer, daí vão*

> *para casa, convencer os maridos, ou levantar esse dinheiro de alguma forma para depois virem fazer. Daí, eles pagam e se acham no direito de escolher o que elas vão fazer, cor do cabelo, comprimento, tipo de penteado ou maquiagem. Muitas fazem escondido, pagam um valor e dizem para os maridos que pagou outro valor bem menor, enfim, tem de tudo, mas a verdade é que mulher gosta de andar bonita. Isso faz parte do nosso universo* (2023, informação verbal).

Essa preocupação crescente com a beleza, com o corpo e com a aparência física é algo discutido por Sant'Anna (2018), que ressalta uma trajetória de construção da necessidade da mulher se tornar cada vez mais bela. Segundo a autora, a indústria apoderou-se do discurso da beleza para vender produtos e fazer a mulher sentir cada vez mais a necessidade de ter um corpo padrão, ditado pela indústria da moda e da beleza: mulheres magras, cabelos lisos e rosto bem-definido, sem marcas de expressão. Conforme Sant'Anna (2018), a década de 1960 foi marcada pela indústria dos cosméticos e medicações para alcançar os padrões de beleza impostos pela indústria cultural. Posteriormente, a autora discorre que, nos anos de 1980, começou a corrida pela saúde e superação da obesidade, surgindo, nesse processo, a academia como arma contra a gordura e o envelhecimento.

Ainda de acordo com Sant'Anna (2018), com o passar das décadas, a necessidade de manutenção da juventude e da beleza tornou-se cada vez maior, até a chegada do século XXI, com o advento das cirurgias e de procedimentos estéticos, revelando uma preocupação exagerada com a beleza e a aparência física. Nessa luta pela eternização da juventude e da beleza, a autora afirmou que os indivíduos, sobretudo as mulheres, têm se tornado escravos de procedimentos, que, apesar de garantirem a imagem buscada, têm causado uma exaustão no corpo e na mente.

> Não por acaso, vale tudo: cirurgias, preenchimento facial, rejuvenescimento por *laser,* bronzeamento, branqueamento, mas também adesão a vários tipos de moda, ou antimoda, regimes, meditação...o corpo necessita. Essa é a época propícia para defendê-lo e cultuá-lo, mas também para extenuá-lo e por ele se perder (Sant'Anna, 2018, p. 124).

Thaís, que trabalha com estética e cuidados com a pele, conta que existem muitos procedimentos estéticos que ela não faz, porque, apesar de apresentarem bons resultados momentâneos, podem, a longo prazo, danificar muito a pele e até causar problemas de saúde. No entanto, ela relatou que muitas mulheres buscam esses tratamentos em outras clínicas. "Tem procedimentos que eu não faço, como é o caso do *peeling* de fenol, por exemplo. Acho muito invasivo para realizar em uma clínica estética. Precisa ser feito com acompanhamento médico. Eu nem recomendo fazer na realidade" (Thaís, 2024, informação verbal).

Quando questionada sobre a relação das mulheres com a estética, Thaís relata que os perfis são variados, existem mulheres preocupadas com os cuidados básicos com a pele e que

são frequentes em sua clínica, bem como mulheres que vivem para a beleza. Segundo ela, muitas deixam de comprar coisas básicas, de necessidade diária, para ter dinheiro para fazer procedimentos estéticos. Assim como há algumas que pagam um valor exorbitante e não vão fazer o procedimento, ou não seguem as orientações para o bom resultado do tratamento.

> **Thaís:** *Tem mulheres conscientes que cuidam da pele, tem outras que são paranoicas, vivem pra isso, gastam o que têm, o que não pode para realizar procedimentos estéticos e têm algumas meninas que pagam e não aparecem para realizar. Parece que tem a ilusão de que se pagar vai ter a beleza garantida, o corpo desejado e assim por diante. Eu conheço mulheres que deixam de comprar o necessário para a própria sobrevivência para gastar com estética. Existe de tudo nesse mercado, porque a mídia faz uma lavagem cerebral muito grande* (2024, informação verbal).

Os relatos de Thaís e as considerações de Sant'Anna (2018) demonstram que, além de uma valorização exagerada do corpo perfeito e da beleza, a sociedade se tornou excessivamente voltada para o mercado da beleza. Há uma futilização na qual a própria saúde é sacrificada em troca de uma beleza e juventude momentâneas. A agroempreendedora Laís tem sua rotina voltada para os cuidados com a família e seu trabalho na fabricação de doces, porém afirmou que, pelo menos três vezes por semana, se levanta às cinco da manhã e vai para a cidade fazer academia. Também afirmou que não deixa de tirar um tempo para cuidar do cabelo e da aparência, pois a imagem importa muito para a mulher no mercado de trabalho. “Menina, preciso cuidar da minha imagem. Faço a divulgação dos meus doces tudo pelo Instagram, imagina aparecer descabelada, toda feia, quem vai se animar a comprar?! A imagem conta muito, principalmente para as mulheres” (Laís, 2023, informação verbal).

Essa realidade apresentada por Laís está relacionada ao que Sant’Anna (2014, p. 181) chama de “aspecto empresarial da aparência”. Segundo esse conceito, a imagem passa a compor parte de um produto e adquire muita importância tanto para o mercado de trabalho quanto para a interação social. Nesse contexto, um corpo bem-cuidado, dentro dos padrões da estética, e uma imagem bonita pode ser um passaporte para o sucesso. Quanto a isso, a autora discorre que

> Desde a década de 1980, melhorar a aparência ganhou um aspecto claramente empresarial nos conselhos de beleza, na publicidade, nos cosméticos, alimentos e produtos para a boa forma: era necessário identificar as oportunidades para otimizar a performance física, conceber o corpo como um ente carente de investimentos e, ao mesmo tempo, um campo muito propício para realizá-los (Sant’Anna, 2014, p. 181).

Com tanta ênfase dada à beleza, associadamente à cobrança sobre as mulheres, para se apresentarem com corpos bem-definidos e imagem impecável, o mundo da beleza abriu um leque de novas profissões. Os salões de beleza viraram verdadeiros espaços de transformação, em que as mulheres pagam muito caro para atender aos padrões impostos pelas convenções sociais. Isso chamou a atenção de muitas jovens que, por gostarem do ramo e verem nele um caminho para obter uma profissão rentável, passaram a buscar junto a escolas de formação

técnica e empresas de cursos profissionalizantes a capacitação para atuar no ramo da beleza.

Eveline contou que, quando menina, o pai, professor da Educação Básica, queria que a filha também fosse professora e ela tentou. Formou-se em Pedagogia, depois em Filosofia e Sociologia, essas duas últimas na modalidade a distância. Durante três anos, atuou como professora, mas sentia que aquele não era seu lugar. Então, contrariando todos os sonhos do pai, comprou seus primeiros instrumentos de salão e montou em um banheiro desativado de sua casa um espaço de atendimento de beleza, onde atendeu suas primeiras clientes. Depois disso, abriu seu próprio salão e nunca mais voltou para a sala de aula.

> **Eveline:** *Meu pai, coitado! Queria que eu fosse professora, eu tentei, eu juro que tentei, fiz faculdade de Pedagogia, depois fiz Filosofia e Sociologia na modalidade a distância e durante três anos eu dei aula. Mas, eu não gostava, aquilo era uma tortura pra mim. Daí, tinha em casa um banheiro que ninguém usava, estava desativado. Eu montei meu espaço de trabalho lá. Comprei secador profissional, uma chapinha, produtos para penteado e comecei a atender lá. Minhas primeiras clientes eu atendi lá. Daí fui criando coragem, até que aluguei um espaço e abri meu salão. No início, minha família quase "infartou", mas depois aceitaram. Minha mãe sempre me apoiou* (2023, informação verbal).

Eveline afirmou que, ao começar a trabalhar no salão, foi muito difícil, pois, além de ter poucos clientes, ainda enfrentava a oposição da família, mas não desistiu e teve que construir o respeito e a aceitação dentro de casa, uma vez que o pai e o marido não consideravam sua profissão como algo seguro e rentável.

> **Eveline:** *Ele achava que só ele trabalhava, que o meu serviço não contava. Acho que ele era da cultura dele mesmo. Ele achava que eu saía trabalhar para sair de casa, não me via como profissional. Até o dia que eu falei pra ele: "Olha pra sua mulher, eu estou me tornando outra pessoa. Olha para o meu salão. Eu montei o meu salão e não te pedi um centavo". Eu não pedi um real pra ele. Eu não pedi pra ninguém. Aí que ele começou a ver que não era o que ele pensava. De certo ele pensou: "Meu Deus, ela está dando os passos dela e sem pedir nada para mim". Hoje falou até em construir um salão para eu sair do aluguel. E ele quer construir um salão pra mim. Mas, pra chegar até aqui deu trabalho* (2023, informação verbal).

Relatos como esse são importantes para evidenciar o quanto as mulheres de hoje são mais firmes em seus propósitos. Elas não se deixam levar por determinações familiares e conquistam seus próprios espaços. Isso ocorre nem sempre de maneira fácil ou harmônica, mas as condições do momento possibilitam enfrentar os desafios e transpor as barreiras.

A cabeleireira relatou que, mesmo com as contrariedades, não desistiu, foi se aperfeiçoando e tornou-se a profissional que é hoje. Ela contou que fez seu primeiro curso de cabeleireira pelo Senac, que, na época, já tinha espaço físico em Ivaiporã. Depois, ela fez outros cursos, tanto para cuidados com cabelo quanto de maquiagem, atividade que ela pratica muito em seu salão atualmente. Eveline afirmou ter feito a maioria dos cursos por empresas particulares, que, segundo ela, vendem cosméticos e oferecem cursos para as pessoas com custo

menor do que os cursos oferecidos pelo Senac.

Para abrir o salão, Eveline contou com a possibilidade de criar um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como Microempreendedor Individual (MEI), um registro para pequenos empresários, com custos menores para manter uma firma e garantir a legalidade e a estabilidade do comerciante. Essa é uma inovação do final do século XX e que se firmou no século XXI. O MEI foi implantado por meio dos programas de atendimento a pequenas empresas oferecidos pelo Sebrae.

O Sebrae, por sua vez, é uma instituição que oferece apoio e consultoria para pequenas empresas. Historicamente, esse órgão existe desde os anos de 1960, a partir da iniciativa do Banco Nacional, e atendia pelo nome de Grupo Executivo de Assistência à Média e Pequena Empresa (GEAMPE) (Sebrae, 2013, p. 1) Durante os anos de 1990, já atendendo pelo nome de Sebrae e fazendo parte do Sistema S, composto por Senai, Senac, Sesc e Serviço Social da Indústria (Sesi), essa instituição se tornou conhecida e muito influente no mundo do empreendedorismo.

> O período após 1990 foi de intensa transformação no Sistema SEBRAE. Seus produtos e serviços foram modernizados, promoveu-se a introdução de novos conceitos e estratégias de gestão com fundamento na qualidade total. Os serviços voltados à prestação de informações às MPE foram reformulados e ampliados, através de uma ampla e moderna rede de unidades intituladas Balcão SEBRAE (Sebrae, 2013, p. 5).

A presença do Sebrae foi muito forte na região e contribuiu para o surgimento de inúmeras pequenas empresas. Para as mulheres, esse foi um importante incentivo, tendo em vista que, além da abertura do MEI, o órgão oferecia consultoria para as pessoas que gostariam de abrir seu próprio negócio. Muitas mulheres passaram a utilizar suas habilidades de cozinheira, doceira, artesã, costureira e cabeleireira para abrir suas empresas e tocar seu próprio negócio.

A professora Simone contou que foi consultora do Sebrae no início do século XXI e fez o trabalho de consultoria em uma propriedade rural, de produção de leite e de alguns grupos de mulheres com produção artesanal. Relembra que atendia vários municípios da região de Ivaiporã.

> **Simone:** *Eu ia para tudo quanto é canto dessa região de Ivaiporã: Cândido de Abreu, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, São João do Ivaí, Lunardelli, Borrazópolis, trabalhando para o Sebrae, naqueles grupos de associativismo. [...] Foi uma experiência gostosa, nessa época que eu trabalhei no Sebrae, que foi 2000, 2001, 2002 e 2003, depois eu saí. Ele trabalhava com associativismo, com a formação da sustentabilidade, depois da Rio 92 lá. Hoje eu entendo isso, naquela época eu não entendia muito isso não. Para o Sebrae ajudar os pequenos produtores, a ideia era ajudar os pequenos produtores de leite, artesanato, o município tinha que ter aquela*

> *OSCIP[15], aí nós tínhamos aqui em Lidianópolis e eles contratavam. A gente tinha que criar uma empresa de consultoria, daí eu criei essa empresa, eu e a Lucia, criamos juntas. E foi por causa dessa OSCIP e da nossa participação nas reuniões aqui em Lidianópolis que o Sebrae olhou pra gente e ofereceu pra gente fazer os cursos e dar consultoria. A sede era em Ivaiporã. A gente tinha que fazer os cursos na área de empreendedorismo e abrir a empresa. Nossa empresa chamava CONINSTRA. Daí eles montavam os grupos e mandavam a gente para oferecer a consultoria* (2024, informação verbal).

O relato de Simone demonstra que, na década de 1990, havia uma política governamental que influenciava a formação de empreendedores, e o Sebrae era o órgão que ajudava a organizar e construir isso com as pessoas que tinham interesse em começar o próprio negócio. Essa nova abordagem para o desenvolvimento do comércio e da indústria na região e no estado foi crucial para aqueles que desejavam abrir seu próprio negócio. Como é o caso da cabeleireira Eveline que, embora não mencione o Sebrae como suporte para sua formação, indiretamente se beneficiou de sua estrutura, já que foi por meio da abertura do MEI que conseguiu abrir e legalizar seu salão de beleza.

Eveline expõe seus trabalhos não mais como um produto, ou uma atividade profissional, mas como uma arte. Quando mostra os penteados e as maquiagens que faz em suas clientes, ela nitidamente demonstra orgulho de si mesma, pela profissional que se tornou, tendo inclusive o respeito da cidade. Hoje ela é a Eveline do Salão, conseguiu construir sua marca e garantir seu espaço no mercado da beleza e dos cuidados femininos (Figura 9).

Figura 9 – Maquiagem e penteado feitos por Eveline Angélica B. Ferreti.

Fonte: cedida por Eveline Angélica Baraldi Ferreti.

[15] Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Uma OSCIP é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos. Ou seja, as entidades típicas do terceiro setor.
Disponível em: https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/arquivos/entenda-o-que-sao-oscips-e-como-elas-funcionam,bc91c97a0a9de710VgnVCM100000d701210aRCRD. Acesso em 8 ago. 2025

Ao contrário dos relatos de D. Marlene, cabeleireira que começou a trabalhar na região na década de 1970 – época em que a maior procura era por corte, e não por penteados ou tratamentos –, Eveline afirma que a realidade hoje é completamente diferente. Há uma busca intensa por hidratação, tintura, definição de cachos, escovas progressivas e outros procedimentos que fazem parte do dia a dia das mulheres que frequentam o salão de Eveline. O corte de cabelo, segundo ela, não é o serviço principal. Embora as mulheres cortem os cabelos com frequência, a maioria delas procura o salão semanalmente para os cuidados de hidratação, tintura e escovação. Penteados e maquiagens são atividades realizadas quando há casamentos e festas especiais; Eveline ressalta que as mulheres procuram muito o salão para isso também.

Essa mudança, que vai além da independência financeira feminina já evidenciada no depoimento de Eveline, demonstra uma transformação no conceito de feminilidade no século XXI. O cuidado com a estética e a aparência se tornou uma imposição social, e, embora a pressão atinja a todos, ela é consideravelmente maior para as mulheres. Para se sentirem parte desse universo, muitas mulheres acabam se tornando "escravas" da beleza e da busca pela juventude eterna. “Numa sociedade de consumo, a estética aparece como motor do bom desenvolvimento da existência” (Del Priore, 2014, p. 231).

As transformações, porém, não aparecem apenas no campo da beleza, pois as mulheres se transformaram em suas culturas. As atividades manuais que eram tidas como uma prática das mulheres para se tornarem boas esposas e mães, tornaram-se trabalho, transformaram-se em uma opção de sobrevivência para aquelas que não puderam exercer uma profissão que exigia escolarização. Nesse contexto, essas atividades tornaram-se uma prática de empreendimento e empoderamento feminino.

Assim, o artesanato e a culinária passaram a fazer parte do mundo das profissões de mulheres empreendedoras, que deixaram o espaço privado e, com suas habilidades técnicas, se inseriram no terreno público. Essas práticas, repletas de sentimentos e memórias, também ligam gerações. Um exemplo disso é Laís, dona da fábrica de doces “Doces Vovó Irma”, nome dado em homenagem à sua avó, que usava seus dotes culinários para cuidar da família. Enquanto a avó utilizava a culinária como um dom doméstico, Laís a transformou em uma profissão. Essa ligação demonstra que, mesmo superando regras patriarcais, a culinária e a mulher mantêm uma forte relação social.

Amon e Menasche (2008) relatam a importância da comida como memória social, que constrói um elo entre gerações. Para as autoras, “a relação que estabelecemos entre comida e memória está fundamentada na ideia de que se a comida tem uma dimensão comunicativa, como a fala, ela pode contar histórias” (*ibid*., p. 15). Laís tem conseguido utilizar esse

sentimento para o sucesso de seu negócio, e as pessoas se sentem, de alguma forma, ligadas a essa memória social que os doces Vovó Irma lhes oferecem. Essa é uma estratégia de marketing que as capacitações do século XXI sabem muito bem explorar. Além disso, é uma forma de a doceira se manter ligada às suas raízes.

Laís, com base nesse ideal empreendedor, abriu uma pequena empresa de agroindústria e passou a divulgar seu produto por meio das redes sociais. A princípio o propósito era atender a uma necessidade emergencial de suprir a perda da produção agrícola ocasionada pela geada, posteriormente viu nesse ramo um meio de desenvolver um negócio rentável trabalhando com o que gosta. Ela não fez cursos específicos para aprender a fazer doces. Em vez disso, aprimorou suas receitas com o conhecimento que já tinha e a ajuda de familiares, até alcançar um padrão que se tornou muito apreciado por seus clientes.

Hoje, ela atende uma clientela grande em toda a região. Sua empresa também foi formalizada por meio do MEI, em um modelo empreendedor de pequena empresa, porém com o olhar da tecnologia do século XXI. A divulgação e a consultoria já não são mais realizadas de forma física, mas em um padrão *on-line*, o que facilita a vida das mulheres que têm dificuldade de se ausentar de seu espaço doméstico.

Isso demonstra que, apesar de não estar diretamente ligado à abertura dos negócios montados por essas mulheres, os reflexos do trabalho do Sebrae na região ainda estão presentes na organização dos pequenos empresários do espaço. Abrir MEI, explorar habilidades e potenciais individuais e de grupo, bem como utilizar a propaganda para a divulgação de produtos, são práticas que o Sebrae semeou na década de 1990 na região e que continuam sendo reproduzidas, mesmo que seus reprodutores não tenham consciência disso. Hoje, o maior meio de divulgação dos produtos de Laís é o Instagram, por meio de vídeos e fotos de seus produtos, além da divulgação em diversos grupos de WhatsApp.

Além de sua importância comercial, as redes sociais possibilitam construir relações sociais, diminuindo a distância existente entre o mundo privado historicamente destinado à mulher e o espaço público, o qual, por muito tempo, foi apenas de domínio dos homens. “A revolução das comunicações que começou com o telefone, e prossegue no Facebook, contribui para diluir as fronteiras entre o isolamento e a vida social. A cultura urbana adaptou-se aos indivíduos autônomos” (Del Priore, 2014, p. 278).

Os relatos de Laís confirmam isso. Ela menciona que, além de vender produtos (Figura 10), construiu uma rede de amizades, por meio da qual muitas mulheres seguem seu perfil e trocam experiências. “Mas menina, é muito louco isso! Eu tenho um monte de contatos. A mulherada me segue, compra meus produtos e troca experiência comigo. Eu já não fico mais

sozinha, mesmo dentro de casa, tenho companhia pelo Insta. E a divulgação da minha marca é enorme" (Laís, 2023, informação verbal).

Figura 10 – Produtos fabricados e comercializados por Laís Prins.

Fonte: Instagram Laís Prins.

Muitos são os estudos que relacionam a alimentação com a memória afetiva, isso porque o ato de se alimentar está, na maioria das vezes, ligado a reuniões familiares. Essa conexão persiste mesmo no século XXI, apesar das exigências do mercado produtivo capitalista, que obriga as pessoas a comer com menos frequência em suas casas, a se reunir menos em família e a construir lares muitas vezes individuais. Com essa mudança de comportamento, as mulheres têm se desprendido da obrigação de ser a cozinheira, a responsável pelo lar, dividindo essa tarefa com outros membros da família. Ainda assim, a comida continua sendo um meio de unir pessoas e reunir famílias.

Segundo Santos (2005), as práticas alimentares promovem reconhecimento de grupo, ligam pessoas e constroem laços afetivos. A culinária faz parte da cultura de um povo ou de um grupo e reflete uma identidade coletiva. O autor afirma que

> os hábitos e práticas alimentares de grupos sociais, práticas estas distantes ou recentes que podem vir a constituírem-se em tradições culinárias, fazem, muitas vezes, com que o indivíduo se considere inserido num contexto sociocultural que lhe outorga uma identidade, reafirmada pela memória gustativa (Santos, 2005, p. 15).

Ao analisar os relatos e as postagens de Laís nas redes sociais, é evidente como ela explora a memória afetiva dos sabores para engajar seu público e fazê-lo sentir-se parte de uma comunidade. Todas as manhãs, a doceira posta um vídeo com seu café da manhã, alimenta-se de seus pães e bolachas recheados com os doces da "Vó Irma", comenta sobre suas expectativas para o dia e convida os seguidores a acompanhá-la no universo dos doces. A relação que ela constrói com seu público faz toda a diferença na sua prática empreendedora. É uma roupagem

nova que o corrente século tem oferecido para as mulheres desenvolverem seus pequenos negócios.

A culinária na região passou por uma grande transformação, como se nota ao comparar a atuação de Laís, nos dias de hoje, com a de Umbelina, nos anos 1970, e com a de Jacira, nas décadas de 1990 e 2000. Embora o foco de cada uma seja diferente, suas trajetórias demonstram a evolução e inovação que ocorreram ao longo dos anos. Laís, por exemplo, não entrou no mundo dos doces por falta de opção, ela é formada em agronomia, atua como produtora rural e artesã, tendo firma aberta nesse ramo. No entanto, escolheu priorizar a culinária e não se enxerga como uma simples doceira, mas como uma empreendedora da agroindústria.

Outra atividade que tem se tornado profissão na região é o artesanato. São muitas as mulheres que se dedicam a essa prática e muitas delas fazem isso de forma legalizada, com MEI específico de artesã, outras utilizam como complemento de outra atividade profissional. Essa é mais uma atividade que recebeu incentivo e consultoria do Sebrae para sua manutenção e desenvolvimento na região. Quando era consultora do Sebrae, Simone afirma que, na região, atendeu grupos de mulheres em vários municípios, como Lunardelli, São João do Ivaí, Cândido de Abreu e São João do Ivaí. Segundo ela, naquele momento, essas mulheres estavam se organizando em cooperativas, hoje muitos desses grupos se desfizeram, outros ainda continuam se mantendo.

> **Simone:** *Eu atendia um grupo de mulheres em Cândido de Abreu. Elas tinham um grupo já meio que organizado e vendiam seus trabalhos manuais. Tinha um grupo em Borrazópolis, um em São João do Ivaí e outro em Lunardelli. Os outros eu não sei se ainda se mantêm, mas o de Lunardelli ainda existe. Elas estão lá, fazem exposição, vendem na feira. Muitas depois saíram do sistema de cooperativismo e foram fazer seus artesanatos por conta própria e ainda trabalham nisso. Depois perdi o contato com elas* (2024, informação verbal*).*

Essa lógica de organização e cooperativismo não é exclusiva da região estudada. Segundo Soares Junior e Carvalho (2021, p. 11), nas últimas décadas, adotou-se o modelo de economia solidária para agrupar mulheres artesãs e promover o sustento por meio de suas práticas: “Através da participação em entidades de economia solidária, muitas mulheres elevam suas rendas e são capazes de sustentar economicamente suas famílias”. Embora a região tenha adotado esse modelo de produção por meio de cooperativas, conforme relatou Simone, Lidianópolis não se enquadrou nesse modelo, porém há um grupo de produtores rurais e artesãs que se organizam para comercializar seus produtos na Feira do Produtor. Essa ideia de grupo, apresentada pelos autores, está presente na organização da feira, mas o trabalho é organizado de forma individualizada.

A professora Louínes, moradora de Jardim Alegre, que já foi professora de artesanato do Serviço de Convivência do município, relata que, durante a pandemia de covid-19, passou a fazer trabalhos manuais para vender por meio das redes sociais, de modo a conseguir passar pelo período de isolamento, já que estava sem trabalho. Com isso, foi premiada pela Secretaria de Cultura local por seu empreendedorismo em tempos de instabilidade.

> **Louínes:** *Na pandemia, os anos de pandemia eu vivi vendendo bolo, artesanato, esses lacinhos de cabelo, essas coisas. E em Jardim Alegre eu ganhei um prêmio, uma premiação por ter sobrevivido na pandemia com essas coisas, porque era assim. Eu não tinha aula na pandemia, eu tinha três aulas, ganhava duzentos e cinquenta reais. O que você faz com duzentos e cinquenta reais? Então, daí eu vivi vendendo empadão, bolo, os lacinhos de cabelo, um monte de coisa de artesanato que sei fazer. E daí teve uma lei chamada Aldir Blanc e daí essa lei premiou as pessoas que sobreviveram na pandemia com algo diferente da profissão. Gravei um vídeo com tudo que eu tinha, os meus materiais e ele me premiou com dois mil reais e um certificado* (2023, informação verbal).

Laís, além de empreendedora da agroindústria, mantém uma sociedade com algumas mulheres da comunidade vizinha de sua propriedade. Em um formato próximo ao cooperativismo, ela oferece a matéria-prima, e as mulheres fazem peças de crochê e tricô para serem comercializadas por meio de suas redes sociais. Segundo ela, são mulheres que não têm como trabalhar fora de casa, devido à responsabilidade com os filhos ou por proibição dos maridos, assim, elas podem produzir em suas próprias casas. A própria Laís confecciona tapetes de crochê para comercialização.

> **Laís:** *Eu abri uma firma junto com as meninas da Vila Rural II, para podermos comercializar os nossos artesanatos. Na realidade fizemos um MEI e estamos fazendo tapetes, toalhas de mesa, elas fazem tricô. Funciona assim, eu dou a matéria-prima, elas fabricam, eu vendo e pago uma porcentagem para elas pela produção. E quando elas compram matéria-prima e produzem, eu vendo pra elas, daí o lucro é delas. Eu também faço algumas peças e vendo. Pra elas é importante porque não podem trabalhar fora, ou por conta dos filhos pequenos, ou os maridos que não deixam elas trabalhar fora. Ainda tem isso, menina, você acredita? Daí elas tiram uma renda trabalhando em casa. Elas já expuseram os trabalhos delas na feira, mas preferem fazer por encomenda. E vende menina, não fica uma peça sem vender* (2023, informação verbal).

As atividades manuais, portanto, não são apenas uma profissão, mas uma renda extra na vida de muitas mulheres. É o caso de Laís e Louínes, que, embora tenham suas próprias profissões, complementam seus ganhos com habilidades artesanais. Em outros casos, o artesanato torna-se o único meio de sobrevivência, como é o caso das mulheres que trabalham com Laís ou de Maria Cardoso, que hoje se reconhece como artesã e tem sua renda toda extraída dessa atividade.

O artesanato é uma atividade que supera a função produtiva e atinge um caráter

criativo. A artesã não é uma simples fabricante de produtos, é também uma artista, uma vez que tem a capacidade de criar e recriar objetos. Hayeska Costa Barroso (2018) chama a atenção para o caráter emancipador da mulher, pelo retorno financeiro que oferece e principalmente pela valorização das habilidades artísticas da artesã. “O processo de transformação da matéria-prima, inicialmente amorfa, num produto reconhecido como belo esteticamente e elogiado pelas pessoas gera um sentimento de satisfação nas artesãs. Elas se sentem únicas e capazes, se sentem bem por saberem fazer algo especial...” (Barroso, 2018, p. 06).

É possível perceber essa satisfação citada por Barroso (2018) quando a artesã Maria Cardoso expõe seus trabalhos (Figuras 11 e 12). Há uma relação de pertencimento com suas peças. A depoente relatou que a atividade manual é muito mais do que uma fonte de renda, é algo que faz parte de sua identidade enquanto mulher livre.

> **Maria Cardoso:** *Eu me identifico com meu trabalho. Eu não produzo artesanato, eu sou artesã, mas demorou muito para eu descobrir isso. Eu tinha um certo preconceito por essa atividade, porque quando comecei a praticar, eu fazia para confeccionar o meu enxoval. Minha mãe introduziu a atividade manual na nossa vida, para ocupar nosso tempo e não como uma profissão, uma arte. Daí por muito tempo, achei que viver disso era algo ruim, uma profissão inferior e que não dava dinheiro. Depois descobri que não é uma profissão inferior, muito pelo contrário, exige habilidades que nem todos têm. E dá dinheiro sim. Eu vivo melhor hoje do que vivia trabalhando na roça* (2024, informação verbal).

Figura 11 – Peças de crochê confeccionadas por Maria Cardoso.

Fonte: cedida por Maria Cardoso.

Figura 12 – Peças de crochê e bordado confeccionadas por Maria Cardoso.

Fonte: cedida por Maria Cardoso.

No entanto, as mulheres mais jovens, mesmo que dominem alguma atividade manual e até utilizem seus conhecimentos para complemento de renda, não querem o artesanato como profissão. Elas se interessam mais em obter uma profissão por meio dos estudos, de cursos técnicos voltados para o ramo da beleza ou culinária. Poucas têm se identificado com o artesanato como prática profissional.

3.3 Os desafios do século XXI: a ocupação do espaço público

As mulheres que atuam no mercado de trabalho no século XXI vivem com mais liberdade, já têm maior acesso aos bens e serviços e praticam mais ativamente a cidadania. Ainda assim, muitos são os desafios que essas mulheres enfrentam para se firmar como profissionais, cidadãs e mulheres públicas. Diante desse contexto, o objetivo é compreender as principais barreiras que as mulheres da região de Ivaiporã enfrentam para atuar plenamente como profissionais e cidadãs.

Segundo Pinto (2023), o início da República no Brasil foi marcado por diversas lutas feministas para conquistar direitos à cidadania, o que, naquele momento, se restringia ao direito de votar e ser votado. Foi apenas na segunda metade do século, segundo a autora, que as mulheres começaram a buscar outros direitos inerentes a um cidadão. As mulheres de hoje, com a cidadania já garantida pela Constituição Federal de 1988, lutam para exercer plenamente esses direitos e reafirmar sua identidade feminina.

Em Mary Del Priore (2014), é possível observar essas pautas já nos anos de 1990, quando as mulheres começaram a substituir as bandeiras da desigualdade pela bandeira da identidade. Essa mudança é fruto das conquistas alcançadas até o presente momento e do entendimento de que reconhecer-se como mulher e ter seus interesses de gênero respeitados e validados era crucial para superar as desigualdades latentes na sociedade (Del Priore, 2014).

> Nos anos de 1990, as trabalhadoras começaram a substituir a temática das desigualdades em benefício da temática das identidades. A construção de si e o desenvolvimento pessoal tornaram-se prioridade no final do século XX. Elas começaram a recusar identidades importadas, preferindo investir na própria diferença (Del Priore, 2014, p. 90).

Essa busca por uma identidade que contemple a mulher em todas as suas especificidades e a coloque em seus espaços enquanto cidadãs ainda é uma realidade discutida na região da pesquisa. Ao ouvir as entrevistadas que contribuíram neste trabalho, percebe-se que, na prática, ainda há um caminho longo a percorrer para que as mulheres ocupem de fato os espaços a elas definidos por direitos constituídos. Ao analisar a trajetória dos anos de 1950

até a atualidade, fica nítido que, embora as mulheres do século passado tenham educado suas filhas para a independência e autonomia, as jovens mulheres deste século ainda não têm plena consciência de sua importância enquanto indivíduo.

A partir dos relatos das mulheres da terceira geração, fica evidente que a sociedade ainda é machista e marcada pela imposição masculina. Essa realidade as obriga a se impor constantemente para garantir seus direitos e interesses. Ainda há um desequilíbrio de forças entre homens e mulheres; mesmo que na maioria das vezes isso seja velado e não haja conflitos diretos, as mulheres estão sempre sendo colocadas a teste. Ludimila, assistente social concursada, afirma que só conseguiu impor sua presença e garantir seus direitos porque está amparada por um concurso, porém entende que, nas instituições privadas, as mulheres ainda sofrem com a falta de aceitação de sua presença fora do ambiente doméstico. Relata também que, para ter seus direitos garantidos no ambiente de trabalho, precisou acionar o Ministério do Trabalho e que isso foi uma atitude difícil de tomar e executar.

> **Ludimila:** *Na verdade eu senti muito o assédio quando eu precisei acionar o Ministério Público do Trabalho, porque eles queriam me obrigar a cumprir com uma função que não era minha, extrapolava inclusive minhas 30 horas de trabalho. E eles verbalizaram, o Secretário de Planejamento da época, disse que se eu não fizesse o que eles queriam, não desse o relatório em 48 horas, que eles precisavam, eu iria sofrer processo administrativo. Daí eu falei: não, então em 48 horas vocês vão ter a minha resposta e vocês vão justificar o porquê vocês vão abrir processo administrativo, porque eu sei o que eu estou falando e o que eu estou fazendo, porque eu estou no meu direito. Então, se a gente não souber os nossos direitos, a gente acaba cedendo porque a pressão é muito forte. E há sim o poder estrutural da força do homem quando há um enfrentamento com uma mulher. E o que me segura, eu acho também que eu tenho uma facilidade de me impor por conta que eu sou concursada. Às vezes, ser uma mulher num cargo comissionado que não tem estabilidade, ou numa empresa privada, a gente sabe o quanto é difícil* (2023, informação verbal).

Louínes afirmou que, no meio rural, a situação da mulher é muito complicada, pois os agricultores e nem mesmo as agricultoras aceitam a presença de uma mulher, seja como técnica, seja como engenheira agrônoma, na condução dos trabalhos. Como acadêmica do curso de agroecologia, ela relatou que recebeu uma bolsa de estudos para prestar assistência técnica a um grupo de agricultores. O projeto era coordenado por uma agrônoma e foi nesse momento que ela sentiu a força do machismo no meio rural.

> **Louínes:** *Eu senti muito a discriminação contra o trabalho da mulher, quando eu trabalhei no IDR [16], como bolsista do curso de agroecologia, porque o IDR é o quê?*

[16] "O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater (IDR-Paraná) foi criado pela Lei nº 20.121/19. Ele é resultado da incorporação do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (Codapar) e Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) pelo Instituto Agropecuário do Paraná (Iapar). Os quatro órgãos deixaram de existir como instituições autônomas, formando uma única entidade vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento". Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/Pagina/IDR-Parana#:~:text=O%20Instituto%20de%20Desenvolvimento%20Rural,criado%20pela%20Lei%2020.121%2F19. Acesso em: 8 ago. 2025.

> *É o mundo rural, então, quando a gente chegava para dar assistência no campo, era complicado. Nós éramos em três mulheres, a Manuela, que era engenheira agrônoma, muito competente. Ela é aquela pessoa que olha pra planta e já te diz o que precisa ser feito para recuperar a produção, a Adriana e o José. O José e a Adriana, assim como eu, eram estudantes ainda, estávamos no primeiro ano, aprendendo. Mesmo Manuela sendo quem realmente entendia, o agricultor só prestava atenção ao que o José falava, só se referia ao José. Se precisava entrar em contato, mandava mensagem para o José. Mesmo sabendo que a Manuela era muito mais experiente e capacitada, o agricultor só buscava o José. O agricultor e a agricultora também* (2023, informação verbal).

A agrônoma e empreendedora Laís relata que não conseguiu furar a bolha do mundo do agronegócio. Já exerceu a profissão de agrônoma, mas acabou mudando seu ramo de atuação porque era muito difícil para ela, mulher, atuar nessa área, em razão, segundo ela, do forte preconceito contra a presença feminina. Laís continuou atuando na área da agricultura, ao lado de seu esposo, em uma propriedade produtora de goiaba e pêssego, porém seu foco maior, hoje, é a agroindústria, espaço em que se encontrou e se reconhece como empreendedora.

> **Laís:** *Eu cheguei a trabalhar como agrônoma, numa cooperativa, porém, o que acontece: os homens têm uma resistência muito grande de receber instrução, orientação de uma mulher. Acho que pensam, "como ela uma mulher que nunca trabalhou na roça, nunca plantou um pé de soja, pode saber mais que eu?" Foi uma experiência que não me agradou. Eu desisti. Daí, deu certo que eu vim pra cá com o Cezar (*esposo*). Ele planta, administra e eu vou dando assistência, mas descobrir que eu podia utilizar meus produtos para fazer doce e vender foi meu achado. Me descobri nesse mundo. Faço dentro da minha casa, na minha cozinha. Agora tenho um canto só pra isso. Você viu minha "agrocozinha"? Chique, né? Então, cuido da minha filha, dou assistência das frutas, cuido da minha casa, vou pra academia, faço meus doces, recebo meus clientes para comprar os produtos aqui, converso, faço amizades, saio fazer entregas e utilizo o Instagram. Vendo muito menina!* (2023, informação verbal).

Pelo relato de Laís, é possível perceber a diferença que existe entre homens e mulheres no mercado de trabalho até os dias atuais. Em algumas áreas, ainda não há aceitação da presença feminina. O que chama atenção é o fato de a atuação de uma mulher na área agrícola incomodar outras mulheres, que se sentem inseguras pela presença de uma figura feminina junto aos maridos no dia a dia. Esse machismo estrutural ainda é muito presente na região.

A ausência de mulheres atuando na agricultura reforça a desigualdade entre o trabalho masculino e feminino no campo, espaço em que a mulher sempre esteve presente. Segundo Rodrigues *et al*. (2021, p. 239), "a falta de reconhecimento da mulher como agente econômico dentro das cadeias de valor na agricultura aumenta as desigualdades no campo".

Na atualidade, a agricultura não é o único setor no qual as mulheres enfrentam exclusão no mercado de trabalho. Segundo a engenheira de alimentos Rafaela, que hoje atua como professora, a indústria aceita muito bem a mulher se for para ser operária, porém ela é rejeitada

quando chega nesse ambiente capacitada para exercer um cargo de comando.

> **Rafaela:** *A mulher é muito descredibilizada. Quando eu fui para a indústria, eu era novinha, mas eu sabia o que estava fazendo, eu estudei muito aquilo e eu era descredibilizada todos os dias. Sobretudo porque eu era mulher, eles faziam questão de demonstrar isso em atitudes. Sempre tinha uma piadinha com o meu rostinho bonito, numa sugestão de que não havia competência. Com os homens essa relação não é feita. E é engraçado que sofri discriminação de homens e mulheres também. Tive problemas sérios com uma mulher. Ela me rejeitava todos os dias. É muito triste ver essa rivalidade feminina. Ao invés de se juntar e se ajudar, a gente se persegue. Diferente dos homens, porque eles também têm rivalidade entre eles, mas se juntam quando é para derrubar uma mulher* (2024, informação verbal).

O depoimento de Rafaela de que os homens se juntam mesmo tendo rivalidade para barrar o crescimento das mulheres reforça o depoimento da advogada Andrea, já citado nesta tese, quando esta diz que as mulheres não conseguem chegar à presidência da OAB porque os homens se juntam e não as deixam ser eleitas.

Outra questão digna de análise é a reflexão realizada pela depoente Thaís, a qual afirma que, ao participar de cursos no ramo da administração, com outros homens, a fim de buscar capacitação para gerir sua própria empresa, percebeu um machismo muito grande dos homens nessa área. Thaís chegou a dizer que eles se negam a chamar de empresárias as mulheres que têm empresas.

> **Thaís:** *Ih! O machismo ainda impera na nossa região, Vânia. Eu tenho empresa, então faço curso de administração para poder administrar o meu negócio. E esses cursos contam na sua maioria com homens, você não tem ideia do que é isso. Não nos dão poder de fala não. Eu falo porque eu encaro, não deixo por menos não, mas eles não permitem. É engraçado, até a mudança do termo: se são homens que têm empresa, são empresários, se são mulheres, são empreendedoras. Ainda assim, pode ser médica, esteticista, enfermeira, dentista, porque são áreas que cuida da saúde, então pode. Pode ser professora também. Mas empresária, administradora, engenheira, não. Aí não pode* (2024, informação verbal).

Essas falas demonstram que, na região estudada, as mulheres ainda enfrentam dificuldades para se estabelecer no mercado de trabalho e, principalmente, para atuar como cidadãs na esfera pública. Elas conquistaram os espaços, fazem parte do cenário ao lado dos homens, mas precisam estar sempre provando sua capacidade e impondo sua presença para que, assim, seus direitos sejam garantidos, nem que seja por imposição legal.

São depoimentos muito fortes, sobretudo porque representam a realidade das mulheres na região da pesquisa na atualidade. Falar das desigualdades do passado incomoda, mas percebê-las no presente, depois de tantas lutas, é angustiante. Isso reforça a necessidade de estudar a presença das mulheres na região, entender suas ações e os desafios que ainda enfrentam, a fim de pensar caminhos para o futuro, visando a construção da igualdade de direitos. Essa é uma das metas deste trabalho. Ademais, espera-se que, um dia, em um futuro não muito distante, essas barreiras não sejam intransponíveis, mas destruídas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, utilizou-se a História Oral como base metodológica, o que partiu da análise documental composta de depoimentos de 25 mulheres de diferentes idades, profissões e classes sociais sobre suas trajetórias de vida. A partir da narrativa dessas mulheres, foi possível reconhecer e analisar a atuação feminina na região de Ivaiporã. Ao concluir a pesquisa, percebe-se a importância do movimento realizado pelas mulheres dos anos de 1950 a 1980, reconhecidas na tese como mulheres de primeira e segunda gerações, para as conquistas de cidadania feminina na região, bem como a participação dessas mulheres na construção da cidadania feminina do século XXI, influenciando a autonomia e a construção social das mulheres do século atual.

Conforme visto, foi definido um recorte temporal específico entre a segunda metade do século XX até a segunda década do século XXI, mais precisamente o período compreendido entre os anos de 1950 e 2020. Esta pesquisa investigou sobre as mulheres que atuaram ou ainda atuam nas cidades de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis. A delimitação de tempo e espaço foi uma estratégia que possibilitou dimensionar de forma mais precisa fatos e acontecimentos locais, porém, ao longo das análises, não se perderam de vista os contextos regional e global que influenciaram a região. Outra estratégia de análise concebida foi definir três gerações diferentes, incorporando assim mães, filhas e netas. Isso possibilitou conhecer a trajetória feminina e entender o processo de construção da cidadania das mulheres na região estudada. Observou-se que, conforme elas conquistavam direitos, passaram a educar suas filhas para fazer valer essas conquistas no dia a dia. A pesquisa deixa isso claro nos depoimentos das mulheres.

Foram as mulheres da primeira e da segunda gerações que abriram caminhos para a incorporação feminina no mundo público. Embora essa não tenha sido uma tarefa fácil, como bem demonstraram as entrevistadas, as conquistas aconteceram, e os avanços são nítidos ao constatar que as mulheres da terceira geração (de 1980 até os anos de 2020) conseguem usufruir de direitos civis que garantem não somente independência financeira, mas também o exercício de cidadania.

Esta pesquisa demonstrou que a trajetória dessas mulheres não foi linear, com uma geração simplesmente substituindo a outra. Em vez disso, houve uma construção contínua de saberes, práticas e conquistas que se entrelaçaram e se complementam até hoje. A primeira geração de mulheres estudada (1950-1970) lutou por direitos que elas mesmas não puderam usufruir em sua juventude, mas que abriram portas para as gerações seguintes. A maior recompensa para elas foi, na verdade, poder ver suas filhas e netas ocuparem espaços que antes

lhes eram negados, celebrando o progresso que ajudaram a construir.

Após a análise dos relatos e das fontes utilizadas nesta pesquisa, conclui-se que, ao lutar pela cidadania nos anos de 1950 a 1970, as mulheres construíram um percurso que levaram a conquistas nos anos seguintes. Nesse avanço, a terceira geração pôde ocupar espaços no mundo público.

O cenário social das cidades abordadas na pesquisa aponta a presença de mulheres em todos os segmentos. Elas estão presentes na saúde, na educação, no comércio, no sistema financeiro, nas atividades agrícolas, não mais como submissas aos homens, mas donas de suas produções, enfim, elas fazem parte dos espaços públicos e privados dessas cidades e escolhem como querem atuar. Além disso, é perceptível a presença de mulheres em cargos de liderança, como vereadoras, gestoras, funções de chefia, administradoras e tantas outras funções que, para suas mães e avós, eram negadas.

As mulheres da segunda e principalmente da terceira geração são mais livres, não se prendem às amarras do conservadorismo que cerceou a liberdade de suas mães e avós. O século XXI abriu portas para diálogos que eram inexistentes para as mulheres nas décadas de 1950 e 1960. Questões como a escolha sobre casamento, maternidade, sexualidade e carreira profissional agora podem ser discutidas e decididas por elas, algo impensável no passado. Essa é a grande mudança que se percebe ao ouvir os relatos das mulheres de gerações diferentes. Entre o relato das avós e das netas, há um universo de mudanças culturais que possibilitaram a autonomia, a segurança nas ações e a garantia de direitos para as jovens mulheres do século XXI.

Não há como negar que as conquistas do presente são frutos de lutas travadas nesses 70 anos de história contada por essas mulheres. Cada passo dado, cada direito conquistado, cada porta que elas abriram para o mundo público, cada avanço que tiveram em relação à sua própria cidadania frutificaram, constituindo esse universo de autonomia feminina nas cidades analisadas nesta pesquisa.

Os resultados deste estudo demonstram muitas transformações ocorridas ao longo desses 70 anos. As mulheres que nas décadas de 1950 a 1970 tinham suas vidas restringidas ao âmbito doméstico, exercendo funções de mães, esposas, cuidadoras e submissas ao controle dos pais ou maridos, abriram espaço para o mercado de trabalho. Uma contribuição significativa desta pesquisa é a constatação de que, em muitos casos, essas mulheres trouxeram o mundo público para dentro de suas casas. Ao praticar atividades remuneradas de costura, artesanato e culinária como forma de sobrevivência, as mulheres da região conseguiram driblar as tradições e o machismo, superando, aos poucos, a cultura doméstica e construindo sua inserção nos

diversos espaços públicos.

A educação foi fundamental para as mulheres da região. De acordo com as entrevistadas, mesmo que o acesso ao ensino escolar tenha acontecido tardiamente para a maioria delas na segunda metade do século XX até os anos de 1980, a educação foi um dos fatores que promoveu a autonomia feminina. As mulheres da primeira geração possibilitaram estudo para suas filhas, a fim de que elas tivessem mais possibilidades de se tornarem livres e independentes do poder patriarcal ao qual foram submetidas.

Os caminhos percorridos pelas mulheres para conquistar o espaço no mercado de trabalho, o direito de assumir o controle da família e da própria vida foram muitas vezes dolorosos. Muitas foram as violências sofridas, conforme demonstraram os dados estatísticos apresentados neste estudo e os depoimentos das mulheres que contribuíram com a pesquisa, o que ainda não foi totalmente superado. A despeito disso, essas mulheres conseguiram de alguma forma transpor barreiras e adotar táticas que permitiram que as transformações acontecessem, e os resultados são nítidos.

Hoje, a maioria das mulheres da região estão inseridas no mundo público. Estudam, trabalham fora, constroem carreiras profissionais, fazem opção de casar-se ou não, de serem mães ou não e têm autonomia não apenas legal, mas também social, para decidir os caminhos que vão trilhar. Essa transformação vai além das questões legais, já que a Constituição atual garante a todas as mulheres os mesmos direitos que os homens. São também transformações culturais, a forma de pensar e agir se modificou, e a educação das novas mulheres acontece de forma diferente, mais libertária.

Ficou claro, no entanto, que para o cenário feminino a ideia de cidadania e autonomia está ligada à independência financeira. A região não tem um histórico de participação das mulheres em movimentos sociais ou coletivos de lutas femininas. Boa parte delas, inclusive, fazem questão de registrar que não são feministas rejeitando o termo como sendo ofensivo. Isto demonstra desconhecimento sobre o assunto.

As conquistas que as mulheres apresentam aparecem narradas tendo sido atingidas pelo esforço individual, resultado do trabalho. Reconhecem as conquistas destacando o poder de sustentar-se a si e aos filhos sem depender da presença masculina. Porém, a minoria delas consegue ligar essas conquistas individuais às lutas coletivas travadas pelas mulheres do mundo todo nos últimos séculos e, principalmente no Brasil, após o século XX.

A percepção de cidadania e autonomia narradas pelas mulheres são aquelas propostas pela sociedade capitalista. Não se deve menosprezar a conquista de direitos e promoção das mulheres, mas é preciso entender que o sentimento de empoderamento e independência dessas

mulheres é o aspecto financeiro e profissional. Ter uma profissão, acesso ao mercado de trabalho para além do espaço doméstico e participar do processo produtivo para além do mundo doméstico, deu às mulheres a capacidade de serem inseridas na vida pública e daí a participação em espaços políticos, no qual podem expor suas ideias, buscar a igualdade e defender suas causas.

Essa realidade é perceptível pela noção que elas apresentam do termo empoderamento. As mulheres do século XX que contribuíram com a pesquisa se reconhecem como sujeitos da história e se sentem empoderadas, porque estudam, estão construindo carreiras, participam dos espaços domésticos e públicos, tomam decisões e pagam suas contas. Mas, quando questionadas sobre questões de gênero e patriarcado, embora saibam do que se trata, não apresentam trajetórias que comprovem a participação delas em organizações ou ações de cunho feministas, para superar essas barreiras que ainda estão presentes no meio em que vivem.

A visibilidade foi construída, a conquista da liberdade, da independência e da cidadania está sendo construída cotidianamente, a partir do mercado de trabalho e da autonomia financeira. Ainda que essas mulheres não tenham construído o pensamento coletivo do feminismo, e, penso que isso seja um dos desafios do século XXI para a região, não se pode negar as conquistas e avanços até o presente momento.

Ao analisar os depoimentos das fontes orais, ficou claro que, no mercado de trabalho, a mulher já conseguiu ocupar seu espaço e se tornar respeitada em algumas áreas, tendo os mesmos direitos que os homens. Em outras áreas, porém, os depoimentos deixam claro que essa conquista ainda está longe de acontecer e que as mulheres ainda travam uma luta para provar sua capacidade e seu direito legal de compor o quadro de pessoas que ocupam algumas funções.

Ao concluir a pesquisa, fica evidente que, à medida que as mulheres ocupam o mercado de trabalho, a visão de que atividades não remuneradas são "ocupações" e não "trabalho" diminuiu. Isso diminui a exploração do trabalho feminino, pois as mulheres da terceira geração passaram a ter mais consciência de que, mesmo no ambiente doméstico, trabalham muito e não são remuneradas por isso. Entendem também que essas atividades, na maioria das vezes, estão a serviço dos homens com quem convivem. Dessa maneira, a nova geração passou a valorizar mais suas profissões, buscando ter uma carreira que atenda não apenas a suas necessidades financeiras, mas também pessoais, como cidadãs.

A pesquisa mostrou que as mulheres do século XXI estão menos apegadas à ideia de que o instinto de cuidar é inerente a elas. A educação oferecida às suas avós e, em muitos casos, às suas mães, que incutia esse pensamento, já não tem a mesma força na formação das jovens de hoje. Elas se preocupam menos com os cuidados com os outros, como a casa, o marido e a

família, e desenvolvem uma relação diferente com seus filhos. Elas educam, cuidam, dão amor, são presentes, mas não têm mais a prática de servir a filhos e maridos.

Essas transformações contribuíram para mudança nas concepções sobre maternidade e casamento. Não se apresentam mais como mulheres que sonham exclusivamente em casar-se e constituir família. As mulheres da terceira geração querem estudar, ocupar espaços públicos, construir carreiras, ganhar reconhecimento, serem respeitadas e tomar as rédeas da própria vida. O casamento é algo deixado para segundo plano, nem sempre deixa de ser uma meta, mas já não é mais a prioridade. A maternidade, por sua vez, continua fazendo parte dos projetos de muitas delas, porém foi adiada em nome da conquista da independência. Primeiro, as mulheres almejam conquistar suas carreiras e independência; depois serem mães.

Essas mudanças ocorrem porque entendem que, quanto mais livres e independentes forem, maiores serão as possibilidades de criar filhos mais livres e autônomos. Além disso, nos dias de hoje, as mulheres têm a percepção de que uma boa remuneração pode oferecer mais conforto aos filhos, tendo em vista que conseguem lhes proporcionar estudo e formação, a fim de que façam suas escolhas e exerçam suas profissões.

Esta pesquisa mostra que, desde o final do século XX, a preocupação com a beleza, com os cuidados com o corpo e com a imagem tem sido mais frequente entre as mulheres. Sair da clausura doméstica e assumir o mundo público fez com que elas sentissem a necessidade de cuidar mais da aparência física. As mulheres começaram a consumir mais produtos de beleza já no século XX e a busca pelos procedimentos estéticos começou a compor o rol dos investimentos femininos. Nesse cenário, o mercado da beleza passou a fazer parte das prioridades femininas. Essa é uma relação que abre campo para debates e contradições em relação à condição da mulher na sociedade. Se, por um lado, essas mulheres passaram a cuidar mais de si, melhorando sua autoestima, por outro lado, a escravização feminina pelo mercado da beleza passa a ser preocupante. Essa é uma realidade que a pesquisa demonstrou ser muito forte na região.

A pesquisa também demonstrou que, apesar das transformações, muitas práticas dos anos 1950 e 1960 ainda persistem. A influência religiosa, por exemplo, ainda é forte para grande parte das mulheres na região. Isso se deve à intensa presença religiosa local e à educação moral, muitas vezes transmitida por suas mães. Embora menos intensa que em meados do século XX, a imposição religiosa ainda molda algumas atitudes cotidianas de muitas delas. Os relatos das entrevistadas, somados aos dados estatísticos dos serviços públicos, mostram que as mulheres ainda sofrem violências de diversas naturezas (morais, psicológicas ou físicas), o que evidencia a persistência do patriarcalismo na região. Nesta pesquisa, reconhecer essa realidade,

apresentando os dados que comprovam esse fato, é uma forma de contribuir para sua superação, uma vez que abre espaço para análises, reflexões, novos estudos e busca de mudanças.

Ao concluir esta tese ficou muito claro que, apesar dos desafios serem imensos e das conquistas ainda estarem muito longe de serem alcançadas de forma efetiva, houve um avanço na conquista da cidadania feminina na região de Ivaiporã. Já é possível perceber essas conquistas nas práticas cotidianas das mulheres da região. Nas cidades de Lidianópolis, Jardim Alegre e Ivaiporã, as mulheres desfrutam de mais liberdade, autonomia e desenvolvimento social e econômico. A forma como as jovens vivem hoje é um reflexo direto da autonomia que as entrevistadas relataram em seus depoimentos.

O acesso a universidades e a cursos de empreendedorismo, bem como as aberturas legais para a participação da vida pública, são demonstrações claras de que as conquistas vieram. O desprendimento da ideia de que casamento e maternidade são imposições ou instintos abriu caminho para o planejamento familiar, permitindo que as mulheres decidam quando e como querem formar suas famílias. Embora ainda haja uma cobrança social muito grande para que as mulheres se casem e assumam a maternidade, o mundo atual garante a elas o poder de decidir sobre isso.

Todas as conquistas e a autonomia construídas e usufruídas pelas mulheres do século XXI, comprovam que as mulheres da segunda metade do século XX conseguiram cumprir com o seu papel de transformar as futuras gerações. Mesmo que muitas vezes não tivessem isso como meta e mesmo sem saber da mudança que realizariam, essas mulheres são responsáveis por essas transformações. Com as táticas que foram construindo no decorrer de suas vidas, elas foram vencendo as barreiras do patriarcalismo. Quando não puderam atuar no espaço público, as mulheres levaram essa vida para o âmbito privado, transformando suas casas em locais de trabalho e geração de renda.

Se elas próprias não usufruíram de liberdades e direitos como cidadãs autônomas, construíram os caminhos para que suas filhas e netas pudessem vivenciar essa realidade. Ao olhar para o cenário feminino da região, após concluir a pesquisa, pode-se afirmar que essas mulheres conseguiram. O cenário político e social foi modificado, a cidadania foi conquistada. A lei passou a prevalecer sobre a tradição, e os espaços estão sendo ocupados. Sendo assim, é preciso reconhecer o trabalho dessas mulheres, que, na maioria das vezes, silenciosa e sutilmente, para não causar conflitos e enfrentamentos diretos com os homens, conseguiram transformar suas realidades e colocar as mulheres da região de Ivaiporã no mapa das mulheres independentes e com cidadania conquistada.

Porém, ainda há muito para ser transformado. Muitas mudanças ainda precisam

acontecer para que as mulheres nesse cenário geográfico passem a ser donas de si, livres das amarras do patriarcado. Vale destacar que essa não é uma realidade exclusiva da região. Esse é um problema que as mulheres enfrentam no contexto geral da realidade brasileira. Essas são as lutas que o movimento feminista do século XXI tem travado e das quais as jovens mulheres de Ivaiporã, Jardim Alegre e Lidianópolis fazem parte. Para o futuro, a expectativa é mudar a realidade que ainda atinge a mulher no tocante às desigualdades e à diminuição da sua dignidade. O objetivo é garantir, na prática e na cultura, o que já está assegurado por lei, além de ampliar o conhecimento e a aplicação dessas leis para todas as mulheres, não só na região da pesquisa, mas em todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 3. ed. 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.

AMON, Denise; MENASCHE, Renata. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 13-21, jan./jun. 2008. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/4467/3867. Acesso em: 11 maio. 2020.

AREND, Silvia Fávero. Trabalho, Escola e Lazer. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 65-83.

BARROSO, Hayeska Costa. Artesanato e divisão sexual do trabalho: considerações sobre o trabalho de mulheres artesãs no Ceará. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social:** em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22192. Acesso em 1 jul. 2024.

BEZERRA, Tereza Cristina Esmeraldo**. Mulheres e políticas públicas: uma análise sob a ótica das lutas pela construção da cidadania.** O público e o privado - Nº8 - Julho/Dezembro – 2006. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/2407/2067. Acesso em 5 out. 2025.

BOING, Lucio. **Vale do Ivaí: conflitos e ocupação das terras regionais.** Produção Didática – Projeto de Desenvolvimento da Educação – PDE. Londrina: UEL, 2007. Disponível em: https://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/582-2.pdf?PHPSESSID=2009060908175561. Acesso em: 15 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução: Maria Helena Kuhner. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembranças de Velhos. 20. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

BRITO, Clóvis Carvalho. Mulheres negras em movimento: rizomas da negritude e do feminismo? Resenha de MOREIRA, Núbia Regina. A organização das feministas negras no Brasil. Vitória da Conquista-BA, Edições UESB, 2011. **Cadernos Pagu**, v. 38, p. 433-440, jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/8yvcRx6d7SHFGhtDy8sFztz/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 30/06/2024.

CANDAU, JOËL. **Memória e identidade.** Tradução: Maria Letícia Ferreira. 1. ed. 9ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023.

CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. 5. edição. Unicamp: Campinas, 2007. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/geral/Raizes-da-concentracao-industrial-em-Sao-Paulo.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera, Colonização do Norte Paranaense: avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo**. Revista Geomae**, v. 3, n. 1, 2012. Disponível em: https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/geomae/article/view/5803/3827. Acesso em: 11 ago. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **História e Conversas de Mulher.** 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014.

DEL PRIORE, Mary. Magia e medicina na Colônia: o corpo Feminino. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 78-114.

DIAS, Reginaldo José; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Maringá e o Norte do Paraná:** estudos de história regional**.** EDUEM: Maringá, 2001.

DOHMANN, Marcus. Cultura material: sobre uma vivência entre tangibilidades e simbolismos. **Diálogo com a Economia Criativa**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 41-53, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322777469_Cultura_material_sobre_uma_vivencia_ent000re_tangibilidades_e_simbolismos/link/5a6fc5190f7e9ba2e1c8fca5/download?_tp=eyJjb250ZXh0Ijp7ImZpcnN0UGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIiwicGFnZSI6InB1YmxpY2F0aW9uIn19. Acesso em: 8 abril. 2024.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Vol 1. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Letícia. Novos olhares sobre a presença nordestina no município de Maringá e norte do Paraná. In: ROMPATTO, Maurilio; GUILHERME, Cassio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (Orgs.). **História do Paraná:** migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**.** Ed. Fasul: Toledo, 2016. p. 153-170. Disponível em: https://www.academia.edu/30532476/HIST%C3%93RIA_DO_PARAN%C3%81_MIGRA%C3%87%C3%95ES_POL%C3%8DTICAS_E_RELA%C3%87%C3%95ES_INTERCULTURAIS_NA_REOCUPA%C3%87%C3%83O_DAS_REGI%C3%95ES_NORTE_NOROESTE_E_OESTE_DO_ESTADO. Acesso em: 15 jul. 2023.

FIGUEIREDO, Marina Dantas de; MELO, Auristela do Nascimento; MATOS, Fátima Regina Ney; MACHADO, Diego Queiroz. EMPREENDEDORISMO FEMININO NO ARTESANATO: Uma análise crítica do caso das rendeiras dos Morros da Mariana. **IBEPES | Curitiba – PR, Brasil. RECADM** | v. 14 | n. 2 | p. 110-123 | Maio-Ago/2015. Disponível em: https://www.periodicosibepes.org.br/index.php/recadm/article/view/2172/863. Acesso em 01/07/2024.

FRASQUETE, Débora Russi; SIMILI, Ivana Guilherme. A moda e as mulheres: as práticas de costura e o trabalho feminino no brasil nos anos 1950 e 1960. **História da Educação**, Santa Maria, v. 21, n. 53, set./dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S2236-34592017000300267&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 29 jul. 2020.

GOMES, Vânia Inácio Costa. **Parteiras e benzedeiras:** saberes e fazeres de mulheres na região do Vale do Ivaí, Paraná (1960-1990). 2020. 156 f. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6057. Acesso em: 11 ago. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Periódicos**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos. Acesso em: 15 jun. 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Cadernos Municipais: dados estatísticos**. https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-05/RP_comparacao_areas_municip_05_1976.pdf. Acesso em: 23 ago. 2024.

KOSELLECK, Reinhart. **Extratos do tempo:** estudos da História. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

LERNER, GERDA. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Tânia Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/899PQPGsVV5WGXNyxXqzhwc/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 08/04/2024. Acesso em: 12 ago. 2025.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 126-147.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS. Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A; SCHWARCZ, Lilia Moritz. (Orgs). **História da Vida Privada no Brasil:** Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 559-658.

MONTEIRO, Samyama Tavares. **Análise sobre o perfil empreendedor e a ideologia neoliberal através da Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios**. 2019. 74 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/11032/Samyama%20Monteiro%20-%20Disserta%c3%a7%c3%a3o%20%28final%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 5 mar. 2023.

MOTA, Lucio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: EDUEM, 1994. 275 p.

MOTA, Lúcio Tadeu; Novak, Éder da Silva. **Os Kaingang do Vale do Ivaí:** histórias e relações interculturais. Maringá: EDUEM, 2008. 190 p.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e mulheres faladas:** uma questão de classe: papéis sociais femininos na sociedade de desterro/Florianópolis 1880/1920. 1992. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1992. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-09112022-153415/pt-br.php. Acesso em: 25 jun. 2023.

PEDRO, Joana Maria. O Feminismo de "Segunda Onda": corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 238-259.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da História**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 276-290, 1995. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008. Acesso em: 13 mar. 2019.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal. **Cadernos Pagu**, v. 30, p. 329-343, jan.-jun. 2008. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644868. Acesso em: 20 abr. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Mulheres dos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. A Era dos Modelos Rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PINTO, Céli. Uma História do Feminismo no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2023.POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos**:** narração, interpretação e significado. **Tempo**, v. 1, n. 2., p. 59-72, 1996. Disponível em: https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/artg2-3.pdf. Acesso em: 11 ago. 2023.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRIORI, Angelo *et al.* **História do Paraná:** séculos XIX e XX. Maringá: Eduem, 2012. 234p.

QUIEZI, Simone Aparecida. **Pescadores, indígenas, posseiros e agricultores no Médio Rio Ivaí**: trajetórias, conflitos e transformações da paisagem (1870-1960). 2020. 282 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6061. Acesso em: 26 jul. 2023.

RAGO, Luzia Margareth. **A Aventura de contar-se:** feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). **História das Mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 578-606.

RODRIGUES, Helder Epifane *et al*. Mulheres na agricultura familiar: Uma análise no Estado do Pará. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU**, Matinhos, v. 7, n. 2, p. 237-2563, jul./dez. 2021. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80645. Acesso em: 06 out. 2023.

ROMPATTO, Maurílio; FERREIRA, Erica Leonel. Histórias e mitos da colonização do norte do Paraná e do desenvolvimento de Apucarana. In: ROMPATTO, Maurilio; GUILHERME, Cassio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (Orgs.). **História do Paraná:** migrações, políticas e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**.** Ed. Fasul. Toledo, 2016. p. 121-139. Disponível em: https://www.academia.edu/30532476/hist%c3%93ria_do_paran%c3%81_migra%c3%87%c3%95es_pol%c3%8dticas_e_rela%c3%87%c3%95es_interculturais_na_reocupa%c3%87%c3%83o_das_regi%c3%95es_norte_noroeste_e_oeste_do_estado. Acesso em: 15 jul. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular – Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANDENBERG, Cecília M.B. Conceituando "Empoderamento" na Perspectiva Feminista**. I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento das mulheres – Projeto TEMPO;** NEIM/UFB, Salvador, Bahia, 05-10 de junho de 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/122960248/Conceituando_Empoderamento_na_Perspectiva_Feminista. Acesso em 5 out. 2025.SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da Beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Sempre Bela. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, Ana Paula Mariano dos. **"Jesus te ama":** a Renovação Carismática Católica em Ivaiporã, PR (1994 - 2007). 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade

Estadual de Maringá, Maringá, 2019. Disponível em: http://repositorio.uem.br:8080/jspui/handle/1/6327. Acesso em: 15 jun. 2023.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na história: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, v. 42, n. 1, p. 11-31, 2005.

SERRA, Elpídio. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, v. 19, n. 1, mar. 2001.

SILVA, Maria Aparecida Moraes. De Colona a Boia-fria. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 554-577.

SILVA, Otávio Henrique Ferreira da; CAETANO, Rafaelle Stéphanie Oliveira; NANÔ, João Paulo Lisbão. Meninas negras e política: combatendo o racismo e fomentado a participação delas no espaço público. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 58, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/z3tg4mBqfDpgMCNhJdhnyDr/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 23 jun. 2024.

SILVEIRA, Eujacio Roberto. **Construindo o interesse comum:** A trajetória dos industriais paulistas na ACSP, CIFT-SP E CIESP entre 1919-1929. 2023. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2023. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-02102023-165828/publico/2023_EujacioRobertoSilveira_VCorr.pdf. Acesso em: 23 jun. 2024.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs). **Usos e abusos da História Oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 131-137.

SOARES JUNIOR, Glauber; CARVALHO, Angelita Alves de. O artesanato doméstico no cotidiano da mulher. **Research, Society and Development,** v. 10, n. 4, p. e45710414277, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/rsd/article/view/14277/12886. Acesso em: 1 jul. 2024.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História das Mulheres no Brasil.** 10. ed. 6ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 362-400.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura – homens, mulheres e capital (1850-1980).** Tradução: Denise Bottmann e João R. Martins Filho. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **História das Mulheres e as representações do feminino**. Campinas: Editora Curt Nimuendajú, 2008. 144 p.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de Gênero e a História das Mulheres Camponesas. La Salle - **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2009. Disponível em: https://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/artigos/revista_la_salle/Aguardando_liberacao_direitos_autorais/2009_v14_n2/latedeschi.pdf. Acesso em: 17 out. 2019.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, v. 5, p. 9-28, 2002. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47/39. Acesso em: 6 maio. 2020.

VIGARELLO, Georges. **História da Beleza**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

VITÓRIA, Mariza Barros Ribeiro da. **Violência doméstica: a realidade das mulheres que denunciam**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/items/13826a5d-69ed-4540-bb48-68f030089ca4/full. Acesso em: 6 out. 2022.

FONTES ORAIS

1. Adilis Bortolon da Silva. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 20/01/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

2. Andrea Aparecida Coelho Vieira Torres. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 25/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

3. Andressa Rafaela da Silva Bruni. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 09/07/2024 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

4. Cleicyellen da Silva Alves. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 19/07/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

5. Elza Carvalho Silverio. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 02/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

6. Eveline Aparecida Baraldi Ferreti. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 25/01/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].
7. Idalina Aparecida Coutinho Francisco. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 26/04/24 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

8. Iracilda Bernardelli Maia. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 23/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

9. Jacira Matos de Oliveira. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 02/07/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

10. Laís Regina Prins de Toledo Hey. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 11/07/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

11. Leny de Campos Ronchi Salviano. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 12/07/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

12. Louínes Roxelle Fiorati Batistão. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 01/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

13. Ludimila Aparecida Martins Bueno. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 19/07/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

14. Maria Aparecida Betoldo (D. Maria do Posto). Entrevista concedida a Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis, 12/09/2019. [A entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

15. Maria Aparecida Coutinho Cardoso. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 30/04/24 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

16. Maria Aparecida da Silva. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 12/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

17. Marlene de Gaspere. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 23/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

18. Natersa de Souza Neves. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 04/08/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

19. Rosalina Pope Bernardelli. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 22/06/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

20. Roseli Eurico da Silva. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 25/06/24 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

21. Sandra Abreu Santos. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 30/08/24 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

22. Silvana Maria da Silva Pracidelli. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 11/07/23 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

23. Simone Aparecida Quiezi. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 14/06/24 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

24. Thaís Emanoelli Sobreira. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 10/07/2024 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

25. Umbelina Joana Dias. [Entrevista concedida a] Vânia Inácio Costa Gomes. Lidianópolis (PR), 11/05/24 [a entrevista completa encontra-se em arquivo de áudio em poder da entrevistadora e trechos dela foram transcritos neste trabalho].

ANEXO – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP (UEM)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Profissões Femininas no cenário de cidades do interior do Paraná - Mesorregião de Ivaiporã (1970-2021)

Pesquisador: GILMAR ARRUDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 58576622.0.0000.0104

Instituição Proponente: CCH - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.658.976

Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta a pendências apontadas pelo Parecer Consubstanciado CEP: 5.460.453, de 10 de junho de 2022, referentes ao projeto proposto pelo pesquisador Gilmar Arruda, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História (PPH) do Centro de Ciências Humanas (CCH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), com a participação de Vânia Inácio Costa Gomes, orientanda de Doutorado, como assistente de pesquisa ou equipe de pesquisa.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo desse trabalho é contribuir com a construção de uma historiografia que inclua as mulheres na mesorregião de Ivaiporã, com suas atividades tidas como trabalho ou ocupações femininas e a construção das profissões femininas na região, a partir da compreensão da inserção dessas mulheres no cenário doméstico e nas atividades agrícolas, desde a segunda metade do século XX até a atualidade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não existem riscos físicos às pessoas entrevistadas. Porém o ato de recordar é sempre envolvido

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br

por emoções que podem eventualmente inspirar cuidados daquele que entrevista para respeitar e entender aquele momento como único e, como tal, valioso para a própria pesquisa. Pelo fato de a pesquisa envolver pessoas de diferentes idades, algumas idosas, há o risco de ao recordar, ter emoções que podem afetar o psicológico das entrevistas, o que será acompanhado minuciosamente para que se acontecer, sejam atendidas de forma a sentirem-se confortáveis com suas recordações ou até mesmo para que se sintam seguras para parar a entrevista quando não se sentirem mais dispostas a contribuir. Por fazer parte de uma coleta de informações e memórias, há também o risco de vazamento de informações coletadas, para tanto, as informações oferecidas pelas entrevistas serão mantidas em sigilo, sendo utilizadas apenas para a pesquisa, conforme a autorização das entrevistadas, bem como suas identidades mantidas em sigilo, sendo divulgadas apenas se houver o interesse das entrevistadas de que venham a ser explicitadas. Há ainda o cuidado para que ao fazer a coleta das informações por meio das entrevistas e ao fazer o uso dessas informações para a conclusão da pesquisa, sejam respeitadas as questões culturais das entrevistadas, apresentando assim, um cuidado para que todas as informações sejam para contribuir com a pesquisa e com a ciência, preservando e garantindo a segurança física, psicológica e cultural das entrevistadas.

Benefícios:

Do lado das participantes, a valorização delas como pessoas portadoras de uma história de vida e de trabalho e suas contribuições na história da região. Do lado da História como área de conhecimento, a valorização do trabalho feminino, por meio dos registros das atividades tidas como ocupações, trabalhos e/ou profissões femininas na região em pesquisa. Fará contribuições significativas para a escrita da História e da Historiografia do Paraná sob o enfoque das participações femininas nas histórias das cidades. Ademais, revelar essa participação é um modo de romper com os silêncios e ocultamentos das mulheres na história.

São apresentados os riscos e as estratégias para mitigá-los, além disso, os benefícios superam os riscos nessa pesquisa.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Continuação do Parecer: 5.050.970

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa acontece na mesorregião de Ivaiporã, Paraná e tem por finalidade identificar a organização do trabalho das mulheres que habitaram e/ou habitam o espaço desde a segunda metade do século XX até os dias atuais. Na busca de compreender as práticas de trabalhos e ocupações femininas desenvolvidas na região a partir de 1960, por meio do artesanato, da costura, do corte de cabelo, das atividades agrícolas, dos trabalhos domésticos, as atividades comerciais, os empregos formais e informais e a profissões que eram praticadas pelas mulheres nesse período, estendendo-se para as primeiras décadas do século XXI com as novas ocupações e profissões, a pesquisa pretende utilizar de entrevistas orais com mulheres que fizeram ou ainda fazem parte desse universo para reconhecimento e compreensão de questões que ajudam a elucidar o conceito de trabalho, as atividades que eram ou ainda são consideradas femininas, o conceito de ocupação e as diversas atividades consideradas profissão que são exercidas pelas mulheres na atualidade. A partir da História Oral, a pesquisa almeja informações que possam contribuir com os registros escritos e construir uma historiografia que inclua as mulheres e suas atividades profissionais na história da região em pesquisa.

Serão entrevistadas 20 mulheres, a partir da perspectiva da história oral, os dados serão analisados. Por meio da História Oral é possível compreender a trajetória específica das mulheres envolvidas na pesquisa, e a partir de suas contribuições, perceber sua importância na construção da sociedade que compõe parte da mesorregião de Ivaiporã atualmente. Nesse viés, a memória é uma importante aliada para trazer à tona, fatos e silêncios que contribuem para a produção historiográfica das mulheres.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresenta os seguintes itens obrigatórios para projetos de pesquisa contida na Norma Operacional 001/2013-CNS, contemplando as normativas vigentes:

- folha de rosto: é apresentada a folha de rosto devidamente assinada pelo responsável da IES;
- orçamento detalhado: é apresentado orçamento, cujo financiamento será próprio;
- cronograma da pesquisa: é apresentado o cronograma de pesquisa e esse é coerente e exequível;
- autorização para realização da pesquisa: não se faz necessária a autorização para realização da pesquisa, pois as participantes serão maiores de idade e não estarão representando nenhuma

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Continuação do Parecer: 5.650.978

organização ou instituição;
- TCLE contemplando as garantias mínimas preconizadas: sim, foi apresentado o TCLE e ele atende a quase todos os requisitos necessários.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:
ANÁLISE DAS PENDÊNCIAS (Parecer Consubstanciado CEP: 5.460.453, de 10 de junho de 2022)

Pendência 1: Acrescentar ao TCLE o horário de funcionamento do Copep e os riscos e cuidados da coleta de dados em ambiente virtual (verificar Orientação para procedimentos em Pesquisa com qualquer etapa em Ambiente Virtual, disponível no site do Copep-UEM).
RESPOSTA - Em relação à pendência 1, as recomendações relativas ao TCLE foram acatadas. As alterações efetuadas no texto do TCLE encontram-se destacados em negrito.
ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Pendência 2: Alterar cronograma para iniciar a coleta de dados apenas depois da aprovação no Copep;
RESPOSTA - Em relação à pendência 2 sobre a alteração do cronograma para coleta de dados para a pesquisa, as recomendações foram acatadas e alteradas na Plataforma Brasil.
ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

Pendência 3: Anexar termo de compromisso do pesquisador garantindo que essa coleta só será iniciada depois da aprovação.
RESPOSTA - Em relação à pendência 3 sobre o termo de compromisso garantindo que essa coleta só será iniciada depois da aprovação no Comitê de Ética, as recomendações foram acatadas e o documento anexado junto aos demais documentos na Plataforma Brasil.
ANÁLISE: PENDÊNCIA ATENDIDA

As pendências anteriores foram todas atendidas. Foi adequado o cronograma e o TCLE foi modificado para atender às solicitações.
De acordo com a análise realizada e as informações constantes nos arquivos anexados, baseado na legislação vigente, esse Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos se manifesta pela aprovação do projeto de pesquisa em tela. Alerta-se a respeito da necessidade de apresentação de relatório final no prazo de 30 dias após o término do projeto.

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900
UF: PR Município: MARINGA
Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Continuação do Parecer: 5.650.976

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1775102.pdf	15/08/2022 01:11:53		Aceito
Outros	RESPOSTA.pdf	15/08/2022 01:07:56	Vânia Inácio Costa Gomes	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	15/08/2022 00:36:57	Vânia Inácio Costa Gomes	Aceito
Folha de Rosto	FolhaRosto.pdf	09/05/2022 13:28:37	Vânia Inácio Costa Gomes	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	22/03/2022 21:46:05	Vânia Inácio Costa Gomes	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

MARINGA, 22 de Setembro de 2022

Assinado por:
Maria Emilia Grassi Busto Miguel
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4
Bairro: Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900
UF: PR **Município:** MARINGA
Telefone: (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br